

MICHELE ROSSONI ROSA

**“ESQUERDISTICAMENTE AFINADOS”: OS INTELECTUAIS, OS LIVROS
E AS REVISTAS DAS EDITORAS CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA E PAZ E TERRA
(1964-1969)**

**PORTO ALEGRE
2011**

MICHELE ROSSONI ROSA

**“ESQUERDISTICAMENTE AFINADOS”: OS INTELECTUAIS, OS LIVROS
E AS REVISTAS DAS EDITORAS CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA E PAZ E TERRA
(1964-1969)**

**Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor – Curso de Pós-
Graduação em História – Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.**

ORIENTADOR: PROF. DR. CESAR AUGUSTO BARCELLOS GUAZZELLI

**PORTO ALEGRE
2011**

À memória de meu pai, Gilmor Rosa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de maneira especial, ao Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, por sua atenção e amizade na orientação de mais este trabalho, e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e seus professores, pelas oportunidades e excelência.

À minha mãe, Lurdes Rossoni Rosa, e ao meu irmão, Milon Rossoni Rosa, que, com seu amor, compreensão e carinho constantes – bem como ouvidos atentos e dicas certeiras – asseguraram a tranquilidade necessária num cenário de múltiplas tarefas.

Às colegas historiadoras Débora Dinnebier e Marieta Löw, por terem despendido parte de suas férias comigo no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, vasculhando os documentos das polícias políticas. À Lia Cremonese, pelo conhecimento dos rigores da Língua Portuguesa, e pela amizade.

Aos colegas de curso, muitos dos quais se tornaram grandes amigos, pelos bons e divertidos debates de aula e pelo apoio prestado de várias maneiras.

A todos que, de forma ou de outra, interagiram na construção desta tese, em momentos distintos.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

AI – Ato Institucional

AP – Ação Popular

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

CBL – Câmara Brasileira do Livro

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEB – Conferência Evangélica do Brasil

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CIE – Centro de Informações do Exército

CIEx – Centro de Informações do Exterior

CISA – Centro de Informações da Aeronáutica

CMI – Conselho Mundial de Igrejas

CNBB – Conferência Nacional de Bispos do Brasil

CPC – Centro Popular de Cultura

CSN – Conselho de Segurança Nacional

CTI – Comando de Trabalhadores Intelectuais

DESPS – Delegacia Especial de Segurança Política e Social

DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSI – Divisão de Segurança e Informações

ECB – Editora Civilização Brasileira

EPT – Editora Paz e Terra

ESG – Escola Superior de Guerra

FUMEC – Federação Universal de Estudantes Cristãos

GEIL – Grupo Executivo da Indústria do Livro

IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política

INL – Instituto Nacional do Livro

IPM – Inquérito Polcial Militar

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RCB – *Revista Civilização Brasileira*

RPEI – *Revista Política Externa Independente*

RPT – *Revista Paz e Terra*

SISNI – Sistema Nacional de Informações

SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros

SNI – Serviço Nacional de Informações

UCEB – União Cristã de Estudantes do Brasil

UNE – União Nacional dos Estudantes

RESUMO

A instauração do regime militar, em março de 1964, teve implicações decisivas sobre o funcionamento de espaços e grupos intelectuais de esquerda no Brasil, impondo novos rumos à ampla mobilização estabelecida desde a década de 1950, que passou a orientar-se pela ideia fundamental de retorno à democracia. Esta tese aborda a oposição ao autoritarismo estabelecida por meio das editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra e de suas revistas, a *Civilização Brasileira*, a *Política Externa Independente* e a *Paz e Terra*, editadas no Rio de Janeiro, entre os anos de 1965 e 1969. Busca evidenciar, através da revisão e análise dos grupos envolvidos nas publicações e de suas características e estratégias editoriais, a posição privilegiada ocupada pelas iniciativas e pelas empresas, que conseguiram reunir e manter ativos intelectuais de variadas matrizes teórico-políticas e institucionais, nos anos iniciais da ditadura, e mesmo ampliar suas atividades e seu público leitor. Reconstitui, também, o amplo conjunto de medidas judiciais, policiais e extralegais utilizadas pelo governo e pelos órgãos de informação e segurança contra as duas editoras, seus livros, periódicos e seus responsáveis, que acabaram por inviabilizar muitas das atividades até 1969.

Palavras-chave: *Revista Civilização Brasileira. Revista Paz e Terra. Revista Política Externa Independente.* Intelectuais no Brasil. Mercado editorial no Brasil.

ABSTRACT

The establishment of the military regimen, in March of 1964, had decisive implications on the functioning of spaces and intellectual groups of left in Brazil, imposing new routes to the broad mobilization established since the decade of 1950, oriented now by the main idea of return to democracy. This thesis approaches the opposition to the authoritarianism established through the publishing companies *Civilização Brasileira* and *Paz e Terra* and its magazines, the *Civilização Brasileira*, the *Política Externa Independente* and the *Paz e Terra*, edited in Rio De Janeiro, between the years of 1965 and 1969. It seeks to evidence, through the reconstitution and analysis of the groups involved in the publications and of its characteristics and editorial strategies, the privileged position occupied by the initiatives and by the companies, that succeeded in gathering and maintaining active intellectuals of varied institutional and theoretical-political origins, during the initial years of the dictatorship, and even extend its activities and its public of readers. Moreover, it reconstitute the full range of judicial, police and extralegal means used by government and by information and security agencies against the publishers, his books, the magazines and those who were responsible for them, that contributed to the end of many of the activities until 1969.

Keywords: *Revista Civilização Brasileira. Revista Paz e Terra. Revista Política Externa Independente.* Intellectuals in Brazil. Editorial market in Brazil.

RÉSUMÉ

L'instauration du régime militaire, dans mars 1964, a eu implications décisives sur le fonctionnement d'espaces et groupes intellectuels de gauche au Brésil, en imposant nouveaux itinéraires à la suffisante mobilisation établie depuis la décennie de 1950, qui a commencé à se guider par l'idée fondamentale de retour à la démocratie. Cette thèse aborde l'opposition à l'autoritarisme établi à travers les éditrices *Civilização Brasileira* et *Paz e Terra* et de leurs revues, *Civilização Brasileira*, *Política Externa Independente* et *Paz e Terra*, éditées à Rio de Janeiro, entre les années de 1965 et 1969. Il cherche prouver, à travers la révision et l'analyse des groupes impliqués dans les publications et de leurs caractéristiques et les stratégies éditoriales, la position privilégiée occupée par les initiatives et par les sociétés, qui ont réussi à se réunir et maintiendront des actifs intellectuels de variés des matrices teórico-políticas et institutionnelles, dans les années initiales de la dictature, et même élargir leurs activités et son public lecteur. Il reconstitue, aussi, le suffisant ensemble de mesures judiciaires, policiers et illégaux utilisés par le gouvernement et par les agences d'informations et sécurité contre les deux éditrices, leurs livres, périodiques et leurs responsables, qui ont fini de rendre impraticable beaucoup des activités jusqu'en 1969.

Mots-clés: *Revista Civilização Brasileira. Revista Paz e Terra. Revista Política Externa Independente.* Intellectuels au Brésil. Marché éditorial au Brésil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CULTURA DE ESQUERDA E MERCADO EDITORIAL NO BRASIL (1950-1964)	25
1.1 As esquerdas nacionalistas e marxistas	25
1.2 As esquerdas cristãs	37
1.3 Ênio Silveira e a Editora <i>Civilização Brasileira</i>	43
2 OS LIVROS E AS REVISTAS DAS EDITORAS CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA E PAZ E TERRA (1964-1969)	55
2.1 Os livros e a livraria (1964-1969)	55
2.2 A <i>Revista Civilização Brasileira</i> (1965-1968)	66
2.2.1 Formação e proposta	66
2.2.2 Organização e dinâmica editoriais	80
2.3 A <i>Revista Política Externa Independente</i> (1965-1966)	104
2.3.1 Formação e proposta	104
2.3.2 Organização e dinâmica editoriais	113
2.4 A <i>Revista</i> e a Editora <i>Paz e Terra</i> (1966-1969)	119
2.4.1 Formação e proposta	119
2.4.2 Organização e dinâmica editoriais	138
3 AS AÇÕES CONTRA A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA E A PAZ E TERRA (1964-1972)	144
3.1 O golpe de Estado e as características do autoritarismo brasileiro	144
3.2 Legislação, órgãos de segurança e a manifestação intelectual	147
3.3 As ações policiais e judiciais	163
3.4 As ações econômicas	190
3.5 Os intelectuais e a imprensa na ata da 41ª Reunião do Conselho de Segurança Nacional (11 e 16 de julho de 1968)	199
CONCLUSÕES	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS	218
ANEXOS	242

QUADROS

QUADRO 1 – Edições da <i>Revista Civilização Brasileira</i>	69
QUADRO 2 – Conselho de Redação da <i>Revista Civilização Brasileira</i>	75
QUADRO 3 – Seções da <i>Revista Civilização Brasileira</i>	83
QUADRO 4 – Edições da <i>Revista Política Externa Independente</i>	107
QUADRO 5 – Conselho Diretivo e Conselho Consultivo da <i>Revista Política Externa Independente</i>	110
QUADRO 6 – Edições da <i>Revista Paz e Terra</i>	129
QUADRO 7 – Conselho de Redação da <i>Revista Paz e Terra</i>	133
QUADRO 8 – Temas das edições da <i>Revista Paz e Terra</i>	139

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Reprodução de anúncios publicitários do **Livro de cabeceira da mulher e Livro de cabeceira do homem**

ANEXO 2 – Reprodução de anúncios publicitários de livros de Carlos Heitor Cony e Nelson Werneck Sodré

ANEXO 3 – Reprodução de anúncios publicitários de livros da coleção O Ciclo de Vargas, de Hélio Silva

ANEXO 4 – Reprodução de anúncios publicitários de livros sobre o marxismo e sobre a história da Rússia e da União Soviética

ANEXO 5 – Reprodução das capas da *Revista Civilização Brasileira*

ANEXO 6 – Reprodução de charges publicadas na *Revista Civilização Brasileira*

ANEXO 7 – Reprodução de anúncio publicitário da *Revista Política Externa Independente*

ANEXO 8 – Reprodução das capas da *Revista Política Externa Independente*

ANEXO 9 – Reprodução de anúncio publicitário do livro **Marxismo do século XX**, de Roger Garaudy

ANEXO 10 – Reprodução de anúncio publicitário do livro **Cristo e política**, de Oscar Cullman

ANEXO 11 – Reprodução de anúncio publicitário do livro **Crimes de guerra no Vietnã**, de Bertrand Russell

ANEXO 12 – Reprodução de anúncio publicitário da *Revista Paz e Terra*

ANEXO 13 – Reprodução das capas da *Revista Paz e Terra*

ANEXO 14 – Reprodução de charges publicadas na *Revista Paz e Terra*

INTRODUÇÃO

O título desta tese foi inspirado em um bilhete, sem assinatura, encaminhado ao delegado Olavo de Lima Rangel, do Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara, em 1972, e arquivado juntamente com um recorte de jornal que informava a publicação das obras completas de Dias Gomes pela Editora Civilização Brasileira: “Dr. Rangel: Por singular coincidência o autor e os críticos da obra, bem como a editora, estão *esquerdisticamente afinados*”.¹ A expressão criada por quem fez a denúncia designava os variados grupos de intelectuais que se reuniram em torno da empresa e de seu proprietário, Ênio Silveira (1925-1996), e que se tornaram, nos anos iniciais da ditadura militar, um dos grandes polos de *oposição* ao autoritarismo, entendida, no âmbito deste estudo, como a união de pessoas que

objetivam fins contrastantes com aqueles identificados e visados pelo grupo ou grupos detentores do poder, reconhecidos como autoridades políticas, econômicas e sociais, às quais oferecem sua *resistência*, servindo-se de métodos e meios constitucionais e legais, ou de outros tipos.²

Esta proposta de pesquisa teve origem durante dissertação de mestrado, realizada entre 2002 e 2004, no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS e também orientada pelo Prof. Dr. Cesar Guazzelli, quando o objeto de investigação era a *Revista Civilização Brasileira* (RCB), lançada em 1965.³ O periódico foi descrito e analisado em suas características editoriais e propostas teórico-políticas, bem como em relação aos intelectuais que dele participaram. Buscou-se, também, acompanhar o desenvolvimento de alguns debates (como as interpretações para o golpe civil-militar de 1964 e as perspectivas da “revolução brasileira”) e identificar algumas das estratégias utilizadas para “desmascarar” e denunciar o

1 APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro, Setor Secreto, pasta 101, folha 146, de 21/02/1972.

2 ZUCHINI, Giampaolo. “Oposição”. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 846. Grifo da autora.

3 ROSA, Michele Rossoni. **O pensamento de esquerda e a Revista Civilização Brasileira (1965-1968)**. Porto Alegre, 2004. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

regime autoritário. Foi possível concluir que a revista conseguiu reunir e manter, sob a mediação do editor Ênio Silveira, um grupo bastante variado de intelectuais, embora majoritariamente ligados, até 1964, ao Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB), ao Centro de Cultura Popular da UNE (CPC-UNE) e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), sem que nenhuma dessas organizações tivesse predomínio sobre a orientação teórico-política do periódico. Ao contrário, a RCB e a Editora Civilização Brasileira (ECB) serviram como meios de divulgação de novos autores e estudos, fornecendo às esquerdas novas “ferramentas” teóricas que influenciaram na revisão e na reformulação de estratégias políticas e teorias sobre o desenvolvimento brasileiro.

Durante a pesquisa, houve contato com as outras duas revistas editadas pela Editora Civilização Brasileira após o golpe, a *Revista Paz e Terra* (RPT) e a *Revista Política Externa Independente* (RPEI), que, embora tivessem características e objetivos editoriais próximos aos da RCB, reuniam grupos de intelectuais distintos e divulgavam discussões de “outras esquerdas”, que ultrapassavam os limites da investigação então em andamento. De imediato, porém, se percebeu a pertinência de uma abordagem que reunisse as três iniciativas editoriais, a fim de se compor um quadro mais amplo e adequado da mobilização e da dinâmica intelectual contra o governo autoritário, viabilizadas por meio da Editora Civilização Brasileira e Paz e Terra (EPT), criada em 1966. Além disso, a suspensão das três publicações até 1969, bem como a queda na produção da ECB a partir do mesmo ano, despertaram interesse quanto às medidas específicas utilizadas pelo governo para desarticular e reprimir as atividades intelectuais de oposição, sem que, por exemplo, as revistas tenham sido formalmente proibidas, ou as editoras impedidas de funcionar.

Assim, foram formulados dois grupos de questionamentos que orientaram este trabalho: 1) quem eram e como se uniram aos esforços da ECB os intelectuais que participaram das três revistas; quais eram as propostas editoriais por eles estabelecidas e em que medida incluíam-se e identificavam-se com “projeto” oposicionista da editora e de Ênio Silveira; que estratégias editoriais foram utilizadas para dar visibilidade às propostas e ideias divulgadas e, ao mesmo tempo, para conquistar e manter leitores; e 2) quais foram as medidas judiciais, policiais e extralegais (incluídas nessa categoria ações de intimidação pessoal, apreensões ilegais de materiais e outras pressões de ordem econômica, como a restrição do crédito) empregadas pelo governo e pelos órgãos de informação e segurança para desmobilizar os grupos reunidos na ECB e, posteriormente, na EPT, e inviabilizar suas

atividades; qual foi o peso relativo de cada medida sobre o funcionamento dos grupos e das atividades; e como reagiram os intelectuais e conseguiram manter-se particularmente ativos até o final da década de 1960.

Embora os textos das três revistas sejam comumente citados e sua importância como veículos de resistência intelectual à ditadura seja bastante referida, é a *Revista Civilização Brasileira* que conta com o maior número de estudos. O volume de trabalhos produzidos sobre a RCB, ou utilizando-a como fonte, contrasta com a falta de estudos sobre os outros dois periódicos, fato em parte explicado pela maior projeção e duração alcançadas pela primeira. Sobre a *Revista Paz e Terra*, publicação que aproximou a Civilização de grupos da “esquerda cristã”, são encontrados poucos trabalhos, concentrados na trajetória de alguns intelectuais e no desenvolvimento de algumas organizações e instituições, católicas e protestantes.⁴ A RPEI, que teve apenas três números, parece ainda não ter sido abordada de maneira específica, apesar de ser citada nas revisões sobre a editora e de sua importância ser referida em revisões sobre a política externa brasileira.⁵

A RCB foi abordada de forma pioneira por Carlos Guilherme Mota, em 1977, na revisão intitulada *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, na qual o autor procurou situar a produção divulgada por meio da revista em uma “época de revisões radicais e aberturas teóricas”⁶ (os anos entre 1965 e 1969), quando, segundo ele, diversas noções teórico-políticas, amplamente difundidas entre as esquerdas até o golpe, passaram a ser questionadas por vários intelectuais no cenário político brasileiro da época. Concentrando-se nos conteúdos dos textos publicados ao longo dos quatro anos da revista, o autor identificou uma mudança significativa na abordagem das teses do nacional-desenvolvimentismo a partir de 1967, quando teria havido a emergência de novas linhas de diagnósticos para a questão do desenvolvimento ou da “revolução brasileira” à luz de novos autores. Os dois primeiros anos da RCB teriam sido

4 Ver: CUNHA, Magali do Nascimento. “O passado nunca está morto”. Um tributo a Waldo César e sua contribuição ao movimento ecumênico brasileiro. *In: Revista Estudos de Religião*, Ano XXI, n. 33, julho/dezembro de 2007; PIMENTEL, Layana Karine. “Paz e Terra: o pensamento da esquerda cristã expresso nos debates da revista (1966-1969). *In: Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades. In: Revista Brasileira de História das Religiões/ANPUH*, Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009.

5 Sobre a RPEI, foram encontradas apenas as referências sobre a formação da revista feitas por: HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: EDUSP, 1982; MOTA, Carlos Guilherme. “José Honório Rodrigues: a obra inacabada”. *In: Estudos Avançados*, v. 2, n.3 São Paulo, setembro/dezembro de 1988; e ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Revista Brasileira de Política Internacional: quatro décadas ao serviço da inserção internacional do Brasil”. *In: Revista Brasileira de Política Internacional*, S/D, 1998. Disponível em: <http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1998/60.pdf>. Consulta em: 20/01/2010.

6 MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**: 1933-1974: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 2002. p. 203.

mais militantes e menos refinados em termos teóricos e, progressivamente, a revista teria aberto espaço a intelectuais de outros centros do país, principalmente de São Paulo, de predomínio mais acadêmico.

Daniel Pécaut, interessado também em revisar a produção e a manifestação intelectual, publicou **Os intelectuais e a política no Brasil**, em 1990, onde identificou a emergência e o desenvolvimento de algumas gerações, prestando especial atenção às particularidades da interação entre agentes intelectuais, Estado e política no país. Para os anos de edição da RCB, o autor indicou a existência de dois grupos intelectuais principais, ou de dois polos, o dos “nacionalistas terceiro-mundistas”, do Rio de Janeiro, que tinham na revista seu maior veículo e como principal característica a fidelidade aos “antigos esquemas” de compreensão da realidade brasileira, e o dos “nacionalistas críticos de São Paulo”, divulgadores de uma sociologia acadêmica de influência marxista, cujo reduto era a Universidade de São Paulo.⁷ A divulgação de paulistas na RCB ocorreu, segundo ao autor, por conta da ausência de um grande veículo intelectual na cidade, entre o encerramento das atividades da *Revista Brasiliense*, de Caio Prado Júnior, em 1964, e o surgimento do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em 1969, e de sua publicação. Além disso, teria havido uma mudança na atitude nos meios universitários paulistas, progressivamente mais dispostos ao debate político e engajado.

Os estudos de Mota e Pécaut, amplas revisões sobre os intelectuais e suas ideias no Brasil, esforçaram-se em estabelecer, sobretudo a partir dos conteúdos divulgados pela RCB, o “lugar” por ela ocupado no desenvolvimento do pensamento social no país, situado entre a persistência das teses nacional-desenvolvimentistas e a revisão de sua viabilidade, e entre a intervenção política e a produção acadêmica. Marcelo Ridenti também destacou a importância da RCB e de Ênio Silveira, sobretudo a partir de 1964, buscando identificar e analisar manifestações do “romantismo revolucionário” no engajamento e na produção de artistas e intelectuais brasileiros de esquerda, nas décadas de 1960 e 1970.⁸

Além desses trabalhos, existem pesquisas nas áreas de história, sociologia, letras e comunicação (dissertações de mestrado, em sua maioria) que utilizaram a revista como fonte

7 PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990. p. 212.

8 Ver: RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução: do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

para análises também concentradas no desenvolvimento de temas específicos ao longo das edições, como o debate sobre “revolução” e “nacionalismo”⁹, sobre a questão racial brasileira¹⁰ e o cinema-novo.¹¹ Outra pesquisa também já realizada foi a análise comparativa entre algumas das posições manifestadas por meio da RCB e da *Revista Tempo Brasileiro* durante a década de 1960¹², no quadro do desenvolvimento de publicações culturais no período.

Um último conjunto de trabalhos ainda pode ser mencionado, cuja abordagem aqui interessa mais particularmente: aqueles que buscaram reconstituir, além de elementos dos debates, aspectos relativos ao universo e ao trabalho intelectual desenvolvido por meio da RCB, explorando sua lógica de funcionamento (e os princípios que regeram as relações) e os agentes sociais neles envolvidos. Tais pesquisas orientaram-se pela preocupação em elucidar, mais detidamente, aspectos relativos às filiações e trajetórias de seus intelectuais e às suas características e estratégias editoriais, buscando, também nesses elementos, indicadores para as posições e ideias defendidas.¹³

As revistas foram aqui abordadas com base em considerações feitas por Jean-François Sirinelli, que salienta serem elas, sobretudo, lugares de “fermentação intelectual e de relação afetiva”, pontos de encontro para trajetórias individuais e coletivas marcadas por uma mesma “crença” (fortalecida por situações mais específicas, muitas vezes percebidas como “crises”), forjando agrupamentos com diferentes graus de institucionalização e de duração, dos quais intelectuais decidem ou não participar. Essa escolha é orientada por forças de

9 CHRISTOFORO, Paulo Rubens Paterno. **Revolução, nacionalismo e democracia na Revista Civilização Brasileira**. 1992. Dissertação de Mestrado, Departamento de Pós-Graduação, Setor de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

10 SILVA, Rene Marc da Costa. **A cidadania em revista: intelectualidade, política e a questão racial na Revista Civilização Brasileira**. Brasília, 1993. Dissertação de Mestrado, Departamento de Pós-Graduação, Setor de História, Universidade de Brasília.

11 SERPA, Miguel Pereira. **O cinema novo na Revista Civilização Brasileira**. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado, Departamento de Pós-Graduação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

12 Ver: MOTTA, Luiz Eduardo Pereira da. **A época de ouro dos intelectuais vermelhos: uma análise comparativa das revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira – 1962-1968**. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

13 Ver: SILVEIRA, Maria Rita C. Jobim. **A Revista Civilização Brasileira: um veículo de resistência intelectual**. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; NEVES, Ozias Paese. **Revista Civilização Brasileira (1965-1968): uma cultura de esquerda no cenário político ditatorial**. Curitiba, 2006. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná; CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de resistência. intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira**. Campinas, 2005. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP; AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. **Revista Civilização Brasileira: 1965-1968. Produção cultural em revista**. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação de Mestrado, Departamento de Pós-Graduação, Setor de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

adesão (como amizades, fidelidades e ideias) e de exclusão (cisões, divergências teóricas e posicionamentos). Assim, “todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes”¹⁴, forjando redes que mantêm e reafirmam sua própria atividade (objetivadas em instituições ou manifestas por meio de solidariedade profissional, por exemplo), as quais precisam ser devidamente consideradas no trabalho historiográfico. Ainda para o autor, outra iniciativa que movimentava o universo intelectual, além das revistas, é o lançamento de manifestos. Em ambos, forja-se um problema fundamental, que é o da formação ou da produção desses espaços e documentos, processo que envolve princípios de adesão e de exclusão específicos à época e aos grupos mobilizados.

No período em estudo, o golpe civil-militar de 1964 serviu como a grande “crise”, como elemento-referência para uma intensa força de adesão entre intelectuais de tendências e grupos de esquerda distintos, que, desmanteladas várias instituições, reorganizaram-se e reafirmaram a importância da sua responsabilidade frente, sobretudo, ao novo cenário político. A partir desse parâmetro explícito e fundamental, viabilizador do diálogo, que foi a denúncia do autoritarismo, as revistas foram capazes de dar vazão a esse renovado engajamento. Em torno da ECB e EPT, organizaram-se grupos de intelectuais que colocaram à disposição suas capacidades como especialistas em áreas distintas, além de atributos relativos à notoriedade de seus nomes (capazes de exercer influência em espaços diversificados).

Estudar a formação de grupos intelectuais no Brasil (em seus princípios de diferenciação em relação aos demais agentes sociais) significa perceber a complexidade do processo de recrutamento, pois não se trata de um agrupamento profissional (com base em uma única titulação acadêmica ou área de atuação, por exemplo), e é significativo o fato de que a sociedade brasileira não tem na profissão o seu princípio fundamental de hierarquização. Atua, na constituição de um grupo intelectual capaz de apresentar-se – e ser aceito – como legítimo, um conjunto de princípios que associa recursos escolares e científicos (ou de origem educacional) a outros determinados pela origem e posição social (em relação à cultura dominante e ao poder econômico, político, cultural)¹⁵. O que garante a

14 SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. FGV: Rio de Janeiro, 2003. p. 248.

15 CORADINI, Luiz Odaci. “Grandes famílias’ e elite ‘profissional’ na Medicina no Brasil”. In: *Cadernos de Ciência Política*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, n.2, Porto Alegre, 1995. p. 5-6.

interdependência entre esses dois tipos diferenciados de recursos no caso brasileiro é a existência de redes de reciprocidade que, personificadas, garantem (ou validam) os diferentes recursos (ou títulos e posições) a partir de uma lógica que privilegia, também, o agente social que está em sua posse:

[...] o valor real do título escolar é o resultado da inserção de seu portador em determinados conjuntos de relações de reciprocidade. Ou seja, na ausência de uma estrutura que garanta a equivalência entre títulos escolares e postos, o valor respectivo de cada título fica subordinado às possibilidades de inserção de seu portador nas “redes” de relações personificadas que garantem o valor deste título escolar, não apenas como atestação de um determinado capital escolar, mas, principalmente, como consagração de uma posição social já de antemão ocupada com base no capital social.¹⁶

No estudo dos intelectuais, é fundamental a percepção de que a imposição e o reconhecimento de uma ideia devem ser vistos como inseparáveis da imposição e do reconhecimento do próprio autor, relativamente à sua posição social, prestígio, “afiliação” e notoriedade, tanto nos círculos intelectuais quanto políticos e econômicos. Assim, o parentesco e o apadrinhamento, elementos importantes no “jogo” político brasileiro, são também válidos nas disputas intelectuais, e o prestígio oferecido por postos na esfera político-estatal pode ser convertido em influência intelectual, por exemplo. Em sentido oposto, a legitimidade intelectual converte-se num atributo de autoridade que também pode ser utilizado em estratégias propriamente políticas que garantam, por exemplo, a manutenção da própria atividade, sendo que o inverso nem sempre é verdadeiro.

A possibilidade de emergência do intelectual e do artista como agentes relativamente autônomos em relação à política e à religião, por exemplo, remete-se, por sua vez, à transformação na função do mercado de bens culturais e da própria estrutura desses bens.¹⁷ Progressivamente, surgiu um público de consumidores socialmente diversificado e capaz de garantir aos produtores não somente as condições mínimas de independência econômica, mas uma legitimação específica necessária para a continuidade da atividade, e forjou-se um conjunto cada vez mais numeroso de produtores e empresários de bens culturais que acabaram por profissionalizar as relações entre os agentes, delimitando o acesso e a participação no meio¹⁸.

16 CORADINI, p. 13. Grifo no original.

17 A expressão *bens culturais* é utilizada, no âmbito da presente pesquisa, para referir os produtos (sobretudo livros e revistas) originados por um sistema organizado de produção e consumo.

18 BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 100.

Essa transformação, acelerada normalmente por um processo de modernização capitalista (que amplie a capacidade produtiva de determinados setores e o acesso à educação), constitui um mercado de obras de arte, livros e revistas capaz de forjar regras próprias de funcionamento, ou seja, critérios que definem o exercício legítimo de um tipo determinado de prática intelectual ou artística. Quanto mais autônomos forem, esses universos particulares de disputa conseguem funcionar como um mercado específico, gerador de um tipo de valor irredutível apenas à lógica econômica (mas nunca totalmente independente dela), capaz de fazer existir culturalmente os grupos que o produz e o reproduz. A produção e a circulação de bens culturais, quanto mais se especializam, tendem a constituir produtos distintos, destinados aos demais produtores (na disputa pelo reconhecimento propriamente cultural ou técnico concedido pelos pares) e a um público de não produtores (o “grande público”, o que envolve a disputa pelo mercado e constituição da chamada indústria cultural):

Ao fim do processo de especialização que levou ao aparecimento de uma produção cultural especialmente destinada ao mercado e, em parte como reação contra esta, de uma produção de obras “puras” e destinadas à apropriação simbólica, os campos de produção cultural organizam-se, de maneira muito geral, [...] segundo um princípio de diferenciação que não é mais que a distância objetiva e subjetiva dos empreendimentos de produção cultural com relação ao mercado e à demanda expressa ou tácita, distribuindo-se as estratégias dos produtores entre dois limites que, de fato, jamais são atingidos, a subordinação total e cínica à demanda e a independência absoluta com respeito ao mercado e às suas exigências.¹⁹

As editoras são, por exemplo, o setor que divide com a universidade, com as instituições de pesquisa e com determinados segmentos de mídia, o poder de divulgação e de legitimação de intelectuais e ideias. A atividade editorial e de imprensa estabelecem, assim, uma interface entre a produção intelectual e o setor econômico, oscilando entre o cumprimento das regras de mercado (necessário para o funcionamento da empresa) e das disposições específicas que organizam e conferem sentido à própria atividade intelectual (como as tendências estéticas ou políticas, por exemplo):

Tem-se, assim, de um lado, empreendimentos com ciclo de produção curto, visando minimizar os riscos por um ajustamento antecipado à demanda detectável, e dotados de circuitos de comercialização e de procedimentos de valorização (publicidade, relações públicas etc.) destinados a assegurar o recebimento acelerado dos lucros por uma circulação rápida de produtos reservados a uma obsolescência rápida; e, de outro lado, empreendimentos com ciclo de produção longo, baseado na aceitação do risco inerente aos investimentos culturais e sobretudo na submissão às leis específicas do

19 BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 162.

comércio de arte: não tendo mercado no presente, essa produção tende a constituir estoques de produtos sempre ameaçados de recair no estado de objetos materiais (avaliados como tais, ou seja, por exemplo, pelo peso do papel).²⁰

Para o caso brasileiro, é importante destacar a fragilidade do mercado de bens culturais, constituído de maneira lenta e bastante vinculada a políticas e subsídios do Estado, quer seja no âmbito do funcionamento dos empreendimentos culturais, quer seja na oferta de postos de trabalho. Define-se, assim, outro traço importante sobre a intelectualidade brasileira que deve ser observado: a sua relação particular com o Estado. É importante salientar que isso não significa dizer que os intelectuais brasileiros estiveram a serviço do Estado, o que seria uma simplificação absolutamente equivocada de diversas variações e matizes das relações estabelecidas. Porém, é importante o fato de o próprio Estado ser o principal investidor e a principal instância de difusão e consagração da produção cultural.²¹ Por seus recursos materiais e legitimidade (sempre transferida aos seus agentes), bem como pela disposição intelectual em atuar como elite (ou vanguarda) sobre a sociedade brasileira, o Estado atraiu diversos grupos, constituindo-se complexas relações em conjunturas distintas. Quando, ao contrário, o Estado é percebido na sua estrutura e nos seus fins como estando em contradição com a própria sociedade, esse julgamento negativo pode se transformar numa ação que busque modificar as posições dos agentes sociais, definindo a contestação da legitimidade e a procura por outro tipo de recurso que consiga, de alguma forma, equivaler ao poder material e simbólico do primeiro.

Pelo termo *esquerda*, é importante salientar, entende-se um conjunto de forças políticas críticas da ordem capitalista estabelecida, identificadas com as lutas dos trabalhadores pela transformação social. Os “diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes”.²² As esquerdas brasileiras são tomadas como grupos ou indivíduos responsáveis por ideias e/ou movimentos que fundamentam ou efetivam projetos de transformação social em benefício das classes exploradas e/ou sem representação política efetiva (muitas vezes denominadas genericamente de “povo” e/ou “massas”), expressos por meio de um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (concepções e valores) e de normas ou regras, que indicam e/ou prescrevem aos membros de dada sociedade o que devem pensar, e como devem

20 Idem, p. 163.

21 MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. p. 18.

22 GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987. p. 7.

pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, construindo, para tal, um aparato discursivo/conceitual próprio.²³

Mais uma consideração a esse respeito se faz necessária: a expressão *progressista*, para o período em estudo, pode denotar o mesmo sentido atribuído à expressão “de esquerda”, fazendo alusão a grupos que buscavam a promoção da transformação social, para benefício das classes exploradas e de menor acesso econômico, através da reforma das estruturas político-econômicas do país, no quadro do predomínio dos ideais nacional-desenvolvimentistas, onde há a busca pelo progresso (o vocábulo destaca, pois, a diferença entre os setores tradicionais – que queriam manter os *status quo* relativo, por exemplo, à economia agroexportadora – e os setores que queriam a superação das bases agrícolas do país). O termo designa, portanto, os grupos que visavam à modificação político-econômica brasileira, fazendo progredir, em consequência, as estruturas sociais, rompendo com o subdesenvolvimento e gerando o desenvolvimento nacional.

A tese foi dividida em introdução, três capítulos e conclusões. No primeiro capítulo, intitulado “Cultura de esquerda e mercado editorial no Brasil (1950-1964)”, buscou-se estabelecer as principais matrizes institucionais e teórico-políticas dos intelectuais que participaram das três revistas em análise, no período anterior ao golpe civil-militar, e que sobre elas tiveram influência. Optou-se por agrupar tais conjuntos em “As esquerdas nacionalistas e marxistas” (onde foram revisadas as propostas do Partido Comunista Brasileiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Centros Populares de Cultura e a iniciativa do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, de 1963) e “As esquerdas cristãs” (com as perspectivas protestantes e católicas sobre transformação social no Brasil, expressas através de diversas organizações). Além disso, buscou-se compor, na parte intitulada “Ênio Silveira e a Editora Civilização Brasileira”, um retrospecto das trajetórias do editor e da sua empresa, com o objetivo de dimensionar as características das suas atuações no mercado editorial Brasileiro até 1964.

No segundo capítulo, chamado “Os livros e as revistas das Editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra (1964-1969)” e dividido em quatro partes (“Os livros e a livraria, 1964-1969”, “A *Revista Civilização Brasileira*, 1965-1968”, “A *Revista Política Externa Independente*, 1965-1966”, “A *Revista* e a Editora *Paz e Terra*, 1966-1969”), buscou-se

23 Idem.

reconstituir a produção das empresas a partir do golpe civil-militar, bem como o papel por elas ocupado entre os intelectuais brasileiros. Indicaram-se, também, alguns aspectos relativos ao tratamento dispensado pelo governo às parcelas do setor editorial que se colocaram na oposição. É importante destacar que a abordagem dispensada à *Revista Civilização Brasileira* ampliou aquela utilizada na dissertação de mestrado, à medida que incorporou diferentes temas, textos e manifestações por ela divulgados, além de revisões mais detalhadas sobre seus responsáveis e colaboradores, embora tenham sido novamente referidas algumas das iniciativas que marcaram a existência do periódico.

O trabalho com cada periódico foi dividido em duas partes. Na primeira (“Formação e proposta”), o objetivo principal foi o de reconstituí-los em sua característica fundamental de “ponto de encontro” de intelectuais, através da revisão de aspectos das trajetórias dos agentes nelas envolvidos e dos intercâmbios e relações entre eles estabelecidos. Tal tarefa revelou uma dificuldade fundamental, ligada ao grande número de nomes publicados nos conselhos das revistas – e à falta de referências adequadas sobre alguns deles –, razão pela qual foram organizados quadros-resumo que objetivaram tão somente indicar o “lugar” geral do agente nos meios intelectuais. Não intencionando, de forma alguma, esgotar suas trajetórias, foram privilegiados aspectos relativos à área de formação e à atuação profissional até 1969 (ano em que a *Revista Paz e Terra* deixou de ser editada), em detrimento daqueles relacionados às condições sociais de origem de cada agente, por se considerar mais profícua a análise das posições por eles ocupadas no período de edição das revistas.

Entretanto, o exercício de “situar” cada um dos colaboradores dos periódicos, mesmo que de maneira sucinta, justificou-se por permitir uma identificação mais precisa dos vários grupos e espaços mobilizados pelas revistas, melhor dimensionando suas abrangências. Permitiu, também, algumas reflexões sobre os atributos intelectuais tidos como legítimos nos meios reunidos em torno da ECB, elementos estruturadores da lógica particular das relações entre os agentes, que operaram tanto como critério de participação, quanto como recursos na construção da autoridade sobre a qual repousavam as ideias divulgadas pelas revistas.²⁴ Ainda nessa parte, foram revisados os pressupostos teórico-políticos de aproximação e adesão,

24 Foram utilizadas, sempre que disponíveis, as “apresentações” dos autores publicadas nas próprias revistas, por se considerar que elas identificam de forma mais precisa as características intelectuais mais respeitadas e reconhecidas como válidas, além de afastarem o equívoco de se avaliar o “peso” intelectual de cada agente fora do período específico em estudo. Por essa mesma razão, optou-se por reproduzir alguns trechos longos de textos das revistas, sempre que neles estivessem contidas referências sobre a própria atividade intelectual.

expressos nas propostas e os princípios gerais publicados em cada periódico, e que viabilizaram a reunião intelectual ali formalizada.

No segundo momento do trabalho com as revistas (“Organização e dinâmica editorial”), a pesquisa buscou evidenciar as particularidades do “jogo” estabelecido entre os intelectuais, o governo e o leitor, através de características dos periódicos, como a organização dos textos, as temáticas selecionadas, os tipos de materiais divulgados, os recursos gráficos utilizados, bem como dos conteúdos publicados em textos de apresentação, notas da Direção e/ou dos conselhos de redação e em as matérias não assinadas, materiais escolhidos por expressarem, mais especificamente, as preocupações e as posições teórico-políticas dos grupos ligados à ECB e à EPT. Foi observada, também, a publicação de outras formas de manifestação e de “pressão intelectual” em seus embates com o governo, como manifestos, cartas, questionários e pesquisas, além de transcrições de reuniões e debates promovidos pelos membros das revistas, que revelaram seus focos de discussão.

O terceiro e último capítulo, intitulado “As ações contra a Civilização Brasileira e a Paz e Terra (1964-1972)”, tratou das iniciativas judiciais, policiais e extraleais utilizadas pelo governo e pelos órgãos de informação e segurança contra Ênio Silveira, suas empresas e os livros por ela editados. Na primeira parte, intitulada “O golpe de Estado e as características do autoritarismo brasileiro”, procurou-se estabelecer algumas das especificidades do golpe civil-militar e dos primeiros anos da ditadura no Brasil, que permitiram que as atividades intelectuais de oposição e resistência realizadas por meio da publicação de livros e revistas fosse mantida e, mesmo, ampliada. Na segunda, chamada “Legislação, órgãos de segurança e a manifestação intelectual”, o objetivo principal foi o de explicitar as leis e procedimentos legais que incidiram sobre o mercado editorial e sobre as atividades intelectuais, e foram revisadas as chamadas leis de segurança nacional e de imprensa, além das Constituições Federais e outros atos legislativos, vigentes no período em estudo. A seguir, procurou-se reconstituir as medidas específicas lançadas contra a Ênio e contra a editora, que foram divididas em “As ações policiais e judiciais” e “As ações econômicas”. Nessa parte, foram utilizados documentos encontrados no Fundo das Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no Fundo do Departamento de Ordem Política e Social do Arquivo Público do Estado de São Paulo, informações publicadas pelo advogado de Ênio Silveira e da Civilização, Heleno Cláudio Fragoso, e documentos judiciais publicados na própria *Revista Civilização Brasileira*, entre outros.

Por fim, na parte intitulada “Os intelectuais e imprensa na ata da 41ª Reunião do Conselho de Segurança Nacional (11 e 16 de julho de 1968)”, buscou-se explicitar o papel por eles desempenhado, nas avaliações de membros do governo, e sua importância na “guerra revolucionária”, no período imediatamente anterior ao Ato Institucional n. 5. As atas do Conselho de Segurança Nacional relativas ao período militar foram tornadas públicas em março de 2009.

1 CULTURA DE ESQUERDA E MERCADO EDITORIAL NO BRASIL (1950-1964)

1.1 As esquerdas nacionalistas e marxistas

O pensamento de esquerda do período de 1950 a 1964 caracteriza-se, grosso modo, pelo avanço e predominância do que se pode denominar nacional-desenvolvimentismo, que se configura como uma das chaves para o entendimento da questão acerca das tendências presentes entre as esquerdas no contexto de publicação das revistas em estudo. Entre os intelectuais ligados à Editora Civilização Brasileira, vários participaram do referido “movimento”, por meio de distintas instituições e aportes. Nesse sentido, faz-se necessária a retomada de aspectos da organização dos espaços intelectuais e a identificação dos principais eixos do pensamento social e suas instituições, na perspectiva da delimitação e compreensão das teses que mais tarde estariam expressas nas revistas. Deve-se atentar ao fato de que a diversidade presente em expressões como “nacionalista” e “nação”, que acabaram se tornando rótulos nomeadores de ideias e realidades bastante distintas.

Entender o nacionalismo no Brasil implica reconhecer essa sua diversidade, sobremaneira na análise de um período em que a expressão tomou instituições, práticas e discursos. A compreensão dessa pluralidade requer, por sua vez, a reconstrução das trajetórias e conteúdos específicos dos vários nacionalismos, o que, no âmbito do presente trabalho, significa a caracterização e a análise do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC-UNE) e do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), na tentativa de se delinear uma taxonomia mínima que torne mais perceptíveis as influências teórico-políticas presentes nas proposições das revistas.

A emergência do nacionalismo como fenômeno político está relacionada a um período mais recuado, o do fim do Estado oligárquico, com a ruptura causada pelo movimento de 1930. A conjuntura desfavorável às economias agroexportadoras latino-americanas, com a crise de 1929, refletiu-se na organização política dos Estados, em que regimes que podem ser genericamente qualificados de nacionalistas, “populistas” ou nacional-populares emergiram, com projetos de rompimento com os laços pós-coloniais e de incentivo à industrialização.

A agenda nacionalista desses regimes apresentava-se de duas maneiras essenciais: em primeiro lugar, por meio de decisões políticas que buscavam impacto, definidas como indispensáveis à soberania e ao desenvolvimento econômico nacional, tais como a nacionalização de companhias estrangeiras; em segundo, o “populismo” agiu no sentido de integrar as camadas populares ao sistema político, através da inserção tutelada de organizações sindicais e camponesas, da estruturação de partidos de massa e do atendimento de algumas demandas sociais e trabalhistas, assim como as camadas populares passaram a integrar os discursos políticos com mais veemência. Diversos intelectuais atuavam no sentido de entender tais grupos sociais (por meio de instrumentos específicos), podendo propor projetos que ajudassem a concretizar a modernização almejada, aproximando-se e legitimando, muitas vezes, as ações do Estado.

Expressões genéricas como “povo” e “nação” agrupavam, nos pronunciamentos e estudos, as distintas classes sociais brasileiras, ocultando diferenças de interesses presentes no Estado e na sociedade, permitindo a criação de uma espécie de “comunidade nacional”. Já estavam presentes, portanto, o ideal do desenvolvimento (em seu sentido de busca de modernização industrial) e a intenção de consolidação nacional (como a integração, mesmo que discursiva, das massas). Os nacionalistas dos anos 1945-1964 são tributários, portanto, do binômio nacionalismo-desenvolvimento, na crítica ao modelo econômico agrário-exportador e, em consequência, à classe social a ele ligada: a elite latifundiária. Esses são, talvez, os únicos elementos unificadores do nacionalismo brasileiro.

Com o Estado Novo, estrutura-se a base industrial brasileira e gesta-se, de certa forma, o que, a partir da redemocratização, em 1945, fará do nacional-desenvolvimentismo “moeda corrente” entre intelectuais, políticos, estudantes, com o avanço, a partir dos anos 1950, de instituições especificamente criadas a fim de consolidar a chamada “Ideologia do Desenvolvimento”, que passa a ganhar tonalidades acadêmicas, ao mesmo tempo em que se

volta também, por exemplo, para a organização da educação popular. Com os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, amplia-se a importância das proposições nos discursos políticos, fazendo emergir, principalmente entre os intelectuais, um clima de euforia com as possibilidades apresentadas pela colaboração do Estado. Essa efervescência ganhou tons cada vez mais sociais com o “povo” – as classes de menor renda e escolaridade – permeando, cada vez mais, os estudos e pronunciamentos. A categoria passou a estar incluída em praticamente todas as construções quando o nacionalismo ganhou tonalidade popular bastante marcada, principalmente na vigência do governo de João Goulart, especialmente a partir do retorno do presidencialismo em 1963. As Reformas de Base, reestruturações que propunham a quebra definitiva dos alicerces agrários (que geravam o subdesenvolvimento e a miséria, em todas as suas manifestações), foram amplamente apoiadas pelos nacionalistas isebianos e pecebistas.

O amplo e fluido conceito de modernização, presente desde 1930, foi sendo substituído pelo de desenvolvimento, que passa a demonstrar mais nitidamente a ideia de estágio a ser alcançado pelo país, contraposto pela noção de subdesenvolvimento, associada à irrefutável realidade então vivida pelo país. Nesse contexto, desenvolveram-se instituições e grupos que buscaram discutir e aprimorar tais ideias e conceitos, ligados ou não ao governo, que desenvolveram, num recorte geral, elementos que contribuíram com a difícil tarefa da construção do desenvolvimento, seja buscando, na própria história brasileira, causas e explicações para o subdesenvolvimento, seja atuando junto ao povo para que a sua consciência das arbitrariedades da então atual situação aflorasse, superando-as e atingindo o desenvolvimento.

Daniel Pécaut identifica e analisa, buscando as relações entre os intelectuais e a política, três “gerações”, situadas aproximadamente entre os anos 1920-1940, 1956-1964 e 1965-8.²⁵ Na primeira, os intelectuais mostraram-se, sobretudo, voltados para os problemas relativos à construção da identidade nacional e das instituições brasileiras. Organizar a nação afirmou-se como tarefa urgente entre grupos que se constituíram como dirigentes capazes de forjar a “cultura brasileira”. Assumindo uma vocação nacional, os intelectuais conseguiram ser reconhecidos como agentes legítimos, ocupando posições que, ao mesmo tempo, contribuíram para a sua profissionalização e foram marcadas pela participação nos debates

25 PÉCAUT. p. 16. O autor opta por não abordar o período compreendido entre 1945-1954 por este possuir manifestações intelectuais menos coesas no que se refere às relações com a política. São explorados apenas os contextos paulista, carioca e mineiro.

políticos e nos postos de Estado, a partir de uma visão hierárquica da ordem social.

No segundo período, a atuação dos intelectuais redimensiona sua tarefa: a existência da nação brasileira é pressuposta, e o nacionalismo passou a atuar como verdadeira “ideia-força”:

Os intelectuais já não precisam reivindicar uma posição de elite: sua legitimidade decorre justamente de se fazerem intérpretes das massas populares: de um lado, têm a missão de ajudar o povo a tomar consciência de sua vocação revolucionária; de outro, cabe-lhes demonstrar, enquanto ideólogos, que o desenvolvimento econômico, a emancipação das classes populares e a independência nacional são três aspectos de um mesmo processo de libertação, ou seja, de um mesmo “projeto”.²⁶

Entre os intelectuais que atuaram nas revistas da Editora Civilização Brasileira, as proposições do PCB parecem ter sido hegemônicas, pelo menos até 1964. O IV Congresso do PCB, realizado em 1954, sinalizou, para o “afrouxamento” das posições de 1950, com a adoção de modelos mais “reformistas” e menos radicais, o que teria sido gerado a partir da perda de pessoal dos quadros, bem como por uma conjuntura mais ampla, a do suicídio de Getúlio Vargas, com a intensa comoção popular instaurada contra os “responsáveis” pelo ato extremado do presidente, ou seja, os críticos do seu governo (e entre eles estava o Partido). O PCB adotou, a partir disso, posições gerais mais brandas, tentando recuperar apoio e prestígio popular. Como meta imediata, o Congresso propôs a luta contra o domínio imperialista norte-americano e dos seus principais aliados internos (os latifundiários e os capitalistas associados), com o objetivo final de revolução socialista. A etapa então atual era a de “revolução agrária e anti-imperialista” (no sentido de eliminar os setores e as relações de apoio ao imperialismo no campo), a ser realizada por vias pacíficas, seguindo a orientação do Partido Comunista da União Soviética. Como principal tática a ser empregada, previa a formação de uma frente, que congregaria amplas camadas sociais como intelectuais, camponeses, burguesia nacional (a expressão é utilizada em oposição a capitalistas associados, que seria a burguesia que desenvolvia negócios com os norte-americanos) e o operariado. A tese predominante era a do “Brasil colonizado”:

Toda a economia brasileira vai sendo, assim, transformada em simples apêndice da economia de guerra dos Estados Unidos. Os imperialistas norte-americanos interferem diretamente em toda a vida administrativa do país, põem a seu serviço o aparelho do Estado brasileiro para explorar e oprimir desenfreadamente o nosso povo, saquear nossas riquezas naturais e arrancar

26 PÉCAUT. p. 15. Grifo no original.

lucros máximos. Nossa pátria perde rapidamente suas características de nação soberana e é invadida pelos agentes dos monopólios norte-americanos. Os representantes do Brasil no estrangeiro passam a instrumentos a serviço do Departamento de Estado. Nossas forças armadas são submetidas ao comando de oficiais e sargentos norte-americanos e os governantes do país descem ostensivamente à categoria de empregados do governo dos Estados Unidos. Por intermédio da imprensa, do rádio, do cinema, da literatura e da arte, reduzidos a instrumentos de colonização, procuram os agentes norte-americanos liquidar as mais caras tradições de nosso povo e a cultura nacional.²⁷

Diferentemente dos posicionamentos anteriores, o PCB considera, a partir do IV Congresso, a existência de uma burguesia essencialmente nacional – é interessante perceber que não há uma análise mais detalhada sobre a formação social brasileira²⁸ – capaz de estruturar interesses independentes dos interesses imperialistas, atribuindo a ela importante papel no processo de revolução brasileira (como o grupo capaz de preservar os interesses nacionais, levando a cabo ações e práticas de caráter nacional). Além disso, a fim de se romper com o isolamento do Partido, os militantes deveriam atuar em organizações legais relativas à profissão que exerciam (sindicatos), organizações de bairro, à condição cultural e de gênero (em organizações culturais e femininas) e etárias (Juventude Comunista e organizações estudantis).²⁹ Tal política estabelecia, portanto, a atuação de comunistas de um partido ilegal em frentes legais com a opção pela ação conjunta com outros setores da população. Essa prática interessa especialmente ao presente trabalho, pois influenciará os pressupostos sobre a tentativa de revolução por meio da frente única, o que, no período pós-golpe, passou a ser veementemente revisto.

Dentre as frentes previstas, portanto, estava a de uma frente intelectual, o que corroborava a pretensão intelectual, analisada na introdução, de participar, com seu aporte teórico privilegiado, de projetos e ações que envolvessem as classes populares. A “virada para as massas”, a partir de 1954, seria prioridade do Partido:

Estreitar diariamente as relações do Partido com as massas, ter participação ativa nos sindicatos e outras organizações de massas, dedicar-se à defesa das reivindicações de massas, explicar às massas a significação da política do

27 Programa do Partido Comunista Brasileiro, 1954. Reproduzido em SANTOS, Raimundo. **A primeira renovação pecebista**: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988. p. 37.

28 SANTOS, p. 38.

29 Ver: GARCIA, Eliane Rosa. **A ação legal de um partido ilegal**: o trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB no Rio Grande do Sul (1947-1960). Porto Alegre, 1999. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Partido e organizá-lo para a luta a fim de realizar as tarefas estabelecidas pelo Partido.³⁰

O novo regime não será uma ditadura do proletariado, mas não será também uma ditadura da burguesia. [...] Por sua essência, o regime democrático popular será uma ditadura das forças antifeudais e anti-imperialistas, será efetivamente o poder do povo, da maioria esmagadora da nação – os operários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional.³¹

A principal consideração acerca do processo revolucionário brasileiro passa a ser, portanto, a luta nacional em oposição ao imperialismo, para a eliminação da base arcaica rural brasileira, o latifúndio (de características feudais), para a instauração de uma democracia popular nacionalista. A linha de ação era a de apropriação legal do Estado – por vias pacíficas – e de amplas reformas políticas e econômicas, que modificassem a restrita participação e a submissão econômica, promovendo o desenvolvimento nacional e a melhoria das condições sociais de existência. O Partido passou a prestar amplo apoio aos projetos de industrialização nacional, e a ideia de frente única influenciou amplos setores da esquerda. Em termos práticos, a nova linha, iniciada em 1954, representou um intenso incremento nos efetivos do PCB.

A morte de Stálin, em 1952, e principalmente o XX Congresso do Partido Comunista da URSS, em 1956, no qual Nikita Krushev denunciou os crimes do período stalinista, levaram o PCB a uma crise profunda entre os anos de 1956 e 1958. A repercussão dessa crise entre os intelectuais pecebistas foi bastante marcada, sendo esse, certamente, o setor partidário mais abalado pela problemática soviética. As violações à liberdade e a repressão em massa levada a cabo por Stálin durante seu longo governo trouxeram à tona uma série de novas questões. Uma das consequências mais diretas no Brasil foi a diminuição da importância do Partido.³² Nesse sentido, a “Declaração sobre a Política do PCB”, documento de 1958 (ratificado, posteriormente, no V Congresso do Partido, realizado em 1960), reafirma as proposições reformistas já definidas, numa forma de aproveitamento político da conjuntura de prestígio do nacional-desenvolvimentismo e de governos “populistas”, reaproximando filiados. A ordem do dia era, portanto, o apoio aos projetos reformistas do governo de João Goulart. A Revolução Cubana de 1959, mesmo que de forma não tão marcada nas teses pecebistas, teve influência inegável sobre um novo afluxo para o Partido de jovens

30 Estatuto do Partido Comunista do Brasil (1954), artigo 3, capítulo I, reproduzido em SANTOS, p. 55.

31 Informe de balanço do Comitê Central, 1954. Reproduzido em SANTOS, p. 47.

32 Em 1962, em conferência realizada em São Paulo, houve a criação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), confirmando as oposições e divergências quanto ao modelo soviético de socialismo.

intelectuais, que se engajaram, por consequência, na luta “nacional-popular-desenvolvimentista” em andamento no país.

Em 1963, o PCB criou um Comitê Político de Intelectuais, que se propunha a “participar da formação de uma frente única, democrática e nacionalista, ao lado de outras ações populares reunidas no movimento pela melhoria das estruturas da sociedade brasileira”.³³ Ali atuaram membros e simpatizantes, como Alex Viany, Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto (também membro do ISEB), Barbosa Lima Sobrinho, Dias Gomes (membro do CPC), Édison Carneiro, Cavalcanti Proença, Moacyr Félix, Nelson Werneck Sodré (também do ISEB), Osny Duarte Pereira (membro do ISEB) – os quais participaram mais tarde das revistas em análise como colaboradores ou membros do Conselho de Redação –, Ênio Silveira (proprietário da *Civilização Brasileira* e futuro editor da revista), Jorge Amado, Oscar Niemeyer e Carlos Guilherme Mota (também do ISEB).³⁴ A origem institucional e a projeção dos nomes manifesta a articulação entre as instituições nacional-desenvolvimentistas, surgida também em torno do Partido e da sua frente única nacional-desenvolvimentista.

O golpe militar de 1964 e a progressiva repressão levada a cabo pelo governo instaurado contra os partidos, movimentos e intelectuais de esquerda abalaram de forma bastante marcada as estruturas do Partido, com a perseguição a muitos de seus membros e instauração de Inquérito Policial Militar.³⁵ Sua influência em muitos meios, entretanto, permaneceu, apesar de iniciar-se um período de revisão mais pronunciada acerca da validade dos “esquemas revolucionários” propostos pelo PCB e identificados com os manuais soviéticos. Muitas de suas dissidências voltaram-se para a luta armada e para outras interpretações do marxismo.

A ideia de fundação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi gestada a partir da formação de um grupo de discussão já no início da década de 1950, o chamado “grupo de Itatiaia”, que tinha como representantes paulistas de maior destaque Roland Corbisier (que atuou mais tarde como secretário da *Revista Civilização Brasileira*), Miguel Reale, Almeida Salles e Paulo Edmar de Souza Queiroz, das áreas da Filosofia e do Direito. Do lado carioca, destacavam-se Hélio Jaguaribe, sociólogo e economista, Rômulo de Almeida, economista, e o

33 PÉCAUT, p. 142-143.

34 PÉCAUT, p. 143.

35 Sobre esse IPM, ver: CZAJKA, Rodrigo. **Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2009. p. 53-78.

poeta Moacyr Félix (que também atuou posteriormente como articulador da RCB e da *Revista Paz e Terra*). O grupo teve, porém, duração breve, contando com raras reuniões.

Em 1953, os cariocas que participavam do “grupo de Itatiaia” fundaram o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). O secretário-geral era Hélio Jaguaribe, sendo agregados ao grupo, em 1955, Juvenal Osório Gomes, Nelson Werneck Sodré (futuro grande colaborador da RCB) e o paulista Roland Corbisier. O IBESP tinha como principal preocupação a elaboração de um diagnóstico da sociedade brasileira que não permanecesse apenas no nível teórico, mas que assumisse de maneira incisiva a tarefa de liderar a condução da política nacional, demonstrando uma clara disposição para se associar na direção dos negócios públicos por meio do Estado. Para tanto, publicou o periódico *Cadernos do Nosso Tempo*.³⁶

Sob o governo provisório de Café Filho, o IBESP transformou-se, com o novo título ISEB, em um instituto oficial autônomo, porém vinculado ao Ministério da Educação, com um estatuto que garantia mais autonomia, formulado no início do governo de Juscelino Kubitschek. Isso foi possível graças, principalmente, ao apoio do titular desse Ministério, Cândido Motta Filho – simpatizante do grupo que compunha o IBESP – e da pressão e influência dos intelectuais envolvidos.³⁷ A direção do novo instituto foi ocupada por Roland Corbisier, e sua organização foi feita a partir de departamentos específicos, de Filosofia, História, Economia, Sociologia e Ciência Política, colocados, respectivamente, sob a responsabilidade de Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Ewaldo Correia Lima, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe (que atuava como o verdadeiro articulador da instituição nessa fase inicial). Foi instituído, ainda, um conselho de tutela, do qual participavam Anísio Teixeira, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Hélio Burgos Cabral, Hélio Jaguaribe, José Augusto de Macedo Soares, Nelson Werneck Sodré, Roberto Campos e Roland Corbisier.

36 Os *Cadernos do Nosso Tempo* circularam entre 1953 e 1956, com cinco volumes editados e publicados. Entre os seus colaboradores estavam Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Carlos Luís Andrade, Ewaldo Correia Lima, Fábio Breves, Heitor Lima Rocha, Hélio Jaguaribe, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Jorge Abelardo Ramos, Juvenal Osório Gomes, Moacir Félix de Oliveira e Oscar Lorenzo Fernandes. A temática e as principais proposições dos *Cadernos* (embora não houvesse, a exemplo do futuro ISEB, consenso teórico-político) fundamentavam-se no pensamento cepalino, com a preocupação com o subdesenvolvimento brasileiro (num sentido de atraso em relação a outros países), a busca de uma posição internacional de não alinhamento e união regional (no quadro de estabelecimento dos blocos opostos da Guerra Fria), um nacionalismo explícito em relação aos recursos naturais do país, a melhoria da gestão pública (com a racionalização administrativa), a maior participação de setores populares na vida política (com ênfase na educação de massa).

37 PÉCAUT, p. 109.

Até 1958, o ISEB caracterizou-se, sobretudo, como um centro de estudos. Na própria visão do ministro Cândido Motta Filho,

tratava-se de um Instituto civil que devia, da mesma maneira que a Escola Superior de Guerra, consagrar-se às Ciências Sociais, a fim de aplicar categorias e dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, buscando a elaboração de instrumentos teóricos que permitissem estimular e promover o desenvolvimento nacional.³⁸

O próprio presidente Juscelino Kubitschek declarou, acerca da instituição, que essa tinha por objetivo formar uma “mentalidade, um espírito, uma atmosfera para o desenvolvimento”.³⁹

Tal atribuição oficial ao ISEB demonstra, de maneira nítida, o crescimento da importância da atividade intelectual no contexto político-econômico do período em questão – a segunda metade da década de 1950. O grupo que compunha o Instituto recebeu formalmente do Estado a tarefa de formular um “sentimento” favorável ao projeto de modernização industrial brasileiro, ou seja, o projeto de desenvolvimento, conceito que se consolidava na ordem do dia. Tratava-se, pois, de dar sustentação teórica às modificações levadas a cabo no plano político e infraestrutural pelo governo, a partir de maciços investimentos em obras públicas, no âmbito da exportação internacional de capitais para a integração de economias periféricas.

O ISEB mantinha-se por meio de dotações oficiais (desde 1954, o IBESP já recebia verbas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES), além de subvenções da Federação das Indústrias de São Paulo, estabelecendo-se, inicialmente, como instituição de ensino, a partir da montagem de turmas regulares, formando muitos alunos oriundos principalmente da Escola Superior de Guerra, diplomados que já exerciam atividades profissionais, estudantes universitários em formação, funcionários de inúmeros ministérios e da administração estadual e municipal.

O Instituto se consolidou, no final da década, como núcleo de intelectuais do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, mantido no seio do Estado, participando desse, mesmo que de forma não direta⁴⁰, com a tarefa de ajudar a constituir e consolidar legitimidade para o

38 PÉCAUT, p. 110.

39 Idem.

40 Sobre a efetiva influência do ISEB nas políticas públicas, Jacob Gorender afirma: “O ISEB tinha influência sobre a sociedade, pois realizava muitas conferências, influía na nomeação de ministros e dispunha de uma

governo, fundamentando-se na ideia-chave de desenvolvimento nacional, complementando a ação dos funcionários estatais de funções decisórias nas áreas, sobretudo, relativas à política econômica e às ações sociais. É interessante perceber, nesse momento, o início de uma das questões que darão a feição principal do instituto – apesar da diversidade teórica quase sempre bem marcada: a noção de eficácia material das ideias, ou seja, na importância e no potencial relativo à consciência da situação de exploração das classes sociais brasileiras, consciência essa que deveria dar conta do seu papel na meta geral do desenvolvimento, fixada “por cima”, pelo Estado. O ISEB faria a interface discursiva e pedagógica necessária com a sociedade civil e funcionários públicos.

É importante salientar que o ISEB forneceu, através da sua relação com o Estado, o suporte teórico-político de toda uma geração de intelectuais, calcado nas noções fluidas de modernização, desenvolvimento e nacionalismo, perfeitamente adequadas às palavras de ordem do momento político do país (sob a presidência de Juscelino Kubitschek) transformando o nacionalismo em idioma político dominante, embora marcado pela fluidez, imprecisão e heterogeneidade teórica, característica da produção isebiana. Uma mesma noção, como a basal ideia de nacionalismo, podia variar desde uma concepção estritamente nacionalista, não prevendo na economia, por exemplo, a entrada de capital estrangeiro (como “o nacionalismo de” Nelson Werneck Sodré), até a associação do conceito com uma referência à ideia de mobilização popular nacional pura e simples (como a de Hélio Jaguaribe), ou, ainda, como uma formulação mais teleológica, em que seria “o nacionalismo o pensamento natural das massas” (como afirmava Álvaro Vieira Pinto).⁴¹

O Instituto foi extinto em abril de 1964, por decreto de Ranieri Mazilli, enquanto ocupava, também provisoriamente, a presidência da República, tendo sido submetido a um Inquérito Policial Militar, que teve mais de sessenta indiciados. Entre eles, estavam Nelson Werneck Sodré, Juscelino Kubitschek, Clóvis Salgado e Oliveira Brito, João Goulart, Darci Ribeiro, Jânio Quadros, Francisco Julião, Eloi Dutra, Leonel Brizola, Rolando Corbisier, Miguel Arraes, Júlio Sambaqui e Osny Duarte Pereira.⁴²

política editorial. Tanto que os golpistas de 1964, uma das primeiras coisas que fizeram, foi invadir, depredar e acabar com o ISEB”. (GORENDER, Jacob. “O ofício do historiador”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações. v. 23, n. 45, 1º sem./2003. p. 307.)

41 TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1978. p. 174.

42 Sobre esse IPM, ver: CZAJKA, Rodrigo. **Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968)**. p. 99-124.

Já a origem do primeiro Centro Popular de Cultura (CPC) remonta uma ação do próprio PCB, em parceria com a Juventude Universitária Católica, que criou, em 1955, o Teatro Paulista do Estudante (TPE), que visava à formação de quadros no movimento estudantil. Fizeram parte do TPE Ruggero Jacobbi, Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Vianna Filho, sendo os dois últimos filiados ao Partido. No final de 1955, com o rompimento e afastamento de Guarnieri e Vianna Filho do PCB (no início de um contexto generalizado de afastamento intelectual do Partido já mencionado), o TPE se fundiu ao Teatro de Arena de São Paulo que, por sua vez, tinha origem na Escola de Arte Dramática de São Paulo e foi fundado também em 1955, por Gianfrancesco Guarnieri e por Augusto Boal.⁴³

A partir da união dos dois grupos, o que vai definir o novo Arena é a proposta de criação de um teatro popular que promovesse autores nacionais, pesquisa cênica (a fim de atingir o universo “emocional” do espectador em geral, e não mais, necessariamente e apenas, o intelectual) e a inserção de elementos cotidianos populares nas montagens. A montagem *Eles não usam black-tie*, do Arena, foi para o Rio de Janeiro em 1961, havendo a divisão do grupo, pois Guarnieri e Boal retornam a São Paulo, e Oduvaldo Vianna Filho permaneceu na cidade.

A fim de dar continuidade à proposta de realizar peças com temas sociais brasileiros, Oduvaldo Vianna solicitou ao ISEB, na figura de Carlos Estevão Martins (sociólogo do instituto), ajuda teórica para a sua montagem de *A mais-valia vai acabar, seu Edgar*, levada a cabo e apresentada no mesmo ano na faculdade de arquitetura da Universidade do Brasil. O sucesso da iniciativa levou Oduvaldo Vianna a buscar uma continuidade para o trabalho, percebendo um potencial de público. Em março de 1961, a partir de uma proposta de continuidade da atuação do Teatro de Arena, no Rio de Janeiro, e no sentido de ir ao encontro das camadas populares (ir ao encontro do público mais amplo, realizando espetáculos nos mais variados locais), foi fundado o primeiro CPC, com Carlos Estevam Martins como primeiro diretor. A iniciativa atraiu intelectuais e artistas de destaque, como Carlos Diegues, Arnaldo Jabor, Ferreira Gullar (um dos principais futuros articuladores da área de Literatura da *Revista Civilização Brasileira*), Carlos Castilho e Leon Hirzman.

43 Todas as informações relativas às origens dos CPCs foram retiradas de SOUSA, Alexandre Ricardo Lobo de. **O teatro no Centro de Cultura da União Nacional dos Estudantes: o povo, a nação, o imperialismo e a revolução: 1961-1964.** Porto Alegre, 2001. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 30-39.

O CPC adquiriu consistência definitiva a partir da sua relação direta com o ISEB (apropriando-se de grande parte dos seus pressupostos teórico-políticos, atuando como o “braço voltado para o povo”) e com a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade a qual procurou em busca de espaço físico. O CPC continuou tendo, entretanto, estatuto que lhe garantia autonomia em relação à instituição. Formou-se, portanto, o mais conhecido dos CPC, o da UNE, que serviria de matriz para uma rede em expansão, assessorado diretamente pelo ISEB e assistido de perto pelo PCB.⁴⁴ Em março de 1962, foi criada a UNE Volante, que estaria acompanhada pelo CPC, levando suas peças para um grande número de cidades. Assim, a experiência cepecista se espalhou, com a criação de CPCs regionais, compostos por membros do movimento estudantil ou patrocinados por órgãos dos Estados. O CPC do Rio de Janeiro fornecia material aos CPCs regionais, como os Cadernos do Povo Brasileiro (que serão abordados adiante), destinados a colocar a teoria ao alcance de todos (mas que seriam, posteriormente, criticados por “vulgarizarem o marxismo para o consumo de estudantes”⁴⁵). Com o golpe civil-militar de 1964, os CPCs foram fechados e submetidos a inquéritos, assim como a UNE, que teve sua sede invadida.

Ajudando a compor o conjunto das ações que movimentaram os espaços intelectuais a partir de 1950, o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) representou a tentativa de consolidação de uma frente intelectual brasileira, em torno do projeto nacional-desenvolvimentista, que atuaria ao lado da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e da UNE, no sentido de prestar apoio teórico-político no âmbito das Reformas de Base. O CTI pretendia, pois, institucionalizar, em 1963, a atuação intelectual frente à conjuntura brasileira do período, conjugando esforços – numa espécie de órgão de interpretação e divulgação do pensamento intelectual – de diversas áreas, em diversos setores de atuação (como teatro, cinema, televisão, literatura, música, profissões liberais), a fim de poder interagir de forma mais eficaz com o poder público e com a sociedade civil. Participaram da reunião de fundação do Comando Ênio Silveira, Oscar Niemeyer, Nelson Werneck Sodré, Di Cavalcanti, Moacyr Félix, entre outros.

Nas palavras do próprio Ênio Silveira, o CTI representou a percepção, por parte dos intelectuais brasileiros, que era necessário organizar uma frente que pudesse atuar de forma

44 SOUSA, p. 32.

45 PÉCAUT, p. 164.

mais sistemática, pois a conjuntura populista do governo Goulart demonstrava sinais de desarticulação e estagnação:

Até que eu senti que já estava no ar, no ano de 63, particularmente no segundo semestre, já se tornava bastante claro para toda a *intelligentsia* de esquerda brasileira que os complôs de um golpe já estavam nos bastidores dos grupos revolucionários do país. Tanto é assim que várias coisas foram feitas no Rio de Janeiro, que era ainda um centro nervoso da nação, de grande irradiação cultural e política. Eu fui um dos instrumentos de organização do CTI, Comando dos Trabalhadores Intelectuais, que era uma associação de intelectuais em qualquer setor, escritores, jornalistas, teatrólogos, radialistas, compositores. Todos aqueles intelectuais que sentissem responsabilidade diante de um golpe que estava sendo tramado, e já a esta altura de maneira bastante escancarada, deviam tomar medidas para usar as suas capacidades intelectuais na luta contra o golpe que estava vindo.⁴⁶

O CTI não chegou a ter ação efetiva, e foi fechado juridicamente com o golpe de Estado, além de também ser citado em inquéritos. De uma maneira geral, entretanto, de 1964 a 1968, as especificidades do autoritarismo brasileiro (que serão abordadas no terceiro capítulo), permitiram que os intelectuais mobilizados por meio dessas instituições mantivessem o debate em torno da “revolução brasileira” e do nacional-desenvolvimentismo, por iniciativas como as revistas e os livros das editoras em estudo.

1.2 As esquerdas cristãs

Assim como nos espaços influenciados pelo marxismo e pelo nacional-desenvolvimentismo, diversos grupos e instituições religiosas cristãs passaram, ao longo das décadas de 1950 e 1960, por um processo de grande mobilização intelectual, a partir da identificação com projetos de transformação social e de colaboração ecumênica, também interrompidos pelo golpe de Estado e por reações conservadoras dentro das próprias igrejas. Marcados pela ideia de engajamento necessário das religiões e das igrejas nas urgentes questões do mundo secular, surgiram diversos movimentos e instituições que também se voltaram à análise da realidade brasileira e ao trabalho com o “povo”.

No universo católico, quer seja na dinâmica específica brasileira, quer seja no contexto internacional, os anos 1950 e 1960 também foram uma época de mudanças no

46 SILVEIRA, Ênio. Depoimento em 22/05/1992. In: VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira**. Brasília, 1996. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1996. Livro de entrevistas. p. 35.

pensamento oficial, sob a égide de João XXIII, papa desde a morte de Pio XII, em 1958. Suas duas encíclicas, *Mater et Magistra* (de 1961) e *Pacem in Terris* (1963), propuseram uma nova concepção de Igreja, mais atenta às questões do mundo secular e mais comprometida com a pobreza dos seres humanos explorados pelas modernas sociedades, incorporando diferentes tendências há algum tempo presentes entre grupos católicos de trabalho pastoral. Alertando contra o “nivelamento liberticida” proposto pelo marxismo, mas criticando o capitalismo liberal, a mensagem radiofônica papal do Natal de 1961 foi sintomática das novas perspectivas católicas:

Convocamos os homens de todas as classes a realizarem, no mundo do trabalho, dos negócios e das profissões, as diretivas da doutrina social da Igreja. Fugindo do nivelamento liberticida pregado pelo marxismo, não se caia no egoísmo, na cobiça e na desumana indiferença que caracterizam o capitalismo liberal. Hoje não se pode mais errar nem tergiversar. Pois o caminho está aberto e seguro: é a “*Mater et Magistra*”, código completo de convivência humana, impregnado de vida sobrenatural, ensinando-nos que a justiça e a bondade cristã hão de vencer o espírito de contradição e de dureza, para se conseguir uma valorização mais serena das coisas.⁴⁷

Entre 1962 e 1963, o Concílio Vaticano II reuniu-se em Roma e, apesar das contradições e limitações que envolveram a renovação católica, enfatizou em seus documentos as funções sociais da Igreja, afirmou a importância do trabalho dos leigos e da corresponsabilidade (dentro do clero e com os leigos), convocou ao diálogo ecumênico, simplificou a liturgia, criando um novo padrão que, apesar de influir de formas diferentes em cada contexto nacional, promoveu um modelo de práticas pastorais ao redor do mundo.⁴⁸ Apesar de predominarem bispos e teólogos europeus, os efeitos do Concílio foram mais significativos em alguns países da América Latina, pois, na prática, já existiam diversas iniciativas pastorais e de crítica ao profundo abismo social existente nas sociedades em processo de modernização industrial, ignorado de forma geral pelas cúpulas católicas nacionais.

Para diversos grupos, as modificações vindas “de cima”, do Vaticano, legitimaram a “nova postura”, aberta ao mundo, crítica e a favor das camadas mais pobres, estimulando o engajamento. Diversas iniciativas surgiram ou foram influenciadas por conta dessa renovação,

47 Mensagem reproduzida no Plano de emergência para a Igreja do Brasil, publicado originalmente em 1963, no primeiro número dos Cadernos da CNBB e reeditado sob o título **Documentos CNBB-76**. São Paulo: Editora Paulinas, 2004. p. 16.

48 MAINWARING, Scott. **The Catholic Church and politics in Brazil, 1916-1985**. Stanford University Press. California, 1986. p. 43-44.

muitas delas organizadas e coordenadas por leigos católicos, inseridos em meios intelectuais, escolares universitários e de trabalho pastoral.

Essa esquerda católica de 1960 será a primeira manifestação, no Brasil e mais tarde no resto da América Latina, do que se poderia chamar cristianismo da libertação, que é bem anterior – e bem mais amplo em suas manifestações – à teologia do mesmo nome. Trata-se de um conjunto de reflexões e práticas que questionam a injustiça social, e se traduzem no compromisso de cristãos – membros do clero, mas sobretudo leigos, organizados em comunidades eclesiais de base (CEBs), pastorais populares, Juventude Católica Universitária (JUC) e Juventude Católica Operária (JOC), movimentos de educação de base – com a luta pela emancipação dos pobres.⁴⁹

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952 sob a influência do bispo Hélder Câmara, passou a editar, a partir de 1962, os *Cadernos da CNBB*, para divulgar o “Plano de Emergência para a Igreja do Brasil”, formulado na V Assembleia Ordinária da instituição, realizada em abril do mesmo ano, indicando sua consonância com as orientações do papa João XXIII:

Queremos realizar no Brasil uma presença vital da Igreja, que salvará as almas e salvará a Nação de todas as ameaças que, contra ela, se levantam: como o comunismo ateu e demolidor dos valores mais autênticos do homem; as concepções destruidoras da dignidade da família e as reiteradas tentativas divorcistas com as quais jamais se poderá conformar a consciência dos eleitores cristãos; a mentalidade laicizante que teima em voltar ao cenário do País, ao menos em alguns setores de suas atividades; o egoísmo e o lucro erigidos pelo liberalismo econômico em suprema norma a governar as atividades produtoras da Nação e que devem cristamente dar lugar ao espírito de serviço e de bem comum, se não quisermos ver os desequilíbrios sociais crescerem até o desespero.⁵⁰

Algumas dessas organizações tinham, em suas origens, um caráter conservador (como a JUC), mais voltado à formação de lideranças católicas e a preocupações estritamente religiosas e doutrinárias, mas acabaram por incorporar de forma intensa as questões da política estudantil (como a reforma universitária, num diálogo com a UNE) e os debates sobre os problemas estruturais da sociedade brasileira, além de incentivar a participação político-partidária de seus membros. Nesse processo de renovação progressista, surgiu a Ação Popular (AP), em 1962, entre leigos da juventude católica, embora constituída como organização não confessional. A AP significou uma ruptura dos católicos progressistas com a estrutura hierárquica da Igreja brasileira, embora mantivesse pressupostos do pensamento cristão,

49 LÖWY, Michael. “As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia** (1964-...), 2007. p. 306.

50 **Documentos CNBB-76**. p. 14-15.

associados a referências do marxismo, e que, a partir de 1964, passou por uma “guinada [que] a levaria a aproximar-se do castro-guevarismo, até a adesão definitiva ao marxismo, via maoísmo”⁵¹, rompendo com a herança católica. Na educação popular, destacou-se o Movimento de Educação de Base (MEB)⁵², criado pela em 1961, e que encorajou diversos outros movimentos de alfabetização (como o Movimento de Cultura Popular, de Recife, primeiro a utilizar o método de Paulo Freire).

Com o golpe civil-militar de 1964, a CNBB pronunciou-se solidária ao movimento que derrubou a “ameaça comunista” que representava o governo de João Goulart, posição que teve apoio do conjunto do episcopado, mas que passou a contar com a aposição de alguns bispos bastante influentes, como Dom Hélder Câmara, nomeado arcebispo de Olinda e Recife dias antes do golpe de Estado, e que seria uma das capas da *Revista Paz e Terra*. A posição da cúpula da Igreja provocou, entre membros do clero e leigos católicos, uma “radicalização” que se expressou na participação em atividades armadas de resistência à ditadura, sendo o exemplo mais conhecido o apoio que forneceram os dominicanos à organização guerrilheira dirigida pelo comunista dissidente Carlos Marighella, a Ação Libertadora Nacional.⁵³

Entre os intelectuais e espaços protestantes (sobretudo nas denominações presbiteriana, luterana, metodista e episcopal), a década de 1950 representou a formação de uma esquerda ligada, sobretudo, ao ideal ecumênico e de responsabilidade social dos cristãos frente a uma realidade preocupante e marcada pela desigualdade, ancorada, mormente, nas iniciativas e discussões realizadas no Conselho Mundial de Igrejas (CMI), criado em 1948, em Amsterdã, com a representação de centenas de delegados, de cento e quarenta igrejas.⁵⁴ O CMI organizava comitês, conferências e assembleias, dos quais predominantemente participavam protestantes, embora tenha havido a participação mais efetiva de católicos a

51 CIAMBARELLA, Alessandra. “Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão, p. 101.

52 O MEB consistia na viabilização de milhares de escolas radiofônicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste (apoiando-se na ampla penetração do rádio nos meios rurais), a partir da prática pioneira de alguns padres, financiado com aportes federais e com a utilização de emissoras da Representação Nacional das Emissoras Católicas. A igreja também estava encarregada de recrutar, entre seu clero e leigos, professores e monitores. O projeto estava em consonância com as orientações da UNESCO (criada em 1947) sobre a educação de adultos e com as políticas federais de incentivo à escolarização. Ver: FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966)**. Campinas, Autores Associados (Coleção Educação Contemporânea), 2006.

53 LÓWY, p. 308.

54 Ver: HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. “Responsabilidade Social e Revolução no Movimento Ecumênico Brasileiro dos anos 50 e 60”. Texto apresentado no IV Congresso Internacional de Ética e Cidadania, Filosofia e Cristianismo, no Grupo de Trabalho Filosofia, Cristianismo e História, e publicado em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Chancelaria/GT3/Arnaldo_Erico_Huff_Junior.pdf. Consulta em: 15/01/2011.

partir do concílio Vaticano II. Na América Latina, a Comissão de Igreja e Sociedade organizou discussões que progressivamente incorporaram temas políticos, com a participação de leigos em número cada vez maior, vistos como legítimos de apreciação sob perspectivas cristãs, e urgentes na criação de propostas de transformação da realidade. Em 1953, foi realizada, em São Paulo, a Conferência sobre Igreja e Sociedade, promovida pelo CMI e inserida em outras iniciativas latino-americanas que refletiam a agitação nos meios intelectuais protestantes, como a primeira Conferência Evangélica Latino-Americana (conhecida como CELA I), realizada, em 1949, em Buenos Aires.

Em 1961, foi criada, também pelo CMI, a Junta Latino-Americana de Igreja e Sociedade (conhecida pela sigla ISAL, Igreja e Sociedade na América Latina), para discutir qual era a “responsabilidade social dos cristãos frente às rápidas mudanças sociais, políticas e econômicas na África, Ásia e América Latina”.⁵⁵ No período, cada vez mais se acentuava a divisão entre os protestantes: de um lado, o “protestantismo ecumênico” (integrado às novas perspectivas ecumênicas europeias) e, de outro, o “protestantismo evangélico” (ligado às ações missionárias evangelizadoras de aspecto mais tradicional). Identificado com o primeiro, o ISAL organizou a Primeira Consulta Latino Americana sobre Igreja e Sociedade, realizada em Huampaní (periferia de Lima, no Peru), em julho de 1961, realizada semanas antes da segunda Conferência Evangélica da América Latina (conhecida como CELA II).

No Brasil, a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), organização criada em 1934, implantou a Comissão de Igreja e Sociedade, em 1955, coordenada pelo sociólogo Waldo Aranha Cesar, que seria um dos responsáveis pela criação da *Revista Paz e Terra* e seu principal diretor. Juntamente com o teólogo e reverendo presbiteriano Richard Shaull, missionário e professor da Universidade de Princeton (que também participaria da RPT, como correspondente internacional, nos primeiros números), Cesar organizou o Setor de Responsabilidade Social da Igreja, responsável pela organização de quatro conferências, com as seguintes temáticas: “A responsabilidade social da Igreja” (1955); “A Igreja e as rápidas transformações sociais do Brasil” (1957); “A presença da Igreja na evolução da nacionalidade” (1960); e “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”, naquela que ficou conhecida como Conferência do Nordeste, realizada em 1962, em Recife, e que contou com a participação de intelectuais que não possuíam ligação com movimentos religiosos,

55 SALINAS, Daniel. **Latin American evangelical theology in the 1970's: the golden decade**. Leiden (Holanda): Brill, 2009. p. 56.

demonstrando seu alcance. Associando um intenso trabalho pastoral em comunidades pobres (com obras assistenciais, de doação de alimentos e roupas) a iniciativas de conscientização política, como as conferências e consultas públicas sobre temáticas específicas, o trabalho dos membros do Setor ampliou-se significativamente.

Entre os estudantes, o Seminário Presbiteriano do Sul (em Campinas), onde Richard Shaull também atuou como professor, foi uma instituição fundamental na formação de intelectuais que idealizaram e lideraram as ações de abertura teológica e institucional entre as igrejas protestantes no Brasil. Além do Seminário de Campinas, outras escolas protestantes (como o Seminário Teológico de São Paulo) contribuíram de maneira decisiva para a formação de uma juventude leiga intelectualizada que tinha acesso às universidades, que foi treinada para desempenhar liderança em suas igrejas, que logo começou a ter participação ativa nos centros acadêmicos, e que percebeu o quanto suas igrejas estavam distanciadas da realidade brasileira. O desenvolvimento de centros escolares e acadêmicos de formação de lideranças protestantes (que recebiam grande aporte financeiro do CMI) constituiu uma das estratégias de expansão utilizada pelos protestantes no Brasil, a “evangelização indireta”, criticada por alguns presbiterianos brasileiros.⁵⁶

A participação de Shaull foi particularmente marcante na gradual aproximação ocorrida entre grupos protestantes progressistas (com a sua noção de responsabilidade social) e a teoria marxista, também ocorrida no universo católico:

Shaull de fato representa o envolvimento dos ecumênicos brasileiros no debate das teologias políticas em circulação internacional. Suas reflexões e os conceitos que cunhou foram o resultado do encontro dessas teologias com a realidade social brasileira e latino-americana, atravessadas pela mediação sócio-analítica marxista. A construção dos conceitos de responsabilidade social e revolução no Brasil daquele momento foi em grande parte fruto do fomento, das reflexões e das ações de Shaull. O conjunto de significados produzidos nesse contexto, ainda que não absolutamente hegemônico mesmo em meios ecumênicos, permanece como um indício que nos possibilita compreender os sonhos que embalavam a luta pela transformação social por parte de cristãos protestantes nos anos 50 e 60.⁵⁷

A juventude protestante também contava com a Federação Universal de Estudantes Cristãos (FUMEC), que realizou a I Conferência Latino-Americana, em São Paulo, em 1952, com o objetivo de ampliar o alcance entre os meios universitários. Juntamente com o pastor

56 MENDONÇA, Antônio Gouvêa. “O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas”. In: *Revista USP*, São Paulo, n.67, setembro/novembro 2005. p. 60.

57 HUFF JÚNIOR, p. 12.

presbiteriano Jorge César Mota (membro futuro do Conselho de Redação da RPT), Shaull também atuou na União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB), criada pela FUMEC, em 1940, e que se aproximou progressivamente da UNE e de uniões estaduais de estudantes.

Mas a abertura teórica e institucional, as novas solidariedades e o trabalho social levados a cabo pelo Setor de Responsabilidade Social (sobretudo pelos quadros jovens das igrejas protestantes) provocaram, mesmo antes do golpe civil-militar de 1964, uma intensa reação conservadora por parte de grupos ligados, internacionalmente, ao Concílio Internacional de Igrejas Cristãs, movimento de origem norte-americana e de orientação anticomunista. Voltando-se principalmente contra o movimento ecumênico, que também se institucionalizava, o Concílio (fundado pelo presbiteriano norte-americano Carl McIntire, que visitou o Brasil na década de 1960), influenciou alguns grupos nacionais, que acabaram criando a Federação de Igrejas Fundamentalistas, que divulgou seu trabalho por meio do jornal intitulado *O Presbiteriano Bíblico*.⁵⁸ Depois do golpe de 1964, o Setor foi fechado, membros mais “progressistas” foram delatados às autoridades policiais por integrantes das próprias igrejas e sucessivos expurgos foram promovidos – sobretudo entre estudantes e professores –, até o total esvaziamento da CEB, extinta no início da década de 1980.⁵⁹

1.3 Ênio Silveira e a Editora Civilização Brasileira

A Editora Civilização Brasileira e sua livraria no centro do Rio de Janeiro foram fundadas em 1929 pelos escritores Ribeiro Couto e Gustavo Barroso (que era integralista), e pelo livreiro Getúlio Costa. Sua edição mais lucrativa era o **Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa** (de Hilberaldo Mateus de Lima e Gustavo Barroso), embora publicasse obras literárias variadas (como as de José de Alencar e Joaquim Manuel Macedo), de história e política. Em 1932, a empresa foi adquirida pela Cia. Editora Nacional, de Octalles Marcondes Ferreira, a maior no ramo dos livros didáticos e estabelecida em São Paulo, servindo como distribuidora para seus livros no Rio. O nome Civilização Brasileira também foi usado por Octalles para uma filial da Nacional em Lisboa, que teve curta duração. Na década de 1930, a empresa tinha entre seus editados Alceu Amoroso Lima (com **Introdução à economia moderna**), Affonso Arinos de Mello Franco (com **Introdução à realidade**

58 MENDONÇA, p. 58.

59 COUTO, Edilene Souza. “Ecumenismo de serviço”. GT Protestantismos e Pentecostalismos/Associação Brasileira de História das Religiões. Publicado em <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/couto-edilece.pdf>. Consulta em: 03/01/10. p. 6.

brasileira), Octávio de Faria (com Machiavel e o Brasil), todos lançados em 1933. As obras de Gustavo Barroso mantiveram-se editadas pela ECB: **Brasil: colônia de banqueiros**, foi lançado em 1934, com reedições, **O que o integralista deve saber** e **O Integralismo de norte a sul** saíram em 1935, mesmo ano de **O animismo fetichista dos negros bahianos**, de Nina Rodrigues. A editora também publicava os discursos da Academia Brasileira de Letras.

Ênio Silveira nasceu numa família tradicional paulista, em 1925, que, apesar de pertencer ao que pode ser caracterizado como um núcleo de poucas posses (de “classe média, mas que se orgulhava de poder reconstituir genealogia desde os primórdios da colonização portuguesa”, como caracterizou o próprio Ênio), composta por pessoas ligadas à literatura e a postos da administração pública nas áreas de educação e cultura, como lembrou o próprio editor em entrevista:

É evidente que eu sou produto de minha grei. Desde a minha mais tenra idade eu vivi num ambiente altamente cultural. Meu avô, Valdomiro Silveira, era escritor. Meu pai, advogado, era também contista. Meu tio Mirual era contista. Meu tio Agenor era poeta, meu tio-avô, enciclopedista e pesquisador. Então eu, desde menino, vivi num ambiente altamente culto, no qual o livro era a entidade máxima, à qual todos voltavam um respeito quase religioso. [...] Em casa, nossas discussões eram sempre voltadas para a coisa cultural. Eu sou um produto da minha família.⁶⁰

Ênio Silveira cursou a Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo, formação universitária que não chegou a concluir. Ainda durante esse período de estudos, conseguiu seu primeiro emprego, como revisor no jornal *Folha de São Paulo*. Em 1944, foi apresentado por sua família a Monteiro Lobato (“meu padrinho profissional e grande amigo pessoal”⁶¹), que era um dos acionistas-responsáveis da Companhia Editora Nacional (que já havia editado obras do avô de Ênio), e lhe indicou para uma entrevista de emprego com Octalles. Ênio foi contratado, iniciando sua carreira em São Paulo.

Após dois anos de trabalho na empresa, ele já ocupava uma das diretorias, sendo responsável pela política editorial, com a seleção de autores e obras. Nesse ínterim, ele se casou com a filha de Octalles Marcondes Ferreira, Cléo Ferreira. Após o casamento, Ênio e esposa foram morar nos Estados Unidos por um ano e meio, interrompendo sua formação universitária no Brasil. Em Nova York, ele fez cursos de extensão em Sociologia e Antropologia Cultural na Universidade de Colúmbia, cursou uma especialização em *book*

60 SILVEIRA, Ênio. Depoimento em 05/01/1996. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas, p. 59.

61 FÉLIX, Moacyr (Org.). **Ênio Silveira**: arquiteto de liberdades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 47.

publishing, e fez estágio na empresa de Alfred A. Knopf, editor particularmente interessado em problemáticas latino-americanas e a quem Ênio já havia conhecido no Brasil. Enquanto aperfeiçoava seus conhecimentos na área editorial, prestava uma espécie de consultoria informal a Knopf referente à publicação de autores brasileiros e latino-americanos no mercado norte-americano. Ênio contou ter aprendido elementos importantes técnicas de divulgação do livro, de promoções comerciais e dos lançamentos feitos com palestras e discussões. Segundo ele: “a essa altura eu já sabia que não ia seguir carreira de sociólogo, nem ser professor, nada disso, não ia adotar o magistério como profissão. Eu já estava apaixonado pelo livro e gostando muito do que eu fazia na editora, então queria virar editor mesmo”.⁶²

O retorno dos Estados Unidos, em 1948, significou a retomada de sua carreira editorial junto à Companhia Editora Nacional e, a partir de 1951, a pedido do sogro, Octalles, assumiu a Editora Civilização Brasileira, sem possuir, entretanto, participação acionária. A partir daí, a ECB passou a ganhar uma identidade editorial própria, o que progressivamente definiu a atuação preferencial da empresa que, na década de 1960, já se especializara em publicações da área das ciências sociais e políticas (sobretudo com traduções), além de literatura brasileira, e a livraria, situada na rua Sete de Setembro, número 97 (e que tinha na vitrine a frase “Quem não lê, mal fala, mal ouve, mal vê”), afirmou-se cada vez mais como local de encontro de intelectuais.

Ênio Silveira foi, no âmbito do desenvolvimento do mercado editorial no Brasil, responsável por uma contribuição extremamente valiosa em termos de administração, publicidade, produção gráfica e política editorial, que, no conjunto, foi quase tão importante, em seu tempo, quanto haviam sido as inovações de Monteiro Lobato. A diferença entre eles, como pondera Hallewell, embora fossem ambos “radicais” em seus posicionamentos políticos, é que enquanto Lobato abandonou a atividade editorial para se dedicar as suas campanhas políticas, a política de Ênio encontrou expressão em seu trabalho editorial junto à Editora Civilização Brasileira.⁶³

Com a direção de Ênio Silveira, iniciou-se uma renovação nos processos editoriais da empresa, influenciada por sua experiência nos Estados Unidos. Foram incorporados novos

62 Idem, p. 38.

63 HALLEWELL, p. 433.

autores e modificado o padrão gráfico dos livros, que passaram a receber publicidade. Nessa reestruturação, o editor adotou uma organização centralizada, em que ele acompanhava pessoalmente as etapas do processo editorial, desde o contato e negociação com autores, empresas fornecedoras, tradutores, revisores e desenhistas. Estabeleceu-se como prática comum na empresa a remuneração por serviço prestado (inclusive para funcionários, na execução de serviços extras) para a produção, revisão e tradução de textos.⁶⁴ O editor também se envolvia na leitura e seleção dos materiais que recebia para publicação, e segundo depoimento, foi o “interlocutor das orelhas [de livros no Brasil], bem formalizadas”⁶⁵, muitas feitas por ele mesmo e por outros escritores, como forma de apresentação autorizada das obras. Além disso, utilizou de forma pioneira cartazes do tipo *out-door* para a divulgação dos livros, publicidade em jornais, livrarias e bancas, o que, segundo ele, causava estranhamento por parte de outros editores brasileiros.

Segundo Ênio, predominava ainda no Brasil, quando ele assumiu a ECB, uma visão elitista do livro, baseada na matriz editorial francesa, que estabelecia uma distância desnecessária com os leitores. Os livros não eram cortados e tinham de ser abertos com uma espátula, não podendo ser folhados antes da compra. O contato direto do editor com o mercado norte-americano (segundo ele considerado uma “barbárie”), com edições baratas e abertas, algumas de “de bolso”, fez com que passasse a investir nesse tipo de livro, que percebia como adequado ao mercado nacional, que ainda era bastante incipiente: “Fui o interlocutor no Brasil da brochura aparada, do livro cortado. Aquilo provocou um escândalo”.⁶⁶

Ao longo da década de 1950, foram definidas duas linhas fundamentais para a atuação da ECB, diretamente relacionadas a posturas pessoais de Ênio Silveira: sua disposição à inovação nos padrões editoriais com o objetivo de “popularizar” o livro, e a definição de uma política editorial de esquerda e voltada para temas nacionais, que privilegiava obras e autores influenciados pelo marxismo (muitos ligados ao PCB), embora tenha permanecido aberto o espaço para as traduções e para as mais variadas perspectivas e temáticas:

64 MARIZ, Ana Sofia. Editora Civilização Brasileira. **O design gráfico de um projeto editorial (1959-1970)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Design. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Artes, 2005. p. 107.

65 SILVEIRA, Ênio. In: FERREIRA, Jerusa Pires (Org.). **Editando o editor**. São Paulo: EDUSP; Com-Arte, 1992. p. 155.

66 SILVEIRA, Ênio. In: FERREIRA, p. 154. A decisão de cortar os livros teria sido criticada por Octalles Marcondes, que afirmou que o livro “numa brochura perde toda a dignidade, porque o essencial para quem gosta de livros é abri-los com espátula”.

Ao chegar no Rio de Janeiro, descobri que havia um grande vazio porque, embora a figura de José Olympio fosse uma figura extremamente respeitável e fundamental para a história do livro no Brasil, havia uma panela na editora José Olympio, alguns autores entravam, outros não entravam na José Olympio. Senti que aquela era uma vasta área de manobra que me permitiria trabalhar como editor, trazendo autores brasileiros, o que comecei a fazer muito rapidamente.⁶⁷

Muitos dos intelectuais que não entravam na “panela” referida pelo editor eram próximos demais da esfera do PCB, na percepção de José Olympio, mais identificado, desde a década de 1930, com intelectuais integralistas, embora sua empresa também tivesse um catálogo variado, orientado para a publicação de obras raras e de literatura brasileira, e famoso pela coleção Documentos Brasileiros, lançada em 1936 e dirigida inicialmente por Gilberto Freyre, que lançou a obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. A adoção pessoal de uma postura política de esquerda foi desenvolvida por Ênio Silveira, entretanto, num período anterior ao da atuação como diretor da Editora Civilização Brasileira. Suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro, então ilegal, datam da época de seus estudos universitários, como simpatizante (sem filiação formal, que foi feita só a partir do desligamento oficial da Editora Civilização Brasileira com a Companhia Editora Nacional, em 1963). Na realidade, na sua relação com o Partido não atuou como um militante típico. Ele formalizou maior interação e vinculação com a “ala intelectual” do PCB: “Eu era o que se pode chamar de simpatizante ativo. Em outras palavras, eu frequentava reuniões de comunistas, de pessoas de esquerda em geral, mas onde havia notórios comunistas”.⁶⁸

A relação de Ênio Silveira com o PCB sempre se manifestou de forma conflituosa, principalmente em consequência do que aquele caracterizava como uma excessiva ortodoxia e burocratização (imposta por “stalinistas fanáticos”, nas palavras do editor). Durante sua residência nos Estados Unidos, frequentou reuniões de intelectuais comunistas norte-americanos:

Com isso, aprofundi muito minha posição ideológica, que já existia. Minha práxis política foi muito “treinada” no Partido Comunista norte-americano, graças a dois escritores, Richard Whright e Howard Fast. Depois, eles abandonaram o partido, Eu entrei numa roda-viva de intelectuais de várias facções ideológicas e tive contato com o ambiente.⁶⁹

67 Idem, p. 52.

68 SILVEIRA, Ênio. Depoimento em 05/01/1996. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas, p. 50-51.

69 SILVEIRA, Ênio. In: FERREIRA, p. 40.

Segundo o editor, foi a partir disso que iniciou a publicação de numerosos autores nacionais e estrangeiros ligados à discussão marxista, fazendo-o “sem qualquer sectarismo, porém, pois sempre entendi que posições estreitas e dogmáticas eram antagônicas ao verdadeiro socialismo e ao espírito democrático”.⁷⁰

Ênio acabou se aproximando de diversos círculos intelectuais, o que contribuiu para que firmasse sua empresa no mercado como uma “editora com uma linha de esquerda, não exclusivamente, ortodoxamente de esquerda, mas sobretudo e ortodoxamente numa linha não partidária”.⁷¹ Sua atuação profissional como editor era marcada pela valorização do contato direto com os escritores (“editor, quando leva a sério sua profissão, é um pouco psicanalista; é um pouco o homem que ouve as confissões do autor, as angústias do autor”⁷²) e por uma noção ética do trabalho editorial:

Acho que ser editor num país como o Brasil, em qualquer lugar do mundo, eu diria, mas particularmente num país como o Brasil, impõe a obrigação de querer transformar esta realidade, melhorá-la, aprimorá-la. [...] Quer dizer, se é importante auxiliar fulano de tal que está fazendo uma pesquisa sobre determinado grupo sociológico no interior da Bahia, eu lançava o livro, porque era importante que aquele homem, que a duras penas estava fazendo um trabalho de pesquisa, muitas vezes autodidata, tivesse apoio.⁷³

O resultado das políticas públicas para o setor editorial no início da década de 1950 foi o decréscimo da produção e circulação nacional de livros e do número de títulos por assunto. A importação de papel ainda representava o maior problema, e taxas cambiais favoráveis eram apenas aplicadas para papel para jornais. De fato, em 1951, o imposto de importação sobre papel para livros foi aumentado, ficando o custo de produção ainda mais alto, o que contribuiu para uma “avalanche” de importações. Como os direitos de tradução eram feitos pela taxa cambial plena, ficava muitas vezes inviabilizada a publicação nacional de diversas obras. A maior parte das editoras estrangeiras passou a vender direitos a editoras portuguesas, que exportavam para o mercado brasileiro. Apesar do quadro negativo instaurado para a indústria nacional, é clara, já na década de 1950, a formação de um mercado consumidor minimamente estabelecido, capaz de absorver a produção estrangeira que oferecia melhores preços, processo também influenciado pela expansão dos sistemas de ensino e da

70 Idem, p. 35.

71 Idem, p. 62.

72 Idem, p. 118.

73 Idem, p. 100-101.

alfabetização.⁷⁴

Em 1946, Ênio Silveira participou da fundação e da Câmara Brasileira do Livro (CBL), que reunia editores e livreiros e foi inicialmente presidida por Jorge Saraiva. Posteriormente, também foi eleito para o cargo de vice-presidente. A entidade passou a promover campanhas publicitárias, congressos e eventos e, ao longo da década de 1950, conseguiu, por meio da negociação com instituições e órgãos governamentais, alguns benefícios para o setor, como a isenção de impostos para a comercialização de livros em alguns estados e a fixação de tarifa postal diferenciada para as vendas pelo correio. Em 1961, a CBL participou da organização da 1ª Bienal Internacional do Livro e das Artes Gráficas, evento que passou a financiar com exclusividade a partir de 1970. A maior reivindicação da entidade, que era a criação de política cambiais favoráveis à importação de papel para a impressão de livros, entretanto, permaneceu sem respaldo do governo federal até o final da década de 1960.

O editor também foi presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL, criado em 1940 e inicialmente presidido por Themistocles Marcondes Ferreira, da Cia. Editora Nacional), entre 1952 e 1958. Durante sua gestão, buscou negociar com o governo facilidades para a compra de papel e a redução da carga tributária sobre o setor, sobretudo durante o governo de Juscelino Kubitschek, que procedeu numa reformulação das políticas para o setor, havendo crescimento. O governo passou a atuar no sentido de fornecer incentivos à produção editorial no país, por julgar esta um indicador do progresso cultural (e econômico), em sintonia com o discurso nacional-desenvolvimentista. Os custos do papel de impressão foram baixados drasticamente por meio da redução das taxas de importação e foram criadas diversas linhas de financiamento à importação de bens de capital, o que foi extremamente significativo para a modernização do maquinário obsoleto das indústrias nacionais. O Banco do Brasil assumiu o papel mais importante nesse processo, como principal agente de financiamentos. Progressivamente, houve a isenção de quase todos os impostos do setor livreiro (exceto o imposto de renda). Além disso, reduziram-se as tarifas postais para livros, o que incrementou o sistema de distribuição pelos Correios.

74 Ampliaram-se de forma significativa as matrículas em todos os níveis de ensino. Se, em 1935, o ingresso nos cursos de graduação foi de 26.887 estudantes, em 1965, alcançou os 155.781. Os níveis de alfabetização da população também tiveram um importante incremento, passando dos 10 milhões de leitores em 1935 aos 24 milhões em 1960. HALLEWELL, p. 286.

Esse conjunto de medidas acabou tornando possível a tradução e a publicação, aqui no Brasil, de diversas obras, a preços competitivos com os livros importados. Entre 1950 e 1960, a indústria gráfica brasileira cresceu 143,3 por cento.⁷⁵ Ainda assim, o setor editorial brasileiro representava um por cento do capital total investido em atividades não agrícolas da economia nacional. Segundo Hallewell,

a lúcida liderança de Ênio Silveira, bem demonstrada por suas frequentes colaborações nos periódicos da categoria [de editores e livreiros] nesse período, desempenhou papel fundamental no desenvolvimento da indústria editorial brasileira. Ele foi, por exemplo, a força impulsionadora da única bibliografia regular do setor nos últimos anos no Brasil, o *Boletim Bibliográfico Brasileiro*, que durou de novembro de 1952 até [...] 1967.⁷⁶

A Civilização Brasileira acompanhou o período favorável ao setor. A mais conhecida coleção da empresa na década de 1950 foi a Vera Cruz, lançada em 1956 com o livro **O encontro marcado**, de Fernando Sabino (que teve reedições em 1957 e 1960), voltada para o romance brasileiro, que se tornou bastante lucrativa e colocou a empresa na liderança da divulgação da moderna literatura nacional. Ainda podem ser destacados como grandes vendas **Terra de Caruaru**, de José Conde, e **Assunção de Salviano**, de Antônio Callado, lançados em 1960, e **O homem que matava quadros**, de Luiz Lopes Coelho, de 1961. A coleção Vera Cruz ganhou desdobramentos na década de 1960, com a criação de “Poesia Hoje”, “Panorama do Conto Brasileiro”, “Novela Brasileira” e “Teatro Hoje”.

A editora também se dedicou às traduções, por meio dos contatos de Ênio com editores norte-americanos e europeus, algumas delas bastante lucrativas. **O velho e o mar**, de Ernest Hemingway, foi editado em 1955, com reedições em 1956, 1958, 1960. A empresa também publicava *best-sellers* de Tennessee Williams e Graham Greene, e, em 1959, o livro **Lolita**, de Vladimir Nabokov, que recebeu grande investimento em publicidade, foi um lançado com amplo sucesso. Outra tradução que alcançou grande vendagem foi **O advogado do diabo**, de Morris West. Várias obras de Machado de Assis e sobre sua produção foram editadas pela ECB, muitas escritas ou organizadas pelo jornalista e historiador Raymundo Magalhães Júnior, como os **Contos avulsos**, **Contos esparsos**, **Contos esquecidos**, **Contos recolhidos** e **Contos sem data**, lançados em 1956. A empresa também tinha vários títulos voltadas à educação sexual, que também representavam grandes vendas.

75 HALLEWELL, p. 443.

76 HALLEWELL, p. 444.

É importante salientar a diversidade e a amplitude do catálogo da empresa. No início da década de 1960, já estava firmada no mercado editorial brasileiro como uma editora voltada, sobretudo, para a publicação de autores nacionais e de temáticas voltadas para as Ciências Sociais e Política, para a análise da realidade brasileira, assim como para a divulgação de obras de conteúdo marxista – dos clássicos do socialismo aos pensadores contemporâneos. Segundo Ênio, a editora foi ficando cada vez mais “engajada no trato do problema do hoje brasileiro”:

quais são nossos problemas, o que está havendo, por que esta sociedade não está funcionando, por que a distribuição de riqueza é injusta, de que maneira a classe dominante se apropria da riqueza nacional, de que maneira a classe dominante e dominada são por sua vez apropriadas pelos interesses do imperialismo internacional, americano notadamente.⁷⁷

Em torno dele, reuniram-se alguns intelectuais que partilhavam de seu “projeto de trabalho na editora”:

Moacyr Félix de Oliveira, poeta e homem muito coerente também com suas ideias. Homem de excelente cabeça, com quatro anos de Sorbonne, brilhante advogado e sobretudo voltado para a transformação da realidade brasileira, que considerava indigna e injusta. [...] Nelson Werneck Sodré, general do Exército, ex-professor do Colégio Militar, que escreveu livros fundamentais para o conhecimento do Brasil como História da Burguesia Brasileira e História Militar do Brasil. Osny Duarte Pereira, desembargador, jurista emérito, homem de alto saber. Roland Corbisier, professor de filosofia, ex-diretor do ISEB. Dias Gomes, teatrólogo. Alex Vianny, cineasta. Ferreira Gullar, poeta.⁷⁸

Eram também próximos a Ênio Silveira, e às atividades da ECB, Carlos Heitor Cony, Antônio Callado, Álvaro Vieira Pinto, Otávio Ianni, José Honório Rodrigues, Edmondo Moniz, Antônio Houaiss, entre outros, alguns deles remunerados por serviços prestados, prática comum da editora, como já foi mencionado. Foi de grande repercussão, em 1962, a publicação da coleção Cadernos do Povo Brasileiro, idealizada pelo CPC-UNE e pelo ISEB, e editada e distribuída pela Editora Civilização Brasileira:

Então essa coleção teve uma grande disseminação e provocava enorme interesse no meio universitário. A UNE organizava sessões, a Civilização organizou também na mesma época uma série de encontros que tinham o duplo sentido deliberado no nome, Encontros com a Civilização Brasileira, onde se discutia o problema do teatro brasileiro hoje, o problema do cinema brasileiro hoje, música brasileira, literatura, problemas do ensino de história etc. Isso era feito em locais públicos, com entrada gratuita e nós lotávamos

⁷⁷ SILVEIRA, Ênio. Depoimento em 22/05/1992. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas. p. 28-29.

⁷⁸ Idem, p. 42-43.

teatros, era um negócio sensacional.⁷⁹

Tratava-se de pequenos livros cujo texto de capa dizia: “Os grandes problemas de nosso país são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo: seu objetivo principal é o de informar. Somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se”. A série era dirigida por Álvaro Vieira Pinto e por Ênio Silveira, e foi vendida também pelo sistema de reembolso postal e por meio do “Clube dos Amigos da Cultura” (cadastro feito pela editora), cujos sócios tinham direito a desconto de dez a vinte por cento (em todos os livros da empresa), havendo ofertas especiais para professores.⁸⁰

No ano de 1963, estando ainda a Editora Civilização Brasileira vinculada à Nacional, Ênio Silveira foi chamado a São Paulo por seu sogro, que expressou os inconvenientes para as empresas da orientação impressa à Civilização Brasileira por Ênio. Octalles Marcondes Ferreira mostrou numerosas cartas que ele havia recebido de cadeias de colégios católicos, clientes da Nacional em seu setor de livros didáticos (distribuídos pela Civilização Brasileira nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo). Grande parte da receita

79 SILVEIRA, Ênio. Depoimento em 22/05/1992. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas, p. 37.

80 A coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* teve 24 volumes regulares e quatro extras: JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?**, 1962. (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 1.); SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é o povo no Brasil?**, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 2.); PEREIRA, Osny Duarte. **Quem faz as leis no Brasil?** aspectos históricos: o poder legislativo (teoria e prática). Exemplos concretos de forças atuantes na elaboração das leis, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 3.); PINTO, Álvaro Vieira. **Por que os ricos não fazem greve?**, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 4.); SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Quem dará o golpe no Brasil?**, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 5.); THEOTÔNIO JUNIOR. **Quais são os inimigos do povo?**, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 6.); COSTA, Bolívar. **Quem pode fazer a revolução no Brasil?**, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 7.); HOLANDA, Nestor de. **Como seria o Brasil socialista?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 8.); OLIVEIRA, Franklin de. **Que é a revolução brasileira?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 9.); SCHILLING, Paulo R. **O que é reforma agrária?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 10.); MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. **Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 11.); MONTEIRO, Sylvio. **Como atua o imperialismo ianque?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 12.); MIGLIOLI, Jorge. **Como são feitas as greves no Brasil?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 13.); HOFFMAN, Helga. **Como planejar nosso desenvolvimento?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 14.); GUERRA, Aloísio. **A Igreja está com o povo?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 15.); MARQUES, Aguinaldo Nepomuceno. **De que morre o nosso povo?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 16.); BAILBY, Edouard Andre Henry Joseph. **Que é o imperialismo?**, 1963. (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 17.); DUARTE, Sergio Guerra. **Por que existem analfabetos no Brasil?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 18.); PINHEIRO NETO, João. **Salário é causa de inflação?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 19.); RAMOS, Plínio de Abreu. **Como agem os grupos de pressão?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 20.); CHACON, Vamireh. **Qual a política externa conveniente ao Brasil?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 21.); SANTA ROSA, Virginio. **O que foi o tenentismo?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 22.); PEREIRA, Osny Duarte. **Que é a constituição?** (Crítica à carta de 1946 com vistas a Reformas de Base), 1964 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 23.); LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Desde quando somos nacionalistas?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 24.); OLIVEIRA, Franklin de. **Revolução e contra-revolução no Brasil.**, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. extra.); SANT'ANNA, Affonso Romano de et al.. **Violão de rua: poemas.**, 1962 e 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. extras I, II e III). Não foram encontrados dados sobre a tiragem das edições. Ênio Silveira mencionou apenas dados sobre o volume 4 dos Cadernos, que teve três edições consecutivas, alcançando 100 mil exemplares. (In: FERREIRA, p. 91.)

da Civilização provinha dessa representação.⁸¹ As cartas tinham o intuito de informar à Nacional que, por ser cada vez mais público e notório em todo o Brasil haver fortes vínculos entre a Editora Civilização Brasileira e o PCB – por meio da pessoa de Ênio Silveira, e que “respeitando o direito de cada um ter as suas próprias ideias” as escolas não queriam mais contribuir para o fortalecimento econômico de empresas que defendiam ideias comunistas, contrárias às suas. “Então o Octalles Marcondes Ferreira me mostrou essas cartas e disse: eu acho que você tem o direito de ter as suas ideias, mas não as torne públicas e sobretudo não ponha a editora em foco”.⁸² Ênio, então, abriu mão da representação dos livros didáticos da Nacional naquele ano, mesmo advertido formalmente por Octalles sobre o peso negativo disso nas receitas. Diante da decisão do grupo, Octalles optou por comprar de seus irmãos as suas partes relativas na Civilização Brasileira e transferi-las para Ênio. O desligamento e a total independência da editora ocorreram, portanto, em 1963, quando Ênio se tornou o único acionista.

Ênio Silveira abriu outra empresa em 1963: a Biblioteca Universal Popular S/A (BUP), para a edição de livros em formato “de bolso”, que traziam as seguintes informações na contracapa: “A produção deste livro de qualidade é de grande valor cultural ou recreativo, mas de preço acessível a todas as bolsas, foi conseguida graças à colaboração de José Luiz de Magalhães Lins, um banqueiro a serviço do Brasil e dos interesses nacionais”.⁸³ No final de 1968, Ênio Silveira declarou ser proprietário de aproximadamente quarenta e cinco por cento do capital da BUP⁸⁴, que funcionava no mesmo endereço da ECB. O catálogo da empresa reunia obras variadas, desde *best-sellers* (como **O retrato de Dorian Gray**, de Oscar Wilde, **O americano tranquilo**, de Graham Greene e **A metamorfose**, de Franz Kafka), até livros voltados ao público feminino (como o **Guia da alimentação infantil**, de Rachel Horowicz, e **A responsabilidade sexual da mulher** e **Sexo e adolescência**, de Maxine Davis), passando por manuais de língua portuguesa, desenho e jardinagem.⁸⁵

81 HALLEWELL, p. 453

82 SILVEIRA, Ênio. Depoimento em 22/05/1992. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas. p. 31.

83 José Luiz de Magalhães Lins era diretor-executivo do Banco Nacional de Minas Gerais (além de exercer atividades em outras quatro instituições bancárias), que patrocinava alguns empreendimentos culturais. O banco financiou, em 1964, a criação do “Prêmio Nacional Walmap” (concurso para jovens escritores, com o pagamento de dois milhões de cruzeiros para o melhor romance) e, em 1967, o filme *Terra em transe*, de Glauber Rocha.

84 FÉLIX, p. 196.

85 Outros livros da BUP: **Vocabulário ortográfico oficial**, de Walmírio Macedo; **A dama das camélias**, de Alexandre Dumas Filho; **Estórias rudes**, de Charles Astor; **A rosa tatuada**, de Tennessee Williams; **Nosso homem em Havana**, de Graham Greene; **A sucessora**, de Carolina Nabuco; **A morte de Ivan Ilitch**, de Leon Tolstoi; **Noite na taverna**, de Álvares de Azevedo; **A relíquia**, de Eça de Queirós; **Memórias de um sargento**

Com relação à censura e às apreensões de livros, o título mais antigo editado pela Civilização Brasileira que consta no Catálogo de Livros Apreendidos pelas Polícias Políticas (1933-1983)⁸⁶, do Arquivo Público do Rio de Janeiro, que será melhor analisado no terceiro capítulo, é de 1934⁸⁷, seguido por outros de 1938⁸⁸, de 1959⁸⁹ e de 1960⁹⁰, de temáticas bastante variadas. A partir do início da década de 1960, o número de títulos de livros da ECB apreendidos é mais significativo, destacando-se a coleção Cadernos do Povo Brasileiro, que, de um total de vinte e quatro volumes regulares (mais quatro extras), teve doze títulos apreendidos.⁹¹ Além dos Cadernos, foram retidos outros dois títulos de 1961⁹², quatro de 1962⁹³, e outros três de 1963.⁹⁴ O total de títulos da ECB apreendidos de 1933 até o golpe civil-militar de 1964, que constam no Catálogo, foi de vinte e cinco.

de milícias, de Manoel Antônio de Almeida; **Contos norte-americanos**, de diversos autores; **Jardins**: hortas, de Leonam A. Penna; **A comédia humana**, de William Saroyan; **O homem invisível**, de H. G. Wells, entre outros títulos.

86 CATÁLOGO de livros apreendidos pelas polícias políticas (1933-1983). Rio de Janeiro: APERJ; FAPERJ, 2001.

87 BARROSO, Gustavo. **O integralismo de norte a sul**, 1934.

88 MENEZES, Djacir. **Preparação ao método científico**, 1938.

89 EHREMBURG, Ilya. **O degelo**, 1959. (Coleção Obras Imortais, v. 22.)

90 LIMA, Cláudio de Araújo. **Imperialismo e angústia**: ensaio sobre as bases de uma sociopsiquiatria da classe média brasileira na era imperialista, 1960.

91 Foram apreendidos os volumes 1, 2, 6, 7, 8, 9, 13, 23 e 24, e os volumes extras **Revolução e contra-revolução no Brasil**, de Franklin de Oliveira, e **Violão de rua** (II e III), organizados por Affonso Romano de Santanna.

92 CONDÉ, José. **Santa Rita**: histórias da cidade morta e os dias antigos: contos e novelas, 1961; CONY, Carlos Heitor. **Informação ao crucificado**, 1961.

93 LIMA, Cláudio de Araújo. **Amor e capitalismo**: pequena história do erotismo ocidental. V. 2, 1962.

94 BARRETO, Leda. **Julião, nordeste, revolução**, 1963; DUTRA, Eloi. **IBAD**: sigla da corrupção, 1963; **TITO, a Iugoslávia e o mundo**, 1963.

2 OS LIVROS E AS REVISTAS DAS EDITORAS CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA E PAZ E TERRA (1964-1969)

Numa hora dessas, diante de um inimigo comum, o inimigo de meu inimigo passa a ser meu amigo, é regra antiga.

Ênio Silveira⁹⁵

2.1 Os livros e a livraria (1964-1969)

Observados em termos gerais, a indústria e o comércio de livros expandiram-se a partir de 1964, apresentando crescimento acentuado até 1973. Entre 1965 e 1967, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros calculou uma taxa anual de crescimento de aproximadamente onze por cento.⁹⁶ Ao mesmo tempo em que medidas judiciais, policiais e extralegais eram tomadas contra editoras que se colocaram na oposição, houve a aproximação do governo com as principais entidades representativas do setor livreiro, a Câmara Brasileira do Livro e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros, dirigidos à época, respectivamente, pelo escritor Francisco Marins e por Cândido Guinle de Paula Machado, da Editora Agir. Foi durante os dois primeiros governos militares, inclusive, que algumas das reivindicações mais importantes da década de 1950 foram atendidas, iniciando com isso um processo de modernização técnica e de expansão produtiva.

Em 1965, foi criado o Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL, subordinado ao MEC), pela lei ordinária n. 4750, de 12 de agosto, que também autorizava o Banco do Brasil a conceder empréstimos de até trinta por cento do valor total do papel adquirido por empresas editoras de jornais, revistas e livros, inclusive para as compras feitas no ano de 1964. O Grupo era presidido pelo ministro da Educação e Cultura, e tinha como membros o diretor do

95 SILVEIRA, Ênio. Depoimento em 05/01/1996. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas, p. 49-50.
96 HALLEWELL, p. 480.

Instituto Nacional do Livro⁹⁷, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o diretor do Departamento de Correios e Telégrafos, os diretores das Carteiras de Câmbio e de Crédito do Banco do Brasil, o presidente da Câmara Brasileira do Livro, o presidente do Sindicato Nacional dos Editores Livreiros, e os presidentes dos Sindicatos das Indústrias Gráficas de São Paulo e da Guanabara.⁹⁸ Além do GEIL, foi criado, em 1966, o Grupo Executivo das Indústrias de Papel e Artes Gráficas (subordinado ao Ministério da Indústria e Comércio), responsável pela avaliação e concessão de isenção fiscal para a importação de máquinas, equipamentos e ferramentas para a indústria do papel e das artes gráficas, a fim de “diversificar e ampliar o mercado editorial de jornais, revistas, livros e material impresso de consumo escolar, e demais artigos da indústria gráfica, tendo em vista alcançar maior área de consumo por meio da obtenção de melhores índices de produtividade”.⁹⁹

O GEIL, a partir de 1967, passou a desenvolver, com a *United States Information Agency*, um programa para a publicação de livros para o ensino universitário, cujos textos eram por ela fornecidos ou recomendados, e a publicação ficava a cargo de editoras brasileiras.¹⁰⁰ Além desse programa, o MEC estabeleceu, a partir de 1964, acordos de assistência com a *United States Agency for International Development* (conhecida pela sigla USAID), que, posteriormente, influenciaram o processo de reforma da educação universitária, em 1968, e do ensino básico, em 1971. O papel desempenhado pelas agências norte-americanas junto ao MEC gerou várias críticas, embora diversas editoras tenham se beneficiado dos programas. O número 14 da RCB, de julho de 1967, publicou o artigo “MEC-USAID: ideologia de desenvolvimento americano aplicado à educação superior brasileira”, do professor Ted Goertzel, que denunciava a “concepção empresarialista da educação superior” que servia de base para os “planejadores” norte-americanos.¹⁰¹ Márcio Moreira Alves também abordou os acordos em **O Beabá dos MEC-USAID**, publicado pela Edições Gernasa, em 1968.

97 O Instituto foi criado por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, em 1937, com a tarefa de editar um dicionário e uma enciclopédia nacionais, além de auxiliar na montagem dos acervos de bibliotecas públicas.

98 Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=115878&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>. Consulta em: 05/01/2011.

99 Decreto n. 60.943, de 5 de julho de 1967 (“Dispõe sobre a concessão de estímulos às indústrias do papel e das artes gráficas e dá outras providências.”), Art. 2º, inciso I. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60943-5-julho-1967-402043-publicacao-1-pe.html>. Consulta em: 12/01/2011.

100 HALLEWELL, p. 434-435.

101 RCB, n. 14, julho de 1967, p. 123-137.

As negociações entre a CBL, o SNEL e o governo resultaram em outras iniciativas e subsídios à produção de livros. Uma delas foi a coedição entre empresas privadas e o Instituto Nacional do Livro, que inclusive acabou absorvendo as funções do GEIL, extinto por ato legislativo em 1971. As propostas de títulos poderiam partir das editoras, mas, segundo Hallewell, eram feitas em muitos casos pelo próprio Instituto, e não havia restrições quanto à participação de empresas estrangeiras. A editora brasileira que mais se beneficiou com a parceria estabelecida com o governo por meio do INL foi a José Olympio, com cento e dezesseis edições.¹⁰²

Mesmo Ênio Silveira e a ECB tendo sido alvos de diversas ações que visavam a coibir suas atividades (como será visto no terceiro capítulo) e que acabaram por restringir seus espaços de atuação, as especificidades do autoritarismo brasileiro permitiram que a empresa e seu proprietário – nunca condenados criminalmente de fato – pudessem paradoxalmente se beneficiar de algumas das iniciativas públicas de incentivo ao setor livreiro, sobretudo a partir da década de 1970. Além disso, Cléo Marcondes Silveira, esposa de Ênio, passou a ser acionista majoritária da ECB (com sessenta por cento) e, posteriormente, da Paz e Terra, e seu nome não tinha impedimentos administrativos ou legais. As duas editoras participaram de vinte e uma coedições entre 1971 e 1974 e entre 1975 e 1978; a primeira teve cento e dez títulos.¹⁰³ Outros aspectos que parecem estar associados a essa participação são a variedade do catálogo da ECB e a efetiva demanda por muitos de seus títulos.

A posição relativa da ECB, em 1964, pode ser observada pelos títulos em estoque naquele ano, encontrando-se entre as maiores empresas do país: Cia. Editora Nacional (406); Freitas Bastos (314); Melhoramentos (310); Forense (173); Biblioteca do Exército (149); Editora Civilização Brasileira (137); Ao Livro Técnico (127); Cultrix (124); Vecchi (voltada para as histórias em quadrinhos, 122); José Olympio (115).¹⁰⁴ Note-se que a Civilização não atuava no ramo de livros didáticos, o maior e mais lucrativo. Em 1969, observado o número de edições de cada empresa naquele ano, a ECB ainda mantinha um espaço importante: Edições de Ouro (281), Brughera (da Argentina, 149), Melhoramentos (148), Vozes (84), Cia. Editora Nacional (81), José Olympio (68) e Civilização Brasileira (67).¹⁰⁵

102 HALLEWELL, p. 473-474.

103 HALLEWELL, p. 474.

104 HALLEWELL, p. 446.

105 HALLEWELL, p. 480.

Segundo Nelson Werneck Sodré, a livraria e o escritório de Ênio Silveira se transformaram nos locais em que se agruparam, imediatamente após o golpe, os intelectuais que haviam participado do CTI, mas que rapidamente passaram a ser frequentados por mais pessoas. O editor “fazia contatos, tomava providências, colhia informes, fixava reuniões, ia de casa em casa, falava com dezenas de pessoas”¹⁰⁶, além de se envolver com encaminhamentos de *habeas corpus* (não só no Rio de Janeiro) e de asilos políticos, com assinaturas de manifestos, na organização de espetáculos e encontros, com a mesma disposição que dispensava aos assuntos da empresa. Ainda nas palavras de Sodré, encontram-se destacados alguns dos elementos que conferiam autoridade ao editor:

Não há como diminuir o seu papel ou negá-lo. Os adversários consagraram-no como elemento que era preciso destruir, e os companheiros tiveram nele combatente tenaz, dedicado, generoso, eficiente e digno. Preparado mais para ser escritor do que para ser editor, em Ênio Silveira a inteligência ágil era associada a um caráter bem formado, que lhe angariava a simpatia dos que com ele privavam.¹⁰⁷

O prédio da livraria também era espaço para publicidade dos livros e para pequenas “provocações” públicas, que muitas vezes tinham seus desdobramentos publicados nas revistas da ECB. Para promover o livro **Cantos para a transformação do homem**, de Moacyr Félix, em maio de 1964, foi colocada uma faixa em frente à livraria: “A poesia é a arma do povo contra a tirania”¹⁰⁸, frase que também foi utilizada nos anúncios de livros. A proibição, em 1965, da peça *O berço do herói*, de Dias Gomes, motivou a colocação de cartaz na porta: “A bem da higiene pública, fica proibida a entrada do senhor Ascendino Leite nesta casa de cultura”. Ascendino Leite era chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas, e o pedido de proibição teria partido de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, segundo Ênio Silveira.¹⁰⁹ O espetáculo já havia sido submetido à censura e aprovado, mas mesmo assim foi proibido no dia da estreia. Dias Gomes escreveu, ainda, um texto para o número 4 da RCB, narrando os episódios relativos à proibição, os procedimentos e à atuação do órgão, em tom irônico, que alegava que o texto original havia sido alterado nos ensaios, o que iria contra o Art. 41 do Decreto n. 20.493, de 24 de janeiro de 1946 (que regulava as diversões públicas). O despacho justificando a proibição, “uma das mais brilhantes páginas da História da

106 SODRÉ, Nelson Werneck. **A fúria de Calibã**: memórias do Golpe de 64. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 73.

107 Idem, p. 74.

108 VIEIRA, p. 147.

109 SILVEIRA, Ênio. In: FERREIRA, p. 72-73. O governador da Guanabara fundou, em 1965, a editora Nova Fronteira, orientada para a publicação de obras de literatura brasileira.

Estupidez Humana”¹¹⁰, também foi transcrito na revista.

Na livraria também eram feitos lançamentos que frequentemente se transformavam em sessões disputadas de autógrafos, noticiadas pela imprensa, que atraíam a atenção dos órgãos policiais. Em julho de 1966, a editora passou a oferecer os “Encontros com a Civilização Brasileira”, organizados por Hélio Silva no teatro Santa Rosa, em Ipanema, às segundas-feiras, sempre com o lançamento de um livro e debate com outros intelectuais (encontros com o mesmo título foram oferecidos para o lançamento dos Cadernos do Povo Brasileiro). Os resultados eram, muitas vezes, também transcritos e publicados nos periódicos da ECB. Segundo Nelson Werneck Sodré, “em todos os encontros, qualquer que fosse o tema, a lotação foi excedida e manteve-se o interesse do público, confirmando a existência, hoje, em nosso país, de audiência certa e numerosa para acontecimentos culturais, ainda que do mais alto nível”.¹¹¹

Em 1967, surgiu o logotipo da editora, utilizado por mais de trinta anos (só substituído com a venda da empresa para o Grupo Editorial Record, em 1997), que conjugava a forma das letras “C” e “B” com a de um livro com as páginas abertas; segundo Hallewell, muitos policiais se concentravam, nas apreensões, “em qualquer coisa que tivesse a marca Civilização Brasileira”.¹¹² Muitos livros porém, até 1969, não utilizaram o logotipo. As capas e material publicitário dos livros da Civilização já haviam ganho tratamento especial com a contratação de Eugênio Hirsch, desde 1959. Em 1965, porém, ele foi convidado para trabalhar na revista norte-americana *Playboy*, fixando-se, depois, na editora espanhola Editorial Codex, e o posto foi assumido por Marius Lauritzen Bern e sua empresa, o Estúdio Gráfico, que estabeleceram contrato com a Civilização, definindo ainda mais a identidade visual da editora. Bern também foi responsável pelo logotipo da Editora Paz e Terra, fundada em 1966. O Estúdio Gráfico acabou fechado em 1968, e Bern transferiu-se para a agência de publicidade Publigráf, que, segundo seu próprio depoimento, pertencia à Ênio Silveira, tendo Dias Gomes como diretor de criação.¹¹³

A essa altura, os livros e revistas da Civilização já possuíam recursos distintos dos demais e que os tornavam facilmente distinguíveis nas livrarias, com capas de cores e

110 RCB, n.4, setembro/1965, p. 263.

111 RCB, julho/1966, p. 151.

112 HALLEWELL, p. 483.

113 Ver: MARIZ, p. 100-102 e p. 125.

imagens intensas (muitas vezes relativas ao assunto da obra) e tipografias variadas e modernas (algumas especialmente desenhadas). Os mesmos profissionais encarregados das capas também produziam materiais de publicidade, como anúncios (veiculados, em pequeno número, em jornais de grande circulação, e, amplamente, nos próprios livros e nas revistas das duas editoras) e cartazes, também para a decoração da própria livraria, com sofisticados recursos gráficos, imagens e cores chamativas. Neles, eram utilizadas frases e pequenos textos que serviam para apresentar as obras (atribuindo importância aos conteúdos, como “livros que educam, esclarecem e alertam”) e para estabelecer um contato mais próximo com os leitores, à medida que empregavam, muitas vezes, vocabulário coloquial e boa dose de ironia quanto aos costumes em geral e em relação à situação política do país (“jogando” com palavras e expressões em associação ao tema do livro), tornando-se o traço marcante nos anúncios da empresa.

A movimentação estabelecida em torno da Civilização e os investimentos feitos após o golpe civil-militar demonstram que, longe de restringir suas atividades, a empresa conseguiu projetar-se definitivamente como “instituição intelectual”, envolvida em diversos níveis de iniciativas identificadas com os projetos pessoais e profissionais de Ênio Silveira, e ao combate ao autoritarismo do governo. Uma das formas encontradas para “dar vazão” aos encontros intelectuais consolidados por meio da editora foi a criação de periódicos, que não constituíam propriamente o escopo de atuação da empresa. Ênio havia desenvolvido, ainda na Companhia Editora Nacional, uma “revista de relações públicas” chamada *Atualidades Pedagógicas*, que se vinculava a um departamento da editora que auxiliava professores a encaminharem registros e diplomas, processo que, à época, podia levar meses.¹¹⁴ A partir de 1965, a Civilização passou a investir pesadamente em periódicos, mais dinâmicos e capazes de mobilizar um grupo mais amplo de produtores (tratava-se de orientar e objetivar uma mobilização intelectual já demonstrada em outros meios de divulgação), e de leitores. Nesse ano, houve o lançamento de *Reunião* (revista quinzenal sobre a qual se dispõe de poucas informações¹¹⁵ e que não foi encontrada), e duas das revistas aqui em estudo, a *Civilização Brasileira* e a *Política Externa Independente*, e, em 1966, surgiu a *Paz e Terra* (RPT), juntamente com uma editora de mesmo nome.

114 “Então nós organizamos um sistema que prestava esse serviço ao professor gratuitamente. É claro que o gratuito tinha dividendos, no sentido de prestígio para a editora, da divulgação dos seus livros (...).” SILVEIRA, Ênio. In: FERREIRA, p. 53.

115 “Reunião, revista quinzenal de comentário político, publicou-se durante poucos meses até que o Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965, ampliou de tal maneira os poderes arbitrários do governo federal que tornou a maioria dos proprietários de pontos de venda intimidade de trabalhar com ela.” HALLEWELL, p. 484.

Essas, porém, não foram as únicas iniciativas em periódicos da empresa. Também em 1966, foram lançadas as revistas *Livro de Cabeceira da Mulher* e *Livro de Cabeceira da Homem*. Tratava-se de coletâneas com periodicidade bimestral, com contos, crônicas, matérias jornalísticas, excertos de novelas e livros, pesquisas, artigos, abordando “tabus” e temáticas “modernas” e variadas do universo feminino e masculino, que também incluíam autores ligados à Civilização. Não foram encontrados dados quanto às tiragens e sobre a duração dos periódicos, que parecem ter sido editados com regularidade até 1969, interrompidos e retomados em 1975:

Cidadãos compenetrados e cabeludos à **go-go**, empresários aborrecidos e tecnocratas sorridentes, universitários que marcham e políticos que não podem falar. Todos lerão o Livro de Cabeceira do Homem.¹¹⁶

Donas de casa aflitas e **bonecas** perfumadas, senhoras que marcham para um lado e senhoras que marcham para outro, estudantes bem comportadas e meninas nem tanto, todas lerão o Livro de Cabeceira da Mulher.

A segunda melhor coisa que você fará numa cama será ler o livro de cabeceira.¹¹⁷

Com relação à edição de livros, a ECB manteve, até 1969, a diversidade de catálogo que havia caracterizado sua política editorial, desde que Ênio Silveira assumira a empresa, em 1952. A empresa foi responsável pela publicação dos primeiros “relatos” e sínteses sobre o golpe civil-militar. Alguns jornalistas, políticos, escritores e artistas já haviam tomado para si a tarefa de compreender a queda de João Goulart e, sobretudo, testemunhar e denunciar as arbitrariedades do novo governo, como Carlos Heitor Cony, Márcio Moreira Alves, Edmundo Muniz e Hermano Alves, por meio do *Correio da Manhã*.¹¹⁸ Já em 1964, foram editados **Os idos de março e a queda em abril**, de Alberto Dines e outros autores, **1º de Abril: estórias para a história**, de Mario Lago e **1964: golpe ou contragolpe**, de Hélio Silva.

Em 1965 foram lançados outros quatro livros, que ganharam anúncio no *Revista Civilização Brasileira*: “Para entender bem a tragicomédia política brasileira ora em exibição, leia estes livros: **O golpe de abril** – Edmundo Moniz; **O golpe começou em Washington** – Edmar Morel; **Brasil, guerra quente na América Latina** – Maia Neto; **Até quarta, Isabela**

116 RCB n. 9, p. 170. Grifo no original. Ver anúncio original no Anexo 1.

117 Idem, p. 158. Grifo no original.

118 Ver ALVIM, Thereza Cesário. **O golpe de 64**: a imprensa disse não. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

– Francisco Julião; **O Brasil no espelho do mundo** – Otto Maria Carpeaux”.¹¹⁹ No mesmo ano, foram ainda editados **O golpe em Goiás**, de Mauro Borges, e **Palavra de Arraes**, de Miguel Arraes. O livro **Tortura e torturados**, de Márcio Moreia Alves, chegou a ser anunciado, no número 3 da RCB, como futuro lançamento da empresa, mas acabou publicado pela editora Arte Nova, em 1966, com reedição em 1968. O golpe civil-militar e os militares em geral seriam temáticas particularmente visadas pelos órgãos policiais, sobretudo quando se entendia que havia a intenção de “ridicularizar” o trabalho e os membros do governo. Em 1968, a ECB foi uma das primeiras a abordar o movimento estudantil, editando **O poder jovem**, de Arthur José Poerner, que reconstituía a história dos estudantes no país, até a UNE:

Nas ruas das grandes cidades do mundo, os estudantes marcham, protestam, lutam pela liberdade e pelo progresso. A Democracia avança com **O poder jovem**. Os estudantes brasileiros nunca se omitiram diante das grandes causas nacionais. Lutaram pela independência, contra a escravidão, pela República, contra o fascismo, pela Petrobrás, contra o subdesenvolvimento e o imperialismo.¹²⁰

Os livros de dois intelectuais já editados pela ECB antes do golpe civil-militar, e que ganharam maior notoriedade pela oposição ao regime militar, tiveram reedições, e diversos outros foram publicados: Nelson Werneck Sodré¹²¹ (com o maior número de títulos individualmente publicados pela empresa a partir de 1964, “popularizado” na grande imprensa sobretudo pelo IPM do ISEB, e pela coleção **História nova do Brasil**, produzida pelo ISEB e proibida pelo governo, sendo editada pela Brasiliense e alvo de IPM) e Carlos Heitor Cony (que não chegou a participar diretamente das revistas da ECB), autores que representavam vendagem fácil e que receberam anúncios exclusivos contendo todos os seus títulos disponíveis na empresa.¹²² Hélio Silva foi responsável por outro êxito editorial de 1964, a coleção **O Ciclo de Vargas**, com dezesseis títulos¹²³, todos de sua autoria, que tiveram

119 RCB, n.2, maio/1965. p. 189.

120 RCB, n. 19/20, maio-agosto/1968, verso da capa.

121 Obras editadas pela ECB: **Quem é o povo no Brasil?** (Cadernos do povo brasileiro, v. 2), 1962; **Introdução à revolução brasileira**, 1963; **História da burguesia brasileira**, 1964; **História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos**, 1964; **O naturalismo no Brasil**, 1965; **As razões da independência**, 1965; **Ofício de escritor: dialética da literatura**, 1965; **História militar do Brasil**, 1965; **A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro**, 1965; **História da imprensa no Brasil**, 1966; **O que se deve ler para conhecer o Brasil**, 1967; **Memórias de um soldado**, 1967; **Fundamentos do materialismo dialético**, 1968; **Fundamentos da estética marxista**, 1968; **Fundamentos da economia marxista: a economia capitalista**, 1969; **Síntese de história da cultura brasileira**, 1970, entre outras.

122 Ver anúncio original no Anexo 2.

123 1922 – **Sangue na areia de Copacabana**; 1926 – **A grande marcha**; 1930 – **A revolução traída**; 1931 – **Os tenentes no poder**; 1932 – **A guerra paulista**; 1933 – **A crise do tenentismo**; 1934 – **A constituinte**; 1935 – **A revolta vermelha**; 1937 – **Todos os golpes se parecem**; 1938 – **Terrorismo em campo verde**; 1939 – **Véspera de guerra**; 1942 – **Guerra no continente**; 1944 – **O Brasil na guerra**; 1954 – **Um tiro no coração**.

ampla divulgação e rápidas reedições: “Getúlio temia os militares?”, “Como se faz, por que se faz, por que se rasga uma Constituição?” foram as chamadas publicitárias dos livros **1933 – A crise do tenentismo** e **1934 – A constituinte**, respectivamente.

A coleção Teatro Hoje, além de várias obras de Bertold Brecht, editou textos teatrais encenados pelo Grupo Opinião, no Rio de Janeiro, como **Opinião**, de Armando Costa (de 1964, com reedição em 1965) e **Liberdade, liberdade**, de Flávio Rangel e Millôr Fernandes (“Uma mensagem de fé e de confiança na Democracia, que só é plena e integral em clima de liberdade”, publicado com fotografias de Paulo Autran, Tereza Rachel, Nara Leão e Oduvaldo Viana Filho)¹²⁴, lançada em 1965. Também foram publicados **Se correr o bicho pega, se fincar o bico come**, Oduvaldo Vianna Filho e Ferreira Gullar, também em 1965, **O santo inquirido**, de Dias Gomes, de 1966, e **Dr. Getúlio: sua vida e sua glória**, de Dias Gomes Ferreira Gullar, em 1968. **Deus e o Diabo na terra do sol**, de Glauber Rocha, também foi editado pela Civilização, em 1965, além de outros livros sobre estética e técnicas cinematográficas. Thiago de Mello, Geir Campos, Ferreira Gullar e Moacyr Félix foram os poetas mais editados a partir de 1964. Entre os romances brasileiros, **Quarup**, de Antônio Callado, recebeu destaque nos anúncios publicitários. A obra havia sido lançada originalmente em 1963 e teve reedições em 1965, 1967 e 1968.

O marxismo e a história da Rússia e da União Soviética motivaram a edição de obras trabalhosas e caras. Foram traduzidos tanto “*best-sellers* políticos” (amplas revisões históricas feitas comumente por jornalistas e popularizadas no mercado europeu e norte-americano a partir da década de 1950 sobretudo pelo tom de denúncia), quanto obras de referência do marxismo. Em 1966, foi publicada **A Rússia na guerra**, do jornalista russo-britânico Alexander Werth, composta por dois volumes com mais de mil e cem páginas cada um:

com grande riqueza de informações e linguagem atrativa, [o livro narra] os lances dramáticos e épicos de uma campanha militar que decidiu a sorte da democracia e o futuro da própria humanidade, postas em perigo pela barbárie nazista. [...] páginas de emoção, que se leem com o mesmo interesse que os bons romances provocam. Edição enriquecida de elucidativos mapas das grandes operações bélicas germano-soviéticas.¹²⁵

No mesmo ano, foram lançados **A batalha de Stalingrado**, do marechal soviético Vasili Tchuikov (“a heroica resistência de uma cidade e de um povo num livro fundamental

Ver anúncio original no Anexo. 3.

124 RPT, n. 4, p. 32.

125 RPT, 2, verso da contracapa.

sobre a arte bélica”¹²⁶) e **Sorge, o espião vermelho**, de Alain Guérin e Nicole Chatel, um “relato” sobre a “vida e os feitos do famoso agente secreto soviético que informou Stalin sobre os preparativos nazi-nipo-fascistas que culminaram no ataque a Pearl Harbour e na invasão da Rússia – informes esses que, por ironia, não foram levados na devida conta pelo estadista rubro.”¹²⁷

Em 1967, foi lançado **A vida de Lênin** (“Quem foi este homem que sacudiu as bases de nossa sociedade?”¹²⁸), do jornalista norte-americano Louis Fischer, com dois volumes de aproximadamente mil páginas cada. **O capital**, de Karl Marx, ganhou a primeira tradução diretamente do alemão, lançada a partir de 1968 (em quatro volumes) e feita por Reginaldo Santana em cooperação com os Institutos de Marxismo-Leninismo de Berlim e Moscou, acompanhada de índice remissivo completo por nomes, assuntos e obras citadas no texto: “Cem anos depois, este livro continua a inspirar os movimentos que pretendem transformar o mundo”.¹²⁹ Ênio lembrou a edição da obra:

Havia uma edição do Fondo de Cultura Económica, em espanhol, havia resumos de O Capital em português, mas não havia uma edição completa. E a obra foi produzida num trabalho de paixão. Era surpreendentemente um sub-diretor do Banco do Brasil, Reginaldo Santana, baiano por sinal, que um dia entre o Banco do Brasil e O Capital de Marx escolheu O Capital de Marx, e se dedicou a traduzir a obra. Foi um feito cultural, até hoje se vende.¹³⁰

Também em 1968, saíram duas obras do jornalista e escritor Isaac Deutscher: **Trotski: um profeta do nosso tempo**, dividido em três volumes de aproximadamente mil páginas cada um, intitulados “O profeta armado”, “O profeta desarmado” e o “O profeta banido”, e **A revolução inacabada (Rússia, 1917-1967)**. Novas interpretações do marxismo também foram introduzidas pela ECB no mercado brasileiro, com autores como Antônio Gramsci (**Cartas do cárcere**, de 1966, e **Maquiavel, a política e o Estado**, de 1968), Georg Lukács (**Ensaio sobre literatura e Marxismo e teoria da literatura**, ambos de 1968) e Roger Garaudy (**Perspectivas do homem**, também de 1968). A publicação desse “marxismo renovado” foi criticada pelos “trombas” do PCB (“os superortodoxos”), segundo Ênio Silveira (“que não entenderam absolutamente nada do que eu estava fazendo”¹³¹), levando o editor a reafirmar o caráter não partidário e não sectário adotado para a empresa.

126 RPT, 2, p. 154

127 RPT, 2, 208.

128 RPT n. 4, p. 182.

129 RCB n. 19-20, maio-agosto/1968, contracapa.

130 SILVEIRA, Ênio. *In*: FERREIRA, p. 59.

131 SILVEIRA, Ênio. *In*: FERREIRA, p. 61.

Todos esses livros ganharam destaque publicitário nas revistas, com anúncios chamativos e repetidamente veiculados (muitos deles envolvendo imagens e tipos desenhados)¹³² e (como se verá no terceiro capítulo) eles não foram os responsáveis pelos processos criminais movidos contra a Civilização Brasileira e seu proprietário, apesar de suas temáticas visadas. Vários outros “*best-sellers* políticos” foram publicados, muitos deles da coleção Impacto. Ainda podem ser destacados: **O estado militarista**, de Fred J. Cook, publicado em 1964 –

Neste *best-seller* nacional e mundial, o autor, famoso jornalista, demonstra que a aliança militar-industrial norte-americana mantém em permanência o quadro de economia de guerra e facilita a penetração dos Estados Unidos nas regiões subdesenvolvidas do mundo. Um livro que é uma advertência.)¹³³ –

e **Ascensão e queda do III Reich**, do historiador norte-americano William S. Shirer, em quatro volumes, que ganharam reedições em 1964 –

Um livro-documento que é também oportuna advertência aos que lutam pela democracia no Brasil [...], que relata a trágica história de Hitler, as crueldades da linha dura nazista, os horrores da II Guerra e o sangrento colapso mundial provocado por aqueles que substituíram a força do Direito pelo direito da força.¹³⁴

Arthur José Poerner (do *Correio da Manhã*) e outros jornalistas lançaram um “livro-impacto” brasileiro, em 1965, com um conjunto de reportagens sobre os dramas sociais no Rio de Janeiro (mendicância, prostituição, tavolagem, homossexualismo, falta de moradia), intitulado **Assim marcha a família**, que denunciava “a verdadeira subversão e a verdadeira corrupção que abala[va]m a chamada sociedade cristã ocidental”.¹³⁵

Outra obra cara editada a partir de 1964 foi **Os grandes julgamentos do Supremo Tribunal Federal** (“Decisões que abalaram a consciência nacional. Um espelho da vida

132 Ver anúncios originais no Anexo 4. Ainda podem ser citadas: CHACON, Vamireh. **História das ideias socialistas no Brasil**, 1965; NIKITIN, P. **Fundamentos de economia política**, 1967; NENAROKOV, A. **1917: a revolução mês a mês**, 1967 (edição com 350 fotografias); OSSIPOV, G. V. **A sociologia na União Soviética**, 1968; BROWNE, Alfredo Lisboa. **Leitura básica de O capital: resumo e crítica da obra de Marx**, 1968, AFANASIEV, V. **Fundamentos de filosofia**, 1968.

133 RCB 4, verso da contracapa.

134 RCB. n.1, março/1965. p. 184. Ainda podem ser citados: BUCHANAN, Thomas G. **Quem matou Kennedy?**, 1964. LOOMIS, Stanley. **Paris sob o terror**, 1965; COOK, Fred. J. **O F.B.I. Por dentro**, 1966; KAMEN, Henry. **A inquisição na Espanha**, 1966; SCHLESINGER, Arthur M. **Mil dias** (John Kennedy na Casa Branca), 1966; EHRENBURG, Ilya. **A Europa sob o nazismo**, 1966; GALBRAITH, John Kenneth. **O novo estado industrial**, 1967; BOFFA, Giuseppe. **Depois de Kruschchev**, 1967; APETHEKER, Herbert. **Uma nova história dos Estados Unidos**, 1967; KEFAUVER, Estes. **Em poucas mãos**, 1967; HOROWITZ, Irving Louis. **Ascensão e queda do Projeto Camelot**, 1969.

135 RCB 3, p. 26.

política, social e jurídica do Brasil nos últimos 70 anos”¹³⁶), do ministro Edgar Costa e com cinco volumes (o quinto deles contemplava os anos entre 1963 e 1966), também repetidamente divulgada nas revistas da ECB e EPT. A ECB também editou versão atualizada da Constituição de 1967, nesse mesmo ano, com todas as modificações e emendas feitas pelo Congresso e pelos atos institucionais e complementares decorrentes do “movimento militar” de março de 1964.

A ECB continuou publicando obras de “ficção de alto nível”, nas palavras de Hallewell, como as de Franz Kafka, Herman Hesse, James Joyce (cuja obra **Ulisses** teve tradução de Antônio Houaiss, em 1966), Ernest Hemingway (traduzido pessoalmente por Ênio Silveira), Walt Whitman, F. Scott Fitzgerald, T. S. Eliot, Curzio Malaparte, Norman Mailer, Morris West, D. H. Lawrence, Aldous Huxley, entre diversos outros, além de editar **Otelo** e **Romeu e Julieta**, de William Shakespeare. Constavam, ainda, de seu catálogo, obras de referência sobre física moderna (de George Gamow), sobre língua portuguesa, manuais de secretariado executivo, de vendas e sobre alimentação. Buscando o público feminino, a ECB editou obras de Carmen da Silva (que também escrevia para a revista *Cláudia*), como **A arte de ser mulher**, de 1966, e **O homem e a mulher no mundo moderno**, de 1969, anunciada na RCB: “Qual será o problema que faz da sua vida um inferno? A questão sexual? A rebelião dos seus filhos? A sua liberdade? A proibição do divórcio? As dificuldades econômicas da vida conjugal? Seu marido não permitir que você trabalhe?”.¹³⁷ Para o público masculino, a coleção Novo Romance Policial (“Uma série que lhe oferecerá emoção vigorosa, descanso espiritual depois de um dia atribulado, textos selecionados pela sua qualidade literária, valor permanente para enriquecimento de sua biblioteca. Não deixe de ler imediatamente.”¹³⁸) publicava, entre outros autores e obras, J. J. Marris, com as aventuras do inspetor Gideon, já popularizado pela televisão.

2.2 A Revista *Civilização Brasileira* (1965-1968)

2.2.1 Formação e proposta

A *Revista Civilização Brasileira* foi lançada no Rio de Janeiro, em março de 1965 e circulou até abril de 1968, tendo vinte e duas edições e três cadernos especiais, sendo

136 RCB 2, maio/1965, contracapa.

137 RPT, 10, verso da contracapa. Em 1964, a *Civilização* já havia lançado **Sangue sem dono**, da mesma autora.

138 RCB n. 8, p. 212.

impressa na Gráfica Lux, com proposta de periodicidade bimestral. Ela foi a primeira e a mais importante das três revistas em estudo, contando com o maior número de edições e com a maior tiragem. Seu surgimento se associou à própria trajetória de Ênio Silveira e de sua empresa, consolidada em 1965 como uma das maiores do país e, portanto, capaz de manter e criar canais de divulgação para as esquerdas, entendidas essas em sua multiplicidade. Parece ter havido a intenção de ampliar a iniciativa dos Cadernos do Povo Brasileiro, porém agora de forma mais urgente, incisiva e qualificada:

Mas nós entendemos que era necessário abordar de uma maneira mais sistemática uma série de outros assuntos e em profundidade também. Não apenas de uma maneira mais ligeira, embora séria, como já fazíamos, que se destinava ao público de massa, mas de uma maneira mais profunda que suscitaria o debate de ideias em ambientes que nos interessavam muito, o ambiente político, o ambiente universitário.¹³⁹

Como eu queria que a revista tivesse a mais ampla liberdade de *approach* possível, uma vez que nosso objetivo era unir todas as forças que estivessem contra a ditadura, essas forças uniam católicos comunistas, trotskistas, esquerdistas de um modo geral, liberais, conservadores até. [...] Era uma soma de esforços coletivos e individuais num caminho específico, isto é, lutar contra a ditadura. [...] Esse movimento foi catalisador da *intelligentsia* brasileira contra o Golpe.¹⁴⁰

Aproveitando a experiência dos Cadernos, o editor buscou com a *Revista Civilização Brasileira* um contato mais rápido com grupos já amplamente atingidos pelas medidas do governo, ávidos por informação e ideias, refletindo-se nisso o quadro de passividade da maior parte da população com relação ao golpe de Estado, e o início da descrença na eficiência da veiculação de um discurso mais acessível, voltado aos grandes destinatários do trabalho intelectual de esquerda até então, as classes trabalhadoras, as “massas”, o “povo”. Sob a forma de uma revista, Ênio e sua empresa agruparam e deram guarida a variadas manifestações de descontentamento com a nova conjuntura brasileira, identificando esse como um período em que a reação inicial pelo retorno da democracia já havia sido feita, no *Correio da Manhã*, e precisava de um instrumento mais sistemático:

É nesse quadro que surgiu a *Revista Civilização Brasileira*, ou seja, para agrupar todos os elementos que ainda achavam, independentemente de lutas antigas, que era possível juntar alguma coisa, no sentido de uma conscientização. Embora predominantemente de comunistas e ativistas da época, a revista não era restrita. Naquela época, o liberal era revolucionário. Foi nessa circunstância que surgiu a revista. A primeira reação contra 64 não

139 SILVEIRA, Ênio. Depoimento em 22/05/1992. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas, p. 38.

140 SILVEIRA, Ênio. Depoimento em 05/01/1996. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas, p. 49-50.

surgiu organizadamente, um pouco na base da porra-louquice, no Correio da Manhã. A primeira reação foi no Correio da Manhã, aniquilado esse grupo, esse grupo encontrou na Civilização Brasileira o escoadouro.¹⁴¹

O autoritarismo iniciado com o golpe de 1964 parece ter tido dois efeitos iniciais, inter-relacionados, sobre o trabalho de diversos grupos de intelectuais: os sucessivos expurgos em institutos e universidades, bem como nos meios políticos, desalojaram diversos agentes intelectuais qualificados, que procuraram novas fontes de trabalho e de divulgação; e a violência crescente uniu, por si só, diversas tendências e fez surgir novos grupos e espaços (até mesmo como forma de proteção). Contra um governo que se “fingia de democrático”¹⁴², foi organizada uma frente comum de pessoas que acreditavam poder, na batalha das palavras, desmascará-lo.

Como referido diversas vezes por Ênio, a RCB deveria servir, justamente, como veículo de divulgação para quaisquer tendências que entendessem o governo militar como inaceitável. Na composição dos que trabalharam e se manifestavam por meio da revista,

havia um certo ecletismo controlado, porque na verdade ele estava orquestrando o encontro de exigências diferentes, de proveniências diferentes, marcas diferentes, de esquerdas diferentes. Desde o Partidão até pessoas que eram críticas em relação ao Partidão, em outras posições, outras propostas.¹⁴³

O número de abertura da RCB trouxe uma apresentação clara, com o principal objetivo da publicação, a saber, de servir de plataforma de divulgação de estudos sobre a realidade brasileira que viessem a colaborar com o retorno à democracia. Mais do que isso, salientou o caráter eclético, em termos teóricos e políticos, da publicação:

O povo brasileiro está agora diante de um grande e sério desafio: será capaz de, superando falhas e contradições, superar também as forças que se opõem ao desenvolvimento do País, numa linha democrática e independente? Será capaz de abandonar formulações meramente especulativas e, através de estudo objetivo de todas as componentes da realidade nacional, equacionar e depois resolver seus graves problemas? Terá capacidade para destruir os mitos e clichês que dificultam ou impedem aprofundamento maior desse estudo? Cremos que sim. [...] A *REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA* não será orientada por qualquer partido ou concepção sectária. No terreno dos estudos sociológicos, econômicos e culturais, que constituem o campo de sua atuação, buscará sempre amplitude de visão sem perder profundidade de análise. Não se deve inferir dessa atitude, porém, que a Revista será ecumênica ao ponto de abranger todas as correntes de pensamento. É preciso

141 CONY, Carlos Heitor. Depoimento em 21/05/1994. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas, p. 4.

142 GULLAR, Ferreira. Depoimento em 22/12/1994. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas, p. 63-64.

143 KONDER, Leandro. Depoimento em 28/12/1995. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas, p. 79.

deixar bem claro que não somente repudiará, como abertamente combaterá tudo aquilo que admitir como válida ou moralmente correta a presente estrutura sócio-econômica do Brasil ou entender como inevitável e até mesmo necessária a submissão dos interesses nacionais aos das grandes potências, sejam elas quais forem.¹⁴⁴

A revista teve quatro diretores e três secretários. A sucessão dos nomes se relacionou mais diretamente às pressões legais e policiais lançadas sobre seus responsáveis, não significando mudança nos princípios e propósitos da publicação. De fato, os nomes à frente da revista já dispunham de importantes posições até 1964, nos espaços forjados pelos diferentes movimentos nacionalistas. O quadro a seguir resume os dados sobre os números publicados e sobre a composição dos responsáveis pela RCB:

NÚMERO	DATA	DIRETOR RESPONSÁVEL	SECRETÁRIO
1	Março – 1965	Ênio Silveira (1925-1996)	Roland Corbisier (1914-2005) ¹⁴⁵
2	Maio – 1965	Ênio Silveira	Roland Corbisier
3	Julho – 1965	Ênio Silveira	Roland Corbisier
4	Setembro – 1965	Ênio Silveira	Roland Corbisier
5/6	Março – 1966	M. Cavalcanti Proença (1905-1966)	Moacyr Félix (1926-2005)
7	Maio – 1966	M. Cavalcanti Proença	Moacyr Félix
8	Julho – 1966	M. Cavalcanti Proença	Moacyr Félix
9/10	Setembro/Novembro – 1966	Moacyr Félix	Dias Gomes (1922-1999)
11/12	Dezembro – 1966/ Março – 1967	Moacyr Félix	Dias Gomes
13	Maio – 1967	Moacyr Félix	Dias Gomes
14	Julho – 1967	Moacyr Félix	Dias Gomes
15	Setembro – 1967	Moacyr Félix	Dias Gomes
Caderno Especial 1	Novembro – 1967	Moacyr Félix	Dias Gomes
16	Novembro/Dezembro – 1967	Moacyr Félix	Dias Gomes

144 RCB. n.1, março/1965. “Princípios e propósitos”, p. 3-4. Grifo no original.

145 Obras editadas pela ECB: **Reforma ou revolução?**, 1968; **Enciclopédia filosófica**, 1968; **Filosofia política e liberdade**, 1970; **Autobiografia filosófica: das ideologias à teoria da práxis**, 1978, entre outros.

17	Janeiro/Fevereiro – 1968	Moacyr Félix	Dias Gomes
18	Março/Abril – 1968	Moacyr Félix	Dias Gomes
19/20	Maió/Agosto – 1968	Moacyr Félix	Dias Gomes
Caderno Especial 2	Julho – 1968	Moacyr Félix	Dias Gomes
Caderno Especial 3	Setembro – 1968	Moacyr Félix	Dias Gomes
21/22	Setembro/Dezembro – 1968	Moacyr Félix	Dias Gomes

QUADRO 1 – Edições da *Revista Civilização Brasileira*

O nome de Ênio Silveira (cuja trajetória foi abordada no primeiro capítulo) foi resguardado já a partir dos números 5/6 da RCB, ou foi preservada a própria continuidade da publicação, pois a relação de ambos com os sistemas legais e policiais se deteriorava. O primeiro atraso na edição da revista, do qual surgiu a estratégia de publicação de dois números juntos, foi explicado aos leitores:

Lamentamos a quebra involuntária de periodicidade, mas esclarecemos que o atraso na publicação deste número, que se deve à soma de circunstâncias políticas que têm mantido em sobressalto a Nação e nos obrigam a uma série de modificações estruturais e administrativas, não significa qualquer alteração em nossa linha de conduta.¹⁴⁶

O primeiro secretário da RCB, Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier¹⁴⁷, havia iniciado sua trajetória intelectual junto aos círculos integralistas de Plínio Salgado (não só era membro da Ação Integralista Brasileira, como também chegou a compor seu órgão diretivo superior, a “Câmara dos Quarenta”). Formado em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo (também ingressou na Faculdade de Filosofia de São Bento e na Faculdade de Filosofia do Estado, cursos que não concluiu), ele fundou, em 1947, a Livraria Planalto, atividade desenvolvida junto com a função de professor no ensino público do estado de São Paulo.

¹⁴⁶ “Duas notas da direção”, RCB, n. 5/6, março de 1966, p. 3.

¹⁴⁷ Sobre a trajetória de Rolando Corbisier, ver: CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. **Nasce a nação**: Roland Corbisier: o nacionalismo e a teoria da cultura brasileira. Tese de Doutorado. Campinas, Faculdade de Educação/UNICAMP, 1993.

Ele atuou junto ao Instituto Brasileiro de Filosofia, fundado em 1949, e como redator do jornal *O Estado de São Paulo*. Hostil ao marxismo até a década de 1960 (“Qualquer movimento, de qualquer tipo de natureza, que se propusesse a combater o materialismo e o comunismo contava, *a priori*, com minha adesão e meu aplauso”¹⁴⁸), Corbisier era oriundo de uma família de proprietários paulistas arruinados com a crise de 1929, o que se refletiu na sua busca por posições junto ao Estado e a grupos intelectuais representantes da defesa da aristocracia conservadora, que passou a ser vista pelo filósofo, progressivamente, em sua fase de decadência. Foi ao longo da década de 1950 que ele passou a voltar suas atenções para os grupos vistos como os mais dinâmicos da economia brasileira, e em especial para a burguesia industrial paulista.¹⁴⁹ Em 1952, ele ajudou a fundar o Instituto de Economia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, do qual foi diretor. Participou, também, do grupo que criou o IBESP (o “grupo de Itatiaia”), que deu origem ao ISEB, em 1955, conforme revisado no primeiro capítulo. Corbisier mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro, e foi diretor e professor da disciplina de Filosofia no Brasil junto ao ISEB, apoiando, ao lado de Alberto Guerreiro Ramos, uma ação menos acadêmica e mais engajada, opondo-se ao grupo liderado por Hélio Jaguaribe.

Em 1960, Corbisier ingressou na carreira política filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro e elegendo-se, no mesmo ano, deputado da Assembleia do Estado da Guanabara. Em 1963, assumiu o cargo de deputado federal (foi eleito, um ano antes, suplente de Leonel Brizola, que se licenciou) e participou do grupo de apoio às Reformas de Base de João Goulart. Com o golpe, em 1964, ele foi incluído na primeira lista de cassados publicada com o AI-1 e, ainda em abril, e o ISEB foi extinto, sendo instaurado IPM. Através desse inquérito, ele foi acusado de ter negociado o apoio de grupos comunistas para a coligação entre o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Social Democrático, que elegeu Negrão de Lima na Guanabara em 1965, e esteve preso entre novembro e dezembro desse mesmo ano.¹⁵⁰ Esse evento parece ter sido determinante para a saída de Corbisier do cargo de secretário da RCB, ao final de seu primeiro ano. Após deixar a nominata da revista, ele publicou ainda dois textos¹⁵¹, suas últimas contribuições formais na publicação.

148 CORBISIER, Roland. In: CASTANHO, p. 66.

149 CASTANHO, p. 68-69.

150 **Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/roland_corbisier. Consulta em: 28/01/2010.

151 “Notas para uma definição de cultura”, RCB, n. 5/6, março/1966, p. 231-247; “O problema nacional brasileiro”, RCB, n. 7, maio/1966, p. 348-363.

Nos números 9/10, sob o título “Duas perdas irreparáveis”, a RCB informou os falecimentos de seu diretor responsável, Manuel Cavalcanti Proença, e de Nelson Lins e Barros, do Conselho de Redação. O texto de despedida, no qual a RCB transcreveu um “retrato” de Proença feito por Carlos Drummond de Andrade, apesar de longo, foi reproduzido quase na íntegra, pois revela diversos elementos importantes acerca da trajetória do segundo diretor da revista (tida como exemplar), além de demonstrar o “estado de espírito” dos intelectuais diante do cenário político brasileiro no final de 1966:

Vivemos em sobressalto no Brasil hoje, quando nos fecham, uma a uma, as janelas da Liberdade, essenciais para o desenvolvimento do trabalho cultural que nos propusemos. Vivemos em profunda tristeza, nos dias que correm, quando – além do panorama sombrio que nos cerca – somos atingidos, todos nós que participamos da REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, por duas perdas irreparáveis: a de M. Cavalcanti Proença, nosso Diretor, e a de Nelson Lins e Barros, responsável pela seção de Música.

[...]

Assim, a REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, com autorização de Carlos Drummond de Andrade, tem a honra de reproduzir o melhor retrato que se poderia encontrar daquele que C.D.A. chamou, de modo tão certo, de “o brasileiro Proença”:

O Brasileiro Proença

Era o general menos general que já conheci. Verdade seja que passou pelo Exército dando aula, e nesse sentido representou a flor da oficialidade. Professor, sim, foi cem por cento, estudando tanto quanto ensinando, sem atitude magisterial. E seu papo era a melhor aula, a mais comunicativa, quer se tratasse de um ponto de literatura, quer se referisse a um assunto circunstancial, trazido pelo vento. Esse homem sabia as coisas mais variadas, úteis e divertidas, as coisas que estão nos livros e ainda, em sua pureza de confiança, as que estão expostas na natureza, e nas quais quase não reparamos. Era, em suma, o homem que sabia o nome da planta, do bicho e da pedra. O brasileiro raro, que sabia principalmente o Brasil, no longe e no perto.

Conhecer M. Cavalcanti Proença, há quase vinte anos, foi para mim um acontecimento, que o tempo não esmaeceu. Ele pesquisava, então, as fontes do “Macunaíma”, de Mário de Andrade, e o livro à margem desse livro, que publicaria em 1955, fruto de generosa admiração, que vai ao fundo das coisas, seria de fazer a felicidade e a raiva de Mário, se este pudesse lê-lo na Ursa Maior, junto do “herói”. Com desvendar-lhe os arcanos de documentação e composição, Cavalcanti Proença, ainda uma vez professor de coisas brasileiras, “descreveu” Macunaíma, explicitando e ensinando a todos o tocante sentido nacional dessa urdidura de lendas, motivos, traços psicológicos, tiques e mistérios de nossa alma coletiva.

E mal acabava de ruminar minha surpresa por obra dessa importância, Proença me sai com um pequenino e primoroso trabalho sobre Ritmo e

Poesia, que introduz noções novas em nossa conceituação de métrica, abrindo a porta, discretamente, a outros estudiosos do gênero. “Era o que tinha a dizer e mais não”. Em verdade tinha mais a dizer e a fazer, por exemplo, no referente aos poetas populares do Norte, de cujos versos o livrinho traz e a primeira análise moderna. A antologia *Literatura Popular em Verso*, editada em 1964 pela Casa de Rui Barbosa, em seguida ao *Catálogo* da obra impressa dos trovadores, é um guia precioso para quem queria mergulhar no mundo da poesia, entre primitiva e maliciosa, de nossos poetas populares. Proença foi o estudioso que mais valorizou essa gente humilde e lhe garantiu foros de personalidade literária, autêntica e característica de um modo de ser brasileiro.

O tempo passando, e Proença escrevendo, revelando, ensinando a nós todos o que há de fino e sutil nas obras alheias, o que há de Brasil e de universal em nosso esforço de criação. Ultimamente, era uma usina a pleno funcionamento, uma usina que produzisse com bom humor e senso de qualidade. Bom humor que se elevou a perfeito senso de humor, quando, por exemplo, descreveu um página memorável, para a revista *Senhor* a experiência de um enfarte sofrido por ele mesmo. Quem assim enfrenta a morte alcançou na vida um grau de sabedoria que compreende a essencialidade dos fenômenos, e torna a vida tanto mais interessante quanto mais precária.

Morreu numa festa em casa de amigos, conversando. Decerto não gostaria de dar trabalho aos outros, mas também é grato esse findar a vida em boa companhia e boa prosa. Vai ser difícil é arranjar outro professor, outro escritor, outro brasileiro admirável como Proença de Mato Grosso, Proença da poesia, da ciência do folclore e da funda raiz humana.¹⁵²

Nas palavras dos colegas da RCB e de Carlos Drummond de Andrade, é possível perceber alguns dos principais atributos de aproximação e de legitimidade da produção e da atuação não só de Manuel Cavalcanti Proença, mas dos intelectuais que passaram pela Editora Civilização Brasileira e pelos grupos mediados por Ênio Silveira: teoria aprofundada e renovadora (materializada em livros), dedicação ao ensino, interesse pelo “homem comum” brasileiro, foco no mundo contemporâneo. Tais elementos, associados àqueles de caráter mais pessoal, como o bom humor e a calma (também básicos para quem desempenhava a figura de articulador em um “panorama sombrio”), fundamentam os critérios de diferenciação que investiam respeito profissional e humano à atuação de Proença, ou “respeito intelectual”, aos olhos de seus pares da década de 1960. Com a morte do seu segundo diretor, Moacyr Félix passou ao cargo, e Dias Gomes assumiu como secretário executivo (ambos já pertenciam desde o primeiro número do Conselho de Redação da RCB), funções que desempenharam até o encerramento da publicação, em 1968.

152 RCB, n. 9/10, setembro/novembro de 1966, p. 3-4. Grifos no original.

Moacyr Félix era formado em Direito pela Universidade Católica do Rio de Janeiro. Recebeu bolsa de estudos do governo francês e, entre 1950 e 1953, cursou Filosofia na Universidade de Paris (Sorbonne). De volta ao Brasil, em 1954, trabalhou nas comissões de redação das revistas *Caderno do Nosso Tempo*, do IBESP, e *Marco*, sobre literatura e, até 1960, contribuía com poemas e textos de crítica literária para o *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* (no qual, a partir de 1962, teve uma seção dominical chamada “Radiografia de um livro”, dedicada a obras de sociologia, filosofia, política e economia), *Diário Carioca* e *Jornal do Brasil*. A partir de 1962, começou a trabalhar diretamente com Ênio Silveira, dirigindo a série *Violão de Rua* (três volumes extras dos Cadernos do Povo Brasileiro), em parceria com o CPC da UNE e que alcançou grande vendagem, mas foi encerrada em 1963, como já mencionado.

Félix foi um dos fundadores do CTI, em 1963, sendo eleito membro de seu Conselho Deliberativo em 1964. Foi também diretor das coleções *Poesia Hoje*, *Poesia Sempre* e *Poesia Viva*, da ECB. Além de suas atividades culturais e intelectuais, Félix foi um “advogado jusagrarista, autor de artigos e livros sobre reforma agrária, que foi procurador do órgão do governo federal para a reforma agrária (Superintendência da Reforma Agrária, à época), onde trabalhou até se aposentar”.¹⁵³ De fato, foi ele quem assumiu os periódicos da Civilização quando seus diretores se viam por demais pressionados pelas medidas repressivas.

O escritor e teatrólogo Alfredo de Freitas Dias Gomes, egresso da Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro em 1943, sem concluir o curso, já havia escrito e montado, na década de 1940, diversas peças em associação com Procópio Ferreira (ator e diretor de teatro), com o qual assinou um contrato de exclusividade (são dessa época *Pé de cabra*, *João Cambão*, *Amanhã será outro dia*, *Doutor Ninguém*, *Zeca Diabo*, entre outras)¹⁵⁴. Em 1944, quando Ferreira não renovou o contrato, começou a trabalhar também no rádio a convite de Oduvaldo Viana, passando por diversas emissoras, como a Pan-americana, a Tupi, a Tamoio, a América, a Bandeirante, a Rádio Clube do Brasil (da qual foi demitido depois de viagem à União Soviética, em 1953) e a Rádio Nacional, da qual era diretor-artístico em 1964, quando foi demitido. Também teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1. Dias Gomes havia alcançado grande projeção, nacional e internacional, com a obra *O pagador de promessas*, em 1959 (que estreou no Teatro Brasileiro de Comédia, em São Paulo, com a

153 RIDENTI, p. 117.

154 Biografias dos membros da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=448&sid=231>. Consulta em: 29/01/2010.

direção de Flávio Rangel, também membro da redação da RCB), e que foi adaptada pelo próprio autor para o cinema e dirigida por Anselmo Duarte (o filme recebeu a Palma de Ouro no Festival de Cannes, em 1963).¹⁵⁵

A diversidade e a importância da atuação dos responsáveis mais diretos pela RCB demonstra que essa foi mais uma das “armas” utilizadas pelo periódico, tanto pelas possibilidades de intercâmbios que esses agentes puderam oferecer (com outros círculos intelectuais, com instituições), quanto como “garantia prévia” de prestígio intelectual e editorial, e de vendas. Além disso, seus nomes e posições possuíam, por certo, maior poder de “barganha” com o sistema jurídico e policial, embora não tenham sido poupados de diversas ações repressivas.

Para a apresentação do Conselho de Redação, nominata mais ampla e que também representa a amplitude das colaborações com a RCB, optou-se, como já referido na introdução, pela construção de um quadro-resumo. É importante que se repita que as referências feitas às trajetórias profissionais e intelectuais, à exceção da de Ênio Silveira (tratada mais detalhadamente), longe de contemplarem-nas adequadamente em sua complexidade, se prestam, no âmbito deste estudo, apenas para “situar” os agentes que se envolveram com a RCB, entendida essa participação como referência para a compreensão das características do periódico, de sua diversidade e de seu alcance. A RCB publicou rápidas “apresentações” aos seus autores a partir do número 13, de maio de 1967, abaixo do título dos textos (formato adotado pela *Revista Paz e Terra* desde a primeira edição). Tais referências de ambas as revistas foram utilizadas na composição do resumo, pois existiu um intercâmbio de autores entre os periódicos, aspecto também demonstrado no quadro a seguir, e por melhor evidenciarem os aspectos mais valorizados na trajetória cada agente:

Conselho de Redação (publicado do n. 1 ao n. 5/6)	Número de textos publicados nas revistas da ECB	Formação e atuação profissional (até 1969)
Alex Viany ¹⁵⁶ (1918-1992)	-	Jornalista, cineasta e escritor, trabalhou no jornal <i>O Cruzeiro</i> (foi correspondente nos Estados Unidos. entre 1945 e 1948). Ao longo da década

155 GOMES, Dias. Depoimento. In: MATTOS, David José (Org.). **Pioneiros do rádio e da TV no Brasil**. São Paulo, Códex, 2004. p. 70-75.

156 Alex Viany fez traduções para livros da ECB e escreveu diversas “orelhas” para livros da ECB.

		de 1950, escreveu para vários periódicos, como <i>Manchete</i> , <i>Jornal do Cinema</i> e <i>Senhor</i> . ¹⁵⁷ Dirigiu a coleção Biblioteca Básica de Cinema, da ECB. Foi membro do PCB e participou do CTI.
Álvaro Lins ¹⁵⁸ (1912-1970)	-	Formado em Direito, atuou como jornalista (foi redator-chefe do <i>Correio da Manhã</i> entre 1940 e 1956), como professor (na cátedra de Literatura do Colégio Pedro II), e foi Chefe da Casa Civil de Juscelino Kubitschek, em 1956, posição que abandonou para assumir o cargo de embaixador em Portugal, até 1959 ¹⁵⁹ , ano em que rompeu com o governo (acusando-o de cooperação com os governos fascistas), sendo exonerado. Foi membro do PSD. Publicou diversas obras sobre literatura. Em 1961, passou a dirigir o suplemento literário do <i>Diário de Notícias</i> , até 1964. ¹⁶⁰ Participou do CTI.
Antônio Houaiss (1915-1999)	2 (RCB) 2 (RPT)	“Diplomata, crítico literário, ensaísta, autor, entre outros livros, de <i>Seis Poetas e um Problema</i> . Tradutor de <i>Ulisses</i> , de James Joyce.” (RCB, n. 19/20, Maio-Agosto/1968, p. 17.). Teve os direitos políticos cassados pelo AI-1.
Cid Silveira ¹⁶¹ (1910-1991)	3 (RCB)	Participou do CTI.*
Édison Carneiro ¹⁶² (1912-1972)	1 (RCB)	Escritor folclorista. ¹⁶³ Participou do CTI.
Ferreira Gullar ¹⁶⁴ (1930-...)	9 (RCB)	“Maranhense. Jornalista, escritor e poeta, tendo publicado, entre outras obras, o livro de ensaios <i>Cultura Posta em Questão</i> , o livro de poemas <i>Luta Corporal</i> e, de parceria com Oduvaldo Viana Filho, a peça <i>Se correr o Bicho Pega, se Ficar o Bicho Come</i> .” ((RCB, n. 15, Setembro/1967, p. 251. Grifos no original.) Participou do CPC da UNE e do CTI. Teve os direitos políticos cassados pelo AI-5.
Haiti Moussatché (1910-1988)	3 (RCB)	Formado em Medicina na Universidade do

157 Ver: AUTRAN, Arthur. Alex Viany: crítico e historiador. São Paulo: Perspectiva, 2003.

158 Obras editadas pela ECB: **Missão em Portugal**, v. 1, 1960; **A glória de César e o punhal de Brutus**, 1962; **Literatura e vida literária**, 1963; **Os mortos de sobrecasaca**, 1963; **O relógio e o quadrante**, 1964; LINS, Álvaro, HOLANDA, Aurélio Buarque. **Roteiro literário de Portugal e do Brasil**. v. 1 e v. 2, 1966; **A técnica do romance em Marcel Proust**, 1968.

159 [Biografias dos membros da Academia Brasileira de Letras](http://academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=105&sid=199&tpl=printerview). Disponível em: <http://academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=105&sid=199&tpl=printerview> Consulta em: 29/01/2010.

160 **Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/alvaro_lins Consulta em: 29/01/2010.

161. Obras editadas pela ECB: **Café: um drama na economia nacional**, 1962; **Direito e Estado**, 1970.

162. Obras editadas pela ECB: **Religiões negras**, 1936. **Negros bantus**, 1937; **Ladinos e crioulos**, 1964; **Dinâmica do folclore**, 1965; **O Quilombo dos Palmares**, 1965; **Candomblés da Bahia**, 1977.

163 VASSALLO, Simone Pondé. Capoeiras e intelectuais: a construção coletiva da capoeira “autêntica”. In: *Estudos Históricos*, n. 32, Rio de Janeiro, 2003. p. 109. Carneiro era ligado, em Salvador, aos grupos intelectuais de Jorge Amado.

164 Obras editadas pela ECB: GULLAR, Ferreira, SANT'ANNA, Affonso Romano de et al.. **Violão de rua: poemas**, 1962 e 1963. (Cadernos do Povo Brasileiro, v. extras I, II e III.); **Cultura posta em questão**, 1965; GULLAR, Ferreira, FILHO, Oduvaldo Vianna. **Se ficar o bicho pega, se correr o bicho como**, 1966; GULLAR, Ferreira e GOMES, Dias. **Dr. Getúlio: sua vida e sua glória**, 1968; **Vanguarda e subdesenvolvimento**, 1969.

		Brasil, era professor e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz. Foi um dos fundadores da SBPC. Teve seus direitos políticos suspensos e foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5, no expurgo conhecido como “massacre de Manguinhos”. ¹⁶⁵
Moacyr Werneck de Castro (1920-1966) (até o n. 4)	-	Formado em Direito, foi diretor da <i>Imprensa Popular</i> , (do PCB), trabalhou como jornalista no jornal <i>Ultima Hora</i> até 1970. ¹⁶⁶
Nelson Lins e Barros (1920-1966) (até o n. 8)	1 (RCB)	Músico e crítico, atuou no CPC da UNE. ¹⁶⁷
Nelson Werneck Sodré (1911-1999)	19 (RCB)	“Nasceu no Rio de Janeiro em 1911. Foi professor de História Militar na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e Diretor do Departamento de História do ISEB. Autor de vários livros, entre os quais citamos: História da Literatura Brasileira, História Militar do Brasil, História da Imprensa no Brasil, Formação Econômica do Brasil, Ofício de Escritor, História da Burguesia Brasileira.” (RCB, n. 15, Setembro/1967, p. 213.) Foi também membro do PCB e participou do CTI. Teve os direitos políticos cassados pelo AI-1.
Octavio Ianni ¹⁶⁸ (1926-2004)	6 (RCB)	“Professor de sociologia da Universidade de São Paulo. Autor de: Estado e Capitalismo, Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil, Raças e Classes Sociais no Brasil, O Colapso do Populismo no Brasil, todos editados pela Civilização Brasileira.” (RCB, n. 21/22, Setembro-Dezembro/1968, p. 45.)
Paulo Francis ¹⁶⁹ (1930-1997)	9 (RCB) 2 (RPT)	Jornalista, foi contratado pelo <i>Correio da Manhã</i> em 1967. ¹⁷⁰ Era membro do Conselho de Redação da RPEI.
Oswaldo Gusmão*	-	*

* Não foram encontradas referências.

QUADRO 2 – Conselho de Redação da *Revista Civilização Brasileira*

165 Ver: “Haity Moussatché: homenagem ao guerreiro da ciência brasileira - Depoimentos”. In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v.5 no.2. Rio de Janeiro, julho/outubro, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000200009&script=sci_arttext. Consulta em: 26/01/2010.

166 TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus Editorial, 1992. p. 76.

167 NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 41.

168 Obras editadas pela ECB: **Imperialismo na América Latina**, 1963; IANNI, Octávio et al. **Industrialização e desenvolvimento social**, 1963; IANNI, Octávio et al. **Política e revolução social no Brasil**, 1963; **Estado e capitalismo**, 1965; **Raças e classes sociais no Brasil**, 1966; **O colapso do populismo no Brasil**, 1968; **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**, 1971; **Sociologia da sociologia Latino-americana**, 1971.

169 Obras editadas pela ECB: FRANCIS, Paulo, CLAUDIUS, FORTUNA; JAGUAR. **Hay gobierno**, 1964; **Opinião pessoal**, 1966; **A consciência de Norman Mailer**, 1967; **Encontro com Ehrenburg de Jorge Amado a Stalin**, 1967; **Cabeça de papel**, 1970.

170 VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 1998. p. 174.

A partir do número 7, de maio de 1966, não foi mais publicado o Conselho de Redação da revista, passando apenas a constarem os nomes do diretor responsável e do secretário, por certo como forma de resguardar os agentes, à medida que a publicação já havia se firmado como importante veículo de oposição. Mas a ausência do Conselho também pode ter sido devida à desagregação do próprio grupo envolvido na elaboração da RCB, conforme a apreciação de Nelson Werneck Sodré, que comentou a dispersão ocorrida a partir desse ano, quando as reuniões colegiadas para a organização do periódico deixaram de acontecer, conforme se verá adiante.

Segundo Moacyr Félix, os primeiros números da revista foram feitos por ele, por Ênio Silveira e por Cavalcanti Proença, sem que houvesse participação direta daqueles que constavam no Conselho de Redação. Ainda de acordo com Félix: “Todas as revistas as revistas eram armadas assim: chegavam aqueles artigos todos, a gente lia, eu tirava de livros, de revistas estrangeiras, artigos nacionais. A intelectualidade brasileira toda colaborava na Revista Civilização”.¹⁷¹ E, com a aprovação final de Ênio, as revistas iam para a gráfica. Segundo o próprio editor, o grupo mais diretamente envolvido no trabalho de formulação do periódico era o seguinte:

A Revista Civilização Brasileira foi organizada com a chamada prata da casa, que eram pessoas muito ligadas a mim e a todo aquele projeto de trabalho na editora. Moacyr Félix de Oliveira, poeta e homem muito coerente também com suas ideias. [...] Nelson Werneck Sodré, general do Exército, ex-professor do Colégio Militar, que escreveu livros fundamentais para o conhecimento do Brasil [...]. Osny Duarte Pereira, desembargador, jurista emérito, homem de alto saber. Roland Corbisier, professor de filosofia, ex-diretor do ISEB. Dias Gomes, teatrólogo. Alex Viany, cineasta. Ferreira Gullar, poeta. [...] Mas nós buscávamos com grande abertura sem nenhum sectarismo ideológico escritores, professores universitários como Octávio Ianni, Carlos Guilherme Motta.¹⁷²

171 RIDENTI, p. 132. Moacyr Félix trabalhou também como secretário da *Revista Paz e Terra* (e como diretor em seu último número, de 1969), desempenhando importante papel como organizador dos periódicos da *Civilização*.

172 SILVEIRA, Ênio. Depoimento em 22/05/1992. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas, p. 42-43. Osny Duarte Pereira, embora não constasse formalmente no Conselho de Redação, publicou quatro artigos na RCB, e foi citado por Nelson Werneck Sodré como participante das reuniões colegiadas de formulação e organização da RCB. Formado em Direito, ingressou na magistratura em 1948, no Rio de Janeiro. Durante a década de 1950, participou da fundação da *Revista de Direito Contemporâneo*, da Associação Brasileira de Juristas Democratas e da Associação Internacional de Juristas Democratas, onde foi eleito Secretário para a América Latina. Foi professor e chefe do Departamento de Ciência Política do ISEB, e escreveu diversos livros editados pela ECB: **Quem faz as leis no Brasil?** (Cadernos do povo brasileiro, v. 3.), 1962; **Que é a**

Nelson Werneck Sodré afirmou que a maioria dos editoriais e matérias não assinadas publicadas na revista eram de sua autoria: “Eu fiz grande parte dos editoriais, inclusive os não assinados. A análise do movimento de 64, feita depois do movimento, não está assinada mas é minha”.¹⁷³ Ele afirmou, também, que a preparação inicial da revista exigiu várias reuniões e discussões acirradas e que as decisões eram feitas de forma colegiada, com a participação do Conselho de Redação. Para Sodré, tão importantes quanto as restrições legais, policiais e econômicas para o encerramento do periódico foram a progressiva desorganização e a dispersão do grupo. As reuniões colegiadas para a elaboração da revista, segundo ele, não mais aconteciam já em meados de 1966; a quebra na periodicidade se tornou constante, fator que contribuiu decisivamente para o enfraquecimento do grupo. Além disso, segundo ele, embora sempre destacando qualidades pessoais e a capacidade de trabalho de Ênio Silveira, a falta de “método” do editor, que centralizava todas as operações e atividades da editora e da RCB, também foi determinante para o encerramento das atividades:

Parte dessas dificuldades derivavam do geral, a situação do país, a política de arrasamento adotada pela ditadura, mas outra parte estava ligada ao particular, ao específico da empresa, e refletia sua desordem administrativa, a ausência de estrutura. Nessa sociedade anônima, só havia uma vontade, só uma pessoa decidia: Ênio Silveira. E ele, de feitio centralizador e individualista, decidia tudo, com uma excepcional capacidade de trabalho, um exaustivo esforço e uma total ausência de organização, de previsão, de método. [...] Como editor, tinha visão, sabia até que ponto o público estava em condições de acolher, ou desejava, tais ou quais obras; mas não seguia o plano, abandonava-o, mudava e acabava por deitar a perder iniciativas excelentes, esmorecendo depressa ou voltando suas atenções para outro projeto, abandonando ou esquecendo aquele que, antes, o empolgara.¹⁷⁴

Os comentários de Sodré, autor que publicou o maior número de textos na RCB (também com a maior regularidade), indicam algumas das tensões existentes entre o grupo formado em torno da Civilização, que teriam culminado com a perda do “espírito de grupo”, sobre a qual ele escreveu carta a Ênio Silveira, em setembro de 1966, solicitando o desligamento da revista:

A própria RCB, objetivo concreto e próximo, foi relegada a segundo plano, feita ao sabor das circunstâncias, no mais nocivo empirismo, sem plano, sem

Constituição? (Cadernos do povo brasileiro, v. 23.), 1964; **A Constituição Federal e suas modificações incorporadas ao texto**, 1966; **Ferro e independência**, 1967; **A Constituição do Brasil (1967)**, 1967; **A Transamazônica: pros e contras**, 1971; **Multinacionais no Brasil: aspectos sociais e políticos**, 1974. Ele também publicou textos na RCB. Teve os direitos políticos cassados pelo AI-1.

173 SODRÉ, Nelson Werneck. Depoimento em 21/05/1994. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas, p. 98.

174 Idem, p. 188.

organização e, conseqüentemente, sem periodicidade e até sem rumo. [...] a RCB estagnou e desatualizou-se, vai aos trancos e barrancos, sempre surpreendida pelos acontecimentos, sempre improvisando respostas.¹⁷⁵

A decisão de saída de Sodré foi revertida, segundo ele mesmo, quando os “amigos acudiram, surgiram entendimentos, promessas”¹⁷⁶, o que demonstra a importância das relações de amizade e de estima pessoal para a manutenção do grupo até 1968. Outro foco de conflito e de disputas, narrado por Sodré, ocorreu por conta da escolha de Moacyr Félix e de Dias Gomes como responsáveis pelo periódico, que teria sido feita de forma autoritária, sem qualquer consulta aos demais colaboradores.¹⁷⁷

2.2.2 Organização e dinâmica editoriais

A estrutura editorial e gráfica da RCB se aproximou das de um livro, chegando a ter quase quinhentas páginas em uma de suas edições, impressa em papel jornal. Ela passou por duas grandes reformulações até a suspensão da publicação, uma referente à organização dos textos, no final de 1966, e outra relativa à apresentação visual, em meados do ano seguinte. Sempre referida por Ênio Silveira como uma “revista cultural”, publicou ensaios, artigos acadêmicos, poesias, documentos, textos de estilo livre, entrevistas, capítulos de livros, resenhas, manifestos, além de ter realizado um significativo trabalho de divulgação de materiais de periódicos estrangeiros, num amplo esforço de tradução. O “ecletismo controlado” da postura teórico-política da RCB refletiu-se em ampla liberdade no formato das contribuições, aspectos fundamentais de seu sucesso. Essa liberdade, além de prover um fluxo

175 Idem, p. 180.

176 Idem.

177 Idem, p. 184-185. Sodré mencionou reunião em janeiro de 1967, quando Ênio Silveira encaminhou ofício com medidas para “sanar os defeitos da RCB” (entre eles o de periodicidade), onde extinguiu a direção colegiada, criando uma Diretoria Centralizada, tendo como Diretor Responsável Moacyr Félix, e como Secretário Dias Gomes (os dois nomes já apareceram publicados, porém, desde os números 9/10, de setembro/novembro de 1966). Denunciada por Sodré como um “golpe”, a decisão de Ênio teria demonstrado o grau de deterioração pelo qual passava a RCB. Semanas após a reunião, terminada em “ambiente desagradável”, Sodré recebeu carta de Ênio, explicando o sentido da mudança (o de evitar que a revista “fosse enquadrada e se tornasse veículo do pensamento oficial deste ou daquele grupo”), documento que, comentado por Sodré, expressa disputas envolvendo a própria noção de “liberdade” intelectual: “Quando ele timbrava em lembrar que a revista “não seria órgão de qualquer tipo de partido e abominaria as posições rígidas”, estava querendo dizer que ela não tinha compromissos. Pretendê-la “plataforma livre de debate e estudo de problemas” era reafirmar tal posição. (...) Havia referência [na carta] a um “fundamental e sadio clima de liberdade intelectual”, que era necessário manter na ECB. (...) Eu não desejaria que a RCB fosse órgão oficial de coisa alguma – nem mesmo da Editora Civilização Brasileira – mas, por outro lado, jamais fixei minha posição como independente. Muito ao contrário, ela é uma posição comprometida, vinculada. E jamais quis fazer parte da direção de revista apenas “plataforma livre para o debate”. Minha concepção de liberdade não era essa. (...) Eu não desejava uma RCB eclética, embora a desejasse desligada de subordinadas partidárias ou grupais. Eu não era, não sou, jamais serei neutro, nem permaneci, ou permanecerei acima das lutas, nem aceito a concepção de abstrata de liberdade, mas a concepção historicamente condicionada, aquela que a define como a consciência da necessidade.” p. 191-192.

contínuo de textos (foram aproveitados até discursos de professores paraninfos, por exemplo), incumbia aos responsáveis pela revista aquilo que Moacyr Félix bem identificou como tarefa diária: a leitura. O periódico utilizou também, embora de maneira mais restrita, charges e fotografias, e à imagem foi dada atenção especial nas capas, a partir de 1967, agregando mais um elemento na “negociação” com os leitores e com a censura.¹⁷⁸

A tiragem inicial da revista foi de dez mil exemplares¹⁷⁹ e, já a partir do segundo número, alcançou os vinte mil exemplares: “[...] 20.000 exemplares, cifra expressiva em qualquer parte do mundo para uma revista do gênero. [...] aqui estamos em novo contato com nossos leitores que, hoje, já incluem centenas de assinantes em vários países da Europa e América, inclusive nos Estados Unidos”.¹⁸⁰ Em depoimento, Ênio afirmou que a tiragem máxima atingida foi de quarenta e cinco mil exemplares.¹⁸¹ A revista era mantida com recursos próprios (originados da venda dos exemplares), com subsídios da Editora Civilização Brasileira e mantinha, conforme a nota da RCB, um sistema de assinaturas regulares (com a utilização do sistema de reembolso postal dos Correios, referido como essencial pelo editor). Representou, sem dúvida, o periódico de maior circulação entre as esquerdas até 1968. Até o número 9/10, de setembro/novembro de 1966, houve a publicação de anúncios comerciais de outras editoras e livrarias, inclusive de algumas que indicaram apoio ao governo militar. Foram publicados anúncios da Livraria José Olympio, Livraria Martins Editora S.A., Zahar Editores, Difusão Européia do Livro Ltda, Livraria São José, Editora Itatiaia Ltda. (de Belo Horizonte), Enciclopédia Delta-Larousse, Discos Festa (com sua coleção de “discos literários”), Livraria Ler, Companhia Editora Nacional, SPED (Serviço de Pesquisa e Divulgação Sócio-Econômica Ltda., do Rio de Janeiro), Livraria e Editora Pioneira, Livraria Sulina, Editora das Américas (EDAMERIS), Editora Conquista, Livros Soviéticos (vendidos pelas livrarias Página, no Rio, e Tecno-Científica, em São Paulo), Editora Fundo de Cultura e Editora Brasiliense. O número 18 da RCB também anunciou a distribuição, pela editora, da revista portuguesa *O Tempo e o Modo*, da Moraes Editores.

178 A veiculação de imagens consideradas ilegais era um dos fatores comuns de apreensão de periódicos, de prisão de editores, jornalistas, colaboradores, cartunistas e até tipógrafos. Ver: CARNEIRO, Maria Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris (Orgs.). **A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Arquivo do Estado, 2003.

179 RCB, n.2, maio/1965, p. 3.

180 “Duas notas da direção”, RCB, n. 5/6, março de 1966, p. 3.

181 SILVEIRA, Ênio. Depoimento em 22/05/1992. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas, p. 38-39. HALLEWELL, p. 455, também apresenta o total de quarenta mil exemplares em alguns números, mas não especifica quais.

Especificamente em relação à censura, a posição da Direção e do Conselho de Redação era a de não submeter nenhum dos números, o que, segundo Ênio Silveira, foi efetivado. Optou-se por imprimir e lançar cada número da revista, correndo o risco de apreensão posterior aos gastos gráficos. Ênio afirma que a revista não teve nenhum número inteiro apreendido (apenas quantidades menores). Outro importante aspecto sobre a ação mais branda da censura em relação à revista é levantado pelo editor, e se refere, justamente, ao prestígio da nominata que colaborava com a publicação (mesmo que alguns dos intelectuais ainda estivessem iniciando suas carreiras):

Primeiro, nós nos orgulhamos de jamais termos submetido um só texto à censura. Nunca. Preferíamos que apreendessem. E curiosamente a revista nunca foi apreendida. Vários outros livros da editora foram, mas a revista não. Nós tínhamos como colaboradores várias pessoas ilustres e alguns até políticos de nome hoje. [...] Embora a revista não fosse apreendida ostensivamente, em batidas em supostos aparelhos, se encontrassem a coleção da *Revista Civilização Brasileira* isso identificava você como suspeito.¹⁸²

No segundo número da *Revista Política Externa Independente*, de agosto de 1965, um anúncio publicitário da RCB fez referência, em tom provocativo, às restrições contra sua publicação:

As forças vivas, livres e democráticas da nação brasileira não temem esta revista. Somente as forças do obscurantismo e da opressão é que lhe tentam impedir a existência. Em seu 3º número, com 20.000 exemplares de tiragem, a *Revista Civilização Brasileira* apresenta matérias de palpitante interesse [...].¹⁸³

Até os números 9/10, a RCB foi dividida em seções temáticas, que não traziam um responsável publicado (a única colaboração quase ininterrupta foi a de Nelson Werneck Sodré, na seção de “Literatura”). No número inicial, eram nove seções que tratavam dos seguintes temas: “Política nacional” (destinada, sobretudo, ao esforço de compreensão do golpe e da ditadura, no quadro dos rumos tomados pela “revolução brasileira”); “Política internacional” (que reunia análises sobre conflitos contemporâneos); “Economia” (que discutia, sobretudo, as medidas econômicas do governo); as seções de “Literatura”, “Artes plásticas”, “Cinema”, “Teatro”, “Música” (que reuniam manifestações sobre a estética e a

182 SILVEIRA, Ênio. Depoimento em 22/05/1992. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas, p. 43 e p. 48.

183 RPEI, n. 2, agosto/1965, verso da capa.

função de cada uma das expressões culturais e artísticas); e “Documentário” (que reproduzia documentos, entrevistas e matérias jornalísticas).

Tal configuração já se alterou no segundo número, onde foram inseridas duas novas seções, intituladas “Problemas culturais e filosóficos” e “Ciência e tecnologia”. A partir do quarto número, foram incorporadas as seções “Cultura popular”, que se propunha à divulgação da cultura das “classes economicamente desfavorecidas”, e “Direito”, destinada à discussão de questões jurídicas (principalmente relativas à ditadura). Nos números 5/6, mais uma seção foi inserida, intitulada “Problemas sociais e políticos”, que contemplou, sobretudo, a discussão sobre as classes sociais no Brasil. No número 7, foram introduzidas as “Notas de Leitura”, que traziam resenhas de obras não só da Editora Civilização Brasileira, mas de outros grupos, comentadas por colaboradores da revista. Outras duas seções foram criadas na edição de números 9/10, intituladas “História”, que trazia questões teóricas e do ensino da área, e “Notas Internacionais”, com comentários sobre a conjuntura externa. O quadro a seguir resume a organização da revista até o final de 1966:

Seção	N. 1	N. 2	N. 3	N. 4	N. 5/6	N. 7	N. 8	N. 9/10
Número de páginas*	304	361	365	383	376	475	335	347
Matéria não assinada e/ou nota da redação/direção**	X	X		X	X	X	X	X
Política Nacional	X	X	X	X	X	X	X	X
Política Internacional	X	X	X	X	X	X	X	X
Economia	X	X	X	X	X	X	X	X
Literatura	X	X	X	X	X	X	X	X
Artes Plásticas	X	X	X	X	X	X	X	X
Cinema	X	X	X	X	X	X	X	X
Teatro	X	X	X	X	X	X	X	X
Música	X		X	X	X	X	X	X
Documentário	X	X	X		X	X	X	
Problemas Culturais e Filosóficos		X	X	X	X	X		X
Ciência e Tecnologia		X	X	X	X			
Cultura Popular				X	X			
Direito				X		X	X	X

Problemas Sociais e Políticos					X		X	X
Notas de Leitura						X	X	X
Notas Internacionais								X
História								X

* O número de páginas das demais edições foram os seguintes: 11/12 (241 p.), 13 (256 p.), 14 (272 p.), 15 (278 p.), 16 (275 p.), 17 (279 p.), 18 (276 p.), 19/20 (315 p.), 21/22 (263 p.), Caderno Especial 1 (333 p.), Caderno Especial 2 (286 p.), Caderno Especial 3 (388 p.);

** Matérias não assinadas foram publicadas até o número 13.

QUADRO 3 – Seções da *Revista Civilização Brasileira*

A partir da edição de números 11/12, a *Revista Civilização Brasileira* passou por uma reformulação em sua organização. Foi abolida a divisão em seções temáticas, permanecendo apenas as “Notas de Leitura”, o que parece estar vinculado às necessidades comerciais da *Civilização Brasileira* e do mercado editorial em geral. A apresentação do roteiro das edições passou a ser composta apenas pelo título do artigo e por seu autor. Tal característica foi mantida até os números finais da publicação.

Embora tenha se consolidado ancorada sobre o peso relativo das posições ocupadas e das ideias assumidas por aqueles que publicava, em diferentes espaços, ou, simplesmente, sobre o prestígio dos nomes de seus intelectuais, a RCB publicou, até maio de 1967, notas da Direção e do Conselho de Redação e matérias não assinadas (legalmente sob a responsabilidade do seu diretor). Apesar de representarem um conjunto numericamente pequeno¹⁸⁴, essas manifestações constituem um universo importante de análise, pois permitem acesso a algumas das opiniões dos responsáveis pela revista, além de aspectos relativos à dinâmica do trabalho realizado. As notas eram utilizadas para um contato mais direto com os leitores, expondo as circunstâncias, cada vez mais difíceis, do trabalho de produção da revista (como no caso do falecimento de Manuel Cavalcanti Proença, já mencionado), dados sobre a evolução das tiragens, sobre algumas das cartas recebidas. Além disso, serviram para revisões e análises breves sobre temas considerados urgentes, de forma

184 Foram publicadas dezenove notas e matérias não assinadas: N.1: “Princípios e propósitos” (p. 3-4), “Condições e perspectivas da política brasileira” (p. 5-21), “Os negrinhos do Rio desgostam São Paulo” (p. 53-57), “Política externa independente: um balanço” (59-84); N.2: “Lott diz que missão das Forças Armadas é garantir as eleições” (p. 3-4 e p. 354), “Indústria brasileira repudia plano econômico do governo” (p. 135-150); N.4: “Condições e perspectivas da política brasileira” (9-31); N.5/6: “Duas notas da direção” (p. 3-4), “O problema da Sucessão” (p. 5-8); N.7: “O conflito de fronteiras com o Paraguai e seus fundamentos” (p. 92-101); N. 8: “O equilíbrio” (p. 121-125); N.9/10: “Duas perdas irreparáveis” (p. 3-5), “Notas internacionais” (p. 53-63); N.11/12: O trono de Macbeth” (p. 3-10), “A situação da Petrobrás” (p. 81-93), “A escalada cultural hoje” (p. 102-7); N.13: “Dois anos de RCB” (p. 3-4); Caderno Especial 1: “Nota da R.C.B.” (sem paginação); Caderno Especial 2: nota de apresentação sem título (p. 5); Caderno Especial 3: “Nota de abertura” (p. 3), “Editorial” (p. 5-14).

mais direta e esquemática, a fim de oferecer a um universo amplo de leitores um “arraçado” de notícias e ideias, capaz de dar conta do que estava acontecendo e de indicar perspectivas.

Nos números 5/6, por exemplo, lançados dois anos após o golpe, a RCB publicou um pequeno texto intitulado “O problema da sucessão”, no qual analisou a promulgação do AI-2. Tentando entender o significado da extinção dos partidos tradicionais e da criação do MDB e da ARENA, e um “perfil” para o governo instaurado em 1964, a revista identificava uma característica fundamental até então demonstrada, a preocupação com o “formalismo democrático”:

Do ponto de vista formal essa preocupação é comprovada, e não apenas em declarações, mas em atos: na manutenção de um amputado Legislativo federal, ao longo de todas as peripécias, quando teria sido fácil liquidá-lo. [...] No fundamental, tratava-se, em todos os lances, de afirmar que não havia, no país, uma ditadura, mas um regime legal, e até mesmo democrático.¹⁸⁵

O equívoco do governo seria, justamente, o de supor que conciliar qualquer consulta à opinião do eleitorado com os desejos de manutenção dos rumos adotados desde o golpe, era tarefa fácil. Na opinião da RCB, de tom otimista, desde que houvesse um mínimo de condições para a consulta eleitoral, a população demonstraria descontentamento e reprovava o governo. “Assim, o formalismo democrático acaba virando o seu contrário – e esta é apenas mais uma lição da História.”¹⁸⁶ A estratégia, ou a necessidade, que o governo demonstrava em manter instituições e processos democráticos, mesmo que debilitados, representaria a fratura sobre a qual seria impossível ancorar-se, a fraqueza fundamental de um regime não representativo que se “disfarçava” de democrático. O texto, porém, foi seguido por uma nota complementar, sintoma dos rumos que tomava a política brasileira:

P.S.: Estava feita esta análise quando foi baixado o Ato Institucional n. 3, cujo texto integral vai publicado neste número da RCB. Tal édito não altera a presente análise, como o leitor pode verificar; altera, evidentemente, as condições políticas do país. Era uma hipótese prevista: o poder majestático escolheu o caminho de negar, ostensivamente, a consulta popular – e caracterizou-se a si próprio.¹⁸⁷

185 RCB, n. 5/6, março/1966, p. 5.

186 Idem, p. 8.

187 Idem. O AI-3, de 05/02/1966, estabeleceu eleições indiretas para governadores e vice-governadores, executadas via colégio eleitoral estadual, e os prefeitos das capitais e de cidades estratégicas seriam nomeados pelos governadores.

No número 13, lançado três anos após o golpe, uma nota da Direção intitulada “Dois anos de RCB” fez uma retrospectiva, que resume a percepção dos intelectuais responsáveis pela revista do seu papel até ali desempenhado, do espaço conquistado pela publicação e da importância do trabalho realizado. Adotando um tom sério, marcado por uma certa melancolia, o grupo reafirmou a independência teórica da publicação e seu repúdio a quaisquer “esquemas feitos”, incompatíveis com a realidade “sempre em movimento”, sobre a qual cabia aos intelectuais indagar constantemente:

Tarefa crescentemente difícil, o importante é que isto é o que vimos tentando – com muitos tropeços, dúvidas e erros – durante esses dois anos de luta em um período que toda a Nação conhece, e durante o qual o manifesto apoio das camadas sociais mais lúcidas do País foi o principal alento que tivemos. A excepcional tiragem a que atingimos, ou a repercussão nacional e internacional do que se representa em nossas páginas, responsabilizam-nos mais ainda e mais conscientes ainda nos tornam de nossas deficiências ou de nossas falhas. [...] A partir de uma afinidade básica frente aos valores em que se expressa o humanismo contemporâneo, não acreditamos em cultura – sobretudo na fase de perplexidade, de indagações e de crítica que ora atravessamos – que não seja diálogo entre tendências divergentes quanto ao ângulo para melhor equacionar-se essa ou aquela pergunta por uma verdade da vida e da História. [...] Para manter tal objetivo é que fazemos questão de viver, ou sobreviver, sem receber subvenção de qualquer espécie, zelosos de nossa independência junto a quaisquer entidades de direito público e privado, e sem pertencermos ou nos deixarmos dirigidos por quaisquer das correntes ou organizações político-partidárias existentes. Não queremos e nem devemos ser uma revista culturalmente “fechada”, onde apenas um grupo ou um determinado setor da inteligência brasileira se reveza na repetição alongada de dois ou três importantes acertos que fizeram: só se fecham para as amplitudes da vida os que vão dormir ou morrer. Aliás, um simples passar de olhos sobre os nomes de centenas de colaboradores [...] já seria suficiente para a constatação de que este tem sido um de nossos constantes cuidados. Mas achamos que é pouco.¹⁸⁸

Em comparação à apresentação da revista, feita dois anos antes, e à nota sobre o AI-2, de 1966, desapareceram as referências ao retorno da democracia, substituídas por uma “real emancipação econômica e cultural”, de aspecto mais distante, e o espaço do termo “nacionalismo” foi ocupado pela expressão “humanismo contemporâneo”, ainda mais ampla. Apesar de reafirmar sua luta e a essência da atividade intelectual (apesar dos erros cometidos e das dúvidas), essa última nota do Conselho de Redação da RCB já não demonstra qualquer otimismo quanto à resolução rápida para o impasse militar brasileiro. A crença no “povo” também parece mais distante, pois a motivação para o trabalho amparava-se na receptividade obtida entre as “camadas sociais mais lúcidas do País”.

188 RCB, n. 13, maio/1967, p. 3-4.

Carlos Guilherme Mota¹⁸⁹, que atribui à revista um papel preponderante no que chamou de “Época de revisões radicais e aberturas teóricas” (o período entre 1965 e 1969), tomou essa última nota publicada pela revista como sintomática do abandono do discurso militante. O autor estabeleceu uma divisão cronológica para a revista em dois períodos, vigentes de 1965 a 1966 e de 1967 a 1968, caracterizados, respectivamente, pelo predomínio das teses do nacional-desenvolvimentismo e pela emergência de novas linhas de diagnósticos. O primeiro momento teria sido mais militante e menos refinado em termos teóricos. Progressivamente, a revista teria aberto espaço a intelectuais de outros centros do país, principalmente de São Paulo, de predomínio universitário na área das Ciências Sociais. De fato, a nota expressou significativa preocupação em explicitar a pluralidade da revista (na busca da “verdade da vida e da História”, e não mais tão marcadamente no combate direto ao governo), e fez críticas a “determinado setor da inteligência brasileira”, que insistia em reafirmar esquemas inadequados à complexidade dos fatos. O próprio Ênio Silveira, entretanto, comentando os rumos da Editora Civilização Brasileira e da revista, negou a existência de uma mudança deliberada de orientação e o distanciamento do discurso militante:

Não houve mudança. Era coincidência. Mais uma vez a operosidade paulista. Nós convidamos, por exemplo, um número muito grande de pessoas, da Universidade de Brasília, de várias áreas. Agora, quem trabalha é o paulista. [...] Não houve isso. O que houve foi que a revista teve que enfrentar, ao longo de sua existência, não pequenos perigos. Então lançamos mão de uma máxima de Berthold Brecht: há pelo menos cinco maneiras de se dizer a verdade.¹⁹⁰

As palavras do editor vão ao encontro da análise feita por Pécaut, que salientou a progressiva disposição de alguns agentes ligados a meios universitários, sobretudo paulistas, para voltarem suas atenções a pesquisas que, amparadas em teorias e metodologias rigorosas, contribuíssem para um entendimento mais aprofundado acerca da dinâmica social e política do país. Para a Ênio e para a RCB, esses estudos parecem ter sido uma forma a mais de “dizer a verdade”, e reafirmar a diversidade teórico-política pretendida para a revista. Apesar disso, os conflitos e disputas referidos por Nelson Werneck Sodré, que identificou no início de 1967 o “coroamento da dispersão” do grupo inicial (assim como Mota), também parecem ter aberto espaço para as contribuições paulistas.

189 MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974**. São Paulo: Ática, 1977. p. 203.

190 SILVEIRA, Ênio. Depoimento em 05/01/1996. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas, p. 43.

Note-se que a revista efetivamente empreendeu um esforço para “ampliar o eco” das mais variadas formas de manifestação contrárias ao governo de Castello Branco, e algumas notas demonstram claramente tal estratégia. No segundo número da RCB, de maio de 1965, uma nota assinada pela Direção informava que havia sido preparado um texto introdutório que comemorava a extraordinária acolhida que teve a revista, e que a tiragem inicial de dez mil exemplares havia se esgotado em vinte e cinco dias, mas que se optou por reproduzir a entrevista concedida, ao *Correio da Manhã*, pelo Marechal Henrique Teixeira Lott, “documento que nos parece peça fundamental para a restauração da ordem constitucional em nosso País. [...] As palavras do Marechal são uma síntese precisa de tudo aquilo que desejaríamos dizer”.¹⁹¹ Na entrevista, sobre as eleições que se aproximavam, Lott propunha a ampliação do voto a analfabetos e a incompetência de qualquer autoridade, fora o Poder Judiciário, para julgar inelegibilidades e incompatibilidades. Sobre a participação de militares no processo eleitoral, Lott enfatizava que a legitimidade de qualquer governo (civil ou militar) era o voto popular, mas que, dadas as circunstâncias, o melhor para o país seria uma autoridade do poder civil. Se os princípios constitucionais não fossem rigorosamente respeitados, as eleições seriam uma farsa, contra a qual a população se revoltaria: “O povo brasileiro é extremamente paciente, mas estejam certos de que essa paciência tem um limite”.¹⁹²

No mesmo número, a RCB (“fiel ao compromisso assumido de ser intérprete e espelho da situação brasileira”¹⁹³), transcreveu trechos de um documento elaborado pelo Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria, do mês de março de 1965, no qual a instituição criticava o Plano de Ação Econômica do Governo, de Roberto Campos e Otávio Bulhões, e sugeria reformulações imediatas. “Apesar das reticências e do cuidado na seleção das palavras, o documento é uma frontal condenação às *bases, instrumentos e sentido* do Plano.”¹⁹⁴ Mesmo expondo certa desconfiança com relação aos “interesses de classe” dos empresários industriais nacionais, a RCB buscou avaliar alguns elementos considerados válidos na condenação às medidas econômicas do governo, bem como nas propostas por eles apresentadas:

191 RCB, n. 2, maio/1965, p. 3.

192 RCB, n. 2, maio/1965, p. 3.

193 RCB, n. 2, maio/1965, p. 135.

194 Idem. Grifos no original.

A Revista Civilização Brasileira não aceita como válido, aplicado à situação nacional, que “o que é bom para a indústria nacional, é bom para o Brasil”. Por isso, não endossa todos os conceitos e argumentações do documento da CNI, o qual expressa, é evidente, os interesses de uma classe; ocorre, entretanto, que a posição dessa classe tem relevante importância no contexto brasileiro do momento, e, em que pesem as distorções que comumente esse tipo de pronunciamento implica, há uma faixa, hoje extremamente larga, em que os interesses da maioria das classes sociais brasileiras são concordantes, incluindo-se aí os empresários industriais.¹⁹⁵

As principais críticas da CNI à política econômica do governo de Castello Branco fundamentavam-se no aspecto “excessivamente ambicioso” do plano (“pois partindo de uma situação de estagnação e quase hiperinflação propõe-se, em três anos, a quase tudo o que existe de mais sugestivo na literatura econômica, desde o término da inflação até a reforma agrária”¹⁹⁶), na importância conferida ao maciço influxo de capital estrangeiro (“inédita em programas de desenvolvimento” e capaz de ameaçar os “centros nacionais de decisão”), e na falta de planejamento e de investimentos setoriais. A este último aspecto a RCB conferiu especial importância, por perceber nele a “consolidação”, entre os industriais nacionais, da “experiência dos últimos anos”¹⁹⁷, da importância das iniciativas estatais, desde a década de 1950, no impulso econômico brasileiro. E isso, indicava a revista, tornava válida a presença dessa classe na “direção conjunta a ser exercida com as demais classes sociais brasileiras nos destinos do país”.¹⁹⁸

Além das notas da Redação e da Direção, alguns textos não assinados revelam outros aspectos do trabalho da revista, e parecem ter desempenhado duas funções. A primeira era a de divulgar revisões mais esquemáticas, mas não menos densas, sobre a situação interna e externa do país, que formulassem uma “tese geral” sobre o estado das coisas, que tentasse superar a “perplexidade”. A outra era de dar espaço – e de proteger – manifestações mais indignadas, voltadas a pessoas mais especificamente e a questões mais imediatas e, portanto, mais comprometedoras.

Cumprindo com a primeira função, foram produzidas três revisões, duas delas intituladas “Condições e perspectivas da política brasileira”, e a outra, “Política externa independente: um balanço”. Tais textos, marcados pelo tom combativo e prescritivo, inserem-se num esforço mais amplo de equacionamento e análise dos eventos a partir de março de

195 Idem.

196 RCB, n. 2, maio/1965, p. 139.

197 Idem, p. 135-136.

198 Idem, p. 136.

1964, e permitem que se perceba as permanências e as rupturas em relação aos pressupostos de análise da realidade brasileira do período anterior, em suas variadas vertentes.

O primeiro texto, publicado na abertura da revista, em março de 1965, oferece uma apreciação dos elementos que levaram ao golpe, tratado como um episódio da crise crônica em que se encontrava o Brasil, pois haveria um descompasso entre o desenvolvimento de alguns setores do país e as suas estruturas, quer sejam políticas, econômicas ou sociais. A turbulência da conjuntura Goulart (um governo que teria rumado para um populismo que permitia a manifestação desregrada como forma de buscar apoio político, como as greves, movimentos estudantis descontrolados, insubordinação das baixas patentes militares e, mesmo, manifestações intelectuais “desconexas”) contribuiu para a grande confusão que se instalou perante a população civil, gerando uma “agitação generalizada e desmedida”.¹⁹⁹

Esse teria sido o contexto mais imediato responsável pelo golpe, quando a violência foi utilizada:

A solução simplista foi empregada: o golpe de abril suprimiu a liberdade sindical, [...] expulsou, demitiu, reformou e transferiu para a reserva todos os militares que via como agitadores, [...] fechou as organizações estudantis, [...] provocou o êxodo de eminentes professores.²⁰⁰

As reformas que estavam sendo feitas pelo governo Goulart não seriam as ameaças mais claras à estrutura de poder, mas, sim, as possíveis consequências de um contexto de tumulto generalizado, tanto civil quanto militar. O governo de Goulart (e, conseqüentemente, o apoio prestado a ele pelos movimentos de esquerda) foi questionado e acusado do grave erro de não canalização ou condução da “energia” verificada nas classes que se manifestavam. Nem o Estado, nem os intelectuais, na argumentação da RCB, teriam conseguido converter a agitação em ação consciente para a transição ao desenvolvimento nacional. Ao contrário, o processo degradou-se em tumulto, assustando e afastando diversos setores e fazendo com que facções das Forças Armadas organizassem um golpe contra a agitação.

Não eram, portanto, as Reformas de Base, mas a agitação sobre elas o fator responsável pelo âmbito maior do que o tolerável para os grupos que tomaram o poder em 1964 – a burguesia (associada aos interesses imperialistas), facções de militares (também associadas a interesses externos) e latifundiários (que queriam manter suas posições). No

199 RCB, n. 1, março/1965, p. 8.

200 Idem.

reordenamento das classes no pós-golpe, a única componente atendida com plenitude, segundo a revista, foi o imperialismo:

Os novos detentores do poder, em consequência mesmo da heterogeneidade das forças que os apoiavam de início, hesitaram muitas vezes, mudaram de decisão, aqui e ali, atenderam a pressões, nesta ou naquela eventualidade. Só num campo jamais titubearam: no atendimento ao imperialismo.²⁰¹

A partir desse contexto de crise e agitação, teria havido o trabalho de convencimento de boa parte da opinião pública brasileira, efetuado pelos militares golpistas, fazendo-se crer que a “agitação pelas reformas tinha um sentido socializante, chegando, nas formas agudas de alarma publicitário, a infundir mesmo o temor do comunismo”.²⁰² As Reformas não continham, continua o texto, ou sequer poderiam conter (teoricamente), qualquer elemento socialista, sendo destinadas a desimpedir o livre desenvolvimento das forças produtivas e a possibilitar a ampliação do capitalismo nacionalista brasileiro, transformando e eliminando as arcaicas estruturas do país. A viabilidade de uma revolução socialista à época de Goulart foi negada:

Conquanto o processo político contivesse também, e necessariamente, a contradição de classe, que opõe capitalistas e operários e que a aceleração inflacionária, corroendo os salários, trouxesse episódios agudos daquela contradição, a verdade é que a esmagadora maioria das forças populares tinha a consciência ou a intuição do caráter da revolução brasileira, situando-a na etapa nacional e democrática e não na etapa socialista.²⁰³

No final da análise, o golpe é tratado como uma “lição”, e suas consequências como campo profícuo para a revisão dos pressupostos teórico-políticos que teriam levado a esquerda aos equívocos cometidos. Os intelectuais brasileiros nunca estiveram incumbidos de tão importante tarefa reavaliativa. A crise ainda persistia e necessitava de estudo e ação. A agitação tinha surgido como “efeito colateral” e precisava ser equacionada (no sentido de melhor entender a formação da consciência como instrumento de ação). A reação das classes dominantes havia demonstrado a inadequação da apropriação teórica e das ações das esquerdas. Veículo privilegiado para tal revisão seria, pois, a revista.

No mesmo número de abertura, o texto “Política externa independente: um balanço” oferece uma longa revisão sobre o “jogo” dos sistemas e dos países após a Segunda Guerra Mundial, e sobre a posição do Brasil no mundo, desde o governo de Jânio Quadros. No plano

201 Idem, p. 14.

202 Idem, p. 9.

203 Idem, p. 9-10.

internacional, o conflito teria deixado como saldo a emergência de superpotências nucleares incontestáveis, e um sistema de interdependência internacional que se tornava, com o início do movimento do terceiro mundo, “incomparavelmente mais complexo e mais rico de possibilidades de vida nacional própria a cada um”.²⁰⁴ No plano interamericano, o sistema se caracterizaria por “dupla direção”: de um lado, a OEA reiterava estatutariamente o princípio da não intervenção, enquanto, do outro, o Tratado do Rio de Janeiro, de 1947, consagrava o princípio intervencionista:

Tanto a palavra “coletivamente” quanto a palavra “democracia” passariam, daí por diante, a ser objetivo de exegeses e tratções, ao sabor das conveniências do “igual” maior. Por outro lado, prestavam-se também os dirigentes dos “iguais” menores a todos os sofismas que permitissem um “coletivamente” que não fosse equivalente a todos os Estados membros menos o intervindo, e um “democracia” que fosse tudo – inclusive as mais torpes formas de ditadura unipessoal, militaresca, terrorista, corrupta, venal – menos comunismo, ou socialismo, ou dirigismo, ou mesmo suavíssima intervenção estatal no sacro-santíssimo princípio da *free enterprise*.²⁰⁵

Jânio Quadros, “consciente e espertamente”, continua a revista, acenou com uma política externa que contemplou as variadas possibilidades brasileiras no novo cenário: a recusa do presidente em ceder às pressões do embaixador norte-americano Adolf Berle para que condenasse o novo regime cubano teria sido o início da política externa independente brasileira, embora Quadros não tivesse ideia clara do que, exatamente, esta deveria ser (e Afonso Arinos, “passivo e timorato ante o presidente, nem sequer soube formulá-la de maneira clara”²⁰⁶). Quando da renúncia, em 1961, o saldo era tímido mas promissor: reataram-se as relações diplomáticas e incrementaram-se as comerciais com a União Soviética, o terceiro mundo passava a estar presente nas cogitações brasileiras, uma missão comercial e econômica percorrera a Europa Oriental e, na ONU, a diplomacia brasileira começava a “colher os frutos de uma posição menos caudatária e pusilânime”.²⁰⁷

João Goulart, segundo a RCB, decidiu manter o mesmo caminho, e sua chancelaria prosseguiu, com vacilações (as mesmas de um governo “nacionalista, empegado, tumultuado e por fim esquerdizante”²⁰⁸). O resultado foi a dicotomia: as relações bilaterais mais delicadas saíram da alçada direta do Itamaraty, enquanto a este cabia a formulação

204 RCB, n. 1, março/1965, p. 60.

205 RCB, n. 1, março/1965, p. 61.

206 RCB, n. 1, março/1965, p. 63.

207 RCB, n. 1, março/1965, p. 64.

208 Idem.

genérica de teses nos organizamos internacionais. Essa dicotomia assegurou um plano doutrinário geral, negado na prática pelas negociações bilaterais, mas que, ainda assim, colocou o Brasil no importante papel de formulador de teorias, de negociador de posições, de “capitão de iniciativas, com a gostosa aceitação de mais de setenta países do terceiro mundo, que o viam ir sendo investido dessas funções sem ciúmes nem azedumes, tão apto julgavam o Brasil e sua diplomacia para essa relevante função”.²⁰⁹ Com o golpe de 1964, a política externa promovida pelos militares teria passado a ser apenas “interdependente”, submissa ao “colosso do norte”, à fórmula de fidelidade cultural e política ao “sistema democrático ocidental”, incapaz de defender o interesse nacional no embate com os interesses nacionais de outros países. Avaliando as perspectivas a partir daí, a RCB indicava os rumos que tomaria a Segunda Conferência Extraordinária da OEA, a ser realizada proximamente, em 20 de maio de 1965, em cuja pauta estava inscrita a questão da segurança continental:

Já se sabe quais serão as teses essenciais a esse respeito: propor-se-á a criação formal de um comando unificado e a caracterização formal do inimigo. Como, diplomaticamente, aos Estados Unidos da América não convirá caracterizar o inimigo na pessoa dos Estados socialistas ou comunistas, o inimigo será o “comunismo”. Destarte, o Pacto do Rio de Janeiro, em lugar de vir a ser um Pacto militar de Estados contra outros Estados, será um Pacto militar de governos contra as seções das respectivas populações que, a respeito de cada um desses Governos, forem consideradas comunistas. O exército e as forças armadas de cada Estado americano serão formalmente investidos da função de reprimirem as oposições aos seus respectivos Governos [...].²¹⁰

Ao final do ano de 1965, o segundo texto intitulado “Condições e perspectivas da política brasileira” fazia outro balanço, mês a mês, desde o lançamento da revista, dos problemas econômicos e políticos do governo de Castello Branco, reproduzindo um amplo volume de informações, devidamente identificadas, de jornais de grande circulação (inclusive da *Tribuna da Imprensa* – que se colocara na oposição). Identificando no agudo agravamento dos problemas econômicos e no que seria uma nova onda de agitação (agora nos próprios setores da burguesia, já insatisfeitos com a “saída militar” adotada em março) uma interessante oportunidade, a revista informava a urgência de novas conclusões, diante da evolução dos acontecimentos:

Opera-se, no Brasil, novo reagrupamento de forças, mas os divisores permanecem ainda fluidos e indecisos. As contradições que fazem diminuir a pressão devem ser aproveitadas pelas forças progressistas do País, para

209 RCB, n. 1, março/1965, p. 65.

210 RCB, n. 1, março/1965, p. 80.

também reagruparem-se em favor dos interesses nacionais. Esse reagrupamento, operando-se em quadro inteiramente diverso daquele do passado, exige esforço, humildade, modéstia de propósitos, paciência e compreensão.²¹¹

As três revisões feitas pela RCB, ao longo do ano de 1965, manifestaram a persistência da crença de seus intelectuais na “revolução brasileira”. Ao identificarem o golpe como um episódio, como uma ruptura institucional causada pela confusão generalizada do governo de Goulart (embora não tenham eximido de culpa as esquerdas em geral), as análises projetaram um cenário inquietante, desafiador, mas passageiro. Reafirmaram, ainda, a validade do ideal nacionalista e democrático: o golpe não tinha alterado as características essenciais da “revolução brasileira”, conforme as formulações mais difundidas entre as esquerdas, até 1964.

Em relação ao segundo tipo de manifestação sem assinatura, aquele voltado aos “desabafos fundamentados” sobre temas específicos, podem-se destacar dois textos que bem demonstram a função quase “catártica” da revista para alguns intelectuais ligados a Ênio Silveira. No número inicial da RCB, o texto intitulado “Os negrinhos do Rio desgostam S. Paulo”, endereçava-se, de forma furiosa, ao jornal *O Estado de São Paulo* (favorável ao regime) e, mais especificamente, a Júlio de Mesquita Filho, seu herdeiro e diretor. A polêmica foi estabelecida por artigo publicado por ele (no dia 5 de janeiro de 1965), no qual questionava a afirmação do governador Carlos Lacerda, na abertura das comemorações do IV Centenário, de que o Rio era a capital cultural do país:

Os pensadores do *Estado* (na intimidade, *Estadão*) não gostaram. Já têm opinião firmada sobre qual a cidade a quem cabe esse título. [...] Uma questão destas a ninguém ocorreria numa capital cultural. Nem haveria um jornal de grande tiragem para veiculá-la. E por quê? Porque essa é uma questiúncula suburbana, ridícula e sem importância.²¹²

Aos argumentos de que a criação da USP transformara a produção científica de São Paulo são contrapostos dados da Universidade do Brasil e da Universidade de Minas Gerais (com o maior número de matrículas, em 1964, “e Belo Horizonte não se candidata a capital cultural do Brasil”²¹³). Mas o foco da controvérsia ficou por conta da afirmação da decadência do carnaval do Rio de Janeiro e da “degradante” volta do culto a Yemanjá:

211 RCB, n. 4, setembro/1965, p. 30-31.

212 RCB, n. 1, março/1965, p. 53.

213 RCB, n. 1, março/1965, p. 54.

Onde o Estado vê “regressão social” há, na verdade, progresso, ascensão das massas. [...] O fenômeno, característico do nosso tempo, é inexorável. Não há linha dura, nem Alto Comando que o possa contrariar por muito tempo, nem que lhe imponha respeito aos privilégios de fortunas dos paulistanos de quatrocentos anos e pico.²¹⁴

Outro exemplo, o texto “A escalada cultural no Brasil hoje”, de março de 1967 (um dos últimos sem assinatura) denunciava a tentativa de “ocupação do território cultural” feita pelos Estados Unidos no Chile, denominada “Plano Camelot”, projeto de cooperação no planejamento educacional entre os dois países, o que estaria sendo encaminhado no Brasil de forma parecida. Conforme a RCB, no final de 1966, o Ministério da Educação e Cultura havia assinado um convênio com a *United States Agency for International Development* (USAID), para um programa de bolsas de estudo concedidas a dirigentes estudantis brasileiros. Além disso, já haveria representantes do governo norte-americano na Secretaria Executiva do Conselho de Reitores do Brasil:

Quando do sr. Vasco Leitão da Cunha desembarcou no Galeão, vindo dos Estados Unidos, no fim de 1965, com um chapéu texano na cabeça, a opinião nacional sentiu que algo de novo estava finalmente acontecendo sob o regime castelista. [...] Nunca um ministro das Relações Exteriores ousara apresentar-se de regresso de uma das viagens que eles continuamente fazem à metrópole, trazendo na cabeça como um superdistintivo, o símbolo da sujeição absoluta. O chapéu de *cowboy* que encimava a personalidade esguia e nervosa do sr. Vasco Leitão da Cunha mais parecia um garrote do que um simples *sombbrero*. Mas a inconfidência do vestuário do então chanceler não passou de uma fraca antecipação do que seria público, notório, oficial e contratual um ano depois.²¹⁵

No conjunto da revista, entretanto, os textos que mais representam esta disposição mais combativa e pessoal dos intelectuais da RCB foram assinados, e pelo próprio Ênio Silveira. Nos números 3 e 4 (de julho e setembro de 1965, respectivamente) foram publicadas as “Epístolas ao marechal”, escritas em primeira pessoa e dirigidas diretamente ao presidente Castello Branco, sob os títulos “Sobre o delito de opinião” e “Sobre a vara de marmelo”. As cartas ilustram bem a disposição intelectual de Ênio e dos agentes por ele reunidos, de

214 RCB, n. 1, março/1965, p. 57.

215 RCB, n. 11/12, dezembro/1966-março/1967, p. 102. Em 1969, a ECB anunciava na RPT o lançamento do livro **Ascensão e queda do Projeto Camelot**, de Irving Louis Horowitz: “Pela primeira vez um livro revela tudo sobre a ASCENSÃO E QUEDA DO PROJETO CAMELOT. Escândalo internacional que envolveu a reputação de universidades importantes dos EUA, o Projeto Camelot sacudiu a opinião pública na América Latina ao ser denunciado como sistema de espionagem elaborado por cientistas e professores a serviço da CIA. (...) é um livro que desvenda todos os mistérios dessa operação. Reunindo grande soma de documentos e ilustrado pela narrativa de fatos sensacionais, mostra como algumas universidades americanas passaram a servir aos propósitos de espionagem política e econômica que os Estados Unidos exercem em muitos países.” RPT, n. 9, outubro/1969, p. 92.

intervir, como grupo ou indivíduo autorizados, nas decisões do país, bem como as bases e critérios sobre os quais essa interferência se tornava legítima.

O editor declarou ter se inspirado na publicação do livro *The presidential papers*, de Norman Mailer, nos Estados Unidos, que fez a coletânea de várias cartas endereçadas ao presidente John Kennedy, divulgadas anteriormente em diversos jornais daquele país. Assim como Mailer, Ênio pretendia iniciar correspondência unilateral com o presidente da República, enfocando, de maneira bastante provocativa, variados temas. Ênio tomou emprestada de Mailer a premissa – também de maneira bastante irônica – de que o exercício de um mandato presidencial frequentemente “aliena da realidade do dia a dia quem dele estivesse incumbido, realidade esta que não estava contida nas agendas protocolares, nas reuniões do ministério, nas informações dos assessores”.²¹⁶ A ocasião mais diretamente indicada pelo editor, para iniciar sua epistolografia, foi uma de suas prisões:

Pois bem senhor Marechal: [...] empolguei-me de tal maneira com o livro que duas ideias me ocorreram: a de editá-lo em língua portuguesa, o que pretendo fazer proximamente, e a de iniciar correspondência semelhante com o Senhor, igualmente unilateral, igualmente voluntária, igualmente audaciosa. (Peço-lhe, por oportuno, que me desculpe o tratamento pouco protocolar; nisso não veja qualquer atitude desrespeitosa ou agressiva, mas antes o desejo de manter um tom menos rígido, menos palaciano, mais coloquial, de cidadão para cidadão. [...] Mesmo que o Senhor não leia estas páginas, alguém as lerá. E mesmo que ninguém as leia, terei feito pelo menos a minha catarse.²¹⁷ O senhor poderia argumentar que eu não sou Norman Mailer, mas o senhor também não é John Fitzgerald Kennedy. [...] Acho perfeitamente normal que o Senhor não tenha a mínima ideia de quem – ou do que – eu seja. Tomo, por isso, a liberdade de lhe dar um breve retrato pessoal, cuja utilidade adiante se verá, e que, caso lhe falte outro destino, poderá completar as fichas do Conselho de Segurança Nacional e do SNI.²¹⁸ [...] Chegamos aqui ao motivo principal desta epístola, que é precisamente o da liberdade de opinião. Gostaria que o Senhor se perguntasse, com a firmeza de atitudes que dizem ser característica marcante de seu temperamento, se os historiadores isentos, no futuro, poderão ter conceito semelhante quando se dedicarem à análise do seu governo, desse governo imposto por um golpe de estado cujos objetivos, mil vezes trombeteados, eram defender as liberdades individuais e manter em sua plenitude os princípios da sociedade cristã, democrática e ocidental.²¹⁹

O texto prossegue numa longa revisão biográfica, que reforça os vínculos de Ênio a famílias tradicionais, sempre envolvidas em atividades culturais, descreve sua formação

216 RCB, n.3, julho/1965, p. 3.

217 RCB, n.3, julho/1965, p. 4.

218 RCB, n.3, julho/1965, p. 5.

219 RCB, n.3, julho/1965, p. 8.

acadêmica, seu precoce contato com as “letras”, sua carreira, aspectos que no seu conjunto evidenciam a construção da ideia de uma “herança intelectual”, constituindo, de forma evidente, uma posição diferenciada. Para além da posição de intelectual de esquerda, ele reconstrói, ao longo da sua narrativa, uma trajetória intelectual modelar, sobre a qual fica consolidada a autoridade com a qual se dirige ao presidente da República, e que é transferida, de uma maneira geral, para a trajetória da própria Editora e da revista. Esta é a legitimidade acima de sectarismos, dogmatismos ou injunções partidárias ou institucionais sobre a qual a RCB pretendeu atuar, proferidas também em seus “Princípios e Propósitos”.

Após a introdução, o editor cita uma série de eventos envolvendo o aparato repressivo do Estado, que teriam sido “fruto da euforia punitiva que dominou os vencedores”, como as demissões, as aposentadorias e a reforma de professores, funcionários e militares, os IPMs instaurados, as apreensões de livros em vários pontos do país. A denúncia se torna mais aguda na “Segunda epístola”, onde as observações de caráter biográfico já não estão mais presentes. A carta inicia informando que “amigos cuja opinião prezo e respeito criticaram-me severamente pelo fato de ter dito, na primeira epístola, que acreditava estar o Senhor tão interessado quanto eu na felicidade da Pátria”.²²⁰ A conversa de “cidadão-para-cidadão”, invocada antes, desfaz-se. As evidências da continuidade do regime são cada vez mais claras, e o editor abandona a ideia de invocar a “racionalidade intelectual” do presidente, afirmando que ninguém poderá dizer quanto tempo durará o “episódio político atual”.

Preocupando-se com uma análise sobre as Forças Armadas brasileiras, o editor começa sua avaliação afirmando que seria uma incorreção acusá-las de “ação golpista consciente”. Vários militares seriam pessoas de boa-fé, que teriam sido convencidas pelas facções militares golpistas (essas sim de relação direta com o aparato imperialista norte-americano) com seu discurso de que o país estava à beira do caos social promovido pelo comunismo internacional. “Mas basta trocar algumas palavras com esses oficiais para constatar que desconhecem os mais elementares verbetes do vocabulário político e agem em função de preconceitos tão cegos e primários que sua visão dos problemas sociais é anacrônica e deformada”²²¹. Mais ainda, as Forças Armadas seriam “amostra estatística das qualidades e das falhas do povo brasileiro”, que de maneira geral mantinha, mesmo que de forma insuficientemente definida, tradições democráticas. Assim, a grande maioria das Forças

220 RCB, n.4, setembro/1965, p. 3.

221 RCB, n.4, setembro/1965, p. 3-4.

Armadas poderia retomar, a partir da tomada de consciência sobre as verdadeiras vinculações e interesses das facções golpistas, a sua função histórica de defesa nacional democrática.

Ênio afirmou nunca ter recebido qualquer resposta ou menção oficial às suas cartas. De qualquer maneira, a iniciativa ilustra bem a disposição e o tipo específico de combate intelectual travado no período inicial da ditadura. Acreditando ser possível intervir sobre a realidade por meio de uma denúncia situada, argumentada e, portanto, válida, verdadeira, o editor e os intelectuais por ele reunidos demonstraram, mais uma vez, sua responsabilidade pessoal, sua “vocação pública” e devoção  aquilo que identificaram como inaceitável.

Outra estratégia de trabalho da qual lançou mão a RCB para “desmascarar intelectualmente” o governo foi o envio de questionários a personalidades da vida pública nacional. Conforme publicado no número 7 da RCB, de maio de 1966, o primeiro questionário foi enviado para vinte e uma pessoas: para os governadores Adhemar de Barros, Magalhães Pinto, Rafael de Almeida Magalhães, João Agripino e Arthur César Ferreira Reis, para os generais Olímpio Mourão Filho, Pery Bevilacqua, Cordeiro de Farias, para o marechal Eurico Gaspar Dutra, para oito deputados²²², para o senador Daniel Krieger, para o professor Carvalho Pinto e para os bispos D. Marcos Jorge e D. Agnello Rossi. O documento era precedido por uma pequena carta de apresentação assinada pelo então diretor da revista, Manoel Cavalcanti Proenç a:

Vive nosso País um momento difícil e ao mesmo tempo estimulante de nossa História. Acham-se postas em debate algumas teses que poderão marcar profundamente o desenvolvimento das perspectivas democráticas ou antidemocráticas para a vida nacional. Acreditamos ser dever de todos [...] esclarecer nosso povo sobre o que se passa nesta hora incerta a fim de que ele possa marchar com quem ou com aquilo que mais de perto esteja em sintonia com seus legítimos reclamos. Em face de tais considerações, tomamos a iniciativa de propor [...] o questionário anexo. Publicaremos suas respostas no próximo número da *REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*, que, em apenas um ano de existência, já se transformou em acatado veículo de cultura e de estudos sociais, com cerca de cem mil leitores em todo o país.²²³

222 Deputados Doutel de Andrade, Hamilton Nogueira, Afonso Arinos Filho, Hermógenes Príncipe, Saturnino Braga, Oscar Passos, Adauto Cardoso e Costa Cavalcanti.

223 RCB, n.7, maio/1966, p. 16. As perguntas foram as seguintes: “1. Considerando a vigência dos Atos Institucionais, caracteriza como democrático o regime vigente no Brasil? 2. Julga necessária a permanência desse regime, além do prazo previsto pelo Ato Institucional n.2, ou   favorável   adoção de medidas que visem o retorno ao regime democrático? 3. Concorde com o processo indireto de escolha de governadores e presidente da República, ou considera melhor a eleição direta? 4. Verifica alguma incongruência entre a eleição direta de alguns governos estaduais, em 1965, e a escolha indireta de outros, em 1966? Acha que tal alteração representou

As quinze questões, de várias ordens, exploravam basicamente as contradições do regime. Sua formulação, por certo, restringia as possibilidades de resposta, induzindo-as, a fim de que se efetivasse a “captura” das lacunas e contradições discursivas do regime. Foram recebidas respostas do Marechal Eurico Gaspar Dutra (que enviou, na verdade, um pequeno bilhete informando que sua vida pública o desonerava de responder as perguntas), do general Pery Bevilacqua, do general Olimpio Mourão Filho, do bispo D. Jorge de Oliveira, do governador José de Magalhães Pinto, do governador Arthur César Ferreira Reis, dos deputados Doutel de Andrade, Hamilton Nogueira, Afonso Arinos Filho, Roberto Saturnino Braga e Hermógenes Príncipe, o que, por si só, demonstra o efetivo espaço conquistado pela revista.

De uma forma geral, as respostas parecem ter atendido aos objetivos da revista, em seu tom de denúncia das arbitrariedades do regime, bem como da falta de coerência por parte, até mesmo, das suas “eminências pardas”. Com relação, por exemplo, à primeira pergunta, sobre a vigência de um regime democrático no Brasil, todas as respostas devolvidas foram categóricas em afirmar que o regime em vigor não era democrático (à revelia dos discursos presidenciais, por exemplo, que afirmavam ser princípio fundamental da tomada de poder pelos militares o resguardo da democracia). O relato de Mourão Filho, embora esse estivesse tomando o rumo da oposição ao regime, é significativo do sucesso da iniciativa:

O regime atual nada tem de democrático. Não está em vigor a maioria dos direitos individuais que definem um regime democrático, a saber: o direito de liberdade de expressão do pensamento [...], o direito de representação, que foi retirado do eleitorado para ser transformado numa pseudo e falsa delegação [...], a estabilidade dos funcionários e militares [...]. Vivemos

avanço ou atraso em nosso processo político? 5. Considera normais e democráticas eleições diretas para os Legislativos Federal e Estaduais, em 1966, sob a vigência das prescrições do Ato Institucional n.2? 6. Considerando o vulto das emissões, a alta crescente dos preços, a retração na produção e no consumo, acha benéfica a atual política econômica e financeira? 7. Considera justos e positivos para o Brasil a posição adotada pelos atuais detentores do poder em relação aos capitais estrangeiros e, especificamente, seus efeitos sobre a indústria nacional? 8. Considera que o papel político ativo desempenhado atualmente pelos militares, em nosso País, fortalece ou debilita a eficiência e a disciplina das Forças Armadas? 9. Considera que a política externa adotada e mantida pelos atuais detentores do poder em nosso país é apoiada pela opinião pública? Acha que contribuiu para melhorar ou piorar a posição do Brasil? 10. Considera necessária a pacificação do País, com o restabelecimento do direito de divergência quanto à solução de seus problemas ou admite a necessidade de manter a situação vigente? 11. É favorável ao debate desses problemas no rádio e na televisão, ou considera que tais meios devem permanecer sob censura? 12. Considera justas e necessárias as apreensões de livros, que continuam a repetir-se em todo o País, ou julga que tais medidas atentam contra direitos elementares e contra a nossa cultura? 13. Considera justas as medidas tomadas no setor estudantil, impedindo os estudantes de participar de manifestações políticas? 14. É favorável à exigência de atestado de ideologia para candidatos a eleições sindicais e para preenchimento de funções públicas? 15. Considera normais as relações entre os detentores atuais do poder em nosso País e as organizações sindicais, ou preferiria que as eleições sindicais e as reivindicações operárias ocorressem num clima de total liberdade?”.

todos de favor. Nossa situação depende *exclusivamente* das qualidades pessoais do Presidente [...]. A segurança de um povo não pode repousar exclusivamente nas boas qualidades de um homem. O Brasil regrediu à ignomínia de 1937.²²⁴

As respostas do deputado federal Afonso Arinos Filho também trazem críticas veementes, apontando uma série de incongruências entre pronunciamentos e ações do governo, pois a Câmara dos Deputados e o Congresso não eram respeitados em suas deliberações. O deputado caracterizava como “irregularidades” as medidas eleitorais do governo Castello Branco, que permitiram a escolha direta apenas para cargos de pouca relevância ou risco nas eleições de 1965 e 1966. “É democrático um regime em que o partido governista não pode perder? Ou aquele no qual as regras do jogo são indefinidamente alteradas para evitar tal derrota?”²²⁵ São ainda significativas as críticas de Afonso Arinos com relação à política econômica de Castello Branco e Roberto Campos, denunciando favorecimentos a empresas estrangeiras no setor de mineração, em detrimento de indústrias nacionais, sabidamente capacitadas tecnologicamente, como no caso da *Hanna Mining Co.*, que contou com rápida alteração da legislação vigente para poder participar de forma privilegiada da extração de ferro no país, à revelia dos protestos da maior mineradora brasileira.

O então ministro do Superior Tribunal Militar, o general Pery Constante Bevilacqua, que optou nas suas respostas por longas remissões históricas e teóricas, evitando claramente as perguntas, também manifestou em algumas passagens, entretanto, suas preocupações com as consequências da política econômica do governo militar. O general salientou a crescente desnacionalização da economia, favorecida pelo descontrole econômico interno, e pela falta de medidas protecionistas justamente num contexto de expansão imperialista norte-americana sobre a América Latina.

O questionário representou, sem dúvida, a mais significativa desse tipo de iniciativa, deixando “expostas” algumas das principais contradições do regime e a respeitabilidade conquistada pelo periódico. Mas essa “estratégia de integração” de intelectuais e ideias foi mais amplamente explorada. As respostas a outro questionário, endereçado aos poetas Anibal Machado, Luiz Paiva de Castro, Elson Farias, Vinícius de Moraes, Geir Campos, Fernando Mendes Vianna, Darcy Damasceno, Moacyr Félix, Ferreira Gullar e Affonso Romano de

224 RCB, n.7, maio/1966, p. 44-45. Grifo no original.

225 Idem, p. 58.

Sant'Anna, foram publicadas ao longo de 1965, nos números 2, 3 e 4 da RCB. As perguntas trouxeram à tona problemas formulados no universo artísticos desde a sua “virada para o povo”, na década de 1950, e que se tornaram ainda mais legítimos a partir do golpe: “Para que serve a poesia? Qual seu papel no mundo moderno? É a poesia acessível ao povo ou só pode ser entendida por uma elite culta? O que acha da declamação da poesia e da poesia popular? Como encara e como soluciona em sua obra a relação forma-conteúdo?”²²⁶, entre outras.

Na introdução às respostas, Moacyr Félix delimitou os objetivos da proposta:

[de expor] não num sentido exclusivista, nem querendo esgotar a lista bastante numerosa e nobre de quantos, por caminhos os mais diversos, enriquecem o trabalho da poesia neste país, mas visando, por meio de alguns autorizados nomes de gerações e de situações diferentes, dar alguns elementos a mais para o exame dos problemas e das perspectivas que caracterizam a estética expressão pela palavra escrita da sensibilidade brasileira contemporânea.²²⁷

As respostas demonstram diversidade de opiniões, mas evidenciam a permanência da noção cepecista de arte engajada, dominante até então entre as esquerdas, tomada como pré-condição à plena realização da arte.

Outras “conversas” e encontros foram promovidos, transcritos e publicados pela RCB (entre cineastas e entre escritores, e das quais participaram, também, agentes policiais, como se verá no próximo capítulo), que também abordaram questões relativas à função social da arte. No número 7, de maio de 1966, com o título “Que caminho seguir na música popular brasileira?”, foram transcritas as falas de Flávio Macedo Soares, Caetano Veloso, Nelson Lins e Barros, José Carlos Capinam, Gustavo Dahl, Nara Leão e Ferreira Goulart que, coordenados por Airton Lima Barbosa (do Quinteto Villa-Lobos), encontraram-se para discutir a questão. Ficaram expressas, nesse encontro, as preocupações com a contradição existente entre a pretensão de um desenvolvimento estético e formal, para o qual o “povo”, a quem os artistas se dirigiam, não estava preparado. Além disso, o “comportamento pré-capitalista” da esquerda brasileira, que resistia à indústria musical e via no mercado um grande sacrifício a sua arte, abria amplo espaço para as propostas mais alienadas, acessíveis e “estridentes”, como o “iê-iê”, para se estabelecerem.²²⁸

226 RCB, n. 2, maio/1965, p. 177.

227 RCB, n. 2, maio/1965, p. 175.

228 RCB, n. 7, maio/1966, 375-385.

Outra importante característica editorial da RCB foi o amplo e efetivo trabalho de intercâmbio, tradução e divulgação de textos de periódicos internacionais, bem como de documentos. Além das inúmeras referências, citações e reproduções feitas com base nos grandes jornais brasileiros, circularam e foram utilizados vários outros periódicos, muitos dos quais se aproximavam, em proposta, da RCB. Entre as publicações francesas, *Le Nouvel Observateur* foi a mais traduzida (com três textos), seguida pelas *Democratie Nouvelle*, *La Nouvelle Critique*, *Frères du Monde*, *Les Temps Modernes*, *Le Peuple*, *La Quinzaine Littéraire*, *Esprit*, *Action Populaire*, *Economie et Politique e Partisans*, entre outras. Do cenário norte-americano, as mais utilizadas foram a *New Left Review* e a *Trans-Action* (ambas também com três textos), seguidas pela *Studies on the left*, *The progressive*, *Scientific World* e *Viet-Report*, entre outras. Muitos dos artigos eram divulgados no Brasil com um intervalo de tempo pequeno em relação ao lançamento original. Destacam-se, ainda, as revistas italianas *Il contemporaneo*, *L'Unità* e *Rinascita*. A partir dos números 9/10, percebe-se uma presença maior de traduções, embora estas nunca tenham ultrapassado de forma significativa os textos de autores nacionais.

Outra estratégia, essa mais específica dos espaços intelectuais, os manifestos, também ganharam divulgação por meio da RCB, embora não tenha sido em grande número. Foram publicados manifestos internacionais assinados, de intelectuais e professores universitários norte-americanos, contra a guerra do Vietnã e a invasão da República Dominicana. Além deles, foram divulgados um manifesto do MDB de oposição às eleições indiretas, de fevereiro de 1966, e outro pela soltura do próprio Ênio Silveira, em maio de 1965. Este último dá conta da inserção do editor nos distintos meios intelectuais brasileiros, e da articulação presente entre estes diferentes grupos, pois as assinaturas foram arrecadadas em aproximadamente nove dias (tempo de permanência de Ênio na cadeia).

O sucesso de público e o prestígio editorial alcançado pela RCB em seus dois primeiros anos parecem ter motivado o esforço de reformulação gráfica pela qual passou a capa do periódico a partir do número 13, em consonância com o perfil consolidado pela editora que, mesmo com as crescentes apreensões e prejuízos, continuou investindo na renovação dos processos editoriais. Se destaca aí, também, o ideal “não elitista” do livro professado por Ênio Silveira, que recorria a elementos visuais provocadores e à propaganda, tidas como áreas fundamentais (e, em geral, negligenciadas) do mercado editorial brasileiro. Para o lançamento de algumas obras, o editor encomendava cartazes de divulgação e outros

materiais impressos, além de ter sido o primeiro a utilizar *out-door* para a divulgação de seus livros, o que deixava as pessoas “muito chocadas”.²²⁹

Embora a RCB já tivesse uma identidade gráfica – as capas apresentavam um padrão simples, com cores chamativas e com a imagem estilizada de um pescador ou um “homem simples”, que remetia ao universo rural, sobre o qual não se encontrou informações. As imagens veiculadas nas capas remetiam-se diretamente ao assunto de um texto colocado em destaque.²³⁰ Os temas escolhidos para essa nova possibilidade gráfica foram a Revolução Chinesa, a “revolução feminina”, o racismo nos Estados Unidos, a Guerra do Vietnã, as “novas posições” da Igreja, a rebelião dos estudantes. Apenas em duas das capas parece não se processar essa relação mais direta: no número 18, primeiro de 1968, onde o objetivo parece ter sido mais o de denúncia da truculência policial, num espaço que parece ser o brasileiro, e no número 21/22, o último, com uma imagem quase abstrata, de apelo cubista. Houve um equilíbrio, no texto em destaque na capa, entre autores brasileiros e estrangeiros. Nos cadernos especiais, a imagem era maior e menos recortada. Entre os grandes ícones das esquerdas mundiais, foram publicadas imagens de Mao-Tsé-Tung e de Lênin. Cores contrastantes também foram bastante exploradas.

A reformulação gráfica das capas serviu para reanimar a atenção visual do público e como demonstração de que o periódico e a luta por meio dele continuavam, com ânimo renovado, mesmo que a repressão sobre aqueles agentes que com ele colaboravam e os problemas financeiros da editora estivessem se agravando. Aos olhos dos órgãos e funcionários responsáveis pela censura, a reformulação representou, por certo, mais uma “provocação” e uma fonte de argumento para o enquadramento legal da revista, conforme será demonstrado pelos documentos analisados no próximo capítulo.

Algumas charges foram inseridas na RCB a partir do primeiro número.²³¹ O cartunista Sérgio Jaguaribe (Jaguar) assinou a maior parte delas, mas também foram publicadas colaborações de Reginaldo Fortuna, e algumas charges não trouxeram assinatura. Ambos trabalhariam no semanário *O Pasquim*²³², criado em 1969. A partir do número 16, do

229 SILVEIRA, Ênio. In: FERREIRA, p. 155.

230 Todas as capas da RCB encontram-se no Anexo 5.

231 Algumas das charges publicadas foram reproduzidas no Anexo 6.

232 Sobre *O pasquim*, ver: VARGENS, João Baptista M. **Nos bastidores d'O Pasquim**. Rio de Janeiro: GMS Editora, 1999. O periódico alcançou a tiragem de 200 mil exemplares (iniciou com 20 mil), e contou com a participação de outros egressos da RCB, como Paulo Francis, Flávio Rangel e Newton Carlos.

final de 1967, as charges foram suprimidas, reaparecendo apenas no caderno especial 2. Eram colocadas ao final dos textos, algumas remetiam-se a eles, ou tratavam de situações da política e da economia, além de ironizarem o próprio papel de artistas e intelectuais. Quebrando um pouco com o “peso” da densidade dos textos, as charges foram mais um dos recursos utilizados no esforço de “desmascarar” e desmoralizar o governo militar, e de conquistar e manter leitores.

2.3 A *Revista Política Externa Independente* (1965-1966)

2.3.1 Formação e proposta

A *Revista Política Externa Independente* foi lançada em maio de 1965, e circulou até janeiro de 1966, com apenas três edições, também impressas na Gráfica Lux, no Rio de Janeiro. Tinha proposta de periodicidade trimestral, mas não foram encontrados dados sobre sua tiragem e as referências à sua formação também são escassas. Hallewell indicou ter sido a criação do periódico de responsabilidade do historiador José Honório Rodrigues: “Política Externa Independente, publicada durante 1967 pelo bem-intencionado, mas pouco prático, José Honório Rodrigues, extinguiu-se após apenas alguns números por falta de colaborações adequadas”.²³³ Embora haja um equívoco quanto ao período de publicação, o historiador também foi citado por Carlos Guilherme Mota como um dos responsáveis pela criação da RPEI.²³⁴ Seu nome não foi mencionado, entretanto, nos três números da RPEI como responsável ou como membro dos conselhos da revista, aparecendo apenas na autoria de dois textos, intitulados “Uma política externa própria e independente” (no número 1²³⁵) e “Brasil e Extremo Oriente” (no número 2²³⁶), além de compor o Conselho de Redação da *Revista Paz e Terra*.

De fato, o historiador era, na época do lançamento da RPEI, diretor executivo do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e foi responsável pela continuidade da

233 HALLEWELL, p. 484.

234 MOTA, Carlos Guilherme. José Honório Rodrigues: a obra inacabada. In: Estudos Avançados, v.2, n.3 São Paulo, setembro/dezembro de 1988, sem paginação. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300008. Consulta em: 20/01/2009.

235 RPEI, n. 1, maio/1965, p. 15-41. Este texto havia sido publicado originalmente no *Jornal do Brasil*, em 10 e 17 de junho de 1962, o que foi explicado pela revista: “Ao divulgar novamente o referido estudo, a direção de Política Externa Independente o faz convencida de que as observações do eminente historiador, Professor José Honório Rodrigues, são hoje mais oportunas e pertinentes do que à época de sua divulgação inicial.”

236 RPEI, n. 2, agosto/1965, p. 57-94.

publicação da *Revista Brasileira de Política Internacional*, editada desde 1958 e que se encontrava em atraso²³⁷. Além disso, José Honório Rodrigues já havia publicado obras por meio da Companhia Editora Nacional e, pela Civilização, havia lançado **Brasil e África: outro horizonte**, em 1961, **Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico cultural e Interesse nacional e política externa**, ambos de 1965, e **Vida e história**, em 1966. Por falta de referências, entretanto, não foi possível identificar a participação mais específica do historiador na preparação da revista.

O lançamento da revista foi anunciado na RCB: “Na hora em que os Estados Unidos desrespeitam a Carta da OEA surge a nova revista da Editora Civilização Brasileira”.²³⁸ A apresentação do periódico, no primeiro número, foi bastante clara em seu objetivo principal: o de contribuir, com textos e documentos, para a formação da “opinião pública” brasileira (quer seja da “elite” ou do “brasileiro comum”), numa área em que faltavam publicações especializadas, centros de formação e de estudos (e mesmo de um manual didático de autor brasileiro sobre relações internacionais), e onde não havia a correta apreciação da importância e do impacto dos eventos internacionais no plano interno brasileiro. A revista pretendia contribuir, portanto, promovendo um debate “permanente e aprofundado” em torno de temas da política exterior considerados urgentes:

[...] os acontecimentos internacionais não são considerados com a devida relevância pela opinião pública brasileira. Nem as classes dirigentes, nem os homens de empresa, nem os círculos intelectuais, nem os meios universitários – as chamadas elites, em suma -, nem muito menos o brasileiro comum, têm noção adequada do alcance e da gravidade do fato internacional para a articulação de uma política nacional esclarecida e lúcida quanto aos exatos limites de suas potencialidades.²³⁹

Afirmar essa importância fundamental da política internacional significa reconhecer que, a cada instante, o destino do Brasil está sendo decidido nas chancelarias das grandes potências, nos centros financeiros e comerciais das nações ricas, nas universidades dos países desenvolvidos. Políticos e diplomatas ao fixarem os rumos da política externa dos respectivos governos, banqueiros e corretores ao tomarem medidas sobre o investimento de fundos internacionais, professores e estudantes estrangeiros ao discutirem as teorias sobre relações internacionais, fixam rumos, tomam medidas e discutem teorias que vão alterar profundamente a fisionomia da comunidade política internacional. Na verdade, a vida de milhões de brasileiros é condicionada, é manipulada, a toda hora, em Washington, Londres, Paris,

237 ALMEIDA, p. 46.

238 RCB, n. 3, julho de 1965, p. 320. Ver anúncio original no Anexo 7.

239 RPEI, n. 1, maio/1965, p. 3.

Bonn ou Moscou.²⁴⁰

A RPEI também definiu sua posição fundamental quanto ao único tipo de política externa válida para um país subdesenvolvido com marcantes desníveis sociais e generalizada injustiça social como o Brasil: nacionalista e independente. Esses seriam valores integrais, impostos pelas condicionantes inconfundíveis e irredutíveis da comunidade nacional brasileira. Nos confrontos com as políticas nacionalistas dos demais países, dos quais surgiriam as situações de interdependência, a diplomacia brasileira deveria efetivar manifestações concretas de crescente autonomia de ação, a partir da preocupação em assegurar os meios e os recursos de ordem externa necessários à expansão acelerada da economia do país, com vistas à emancipação econômica e social: “Desenvolvimento econômico e social, eis o imperativo da política interna e externa brasileira. Qualquer outra devoção preponderante na conduta internacional do Brasil implica a aceitação de valores alheios, quando não antagônicos, ao desenvolvimento brasileiro”.²⁴¹

De acordo com a apreciação da RPEI, ainda no texto de apresentação, no sistema internacional forjado após a Segunda Guerra Mundial, as bases fundamentais e declaradas da política externa brasileira deveriam ser: a) a preservação da paz, por meio da prática da coexistência, com a consequente manutenção de relações diplomáticas com todos os países, inclusive Cuba e a República Popular da China; b) o respeito ao princípio de autodeterminação dos povos e da não intervenção; c) o apoio ao desarmamento geral e completo, com o aproveitamento em benefício dos países subdesenvolvidos de substancial parcela dos recursos liberados de sua destinação armamentista; d) a participação diplomática efetiva na luta anticolonialista de modo a concorrer para a total independência dos territórios não autônomos, seja qual for a forma de sujeição à metrópole, desligando-se plenamente de qualquer solidariedade com relação à política do governo de Portugal no tocante aos territórios não autônomos ultramarinos; e) o fortalecimento do foro internacional do sistema das Nações Unidas, em oposição às tentativas regionais de subtrair deste questões de âmbito amplo; f) o apoio sistemático aos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com atitude militante contra todas as discriminações, sobretudo as raciais e religiosas, em particular o *apartheid*; g) e a luta contra todas as manifestações da Guerra Fria, contra as tendências à bipolarização e quaisquer formas de sujeição às superpotências.²⁴² Além dessas

240 Idem.

241 RPEI, n. 1, maio/1965, p. 5.

242 RPEI, n. 1, maio/1965, p. 7.

diretrizes, a RPEI identificava, na similaridade das trajetórias históricas e na proximidade geográfica dos demais países latino-americanos, elementos fundamentais de comunhão de interesses, dos quais deveriam surgir alianças “naturais”, o que exigiria uma revisão sobre validade de instituições americanas como a OEA, de pactos como o Tratado de Segurança do Rio de Janeiro, ou de programas continentais como a Aliança para o Progresso.²⁴³

A revista expressou posição quanto à política externa desenvolvida pelo Brasil desde o golpe, ainda em seu texto de abertura, de “fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental”²⁴⁴, que restringia a ação diplomática de países com características similares, obrigando-os a enquadrarem-se na rígida arregimentação política e militar da Guerra Fria, justificada pela suposta iminência de um conflito mundial, o que era questionado pela revista: “Isso ocorre no momento mesmo em que se processa a gradual desintegração do sistema bipolar, e em que os verdadeiros protagonistas do conflito Leste-Oeste, contidos pelo impasse nuclear, evoluem entre si formas mutuamente vantajosas de coexistência pacífica”.²⁴⁵

As proposições fundamentais da revista, além de seu próprio título (que ajudou a consolidar a expressão pela qual ficou conhecida a política externa brasileira dos governos de Jânio Quadros e de João Goulart), indicaram consonância com as principais diretrizes e ações desenvolvidas pelo Ministério das Relações Exteriores entre 1961 e 1964, marcadas, em linhas gerais, pela revisão do alinhamento automático do país com as posições do bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos, pelo restabelecimento e ampliação das relações diplomáticas com países socialistas e pela condenação do colonialismo. Tais pressupostos foram adotados e desenvolvidos durante as gestões de Afonso Arinos de Melo Franco, Francisco Clementino de San Tiago Dantas e João Augusto de Araújo Castro, no Ministério das Relações Exteriores. De fato, a revista reuniu alguns intelectuais egressos diretamente dos quadros do Itamaraty, além de nomes conhecidos nos espaços universitários e políticos, muitos deles já punidos pelo governo autoritário. O quadro a seguir resume dados gerais sobre as três edições da RPEI:

NÚMERO	DATA	DIRETOR RESPONSÁVEL	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NÚMERO DE PÁGINAS
1	Maior - 1965	Ênio Silveira	Jayme Azevedo Rodrigues (1913-1974)	295

243 RPEI, n. 1, maio/1965, p. 6.

244 Idem.

245 Idem.

2	Agosto - 1965	Ênio Silveira	Jayme Azevedo Rodrigues	319
3	Janeiro - 1966	Luciano Martins*	Não publicado	279

* Não foram encontradas referências.

QUADRO 4 – Edições da *Revista Política Externa Independente*

O nome de Ênio Silveira apareceu como diretor responsável pela RPEI nos dois primeiros números e, como secretário, o de Jayme Azevedo Rodrigues, ex-diplomata de carreira e um dos principais articuladores da UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*), organismo intergovernamental permanente das Nações Unidas, destinado a servir de canal para as reivindicações dos países em desenvolvimento, em relação às questões de comércio internacional. Formado em Direito pela Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), em 1937, ele ingressou, neste mesmo ano e por concurso, na carreira diplomática, atuando, entre 1942 e 1954, nos Estados Unidos, Guatemala, Portugal e Holanda, além de ter trabalhado na Secretaria do Itamaraty, no Rio de Janeiro, onde exerceu diversas funções. Rodrigues também integrou a representação brasileira junto à OEA na IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em Washington, em 1951, e desempenhou a função de Assistente do Comando da Escola Superior de Guerra, em 1961, sendo promovido a Ministro de Primeira Classe dois anos mais tarde.²⁴⁶

Rodrigues demonstrou sua posição com relação ao golpe durante a própria reunião de preparação para a UNCTAD, iniciada em 23 de março de 1964, em Genebra, na qual a diplomacia brasileira teve participação ativa, à medida que o órgão em criação consolidaria uma instância de discussão econômica paralela ao GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, útil ao projeto de expansão do comércio do brasileiro.²⁴⁷ A reunião contou com a participação de setenta e sete países, entre eles Cuba, com delegação chefiada por Ernesto Guevara, que proferiu discurso na sessão plenária do dia 25, criticando a situação de dependência gerada pelas formas de investimentos estrangeiro realizadas por países ricos em economias em desenvolvimento. A delegação brasileira era chefiada pelo próprio Ministro das Relações Exteriores, Araújo Castro, que retornou ao Brasil no dia 30 de março, dado o agravamento da crise política do governo de

246 Ver: ABREU, Alzira e LAMARÃO, Sérgio (Orgs.). **Personalidades da política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

247 Idem, p. 136.

Goulart, sendo substituído por Rodrigues²⁴⁸. Depois do golpe, ainda em Genebra, ele enviou a Vasco Leitão da Cunha, nomeado para a pasta das Relações Exteriores desde 6 de abril, um telegrama no qual manifestava, em tom pessoal, seu descontentamento com a participação dele no novo governo.²⁴⁹ Ele foi aposentado depois desse episódio e teve seus direitos políticos cassados.

Rodrigues acabou preso em 17 de novembro de 1965, no protesto de intelectuais que ficou conhecido como o dos “oito da Glória” ou dos “oito da OEA”, durante a II Conferência Interamericana Extraordinária da Organização dos Estados Americanos, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro.²⁵⁰ Junto com ele, também foram detidos Antônio Callado, Carlos Heitor Cony, Glauber Rocha, Mário Carneiro, Joaquim Pedro de Andrade, Flávio Rangel e Márcio Moreira Alves (que também colaborava com o Conselho Consultivo da RPEI). Houve, neste mesmo mês, atraso na terceira e última edição da revista, somente lançada em janeiro de 1966, sem o nome de Jayme Azevedo Rodrigues. Além de ocupar o cargo de secretário, ele publicou na revista dois artigos, além de outro na RCB²⁵¹, demonstrando sua inconformidade com os rumos dados à política externa desenvolvida pelo Itamaraty a partir de 1964, “cega” aos avanços conquistados durante os anos de “política externa independente” e desprovida de

248 O jornalista Newton Carlos, membro do Conselho Consultivo da RPEI, e que fez cobertura jornalística da conferência, referiu a movimentação gerada pelo golpe: “Assistia em Genebra a primeira conferência da UNCTAD, o organismo da ONU para o comércio e o desenvolvimento. “Che” Guevara era o chefe da delegação de Cuba. O embaixador Jayme Azevedo Rodrigues, que chefiava a delegação brasileira, demitiu-se com grande dignidade e acabou cassado. Ele conversava muito com Guevara. Eram tempos que se fechavam, de política externa independente. Numa das conversas do embaixador com o cubano ouvi o “Che” recomendando cautela. “São generais do povo”, se esquivava o nosso embaixador, descartando riscos golpistas. “Jayme, en los militares ni los soldados[sic], bradou Guevara no longo correr do Palácio das Nações no primeiro encontro pós-golpe dos dois.” Entrevista publicada em http://www.cte.uerj.br/download/internet_newton_carlos.pdf. Consulta em: 17/02/2010.

249 “Não posso acreditar que você vá servir a um governo de gorilas”, escreveu Rodrigues no telegrama, para o qual o ministro Vasco Leitão Cunha solicitou uma versão oficial. Em resposta, Rodrigues pediu a inclusão do documento na correspondência oficial e que apenas o pronome de tratamento “Você” fosse substituído pelo “Vossa Excelência”. CASTRO, Flávio de Oliveira. **Caleidoscópico**: cenas da vida de um diplomata. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. p. 45.

250 Antônio Callado, em entrevista a Marcelo Ridenti, relembrou o protesto, motivado mais especificamente pela publicação na imprensa de um telegrama do presidente Castello Branco sobre a plena viabilidade da realização da Conferência no Rio de Janeiro, como forma de minimizar questionamentos, vindos da própria OEA, relativos à situação de exceção política no país: “Falei com todo mundo que podia, Thiago de Mello, pessoal do cinema, teatro, para fazer uma manifestação no Hotel Glória. Eu estava pensando que fosse aparecer pelos menos umas cem pessoas. Apareceram oito, os ‘oito da Glória’. Tinha um pouco mais, que desapareceram antes da gente ser preso (...). Então, o Castello Branco chegou para a inauguração: soldados formados à porta, os membros estrangeiros. E nós estávamos lá, com as faixas: ‘abaixo a ditadura’, ‘viva a liberdade’. Uma beleza, só não tinha gente pra segurar. (...) Caprichamos: foi todo mundo de paletó e gravata. Tinha um embaixador conosco – Jayme Azevedo Rodrigues, guevarista, cubano, estava afastado do Itamaraty – todo engalanado, todo bonito. Houve um momento de pasmo e depois a polícia caiu em cima da gente.” RIDENTI, p. 122.

251 “O sistema interamericano contra a América Latina”, RPEI, n. 1, maio/1965, p. 81-102; “A diplomacia brasileira e a ‘crise’ do sistema interamericano”, RPEI, n. 1, maio/1965, p. 17-164; “A unidade do mundo subdesenvolvido e o conflito norte-sul”, RCB, n. 1, março/1965, p. 89-113.

qualquer autoridade. Não foram encontradas outras referências sobre o encerramento da publicação.

O sociólogo Luciano Martins assumiu como diretor responsável da revista no terceiro e último volume (seu nome compunha o Conselho Diretivo desde o segundo). Ele desenvolvia atividades de pesquisa junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, realizando, também, um estágio na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, no Chile, junto com Fernando Henrique Cardoso. Ele partiu para o exílio em Paris, em 1967, para realizar curso de doutorado na Universidade de Paris. Em 1968, ele publicou, no Brasil, **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**, pela Editora Saga. Ele não chegou a publicar textos na RPEI, embora tenha assinado quatro artigos na RCB²⁵².

Os demais colaboradores do periódico, cujos nomes foram publicados nos dois primeiros números, são apresentados no quadro a seguir. A RPEI possuía um Conselho Diretivo e um Conselho Consultivo, remodelado com a saída de Jayme Azevedo Rodrigues:

Conselho Diretivo	Número de artigos publicados nas revistas da Civilização Brasileira	Formação e atuação profissional até 1969
Antônio Houaiss (1915-1999)	2 (RPEI) 2 (RCB)	Bacharel e licenciado em letras clássicas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1942. Diplomata desde 1945, foi exonerado do Ministério das Relações Exteriores e perdeu os direitos políticos com o AI-1. Foi redator do <i>Correio da Manhã</i> , até 1965. ²⁵³ Era membro do Conselho de Redação da RCB, e fez a tradução de <i>Ulisses</i> , de James Joyce, editado pela ECB em 1967.
Otto Maria Carpeaux ²⁵⁴ (1900-1978)	2 (RPEI) 8 (RCB) 1 (RPT)	“Nasceu em 1900, na Áustria. Vindo para o Brasil, onde se naturalizou, tornou-se uma das principais figuras do pensamento e da cultura brasileira, fazendo-se ativamente presente, com sua vasta erudição e sua firmeza de definições, não só no jornalismo militante como também nos comentários de vida internacional e na crítica literária. Autor de várias obras, entre as quais citamos: <i>Cinzas do Purgatório</i> , <i>Origens e Fins. História da Civilização Ocidental</i> (em 10 volumes). O

252 “Aspectos políticos da revolução brasileira”, RCB, n. 2, maio/1965, p. 15-37; “Crônica do temporal”, RCB, n. 5/6, março/1966, p. 95-99; “Formação do empresariado no Brasil”, RCB, n. 13, maio/1967, p. 91-131; “Terra em transe”, RCB, n. 14, julho/1967, p. 227-231.

253 Biografias dos membros da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=203&sid=200> Consulta em: 24/01/2010.

254 Obras editadas pela ECB: **A batalha da América Latina**, 1965; **O Brasil no espelho do mundo**, 1965; CARPEAUX, O., PEREIRA, Armando, SILVA, Carmen da Silva, ROCHA, Glauber, FREITAS JR., Otávio de, PAEZZO, Sylvan. **A prostituição é necessária?**, 1966; **Prosa política e filosófica de Heinrich Heine**, 1967; **Vinte e cinco anos de literatura**, 1968; **As origens do policial**, 1968.

		Brasil no Espelho do Mundo, A Batalha da América Latina.” (RPT, n. 2, Setembro/1966, p. 147.)
Renato Archer (1922 – 1996)	-	Militar da Marinha, foi vice-governador do Maranhão entre 1952 e 1956 e deputado federal pelo PSD do mesmo estado, entre 1955 e 1968. Durante o mandato legislativo, participou da Agência Internacional de Energia Atômica. Durante o governo de João Goulart, foi nomeado para a Subsecretaria do Ministério das Relações Exteriores, ocupando interinamente a pasta nas ausências do ministro San Tiago Dantas. Afastou-se do Itamaraty, em 1962, para concorrer à reeleição como deputado federal. Teve seu mandato cassado pelo AI-5. ²⁵⁵
Valério Konder (1911 – 1968)	-	Médico sanitarista, membro do PCB, trabalhou como delegado federal de saúde do Ministério da Educação e Saúde nas regiões norte e nordeste no combate à malária, até 1944. ²⁵⁶ Participou do Comando de Trabalhadores Intelectuais.
Conselho Consultivo		
Barbosa Lima Sobrinho ²⁵⁷ (1897-2000)	2 (RPEI)	Bacharel em Direito e escritor, era membro da Academia Brasileira de Letras desde 1937, foi governador de Pernambuco entre 1948 e 1951, e ocupou diversos cargos (inclusive a presidência) da Associação Brasileira de Imprensa. Era redator do <i>Jornal do Brasil</i> . ²⁵⁸ Participou do Comando dos Trabalhadores Intelectuais.
Celso Furtado ²⁵⁹ (1920-2004)	2 (RCB) 1 (RPT)	“Um dos mais célebres economistas da América Latina, atualmente lecionando em Paris, onde, depois de 1964, passou a residir. Foi superintendente da Sudene, Ministro Sem Pasta e Ministro do Planejamento, como também autor do Plano Trienal. De sua enorme bibliografia, citamos as obras mais recentes: <i>A Pré-Revolução Brasileira</i> ; <i>Dialética do Desenvolvimento</i> e <i>O Desenvolvimento Econômico da América Latina</i> .” (RPT, n. 4, Agosto/1967, p. 165.) Teve os direitos políticos cassados pelo AI-1.
Hermano Alves (1924-2010)	2 (RPEI)	Jornalista do <i>Correio da Manhã</i> , foi eleito deputado Federal no Rio de Janeiro pelo MDB, em 1966, e cassado pelo AI-5. ²⁶⁰
Jânio de Freitas (1932-...)	-	Jornalista, trabalhou no <i>Correio da Manhã</i> até 1963 e assumiu, em 1967, cargo no jornal <i>Última Hora</i> . ²⁶¹

255 ABREU, p. 29-31.

256 ANDRADE, Rômulo de Paula. **A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no primeiro governo Vargas**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007. p. 76.

257 Obras editadas pela ECB: **Desde quando somos nacionalistas?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 24); **Panorama do conto brasileiro**, v. 1 – Os precursores do conto no Brasil, 1960; **Presença de Alberto Tôrres: sua vida e pensamento**, 1968. A partir da década de 1970, publicou várias obras pela EPT.

258 Biografias dos presidentes da Associação Brasileira de Imprensa. Disponível em: <http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=203>. Consulta em: 24/01/2010.

259 Obras editadas pela ECB: **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**, 1966; **Teoria e política do desenvolvimento econômico**, 1967; **Análise do “modelo” brasileiro**, 1972; **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**, 1973; **O mito do desenvolvimento econômico**, 1974, entre outros.

260 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo III, O perfil dos atingidos. Arquidiocese de São Paulo, 1985. p. 242.

261 **Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/janio_de_freitas. Consulta em: 31/12/2009.

Josué de Castro (1908-1974)	-	Médico e filósofo, já havia publicado, em 1935, Alimentação e raça pela ECB. Em 1946, lançou, pela editora O Cruzeiro, a obra Geografia da fome , e, em 1951, pela Casa do Estudante do Brasil, Geopolítica da fome , que acabaram traduzidas e publicadas em diversos países. Elegeu-se deputado federal, em 1958, pelo PTB. Em 1962, assumiu o cargo de embaixador-chefe da delegação brasileira junto à ONU, em Genebra (ele havia presidido o Conselho Executivo da FAO, entre 1952 e 1956, e o Comitê Governamental da Campanha Mundial de Luta Contra a Fome, do mesmo organismo, período em que recebeu duas indicações ao prêmio Nobel da Paz. Em 1962, foi designado embaixador-chefe da delegação do Brasil junto à ONU, em Genebra. ²⁶² Foi exonerado e teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1, radicando-se em Paris. Em 1965, fundou o Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID), uma organização não governamental voltada para a assessoria de países subdesenvolvidos, divulgado pela RPEI. Participou do <i>International War Crimes Tribunal</i> , organizado pelo filósofo britânico Bertrand Russell para a denúncia dos crimes norte-americanos na guerra do Vietnã.
Márcio Moreira Alves (1936-2009)	-	Graduou-se em Direito, foi repórter do <i>Correio da Manhã</i> e eleito deputado federal pela Guanabara, em 1966, pelo MDB, sendo cassado pelo AI-5, em 1968 (quando se transferiu para o Chile). ²⁶³
Maria Yedda Linhares (1921-...)	1 (RPEI) 1 (RCB)	“Professora Catedrática de História Moderna e Contemporânea da Faculdade Nacional de Filosofia da UFRJ. Estudou nos USA na Universidade de Colúmbia, tendo ministrado cursos e conferências naquele país e em França. Foi diretora da Rádio do Ministério da Educação e Cultura.” (RCB, n. 15, Setembro/1967, p. 65.)
Newton Carlos (1927-*)	-	Jornalista, correspondente internacional do <i>Jornal do Brasil</i> , demitido em 1964. ²⁶⁴
Paulo Francis (1930-1997)	2 (RPEI) 9 (RCB)	Jornalista autodidata, foi contratado pelo <i>Correio da Manhã</i> em 1967. ²⁶⁵ Era membro do Conselho de Redação da RCB. Participou do Comando dos Trabalhadores Intelectuais.

* Não foram encontradas referências.

QUADRO 5 – Conselho Diretivo e Conselho Consultivo da *Revista Política Externa Independente*

Na terceira e última edição da revista houve uma reformulação tanto em relação ao diretor responsável e secretário executivo, como indica o primeiro quadro, como aos demais colaboradores, que ficaram referidos como “Conselho Redatorial”, mantendo apenas os nomes de Barbosa Lima Sobrinho, Hermano Alves, Jânio de Freitas, Maria Yedda Linhares, Newton Carlos, Otto Maria Carpeaux, Paulo Francis e Renato Archer. Destacam-se, nos

262 DOSSIÊS Navegando na História, CPDOC/FGV. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/josue_de_castro. Consulta em: 24/01/2010.

263 DOSSIÊS Navegando na História, CPDOC/FGV. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/marcio_moreira_alves. Consulta em: 24/01/2010.

264. Entrevista publicada em: http://www.cte.uerj.br/download/internet_newton_carlos.pdf. Consulta em: 24/01/2010.

265 VIEIRA, Luiz Renato, 1998. p. 174.

conselhos da RPEI, intelectuais egressos de cargos no Ministério das Relações Exteriores (quatro, ao todo), além de políticos de carreira (que desempenharam, também, funções técnicas), professores universitários e jornalistas. É significativa, também, a participação de intelectuais que se encontravam exilados. Embora não se tenha conseguido levantar dados sobre a situação política de todos os membros a partir de 1964, aqueles que mais diretamente atuavam junto ao Estado em carreiras diplomáticas foram atingidos já pelo primeiro Ato Institucional, e os que se mantiveram atuantes em posições políticas eletivas, pelo AI-5.

2.3.2 Organização e dinâmica editoriais

À RPEI foi dado o mesmo formato editorial da RCB, sendo também impressa em papel jornal, com capas simples, nas quais não se utilizou imagens nem o nome da Editora Civilização Brasileira.²⁶⁶ A publicidade das demais obras da empresa ficaram restritas às contracapas e não foram publicadas charges. A apresentação dos textos foi feita por meio de um roteiro geral que continha a parte principal da revista, com os títulos e seus autores, seguida pelas seções “Estudos e Pesquisas” e “Documentário” ou “Documentos” (presentes nas três edições), e pelas “Notas e Comentários” (no número 1), “Resenhas de Livros” (no número 2) e “Resenhas de Revistas” (nos números 1 e 3). Entre as revistas da Civilização, ela foi a única que publicou textos sem tradução (em inglês e espanhol), além de anunciar o valor do número avulso e da assinatura anual em dólares norte-americanos.

As três edições foram organizadas de forma temática: “A crise do pan-americanismo”, “A invasão da República Dominicana” e “O Brasil e o mundo africano: o sistema interamericano depois de São Domingos”, respectivamente. Para cada assunto, a revista publicou textos introdutórios não assinados. Além da apresentação ao primeiro volume, já referida, na qual a revista identificou seus objetivos e os princípios fundamentais de uma política externa considerada adequada ao Brasil, os outros dois textos introdutórios esforçaram-se em situar o desenvolvimento histórico de cada tema escolhido e, a partir disso, fundamentar suas denúncias quanto às arbitrariedades e violações cometidas, no plano internacional e interno.

Na apresentação à segunda edição foi feita uma revisão sobre a consolidação no princípio de não intervenção no continente americano, a fim de expor a ilegalidade da invasão

266 As capas da RPEI foram reproduzidas no Anexo 8.

norte-americana à República Dominicana, em 1965. Tal princípio, consagrado nos artigos 15 e 17 da Carta da Organização dos Estados Americanos, resultado da IX Conferência Internacional Americana de Bogotá, de 1948, representava a culminância de um longo processo reivindicatório latino-americano. Conforme a revisão feita pela RPEI, desde 1933, por ocasião da VII Conferência Internacional Americana, em Montevidéu, os Estados Unidos haviam admitido a validade jurídica do princípio de não intervenção (embora o acordo estivesse restrito à vigência do governo de Franklin Delano Roosevelt). Em 1936, na Conferência Especial Interamericana de Consolidação da Paz, em Buenos Aires (que pôs fim ao conflito do Chaco), o país havia finalmente referendado sem reservas o Protocolo Adicional relativo à não intervenção, que estatuiu como inadmissível, sob qualquer motivo, a interferência direta ou indireta de quaisquer signatários nos assuntos internos e externos de qualquer outra parte.

No mesmo texto, a RPEI denunciava as resoluções da X Reunião de Consulta da OEA, realizada logo após as ações militares na República Dominicana, em Washington, quando houve apoio às iniciativas do presidente Lyndon Johnson, transformando a invasão e a ocupação unilateral do país em intervenção multilateral.

Dessa forma, a violação do princípio de não intervenção, ao revestir-se de responsabilidade coletiva, feriu de morte os fundamentos da política de cooperação continental, isto é, a independência e soberania – a autodeterminação, em suma – de todos e cada um dos Estados-Membros da OEA.²⁶⁷

A revista denunciou, ainda, a ausência de princípios éticos e jurídicos que regeu a reunião, à medida que se considerou válido o voto decisivo (pois completava os 2/3 indispensáveis à aprovação das resoluções) do delegado dominicano, representante de um governo inexistente, dada a situação de convulsão e ausência de poder constituído e reconhecido no país centro-americano. O texto indicava, porém, certo otimismo quanto aos rumos que poderiam tomar os impasses internacionais no continente, e a questão interna brasileira. Não haveria a intenção norte-americana de alterar os princípios básicos da Carta da OEA. De acordo com critérios pragmáticos, “tão do agrado das autoridades de Washington”²⁶⁸, os problemas relativos à América Latina seriam equacionados, segundo a revista, por meio da “diplomacia do fato consumado”, e aos demais governos caberia a ratificação *a posteriori*, ou não, das ações norte-americanas.

267 RPEI, n. 2, agosto/1965, p. 4.

268 RPEI, n. 2, agosto/1965, p. 6.

A proposta de alteração do texto fundamental da OEA, a fim de nele se introduzir um dispositivo automático de intervenção (uma “força interamericana de paz”) havia sido feita pelo chanceler brasileiro, Vasco Leitão da Cunha, que intencionava agir nesse sentido na II Conferência Interamericana Extraordinária, a ser realizada em agosto de 1965, no Rio de Janeiro, e que acabou adiada e consumada apenas em novembro (durante a qual ocorreu a prisão de Jayme Azevedo Rodrigues). Tal fato, considerado positivo pela RPEI, demonstrava a pouca autoridade com que contava o governo de Castello Branco no contexto latino-americano, no qual ainda se faziam impor e respeitar as posições de governos livres e independentes, que acabariam por derrotar a formação da “Nova Santa Aliança” proposta pelo Itamaraty:

Assim, a diplomacia “revolucionária” do Marechal Castello Branco procurava extrapolar, para o campo das normas constitucionais reguladoras da cooperação política de âmbito continental, a fórmula, para efeitos internos “salvadora”, do Ato Institucional. O que poderia e deveria ficar circunscrito a um lance de mal avisado realismo político dos Estados Unidos da América, o Brasil teimava em conferir-lhe juridicidade, ao tentar contribuir para institucionalizar, com o caráter de norma de conduta coletiva, a iniciativa arbitrária e prepotente que levava o Chefe do Executivo norte-americano a invadir e ocupar militarmente a República Dominicana.²⁶⁹

Não é de se admirar, pois, que a ação diplomática brasileira esteja sendo cercada de tantas restrições, provenientes das demais chancelarias latino-americanas. É óbvio que tais restrições não envolvem apenas a substância das proposições defendidas pelo Brasil. Elas decorrem, também, de fundada desconfiança em torno da continuidade inevitavelmente precária de uma política externa de vitalidade transitória, em virtude da natureza transitória do regime de exceção predominante em nosso país.²⁷⁰

A questão da invasão da República Dominicana já havia sido referida no primeiro número da RPEI, onde foi publicado um manifesto intitulado “Intelectuais brasileiros protestam contra a intervenção na República Dominicana”, com cento e trinta e quatro nomes (dentre os quais constavam diversos intelectuais ligados à Civilização, além de músicos, artistas e políticos), datado de 4 de maio de 1965, e que foi publicado logo após a apresentação inicial do periódico. Nele, manifestavam seu repúdio pela atitude assumida pelo governo brasileiro, de cumplicidade com a intervenção armada feita pelos Estados Unidos, denunciando o voto favorável dado pela representação castelista na X Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores da OEA, em Washington, apoiando a criação de uma comissão para interferir indevidamente na situação política interna da República Dominicana.

269 RPEI, n. 2, agosto/1965, p. 8. Grifos no original.

270 Idem, p. 9.

Mais ainda, informavam à população das tentativas feitas pelo Itamaraty para o envio de tropas brasileiras à América Central, o que comprometeria irremediavelmente a tradição diplomática brasileira de respeito ao princípio da não intervenção afirmado e ratificado em diversos tratados, protocolos e resoluções.²⁷¹

O texto de apresentação ao terceiro número da RPEI, dedicado às relações entre Brasil e África, reiterou os princípios explicitados no número de lançamento, com relação à luta anticolonialista e à condenação da política do governo português, e salientou que, apesar do grande espaço destinado ao continente africano no noticiário internacional, ele constituía um domínio desconhecido da maioria dos brasileiros. Uma das motivações citadas para a terceira edição da RPEI foi a situação da Rodésia do Sul, “ora no centro do noticiário internacional”, avaliada como modelar para a análise dos principais problemas envolvendo os países africanos e suas relações internacionais.

Quanto ao processo de descolonização iniciado a partir do término da Segunda Guerra Mundial, o texto da RPEI destacou três aspectos considerados fundamentais para a análise dos processos africanos: primeiro, grande parte das antigas colônias, emergindo após os esforços de independência, foram “balcanizadas” e ingressaram na vida política internacional como países diminutos, de baixa demografia, herdando, assim, uma vulnerabilidade tal que, quase sem exceções, os fizeram se subordinar passivamente a tipos de relações preexistentes entre nações ricas e pobres, de neocolonialismo ou de semicolonialismo, havendo uma “mudança de subordinação”.

Em segundo lugar, nos casos em que as metrópoles lançaram políticas de descolonização, houve a formação de movimentos de resistência às independências comandados por “nacional colonialistas”, conformando-se, em diversos casos, a dissociação entre a posição oficial da metrópole e dos colonizadores, com a formação de grupos brancos com influência suficiente para forjar governos independentes, nos quais se reproduziam, internamente, as relações de subordinação desenvolvidas anteriormente, a exemplo da África

271 RPEI, n. 1, maio/1965, p. 9-11. Entre os nomes publicados estavam os de Barbosa Lima Sobrinho, Antônio Callado, Hermano Alves, Jorge Amado, José Honório Rodrigues, Alceu Amoroso Lima, Antônio Houaiss, Jayme Azevedo Rodrigues, Di Cavalcanti, Carlos Diegues, Leandro Konder, Mário Lago, Carlos Heitor Cony, Márcio Moreira Alves, Nathália Timberg, Sérgio Pôrto, Hélio Pelegrino, Luís Carlos Barreto, Oscar Niemayer, Octávio Ianni, Sérgio Buarque de Hollanda, Jean-Claude Bernardet, Tereza Rachel, Jaguar, Dias Gomes, Moacyr Félix, Ênio Silveira, Paulo Francis, Otto Maria Carpeaux, Eneida, Nelson Pereira dos Santos, Glauber Rocha, Cavalcanti Proença, Nelson Werneck Sodré, Luciano Martins, Oduvaldo Vianna, Mário Martins, Roberto Schwarz, Lygia Clark, Mário Pedrosa, Nara Leão, entre diversos outros.

do Sul. E, em terceiro, as duas metrópoles que se opuseram aos “ventos de mudança” e recusaram-se ao convencimento de que suas colônias não se conservariam na nova conjuntura do pós-guerra - Espanha e Portugal -, possuíam diferentes políticas em relação às suas possessões africanas: o governo espanhol, pressionado internacionalmente e com vistas à renegociação de Gibraltar (cedido por tratado à Inglaterra no século XVIII), passou a uma conduta mais “compreensiva” e sensível às reivindicações intra-africanas, dada, também, a pouca importância econômica de suas colônias; para Portugal, entretanto, a descolonização não era uma opção, pois o país não possuía a importância e a estrutura necessárias para aspirar ao neocolonialismo ou a quaisquer outras formas que mantivessem vantajosos seus negócios no continente africano (como ocorreu com as colônias francesas, britânicas e belgas), mantendo inalteradas suas relações coloniais.²⁷²

O texto da RPEI também denunciou o apoio dado por Portugal à minoria branca no conflito então estabelecido na Rodésia do Sul e, conseqüentemente, o perigo de tal conduta para o Brasil, no âmbito das relações estabelecidas com o governo de Salazar: “Para o leitor, nada mais há que elaborar, tão graves são as conseqüências disso para a nossa democracia racial (que os lusófilos acham que se deve aos portugueses, que a ciência mostra que se ergueu malgrado eles)”.²⁷³

A revista lançou mão da mesma estratégia da RCB quanto à formulação de questionários, remetidos a personalidades políticas e culturais. Também no número 3, foram publicadas as respostas do embaixador do Senegal, Henri A. Senghor, a um questionário enviado pela revista, cujas questões tratavam das instituições políticas internas do país, das características do “seu regime socialista”, e dos possíveis intercâmbios e acordos comerciais (como país não alinhado).²⁷⁴ No mesmo número, a RPEI também publicou uma entrevista com o professor Marvin Harris, da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, feita pelo periódico durante sua visita ao Brasil, sobre a criação de uma “Comunidade Luso-Brasileira”, proposta pelo ministro português dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, “bem vista” pelo governo brasileiro e veementemente questionada pelos membros da revista. Segundo o professor, Portugal estaria tentando “transferir” os problemas de pelo menos três conflitos armados em suas colônias (na Guiné, em Angola e Moçambique), além de não haver grandes possibilidades de vantagens econômicas para o Brasil, à medida que as economias dos

272 RPEI, n. 3, janeiro/1966, p. 3-7.

273 Idem, p. 7.

274 RPEI, n. 3, janeiro/1966, p. 172-190.

territórios portugueses eram parecidas e representavam concorrência, e não complementaridade.²⁷⁵

A RPEI também publicou a transcrição de uma mesa-redonda por ela organizada, intitulada “O Brasil e a América Latina na atual conjuntura mundial”²⁷⁶, da qual participaram Jayme Azevedo Rodrigues como mediador, Luciano Martins como relator, e Barbosa Lima Sobrinho, Valério Konder e Antônio Houaiss como debatedores. Para a organização do encontro, foi enviado antecipadamente aos participantes um roteiro, escrito por Luciano Martins, no qual ele procedeu numa longa revisão sobre as diferentes fases do conflito entre Estados Unidos e União Soviética, a fim de fundamentar suas questões gerais. O autor propôs a expressão “*entente cordiale*” para designar aquilo que percebia como um novo cenário no desenvolvimento da Guerra Fria, marcado pela reconfiguração da “geometria” internacional, na qual as superpotências teriam adotado uma política de reconhecimento das zonas de influência já delimitadas até ali (a resolução da crise dos mísseis de 1962 seria prova disso), além de terem surgido “fissuras” em ambos os blocos (com o desenvolvimento do modelo chinês de socialismo e da liderança francesa no Mercado Comum Europeu). Os debatedores foram convidados, assim, a posicionarem-se sobre a existência desse novo cenário (e sobre os limites táticos e estratégicos da nova posição soviética e norte-americana), sobre as possibilidades de concretização da intenção da França e da China em assumirem posições independentes dentro da esfera de poder de cada uma das superpotências, e sobre as perspectivas trazidas com a nova configuração internacional para os países subdesenvolvidos, em especial o Brasil.

O formato e o tema do debate promovido pela RPEI demonstram o esforço de seus intelectuais em formalizar um espaço autorizado de discussão, no qual cada um desempenhou posição como especialista, e em intervir sobre a realidade, a partir da formulação de esquemas explicativos para um cenário internacional visto como em transformação e de suas perspectivas. A longa transcrição do resultado da iniciativa indica, também, a diversidade de posicionamentos teóricos e políticos presente entre o grupo formado pela revista.

A RPEI manifestou especial interesse em publicar resenhas completas de revistas especializadas, como a *Fôro Internacional* (editada pelo Colegio del México), *Journal of*

275 RPEI, n. 3, janeiro/1966, p. 200-201.

276 RPEI, n. 2, agosto/1965, p. 159-209.

Inter-American Studies (da Universidade de Miami), *Revista Interamericana de Economía* (da própria OEA), *Annals of the American Academy of Political and Social Science* e *Política Internacional* (editada na Iugoslávia). Além disso, reservou amplo espaço para a reprodução de documentos, como resoluções, tratados.

2.4 A Revista e a Editora Paz e Terra (1966-1969)

2.4.1 Formação e proposta

Ao contrário da RCB e da RPEI, cujos membros já circulavam por espaços e instituições comuns desde a década de 1950, o surgimento da *Revista* e da Editora *Paz e Terra* representou um encontro novo, viabilizado tanto pelo “clima” de cooperação intelectual estabelecido, quanto pela habilidade de Ênio Silveira em perceber um nicho editorial em potencial, o de autores “cristãos de esquerda”, conforme identificou Moacyr Félix. Sua criação revela aspectos importantes da dinâmica estabelecida entre diferentes grupos intelectuais após o golpe de Estado, à medida que a revista uniu intelectuais e propostas até então afastados entre si.

A ideia de criação da RPT surgiu nos grupos ligados a Waldo Aranha César, leigo luterano, que situou a revista dentro de uma proposta editorial ampla de divulgação de obras de “perspectiva cristã” (incluindo livros), que desse continuidade ao debate ecumênico já estabelecido desde a década de 1950 (referido no primeiro capítulo), a exemplo de publicações anteriormente organizadas por instituições protestantes e que acabaram inviabilizadas mesmo antes de 1964. Com esse objetivo, César afirmou ter procurado Ênio Silveira que, não só acolheu a proposta, como sugeriu a criação de uma nova editora:

Tentávamos superar a falta de apoio de uma instituição da Igreja – e o vazio deixado pelo programa anterior – com um projeto para publicação de livros e artigos que analisassem a problemática social a partir de uma perspectiva cristã. Para isso, precisávamos de uma editora capaz de enfrentar a crescente pressão militar e o reacionarismo de setores civis comprometidos com a ditadura. A proposta de Ênio foi rápida e prática: fundar uma editora ecumênica. E assim surgiu a Editora Paz e Terra, nome evidentemente inspirado na encíclica de João XXIII, “Pacem in Terris”, já então motivo de polêmica nos mesmos círculos conservadores, tanto da Igreja quanto de círculos políticos.²⁷⁷

277 CÉSAR, Waldo A. “Uma vocação ecumênica”. In: FÉLIX, Moacyr (Org.). **Ênio Silveira**: arquiteto de

[O Ênio Silveira] ficou encantado com a ideia e nos mandou procurar o Moacyr Félix, que trabalhava com ele, e que vibrou com a ideia. Fizemos um projeto e dissemos a ele que deveríamos ter nomes de peso da Igreja Católica e do mundo secular, para que ninguém metesse a mão na revista. Com nomes como Alceu Amoroso Lima e D. Helder Câmara, esquerda lúcida e combatente, [a censura] não barraria a revista tão facilmente.²⁷⁸

O depoimento de Waldo César reforça a relevância intelectual e empresarial da ECB no período. A preocupação sempre repetida por Ênio Silveira, de forjar para a editora um perfil “acima de sectarismos”, refletiu-se na imagem que a ECB projetava em espaços intelectuais mais afastados, sendo capaz de atrair grupos novos e, conseqüentemente, de ampliar seu alcance. De fato, a proposta de César representava a possibilidade de estabelecer um intercâmbio com intelectuais cristãos de renome no Brasil e no exterior (vinculando também a ECB a uma demanda já minimamente consolidada por publicações de perspectiva cristã), e de agregar mais um recurso de autoridade ao grupo de Ênio, que passou também a identificar-se com um “corpo de especialistas religiosos”, socialmente reconhecidos como detentores de competência específica, capazes de conferir um tipo distinto de consagração ao trabalho da editora.

Moacyr Félix, também comentando o encontro formalizado por meio da *Paz e Terra* e a aproximação da ECB com círculos religiosos, apesar do “bem-humorado ateísmo”²⁷⁹ de Ênio, indicou os elementos comuns do diálogo, marcadamente amplo, e revelou o clima de cooperação existente entre diferentes grupos no período. Para ele, a colaboração entre marxistas e cristãos não significava o “escamoteamento” das diferenças de ordem filosófica ou das “visões de mundo” de cada grupo, e sim a superação de “intolerâncias teóricas” por meio do confronto leal e franco, pois o objetivo da luta era o mesmo, a “edificação de um mundo mais justo”.²⁸⁰ Havia um amplo espaço a ser explorado:

Tivemos que fazer, porque eles, cristãos de esquerda, queriam ter uma série de ideia deles. A revista *Civilização Brasileira* ficou muito marcada como socialista, aberta, mas dentro de uma linha materialista. Nós queríamos mostrar que colaborávamos também com eles, dentro de qualquer linha de humanismo. Lutou pela liberdade, pela humanização da vida, contra a alienação, tem consciência de que este mundo está desumanizado, quer um

liberdades. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998. p. 414.

278 CÉSAR, Waldo. Entrevista realizada no Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1997 por Magali Cunha do Nascimento. *Apud*: CUNHA, Magali do Nascimento. “O passado nunca está morto”. Um tributo a Waldo César e sua contribuição ao movimento ecumênico brasileiro. *In: Revista Estudos de Religião*, Ano XXI, n. 33, julho/dezembro de 2007. p. 154.

279 CÉSAR, Waldo A. *In*: FÉLIX, p. 416.

280 RCB, n. 21-22, março-abril/1968. p. 275.

mundo qualitativamente transformado num mundo melhor? Estamos de acordo, vamos expor suas teorias.²⁸¹

A proposta de César levou Ênio Silveira a fundar a Editora Paz e Terra (EPT), em 1966, separada legalmente da Civilização Brasileira, que ficou encarregada apenas da parte de distribuição da nova empresa. A Editora Paz e Terra funcionava no número 156 da avenida Rio Branco, endereço também utilizado pela Civilização Brasileira depois do incêndio na rua 7 de setembro, em 1970. A estrutura da ECB e as relações de Waldo César e do Conselho de Redação da *Paz e Terra* com cenários intelectuais ecumênicos foram fundamentais para a viabilidade e sucesso das iniciativas. A rápida acolhida que a ideia de César teve na ECB indica a clara percepção, por parte de Ênio Silveira, da oportunidade que se abria e do que isso representava num momento em que aumentavam as medidas judiciais e policiais contra a Civilização e seu grupo. Já em 1968, quando a EPT tornou-se uma sociedade anônima (a esposa de Ênio, Cléo Marcondes Silveira, passou a ser acionista majoritária), a empresa publicou dezesseis títulos e, em 1969, foram vinte e cinco²⁸², o que indica que a editora conseguiu expandir suas atividades mesmo depois do AI-5.

A Editora Paz e Terra se especializou, em pouco tempo, em traduções de livros de teólogos “progressistas” e filósofos europeus e norte-americanos, e em abordagens diversificadas de intelectuais brasileiros (mais divulgados, porém, pela RPT). Através dos títulos publicados entre 1966 e 1969, que tiveram anúncios publicitários veiculados na RCB, RPEI e RPT, é possível perceber algumas das tendências e das disputas existentes nos cenários cristãos, no Brasil e no mundo, marcados, desde a década de 1950, pela disposição à cooperação entre as diversas denominações protestantes (e, a partir do Concílio Vaticano II, em 1962, entre elas e a católica) e pelo esforço de intelectuais para aproximar suas igrejas das grandes questões do mundo secular, e do marxismo (para o qual surgiam novas leituras). Os próprios *slogans* da empresa refletiam essas tendências: “Uma editora a serviço do encontro e do diálogo”. Por vezes, “encontro” e “diálogo” eram substituídos por “ecumenismo” e “humanismo” ou, ainda, por “diálogo humanista”.

Essa movimentação refletiu-se nas temáticas e obras exploradas pela EPT, que fazia a publicidade de seus livros mantendo com o tom provocativo (para o governo e para os leitores) utilizado pela Civilização. Um primeiro conjunto de obras que pode ser destacado

281 FÉLIX, Moacyr. *In*: RIDENTI, p. 134.

282 HALLEWELL, p. 484.

abordava as aproximações possíveis entre o cristianismo e o marxismo (o “diálogo do nosso tempo”, segundo anúncio da EPT), e que teve destaque. Explorando as traduções, a empresa divulgou seus livros com pequenas apresentações, que são indicativas do esforço ali empreendido:

Diálogo posto à prova, de Mario Gozzini e outros (1968). “Por que o diálogo do nosso tempo é o do cristianismo com o marxismo? Podem católicos e marxistas conviver e lutar lado a lado pela construção de uma sociedade mais justa? A resposta a este pergunta crucial do mundo de hoje está no livro DIÁLOGO POSTO A PROVA. Um dos mais aprofundados debates entre comunistas e católicos na busca de uma eventual coincidência a respeito do homem.”²⁸³

Socialismo e cristianismo, de Jean Cardonnel e outros (1967). “SOCIALISMO E CRISTIANISMO, obra em que quatro padres franciscanos e um dominicano questionam e refletem sobre a atuação dos cristãos em face das atuais formas históricas de socialismo.”²⁸⁴

Cristianismo e marxismo, de James Klugmann e outros (1969). “Pensadores marxistas e cristãos ingleses discutem as formas e os modos de atuar o diálogo visando à edificação de um mundo melhor.”²⁸⁵

O filósofo católico francês Roger Garaudy teve dois livros publicados pela EPT, no período, que receberam destaque: **Do anátema ao diálogo**, de 1966,

“Um dos mais lúcidos ensaios do autorizado filósofo marxista, propondo um diálogo entre as correntes de pensamento que interpretam de modo diferente a História, mas se projetam com igual intensidade no esforço de fazê-la mais humana e mais justa.”²⁸⁶,

e **Marxismo do século XX**, de 1967, “um livro polêmico e inovador, crítico e autocrítico, indispensável ao conhecimento do que há de mais avançado no pensamento de esquerda na atualidade”.²⁸⁷ Diversas outras traduções de obras de “humanistas cristãos”, como anunciava a própria empresa, foram publicadas, com discussões sobre a “ética no mundo atual”, a “ideia cristã de pessoa” e o problema do “engajamento cristão”.²⁸⁸

283 RPT, n. 7, abril/1968, p. 286.

284 RCB, n. 16, novembro-dezembro./1967, p. 280.

285 RPT, n. 9, outubro/1969, p. 44. Também foram lançados: NIEBUHR, Richard. **Cristo e cultura**, 1967; COTTIER, G. o.p. **Cristãos e marxistas**, 1968; DESROCHE, Henri. **O marxismo e as religiões**, 1968.

286 RPT, n. 3, S/D, verso da capa.

287 RPT, n. 10, dezembro/1969, p. 278. Ver anúncio original no Anexo 9.

288 TILLICH, Paul. **A coragem de ser**, 1967; FOUGEYROLLAS, Pierre. **A filosofia em questão**, 1967; LANDSBERG, Paul-Louis. **O sentido da ação**, 1967; MOIX, Candice. **O pensamento de Emmanuel Mounier**, 1968; CANTONI, Remo. **A vida cotidiana**, 1968; ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século**, 1968; LEWIS, John. **O homem e a evolução**, 1968; VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**, 1968; BLACKMAN, H. J. et al. **Objecções ao humanismo**, 1969; DELLA VOLPE, E. et al. **Moral e sociedade**, 1969.

Do filósofo judeu francês Lucien Goldmann foram publicadas três obras em 1967 – **Dialética e cultura**, **A origem da dialética** e **Sociologia do romance** –, que representavam um “marxismo aberto”, revisado em seu potencial metodológico na filosofia e na crítica literária, menos comprometido com as “velhas fórmulas dogmáticas” propostas nos esquemas interpretativos dos partidos comunistas de influência soviética. À “renovação” do marxismo também foram incluídos alguns autores influenciados pelo existencialismo.²⁸⁹ Em 1969, a EPT juntou-se à iniciativa da Civilização de tradução de obras “clássicas do socialismo”, com a publicação de **Moral e revolução**, de Leon Trotski.

Outra temática explorada pela editora envolveu livros polêmicos, muitos deles contendo fortes questionamentos à Igreja Católica, que já haviam se tornado sucessos editoriais em outros países. Duas dessas obras representaram a divulgação, no Brasil, da chamada teologia da “morte de Deus”, ou “teologia radical”, surgida na década de 1960, entre protestantes norte-americanos, e que expressava, em linhas gerais, a ideia da decadência das formas históricas do cristianismo ocidental, “morto” pela próprias igrejas.²⁹⁰ A divulgação desses livros, além de representar possibilidades de grande vendagem, cumpria outra função importante, que era a de reabilitar a validade da “ética cristã” fundamental, afastada da “velha ordem” e de sua inoperância frente aos problemas do mundo, e com a qual estavam abertas possibilidades de diálogo. Por serem escritos por leigos protestantes e por membros do próprio clero católico, os livros representavam “críticas autorizadas”, que convocavam à tarefa de resgatar o valor essencial do cristianismo como “ideologia dos pobres”, dissociando-o das doutrinas e ações oficiais das igrejas:

A Igreja, o fascismo e a guerra, de Primo Mazzolari (1966). “Um livro para ser lido pelos que não estão “doentes de nominalismo e de conservadorismo”; o trabalho de um sacerdote que procura não confundir a Igreja com os elementos mais reacionários do nosso tempo.”²⁹¹

A morte de Deus, de Thomas J. J. Altizer e William Hamilton (1967). “Sucesso editorial em outros países, este livro vem provocando polêmicas e controvérsias, por causa da audácia de suas teses contrárias aos que

289 BEAUVOIR, Simone de. **O pensamento de direita, hoje**, 1967; LACROIX, Jean. **Marxismo, existencialismo e personalismo**, 1967; SARTRE, Jean-Paul. **O fantasma de Stalin**, 1967.

290 “A massa da produção teológica desse período, tanto protestante como católica, procura mostrar que num mundo secularizado e aberto a mudanças, uma vez que destruído pela guerra, era necessário buscar novas formas de religião ou até mesmo superar a religião. A teologia radical, ou da morte de Deus, por certo não era ateia, mas tinha implícita a ideia de que o Deus da tradição havia ‘morrido na cultura’. As igrejas o haviam enterrado com suas fórmulas antiquadas e emperradas.” MENDONÇA, Antonio Gouvêa. “O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas”. *In: Revista USP*, São Paulo, n.67, setembro-novembro/2005, p. 63.

291 RPT, n. 3, S/D, verso da capa.

defendem ‘o nome’ de Deus e desrespeitam, na prática, o amor e a fraternidade.”²⁹²

Igreja, túmulo de Deus, de Robert Adolfs (1968). “Livro polêmico, no qual um famoso bispo católico das Holanda reclama uma Igreja nova, despida dos velhos preconceitos.”²⁹³

Cristo e política, de Oscar Cullman (1968). “CRISTO CONTRA OS TIRANOS. Um quadro vivo da realidade político-social da época de Cristo. A atitude de Jesus frente ao Império Romano e às condições injustas da vida na Palestina de seu tempo. Livro de grande atualidade, pois leva à meditação num momento em que outras forças de domínio e de escravidão ameaçam o mundo, e quando a Igreja se sente novamente a sua responsabilidade desafiada.”²⁹⁴

O futuro do cristianismo católico, de Michael de la Bedoyere (1969). “Obra de notável repercussão, reúne ensaios polêmicos sobre problemas sociais, filosóficos e políticos relacionados com a Igreja Católica.”²⁹⁵

A editora anunciou ao “público interessado em problemas sociais”, no primeiro número da RPT, seu “entendimento” com os organizadores da Conferência Mundial sobre Igreja e Sociedade, realizada em julho de 1966, em Genebra, para a tradução e publicação dos quatro documentos fundamentais do encontro (Ética Social Cristã num mundo em transformação, Governo Responsável numa Era Revolucionária e Homem na Comunidade), indicando a mesma disposição ao intercâmbio praticada pela ECB. A EPT também foi pioneira na publicação de algumas obras que fundamentariam a chamada Teologia da Libertação, no Brasil, como **Educação como prática de liberdade**, em 1967, e **Pedagogia do oprimido**, em 1970, ambas escritas por Paulo Freire:

Que pensar de uma educação que admite o escândalo de um povo marginalizado e imerso na passividade? [...] Paulo Freire, em nome de uma educação orientada para a autenticidade, propõe condições e métodos para que ninguém seja mais excluído ou posto à margem da vida nacional. O que deve ser superado é o discurso vazio e o verbalismo vazio sobre a educação.²⁹⁶

Educação e revolução, de Lucio Lombardo Radice, editado em 1968, oferecia uma “visão marxista do chamado conflito de gerações”, e também recebeu destaque publicitário: “Você acha que tem sempre razão só porque é o pai?”²⁹⁷ Outros autores brasileiros, mais ligados aos grupos de Ênio Silveira (alguns eram egressos do ISEB), também foram

292 Idem.

293 Idem.

294 RPT, n. 6, abril/1968, p. 34. Grifos no original. Ver anúncio original no Anexo 10.

295 RCB, n. 21-22, setembro-dezembro/1968. p. 222.

296 RPT, n. 5, outubro/1967, p. 146.

297 RPT, n. 9, verso da capa.

publicados, como Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, Carlos Nelson Coutinho e Alberto Passos Guimarães.²⁹⁸ Também houve espaço para a divulgação de autores latino-americanos²⁹⁹, embora em menor escala.

A Guerra do Vietnã foi temática também privilegiada pela EPT.³⁰⁰ Um livro em especial ganhou grande destaque publicitário: **Crimes de guerra no Vietnã**, de Bertrand Russell, lançado em 1968.

PAZ E TERRA prosseguindo em sua linha de lançamentos a serviço do ecumenismo e do humanismo, entrega ao leitor brasileiro CRIMES DE GUERRA NO VIETNÃ de Bertrand Russell. Escrita para a paz e contra a guerra, esta obra nos esclarece dramaticamente sobre o mais brutal e mais desumano episódio desta metade do século.³⁰¹

Iluminado pela coragem lúcida de Bertrand Russell, este livro coloca diante da nossa consciência um dos momentos históricos que mais desonram a existência humana do século XX. Escritores, cientistas, filósofos, artistas, estudantes profissionais de todas as categorias, homens de correntes políticas e de países os mais diversos, sacerdotes, personalidades eminentes, guias de religiões, chefes de Estado levantam-se em formação cada vez maior de um coro universal a exigir o término deste episódio que borra de sangue e de vergonha o sentimento de mundo dos homens de hoje.³⁰²

O livro de Russell, matemático e filósofo britânico (ganhador do prêmio Nobel de Literatura em 1950), foi resultado de uma ampla mobilização intelectual contra a guerra, que se identificava diretamente com o trabalho dos intelectuais brasileiros reunidos pela ECB e EPT. Desde o início da década de 1960, Russell havia começado a coletar informações sobre aquilo que referia como “crimes” cometidos pelos norte-americanos. Com patrocínio da *Peace Foundation* (Fundação da Paz, em tradução livre), por ele mesmo criada, foram enviados, em 1964, observadores ao Vietnã, e, com base no material coletado, foram lançadas, em 1966, duas iniciativas: a Campanha da Solidariedade (que reuniu grupos na denúncia da guerra como uma “agressão flagrante da nação mais forte contra camponeses”), e o Tribunal Internacional de Crimes de Guerra (a fim de conduzir investigações e ouvir relatos

298 COUTINHO, Carlos Nelson. **Literatura e humanismo**, 1967; GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**, 1968; PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**, 1969; JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**, 1969.

299 RODRIGUES, Miguel Urbano. **Opções da revolução na América Latina**, 1968; TELLA, Torcuato Di. **Para uma política latino-americana**, 1969; ASTRADA, Carlos. **Trabalho e alienação**, 1968; WIONCZEK, Miguel S. **A integração latino-americana e a política econômica dos Estados Unidos**, 1969;

300 HANH, Thich Nhat. **Vietnã: flor de lótus em mar de fogo**, 1966; DRAPER, Theodore. **O abuso da força**, 1967; MARCUSE, Herbert. **O fim da utopia**, 1969.

301 RPT, n. 3, S/D, p. 98. Grifos no original. Ver anúncio original no Anexo 11.

302 RPT, n. 5, outubro/1967, p. 146.

de evidências de crimes do governo norte-americano e de sua política externa no Vietnã).³⁰³

A ECB já havia publicado, em 1967, a **Autobiografia de Bertrand Russell**, e, em 1969, editaria **Delineamentos da filosofia**. No número 7 da *Revista Paz e Terra*, de abril de 1968, foi publicada a Carta Aberta de Bertrand Russell aos norte-americanos, divulgada alguns dias antes do início das sessões do tribunal internacional. Note-se, ainda, que o livro *War Crimes in Vietnam* foi editado, no Reino Unido, em 1967, pela George Allen & Unwin, do editor Rayner Unwin. Em 1970 (como se verá no terceiro capítulo), ele denunciou, por meio da imprensa britânica, uma das prisões de Ênio Silveira no Brasil.

À *Revista Paz e Terra* foram dadas as mesmas características editoriais da EPT. O primeiro número saiu em julho de 1966 e, em primeiro de agosto, houve o lançamento oficial por meio dos “Encontros com a Civilização Brasileira”. Teve dez edições regulares até dezembro de 1969, sendo a única revista ainda mantida ao longo desse ano. Era também impressa na Gráfica Lux, no Rio de Janeiro, com proposta de periodicidade bimestral. Em anúncio na RCB, a *Paz e Terra* indicava quem seriam seus leitores potenciais:

Qualquer que seja a sua crença, se você luta ao lado dos que desejam um mundo melhor, PAZ E TERRA é a sua revista. Se v. é um cristão que busca o diálogo com os tempos modernos, PAZ E TERRA é a sua revista. Se v. quer entre os brasileiros uma fraternidade atuante, no espírito do II Concílio Ecumênico, PAZ E TERRA é a sua revista. Procure-a nas boas livrarias.³⁰⁴

Os leitores da REVISTA CIVILIZAÇÃO BASILEIRA passam a dispor de mais um veículo independente, estimulante e democrático para o debate dos problemas que afetam a existência do homem nesta conturbada época que vivemos: PAZ E TERRA, uma revista dedicada ao encontro e ao diálogo humanista.³⁰⁵

303 Ver: GIBBONS, William Conrad. **U.S. Government And The Vietnam War**. Executive And Legislative Roles And Relationships. Princeton/NJ: Princeton University Press, 1995. p. 431-433. Vinte e um intelectuais (entre escritores, professores universitários de diferentes áreas, políticos, advogados, editores etc. de dezoito países) aderiram ao trabalhos do Tribunal, realizados entre 1966 e 1967 na Suécia e na Dinamarca, entre eles Jean-Paul Sartre (que se tornou presidente-executivo) e Simone de Beauvoir. O próprio presidente Lyndon Johnson foi convidado, por carta de Russell, para assistir às reuniões. Pela participação de renomados intelectuais (que contavam com o aporte financeiro da fundação de Russell), o Tribunal foi visto como uma ameaça pelo governo norte-americano, que criou um comitê composto por membros de diferentes agências para lidar com a questão. As atividades desse comitê concentraram-se em ações que contribuíssem para o descrédito da atuação dos intelectuais e de seu tribunal, pois medidas legais contra o grupo (com base na “difamação” a oficiais norte-americanos) foram desaconselhadas pelo Departamento de Estado. Na década de 1970, o Tribunal se reuniu mais três vezes, nas cidades de Roma e Bruxelas, com a participação de diversos latino-americanos, como Lázaro Cárdenas e Júlio Cortázar, e o sociólogo brasileiro Josué de Castro, membro do conselho consultivo da Revista Política Externa Independente.

304 RCB, n. 8, julho/1966, verso da contracapa. Grifos no original. Ver anúncio original no Anexo 12.

305 RCB, n. 8, julho/1966. p. 34. Grifos no original.

O pequeno texto de apresentação do periódico, no primeiro número, definiu seu caráter ecumênico, “não dogmático” e apartidário, diferenças a serem superadas por meio do diálogo que propunha a divulgar, ancorado sobre os valores de “dignidade humana”, “justiça social”, “liberdade” e “solidariedade”. A RPT reunia, assim, “os humanismos, as igrejas e os diálogos dos homens de boa vontade”³⁰⁶, que assumiriam o papel de protagonistas da transformação de realidades de miséria e de guerra que não podiam ser ignoradas. Fica expressa, na apresentação da RPT, a mesma ideia de “crise” e de urgência presentes nas apresentações da RCB e RPEI, embora não em relação, diretamente, ao impasse militar brasileiro. Para os intelectuais reunidos pela Paz e Terra, tratava-se de um período de crise em escala planetária, causadas pelo próprio desenvolvimento tecnológico alcançado pela humanidade, que se, por um lado, garantiu condições de dominação ampla da natureza (criando uma abundância material sem precedentes), por outro, revelou a miséria de milhões de pessoas, em estado de “desnecessária marginalidade”. A urgência vinha, assim, da necessidade de equacionar um mundo em rápida transformação, capaz de oferecer os “bens indispensáveis a uma vida humana” a todos, mas que despendia seus recursos com a “corrida armamentista e o ódio destruidor”.

Ainda no texto de apresentação, ficou expressa a noção de “ecumenismo” adotada pela revista, tomada em seu “sentido original”, o de “mundo habitado, o que quer dizer a casa, o campo, a cidade, a família, a economia, a política”³⁰⁷, indicando, sobretudo, a amplitude de temas e preocupações dos quais se encarregaria o periódico. Segundo Waldo César, a revista desenvolveu o que se poderia denominar de “ecumenismo secular”: “Seu corpo de redação era formado por protestantes (maioria), católicos e não cristãos, com análises pontuais sobre o Brasil e a realidade internacional, levando-nos a cruzar, por vezes com assombro, essas ‘paragens não eclesiásticas’ (expressão de Gustavo Gutiérrez)”³⁰⁸.

O título da revista também serviu de temática para seis textos de abertura às edições, destinados a colaboradores para que manifestassem seu entendimento sobre as duas expressões. Moacyr Félix, autor do primeiro desses textos, optou por construir uma vigorosa crítica ao papel desempenhado tradicionalmente pelas religiões em geral, além de demarcar, de forma clara, os limites daquilo que seria aceito e divulgado, ou não, pela revista. Marcando

306 RPT, n. 1, julho/1966, p. 4. Grifos no original.

307 Idem, p. 3.

308 CÉSAR, Waldo. Entrevista realizada no Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1997 por Magali Cunha. *Apud*: CUNHA, p. 155.

posição quanto ao que entendia pela expressão “homens de boa vontade”, contida na apresentação da revista, Félix afirmava:

Boa vontade, portanto, que não se identifica com a maciez dos sofás em que se deita a *conscience malheureuse* dos conservadores, ou seja, dos que sabem que apenas eles lucram deixando as coisas como estão, para derrubar sobre as dores do tempo as suas secas ou ácidas definições de moral e de justiça, de equilíbrio ou de bom senso.³⁰⁹

A “boa vontade”, continuou Félix, não era a fácil tarefa de formulação maniqueísta de “listas de bem e de mal, de pecadores e de puros”, ou ainda, o silêncio sobre os fatos concretos que assolavam a realidade brasileira e mundial, e que agrediam constantemente os “princípios humanísticos” definidores da própria existência de credos e ideologias:

Por isto, seria difícil acreditarmos na eficiência ou na vontade de amor que se quis amor, na ânsia de liberdade que se quis livre, dos movimentos de paz que não especificam as fontes de agressão, que não examinam as suas causas ou denunciam os seus objetivos, que não forneçam os dados aptos a formar uma consciência capaz de, por compreender essas fontes, derrotá-las, de derrotá-las porque as pode retratar em toda a sua dimensão de desumanidade e retrocesso.³¹⁰

Embora sem se referir a qualquer religião ou instituição específica, o autor identificou na inércia e na “esterilidade circular” de pensamentos preestabelecidos que já não atendiam à compreensão e à intervenção sobre a realidade, aquilo que não seria aceito pela revista, ao mesmo tempo em que salientou a validade do amplo “respeito recíproco” entre os vários prismas de análise, fundamentados na ideia geral de “justiça social”. A eficiência do trabalho a ser desenvolvido estava justamente amparada no exercício de “duvidar, criticar, questionar, discernir, concordar, compreender e agir”:

Estas são algumas das motivações, meu caro leitor, que explicam nosso estar em mais esta revista, como um poeta que se preocupa com o seu tempo, para compreender, sem preconceitos e ideias feitas, o mundo que nos cerca e o homem que dentro dele luta para alcançar em toda a plenitude a Liberdade ou o Amor.³¹¹

O trabalho na EPT tinha a interferência direta de Ênio Silveira, que “participava dos debates e seleção dos livros da nova editora, coordenada e dirigida por Moacyr Félix”.³¹² A direção da *Revista Paz e Terra*, entretanto, ficou a cargo de Waldo César até o penúltimo

309 Idem, p. 5.

310 Idem, p. 6.

311 Idem, p. 10.

312 CÉSAR, Waldo A. In: FÉLIX, p. 416.

número, e Félix atuou como secretário (e como diretor da última edição). Mas a mesma regularidade não aconteceu com a periodicidade, havendo a interrupção da publicação por mais de um ano, conforme demonstra o quadro a seguir.

NÚMERO	DATA	DIRETOR RESPONSÁVEL	SECRETÁRIO/REDATOR-CHEFE**
1	Julho – 1966	Waldo A. César (1923-2007)	Moacyr Felix (1926-2005)
2	Setembro – 1966	Waldo A. César	Moacyr Felix
3	Sem data publicada	Waldo A. César	Moacyr Felix
4	Agosto – 1967	Waldo A. César	Moacyr Felix
5	Outubro – 1967	Waldo A. César	Moacyr Felix
6	Abril – 1968	Waldo A. César	Moacyr Felix
7*	Abril – 1968	Waldo A. César	Moacyr Felix
8	Setembro – 1968	Waldo A. César	Moacyr Felix
9	Outubro – 1969	Waldo A. César	Moacyr Felix
10	Dezembro – 1969	Moacyr Felix	Fausto da Cunha

* O número indicado na parte interna da edição é o 6, embora o 7 esteja impresso na capa. Parece ter havido a utilização incorreta da data da edição anterior.

** A expressão “redator-chefe” aparece apenas no número 10.

QUADRO 6 – Edições da *Revista Paz e Terra*

A trajetória intelectual de Waldo Aranha César é significativa da movimentação ecumênica estabelecida a partir da década de 1950 no Brasil (e que atingiu seu auge ainda na primeira metade da década de 1960), da qual a *Paz e Terra* foi tributária. Ele foi apresentado da seguinte maneira no primeiro número da revista: “Graduado pelo *Ecumenical Institute* do Conselho Mundial de Igrejas, Secretário-Adjunto da Junta Latino-Americana de Igreja e Sociedade. Do corpo de redação da revista ‘Cristianismo y Sociedad’ (Uruguai)”.³¹³ Note-se que a revista adotou, desde o primeiro número, a estratégia de sempre apresentar ao leitor quem publicava (também presente na RCB a partir do número 13, como já referido), destacando, sobretudo, suas formações acadêmicas, profissões, vinculações institucionais e obras publicadas.

313 RPT, n. 1, julho de 1966, p. 243.

De fato, o diretor da revista possuía uma longa e importante inserção nos meios protestantes progressistas nacionais e internacionais. Filho de presbiterianos, foi aluno do Seminário Presbiteriano do Sul (em Campinas), e do reverendo presbiteriano norte-americano Richard Shaull, cujo nome constava da lista de correspondentes internacionais da RPT, publicada nos primeiros números. César era membro atuante da Confederação Evangélica do Brasil, referida no primeiro capítulo, responsável pela tentativa de união entre as igrejas protestantes no Brasil, a partir de prerrogativas abertamente ecumênicas, e organizou, juntamente com Shaull, o Setor de Responsabilidade Social da Igreja, também já referido. César comentou o afastamento dessas atividades:

O programa Igreja e Sociedade foi encerrado pela CEB com minha demissão sumária (e de outros executivos) dois ou três meses antes do golpe militar, para nosso espanto. Outras portas, no entanto, se abriram, então com maior liberdade de ação. Uma delas, talvez a mais expressiva, foi a criação da revista Paz e Terra (tiragem bimestral de 10 mil exemplares, 300 páginas), da qual fui diretor-responsável desde a fundação, em 1966, ao encerramento em 1968, com minha prisão pelos órgãos de segurança e declaração de inocência depois de anos de processo na Justiça Militar.³¹⁴

Ainda em 1964, estreitando relações com o Conselho Mundial de Igrejas, foi criado por César, também com o apoio de Richard Shaull, o Centro Evangélico de Informação (CEI, que teve o nome alterado para Centro Ecumênico de Informação), que passou a editar um boletim em 1965, financiado pelos seus participantes. O grupo estreitou relações com a Junta Latino-americana Igreja e Sociedade (ISAL), de Montevidéu, também com a participação de Shaull, a fim de realizar consultas, conferências e publicações (como a revista *Cristianismo y Sociedad*), voltadas à divulgação do movimento ecumênico.

Waldo César publicou dois textos na *Paz e Terra*. Já no primeiro número, num artigo intitulado “Os padres ‘rebeldes’ na Colômbia”, ele avaliou o caso de Camilo Torres e Martin Amaya, sacerdotes católicos cujo trabalho buscava a “reforma social, a partir de um conceito cristão de vida”³¹⁵ por meio de um “movimento de opinião” conduzido pelo jornal *Frente Unido*, por artigos publicados em outros meios e em conferências. Segundo César, a perseguição a que vinham sendo submetidos, da própria Igreja e da imprensa (pela “instabilidade social” que causavam), estava diretamente ligada ao “ecumenismo espontâneo”

314 CÉSAR, Waldo. “Sociólogo relembra a abertura dos evangélicos para a realidade social brasileira nos anos 60”. Revista Ultimato, n. 305, março 2007. Entrevista. Disponível em: <http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/305/sociologo-relembra-a-abertura-dos-evangelicos-para-a-realidade-social-brasileira-nos-anos-60>. Consulta em: 13/01/2011.

315 RPT, n. 1, julho/1966, p. 246.

conseguido pelos padres em seu trabalho em inúmeras comunidades que, em vez de encontros protocolares para discutir doutrinas e liturgias, unia naturalmente cristãos dispostos a equacionar os problemas comuns a todos. Seu segundo texto foi intitulado “Os cristãos na revolução tecnológica e social do nosso tempo: uma interpretação da Conferência Mundial de Igreja e Sociedade”. O encontro, realizado em julho de 1966, em Genebra, teve a presença de quatrocentos e dez delegados (de mais de oitenta países, entre os quais dezesseis eram brasileiros), e havia sido anunciado o intercâmbio para publicação das obras nele produzidas pela Editora Paz e Terra. César, que participou da conferência, optou por proceder num “resumo imperfeito”, voltado a três questões que considerou fundamentais: o novo significado do ecumenismo (“o serviço da Igreja não a si mesma, mas ao mundo no meio do qual se encontra”³¹⁶), a nova dimensão do diálogo (de abertura aos ateus, aos “marxistas e comunistas como pessoas e, portanto, a possível superação das hostilidades da guerra-fria”³¹⁷) e como as igrejas poderiam lutar pela transformação da sociedade, sobre o que César conclui (note-se que a expressão “Igreja” é utilizada não só para a Católica):

Parece que aí estão algumas indicações para a Igreja na América Latina e no Brasil. Sair de si mesma, tomar a sua cruz e encarnar-se na realidade social, política, econômica e cultural do nosso povo. Sua abalada força e tradição podem ainda se renovar, desde que ela esteja disposta a perder-se para que o povo se salve. A sua pesada estrutura, o seu institucionalismo e a sua burocracia, cuja manutenção ocupa e esgota inúmeros recursos e pessoas, serão inteiramente reformulados na medida em que a Igreja se volte para o mundo. E nisto o leigo poderá não só influir grandemente quanto reencontrar instrumentos de ação a favor do próximo. Afinal, é tempo. O profeta Isaías pintou a inutilidade dos atos religiosos perante a injustiça e o sofrimento do povo.³¹⁸

A saída de Waldo César da RPT, porém, foi anunciada no número 9, de outubro de 1969, por meio de uma pequena nota, que não mencionava especificamente suas razões:

Com este número termino minhas atividades como diretor desta revista. Deixo registrado meu reconhecimento a todos aqueles que confiaram e cooperaram com esta proveitosa experiência cultural e ecumênica – tanto os leitores quanto os membros do Conselho de Redação – e faço votos de que o debate aberto e honesto entre os homens de boa vontade continue a experiência destes anos.³¹⁹

316 RPT, n. 3, S/D, p. 177.

317 RPT, n. 3, S/D, p. 180

318 RPT, n. 3, S/D, p. 190.

319 RPT, n. 9, outubro/1969, p. 1.

Ainda na mesma nota, coube a Moacyr Félix comentar a saída de César e reafirmar a manutenção da publicação:

Circunstâncias de sua vida particular tornam impossível a nosso querido Waldo César continuar dando a esta revista a valiosa colaboração que nos prestou ao longo de quase três anos. Lastimando sua ausência, queremos apresentar-lhe de público os protestos sinceros do nosso reconhecimento, certos de que ele, no decurso de sua jornada intelectual, será sempre o mesmo batalhador corajoso pela compreensão entre os homens. De nossa parte, garantimos a continuidade dos propósitos que orientaram o surgimento dessa publicação, convencidos que estamos da necessidade cada vez mais premente do encontro e diálogo de todas as tendências do humanismo contemporâneo.³²⁰

Depois disso, porém, a revista teve apenas mais um número editado, dirigido por Félix (tendo como secretário o crítico e escritor Fausto Cunha), cuja organização se aproximou bastante do modelo utilizado pelos cadernos especiais da RCB (inclusive a capa, que foi reformulada). Embora não tenha ficado expresso na nota de desligamento publicada, o conjunto das medidas policiais e jurídicas levadas a cabo contra Waldo César parece ter sido determinante para o encerramento do seu trabalho na RPT. Ele já havia sido preso em fevereiro de 1967, quando teve sua casa invadida pelo DOPS (momento em que foram apreendidas, também, diversas obras) e ficou incomunicável por uma semana, não havendo, porém, violência física. Em 1968, ele foi acusado pela polícia do Exército de comandar um protesto da Associação de Estudantes Secundários: “[...] vieram me buscar de novo, mas eu dei o fora um dia antes. O primeiro foi o DOPS, mas o segundo era mais sério, era com o Exército. Eu fiquei fora do Rio dois meses e consegui escapar”.³²¹

Os nomes à frente do Conselho de Redação mantiveram-se praticamente inalterados ao longo dos números editados. Propondo um “ecumenismo secular”, nas palavras de Waldo César, o conselho de redação da RPT era composto por protestantes e católicos (leigos e clérigos) e por não cristãos, adequando-se a sua proposta de diálogo. Assim como na RCB, foram destacadas, no depoimento de César, as relações de amizade estabelecidas entre o grupo que se reuniu na *Paz e Terra*: “[...] ali a gente descobriu uma conexão que foi muito mais rica do que dentro da Igreja. Eu tive uma relação muito mais fraternal com esse grupo do que com aqueles velhos setores da Igreja [...]. Estávamos numa luta comum, pela justiça

320 RPT, n. 9, outubro/1969, p. 1.

321 CUNHA, p. 150.

social, reforma agrária”.³²² Até o número 9, de outubro de 1969, foram publicados os nomes conforme o quadro abaixo, que não se alteraram.

Conselho de Redação (publicado do n. 1 ao n. 9)	Número de artigos publicados nas revistas da ECB	Formação e atuação profissional até 1969
Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) ³²³ (1893-1983)	1 (RPT) 1 (RPEI)	“Um dos mais autorizados líderes do pensamento católico no Brasil. Foi professor catedrático de Literatura Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia e Letras e na Pontifícia Universidade Católica. Da direção do Centro Dom Vital. Foi representante do Brasil na UNESCO e diretor do Departamento Cultural da União Pan-americana. Autor, entre outros livros, de ‘Revolução, reação ou reforma’, ‘Humanismo ameaçado’, ‘Idade, sexo e tempo’, ‘Introdução à economia moderna’, ‘No limiar da idade nova’. ‘Política’, ‘A estética literária e o crítico’ e a série de ensaios críticos intitulada ‘Estudos’”. (RPT, n. 1, julho/1966, p. 11)
Alfredo Bosi (1936-...)	-	Formado em Letras pela Universidade de São Paulo, em 1960, estudou na Universidade de Florença, retornando em 1962 para assumir os cursos de língua e literatura italiana na USP. Publicou, em 1966, o livro Pré-Modernismo . ³²⁴
Antônio Otávio Cintra *	-	Bacharel em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em sociologia pela Facultad Latino-americana de Ciencias Sociales (FLACSO), no Chile, e professor do Departamento de Ciência Política da UFMG. ³²⁵
Bernardo Catão *	-	Frei dominicano. ³²⁶
Breno Schumann	-	Pastor luterano, publicou, em 1967, Lutero 450 anos depois , pela Editora Vozes, junto com Jerônimo Jerkovic. ³²⁷

322 CÉSAR, Waldo. In: CUNHA, 155.

323 Obras editadas pela ECB e/ou EPT: **Estudos** (Quinta Série), 1933; **Introdução à economia moderna**, 1933; **Indicações políticas da Revolução à Constituição**, 1936.

324 Biografias dos membros da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=81&sid=168>. Consulta em: 31/12/2009.

325 “Entrevista com José Murilo de Carvalho”. In: *Revista Estudos Históricos*, n. 22, 1988. p. 361-362. Cintra participou da primeira turma de brasileiros formada no Chile, com forte influência da ciência política norte-americana. O Departamento de Ciência Política da UFMG teve grande importância na institucionalização acadêmica da área no país, e foi o primeiro a receber verbas da Fundação Ford no Brasil, já em 1967. (Ver: FORJAZ, Maria Cecília Spina. “A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, São Paulo, Fevereiro, 1997. Publicado em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300007. Consulta em: 31/12/2009.

326 O nome do dominicano aparece citado no polêmico relatório do Projeto ORVIL (organizado pelo Centro de Informações do Exército a partir de 1986 com autorização do ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, parcialmente divulgado pela página do grupo “Terrorismo Nunca Mais”, em 2000, e disponibilizado, na íntegra, no sítio “A verdade sufocada”, ligado ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra), como sendo o responsável pela Casa da Ordem de Conceição do Araguaia, que teria sido utilizada pela ALN para esconder foragidos da justiça. Projeto ORVIL, p. 331, publicado em http://www.verdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf. Consulta em: 31/12/2009.

327 Ver: ZWETSCH, Roberto; WITT, O. **Irreverência, compromisso e liberdade**: o testemunho ecumênico do pastor Breno Schumann. São Leopoldo, Sinodal, 2004.

*		
Celso Ibson de Sylos (1928-1998)	-	Padre católico, responsável pelo jornal <i>Diário de Notícias</i> , de Ribeirão Preto, fechado em 1964 pela polícia militar. ³²⁸
Edgar de Godoy Mata Machado (1913-*)	1 (RPT)	Ex-seminarista católico, egresso da UDN, deputado federal pelo MDB de Minas Gerais, cassado em 1968. ³²⁹
Esdras Borges Costa *	-	Formado pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. ³³⁰
Francisco Guimarães *	-	Padre católico.
Francisco Whitaker Ferreira (1931-...)	-	Formado em Arquitetura e Urbanismo pela USP, atuou como diretor de planejamento da Superintendência da Reforma Agrária, até 1964 e, até 1966, foi conselheiro da CNBB, ano em que se exilou na França.
Glauco Soares de Lima (1934-...)	-	Reverendo anglicano.
Jânio de Freitas (1932-...)	-	Jornalista, trabalhou no <i>Correio da Manhã</i> até 1963 e assumiu, em 1967, o jornal <i>Última Hora</i> . ³³¹ Era do Conselho de Redação da RPEI.
João Dias de Araújo *	-	Reverendo presbiteriano.
Jorge César Mota (1912-2001)	-	Reverendo presbiteriano, foi membro da União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB) e capelão da Universidade Mackenzie. ³³²
José Honório Rodrigues (1913-1987)	3 (RPT) 1 (RCB) 2 (RPEI)	“Diretor executivo do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, onde publica e dirige a Revista Brasileira de Política Internacional. Foi diretor do Arquivo Nacional. Esteve diversas vezes nos Estados Unidos realizando as conferências que foi convidado a pronunciar em várias universidades. Escreveu ‘Brasil e África: outro horizonte’, já traduzido para o inglês, e mais ‘Aspirações nacionais’, ‘História e historiadores do Brasil’, ‘Conciliação e reforma no Brasil’, ‘Teoria da história do Brasil’.” (RPT, n. 1, julho/1966, p. 66)

328 Ver GERALDO, Sebastião e ARAÚJO, Luís Carlos Eblak de. “Memória do Jornalismo Impresso de Ribeirão Preto. O início da profissionalização das redações (1965-82)”. In: *inRevista*, Universidade de Ribeirão Preto, ano 2, n. 4, 2007, p. 22. Publicada em http://www.unaerp.br/comunicacao/inrevista/edicoes/edicao04/sebastiao_eblak.pdf. Consulta em: 31/12/2009.

329 Entrevista concedida ao Programa de História Oral, do Departamento de Estudos Mineiros/FAFICH/UFMG, publicada em http://www.fafich.ufmg.br/cem/historiaoral/index.php?option=com_content&task=view&id=38&Itemid=34, p. 3. Consulta em: 31/12/2009.

330 Trabalhou no grupo de pesquisa do sociólogo norte-americano Donald Pierson (da Universidade de Chicago), durante a década de 1950, que explorou aspectos econômicos e culturais do Vale do São Francisco e publicou, em 1960, “Cerrado e Retiro: Cidade e Fazenda no Alto São Francisco”. Ver: BOMFIM, Elizabeth de Melo. “O homem no Vale do São Francisco: um legado de Donald Pierson às ciências humanas e sociais no Brasil”. In: *Psicologia & Sociedade*, v.18, n.1, Porto Alegre, janeiro/abril, 2006. Publicada em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100011. Consulta em: 31/12/2009.

331 **Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/janio_de_freitas. Consulta em: 31/12/2009.

332 WOLFF, Elias; BOCK, Carlos Gilberto (Orgs.). **Vidas ecumênicas**. São Leopoldo: Sinodal: Porto Alegre, 2006. p. 105.

José Paulo Moreira da Fonseca (1922-2004)	-	Pintor e poeta.
Jovelino Pereira Ramos *	3 (RPT)	“Formado em Teologia pelo Seminário Presbiteriano de Campinas. De 1958 a 1960 dirigiu a Associação Cristã de Acadêmicos da Guanabara. Estudou na Faculdade de Teologia da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, de 1960 a 1962, onde se especializou no campo de ética social. Atualmente pastor da Igreja Presbiteriana de Ipanema e vice-presidente da União Cristã de Estudantes do Brasil. Traduziu, entre outros, ‘Cristo e Cultura’, de Richard Niebuhr, que a Editora Paz e Terra acaba de lançar.” (RPT, n. 3, s/d publicada, p. 5)
Lúcia Ribeiro de Souza ³³³ *	-	Socióloga.
Luiz Alberto Gomes de Souza *	2 (RPT)	“Formado em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, foi secretário nacional da Juventude Universitária Católica do Brasil e secretário da Juventude Estudantil Católica Internacional (JECI), em Paris. Deu aulas de Antropologia Cultural na Escola de Serviço Social da UB, no ano de 1963. Colaborador de revistas e jornais brasileiros e internacionais. Publicou, recentemente, ‘O cristão e o mundo’, na coleção ‘Igreja hoje’, da editora Vozes de Petrópolis.” (RPT, n. 1, julho/1966, p. 52)
Luiz Eduardo Wanderley *	2 (RPT)	“Bacharel em ciências jurídicas e sociais, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi membro da equipe nacional da juventude universitária católica, de 1960 a 1962 e do secretariado nacional da Ação Católica, de 1962 a fins de 1963.” (RPT, n. 1, julho/1966, p. 28)
Maria Helena Kühner (1931-*)	2 (RPT) 1 (RCB)	“Nascida em 1931, diplomou-se pela Faculdade de Filosofia e Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Autora de peças de teatro, tem feito vários trabalhos de tradução, dos quais citamos o livro de Garaudy – Do Anátema ao Diálogo – lançado pela Editora Paz e Terra.” (RPT, n. 2, setembro/1966, p. 195)
Maria José Brandão Machado *	-	*
Pedro Secondi *	1 (RPT)	“Francês, no Brasil há mais de 35 anos, foi o primeiro frade que ocupou o Convento dos Dominicanos, no Leme. Esteve cinco anos em Conceição do Araguaia, onde ajudou a construir o campo de aviação, o que lhe valeu a medalha do Mérito Aeronáutico. É Cavaleiro da Legião de Honra. Foi agraciado também com a Comenda do Cruzeiro do Sul.” (RPT, n. 4, agosto/1967, p. 5)
Raul Landim Filho *	-	Professor de Filosofia da UFMG.

* Não foram encontradas referências.

QUADRO 7 – Conselho de Redação da *Revista Paz e Terra*

333 Nome publicado do número 3 ao número 9. No número 1 aparece Lúcia Ribeiro de Oliveira Ramos e, no 2, Lúcia Ribeiro de Souza Ramos.

Os dois primeiros números da RPT trouxeram impressos, ainda, os nomes de cinco correspondentes estrangeiros e, nos demais, a referência foi suprimida. A composição desses colaboradores também demonstra o alcance da publicação e explicita alguns dos intercâmbios estabelecidos com outros contextos e propostas editoriais. O nome do missionário presbiteriano norte-americano Richard Shaull iniciava a lista, sendo assim apresentado:

Norte-americano, doutor em teologia, atualmente professor do Seminário Presbiteriano de Princeton, Estados Unidos. Foi missionário durante 10 anos na Colômbia e professor de teologia no Seminário Presbiteriano de Campinas, Brasil, onde residiu durante 10 anos. Publicou vários livros e artigos, principalmente sobre a relação entre teologia e as questões sociais.³³⁴

Shaull, como já referido no primeiro capítulo, teve grande participação na articulação da renovação ecumênica iniciada na década de 1950 no Brasil. Como professor no seminário de Campinas, conheceu Waldo A. César. Juntamente com o pastor presbiteriano Jorge César Mota (membro do Conselho de Redação da RPT), Shaull também atuou na UCEB, e promoveu uma renovação da bibliografia teológica no Brasil, introduzindo autores como Dietrich Bonhoeffer.³³⁵ Sua atuação e influência contribuíram para a organização do ISAL, do qual Waldo A. César também era membro. A partir de 1960, porém, com a movimentação contrária à causa ecumênica, Shaull se desligou definitivamente do seminário de Campinas, do qual já estava afastado desde 1959. Em 1962, ele retornou aos Estados Unidos para trabalhar no Seminário da Universidade de Princeton, como professor de ecumenismo, desenvolvendo, ainda, pesquisas no Brasil até 1965.³³⁶ Ao longo dos dez números da Paz e Terra, Shaull publicou dois artigos.³³⁷

Como correspondente na França aparecia o nome de André Dumas, “Professor em Estrasburgo, capelão protestante, autor entre outras obras de *Le Contrôle des Naissances*, colaborador da revista *Esprit*”.³³⁸ O nome do pastor da Igreja Reformada da França, que publicou dois textos na RPT³³⁹, indicava o intercâmbio com o cenário europeu de discussão, também movimentado por periódicos como a *Esprit*, fundada em 1932, por Emmanuel Mounier, e que possuía uma proposta bastante próxima a da RPT. A revista francesa, que

334 RPT, n. 1, julho/1966, p. 180.

335 MENDONÇA, p. 60.

336 Idem, p. 6-7.

337 “Berdiaev: perspectiva cristã da revolução social”, RPT, número 1, julho de 1966 e “O novo espírito revolucionário na América Latina”, RPT, número 4, agosto de 1967.

338 RPT, n. 1, outubro/1967, p. 99.

339 “Natureza e prática das relações sexuais no Velho Testamento”, RPT, n. 5, outubro/1967; “Ética e Sociedade Industrial”, RPT, n. 9, outubro/1969.

publicava textos de católicos, de protestantes, de judeus, de ateus e de agnósticos e procurava reunir os dois “lados” do país – o religioso e o laico –, orientava-se, assim, pelas discussões políticas, sociais, econômicas e culturais, e parece, mesmo, ter sido uma espécie de inspiração para a Paz e Terra. Com a amplitude de contribuições e de leitores, o periódico buscava contribuir para a revisão dos fundamentos teológicos e filosóficos de um mundo em transformação e para a reconstrução dos laços comunitários entre os homens, contando com contribuições de intelectuais renomados e desconhecidos. O maior público da *Esprit* fora da França encontrava-se no Canadá, na Bélgica, na Polônia e no Brasil.³⁴⁰ Outro nome que compunha o corpo editorial da *Esprit* era o de Paul Ricoeur, intelectual protestante bastante ativo no debate francês, e que teve quatro textos publicados na RPT, o maior número entre autores estrangeiros.³⁴¹ Além desses artigos, várias outras traduções da revista francesa foram feitas e divulgadas por meio da Paz e Terra.

Na América Latina, a RPT apresentou três correspondentes estrangeiros, dois uruguaios e um colombiano, também participantes ativos de movimentos e publicações ecumênicas. Hiber Conteris, que publicou dois textos³⁴², foi assim apresentado:

Uruguaio. Estudou Teologia, Filosofia e Letras. Trabalhou como operário no Brasil, numa experiência de relacionamento e testemunho cristão com o mundo operário. Foi professor na Bolívia, em Buenos Aires e Montevideu. Atualmente, ocupa o cargo de secretário de estudos da Junta Latino-americana de Igreja e Sociedade. Escreveu peças, contos e novelas, entre as quais Cone Sur, premiada. Colabora regularmente na revista Cristianismo y Sociedad e Marcha.³⁴³

A experiência citada foi na comunidade da Vila Anastácio, em São Paulo, com o apoio da UCEB e do Setor de Responsabilidade Social, onde por dois anos o intelectual viveu e trabalhou na indústria siderúrgica com outros presbiterianos e operários. Héctor Borrat, autor de um texto na RPT³⁴⁴, era o outro correspondente do Uruguai: “Advogado, leigo católico, uruguaio e jornalista. Tem se destacado no exame de aspectos e atitudes da Igreja Católica Romana em relação à situação social da América Latina e participado de reuniões

340 Ver: MILLER, B. Jaye. “Anarchism and French Catholicism in Esprit”. *In: Journal of the History of Ideas*, v. 37, No. 1, janeiro-março, 1976, p. 163. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/2708718.pdf>. Consulta em: 06/01/10.

341 “O cristianismo e o sentido da história”, RPT, n. 2, setembro/1966; “A maravilha, o descaminho, o enigma”, RPT, n. 5, outubro/1967; “A aventura e seu horizonte interplanetário”, RPT, n. 8, setembro/1968; “Reconstruir a universidade”, RPT, n. 9, outubro/1969.

342 “O compromisso de um escritor latino-americano”, RPT, n. 1, julho/1966; “A situação humana no atual romance latino-americano”, RPT, n. 4, agosto/1967.

343 RPT, n. 1, julho/1966, p. 208. Grifos no original.

344 “A revolução de ‘mensaje’”, RPT, n. 4, agosto/1967.

ecumênicas locais e continentais”.³⁴⁵ Borrat também colaborava com os *Cuadernos de Marcha*, lançados em Montevidéo, em 1967, periódico mensal com características editoriais e propósitos bastante próximos das publicações da ECB e EPT.³⁴⁶ O último correspondente apresentado era Gonzallo Castillo Cárdenas: “Colombiano, pastor protestante em Bogotá e secretário-executivo do Comitê de Cooperação Presbiteriana para a América Latina”³⁴⁷, que publicou um texto na RPT.³⁴⁸

2.4.2 Organização e dinâmica editoriais

A organização gráfica e editorial da RPT foi feita no mesmo padrão da RCB (com o formato de livro). Ela também passou por uma reformulação que agregou imagens à capa, a partir do número 6, de abril de 1968.³⁴⁹ Diferentemente da *Civilização*, entretanto, ela foi estruturada a partir do segundo número por um tema principal. A apresentação ao primeiro número temático enfatizou, mais uma vez, os objetivos e a proposta geral da revista:

PAZ E TERRA CONTINUA. O diálogo, o ecumenismo, o humanismo e o encontro continuam como necessidades e caminhos urgentes para todos os homens de boa vontade. Dentro do campo enorme que essas palavras alcançam, alguns temas se tornam urgentes. Assim, a revista terá sempre um assunto central, na linha de orientação a que nos propusemos: oferecer elementos para reflexão, estudo e debate que leve ao engajamento concreto, procurando estar intimamente enraizada no processo brasileiro quanto na situação universal.³⁵⁰

Os textos foram organizados, no primeiro número, em três partes: “Apresentação”, “Artigos” e “Documentário”. Já no segundo número, a divisão mudou para “Apresentação”, “Tema principal”, “Temas vários”, “Igreja e diálogo” e “Documentário” (o qual incluía resenhas de livros e revistas), organização que permaneceu até o número 9, quando as divisões foram abolidas, permanecendo apenas a parte de documentos e de resenhas, intitulada “Perspectiva sobre o mundo dos livros”. No número 6, entretanto, no qual houve a reformulação da capa, os textos não foram divididos em seções. A publicação tinha tiragem

345 RPT, n. 4, agosto/1967, p. 133.

346 Ver: COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. **Cuadernos de Marcha** (Primeira Época, Montevidéo, 1967-1974): uma “trincheira de ideias” desde o Uruguay para o mundo. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

347 RPT, n. 1, julho/1966, p. 264.

348 “A morte do sacerdote Camilo Torres”, RPT, n. 1, julho/1966.

349 As capas da RPT foram reproduzidas no Anexo 13.

350 RPT, n. 2, setembro/1966, p. 3.

de dez mil exemplares.³⁵¹ De acordo com César, “embora tenazmente perseguida, foi grande o sucesso e a repercussão dessa aventura editorial no mundo cultural e social brasileiro – e até mesmo internacional, [...] ela se esgotava rapidamente nas bancas de jornais e nas livrarias”.³⁵² As temáticas escolhidas para as edições estão resumidas no quadro abaixo:

NÚMERO/DATA	TEMA	NÚMERO DE PÁGINAS
1 - Julho - 1966	*	303
2 - Setembro - 1966	História	333
3 - Sem data publicada	Juventude	255
4 - Agosto - 1967	América Latina	273
5 - Outubro - 1967	Sexualidade	275
6 - Abril - 1968	Cristianismo em questão**	303
7 - Abril - 1968***	Violência e não violência	331
8 - Setembro - 1968	Homem, ciência e tecnologia	288
9 - Outubro - 1969	Educação em debate	315
10 - Dezembro - 1969	43 anos de fascismo em Portugal	281

* O primeiro número não foi organizado a partir de um tema central.

** A partir do número 6, com a reformulação da capa da revista, e os temas passaram a ser nela publicados.

*** O número indicado na parte interna da edição é o 6, embora o 7 esteja impresso na capa. Parece ter havido um engano e a utilização dos mesmos dados, inclusive a data da edição anterior.

QUADRO 8 – Temas das edições da *Revista Paz e Terra*

Em quase todos os números, o grupo responsável pela revista comunicava-se mais diretamente com os leitores por meio de apresentações à temática central (elas não foram feitas apenas nos números 4 e 5), que demarcaram sempre a intenção do intercâmbio ecumênico, tanto do “lado católico-romano (Concílio Vaticano II) como do protestante (Conselho Mundial de Igrejas)”.³⁵³ Os temas selecionados demonstram o efetivo esforço em abordar discussões tidas como “problemas contemporâneos”, “novidades do tempo”, frente aos quais novos posicionamentos e posturas se faziam necessários e, na perspectiva da revista, não podiam deixar de envolver as igrejas e os movimentos cristãos e ecumênicos:

351 “Sociólogo relembra a abertura dos evangélicos para a realidade social brasileira nos anos 60”. Entrevista de Waldo César a revista *Ultimato*, n. 305, março 2007. Publicada em http://www.ultimato.com.br/?pg=show_artigos&artigo=1805&secMestre=1900&sec=1915&num_edicao=30.

Consulta em: 01/01/10.

352 CÉSAR, p. 415.

353 RPT, n. 2, setembro/1966, p. 3.

Todos os temas levantados por PAZ E TERRA desde o seu primeiro número, têm sido escolhidos em função de situações ou de assuntos cujo debate se tornou universal e, portanto, ecumênico. [...] O ritmo dos acontecimentos não permite que se acompanhem ou se documentem todos os temas importantes e urgentes de nossa época. De qualquer maneira, a seleção feita até aqui se relaciona com aspectos permanentes da situação e da realidade humanas. Ao reunir artigos nacionais e estrangeiros, ao registrar no documentário as notícias mais representativas da crise atual e ao comentar determinados livros, a PAZ E TERRA se propõe a fornecer elementos para reflexão de todos aqueles que se preocupam pela solução das crises nas quais estamos envolvidos e pelo futuro da sociedade. Isto nos tem levado a percorrer várias áreas do pensamento e a publicar as diversas contribuições – desde que honestas e sérias – sobre os temas escolhidos.³⁵⁴

As “tensões” existentes nas relações entre Estado e Igreja no Brasil receberam destaque nas páginas da RPT, por serem indicativos da “renovação e purificação pós-conciliares”³⁵⁵ que estariam então ocorrendo. No segundo número, a seção Documentário reuniu, sob o título “Nova questão religiosa?”, diversos materiais referentes à movimentação gerada pelo Manifesto dos Bispos do Nordeste, de 14 de julho de 1966, no qual quatorze bispos de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (a primeira assinatura é de Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife) reafirmavam sua solidariedade aos trabalhadores famintos do Nordeste, vítimas de profunda injustiça. O documento foi produzido a partir de outro manifesto, da Ação Católica Operária e da Juventude Agrária Católica, cuja leitura e análise gerou reuniões entre os bispos, e foram todos reproduzidos na EPT, juntamente com matérias jornalísticas sobre as medidas da 10ª Região Militar, de Fortaleza, contra Dom Hélder (que o acusava de “comunista” e “demagogo”), e com transcrições do Boletim Telepax (da CNBB), com manifestações de solidariedade ao arcebispo católico. De Dom Hélder Câmara, aliás, a RPT publicou também discursos e conferências.

A seção Documentário teve papel destacado na RPT, chegando a ocupar quase a metade de alguns dos números. No número 6, de abril de 1968, que trazia Dom Hélder na capa e cujo tema era o papel do cristianismo na sociedade (e, em especial, suas perspectivas na América Latina), foram reproduzidos diversos documentos sob o título “A presença da Igreja no Brasil hoje”, composta por “manifestos, declarações, notas, que nem sempre puderam chegar na íntegra à opinião pública e trechos variados sobre questões diversificadas,

354 RPT, n. 7, abril/1968, p. 3-4.

355 RPT, n. 2, setembro/1966, p. 241.

além opiniões particulares”.³⁵⁶ Segundo a revista, as contradições existentes nas opiniões indicavam a luta existente na Igreja entre “profetismo e cristalização, transformação e conservadorismo”, e a escolha por publicar maior número de textos na “linha de denúncia, de diálogo, de engajamento na realidade concreta do País, de testemunho de um cristianismo vivo que conhece os riscos da morte e da ressurreição”³⁵⁷ representava sua identificação com os objetivos da revista. O primeiro documento reproduzido foi a mensagem da Comissão Central da CNBB, da Páscoa de 1963 (referido no primeiro capítulo), “um divisor de perspectivas na história da Igreja do Brasil”, segundo a revista, que ainda destacou que, se por um lado a instituição católica, seu ensino e seus fiéis funcionaram majoritariamente um “freio conservador”, minorias ativas compostas por bispos, sacerdotes e leigos haviam colaborado decisivamente para a transformação da mentalidade e das estruturas da sociedade.³⁵⁸ Outro ponto mencionado pelo periódico, na apresentação dos documentos, foi a posição oscilante da CNBB quanto aos rumos políticos do país: “Ninguém se espante pois ao ler, por exemplo, a mensagem inicial, a declaração de maio de 1964 e a nota de novembro de 1967”.³⁵⁹ Ainda no número 6, foi incluído um “Documentário extra” intitulado “Abril”, que tratava dos assassinatos do estudante Edson Luís Lima Souto e do pastor batista Martin Luther King. Sobre o estudante, foram reproduzidos texto de Hélio Pellegrino (originalmente publicado no *Correio da Manhã*) e manifestos de sacerdotes católicos condenando a violência, e do pastor norte-americano foram publicados dois pronunciamentos feitos em épocas distintas na sua igreja (um deles, em que ele refletia sobre sua própria morte, já havia sido publicado pelo *Jornal do Brasil*).

Martin Luther King foi capa do número seguinte da RPT, sobre “Violência e não violência”, que reuniu textos amplamente a favor do emprego de violência para a realização da justiça social (“violência revolucionária”, utilizada contra a “violência estrutural” e cotidiana da exploração econômica e, portanto, legítima e funcional), e análises de formas pacifistas de resistência e transformação social (como a “não violência ativa” ou desobediência civil). Para o mesmo número, foi feita uma enquete com cerca de quarenta intelectuais brasileiros (de “várias correntes do pensamento”), aos quais foi enviada a pergunta: “Em que medida seria legítimo o uso da violência na transformação da

356 RPT, n. 6, abril/1968, p. 149.

357 Idem.

358 RPT, n. 6, abril/1968, p. 150.

359 Idem.

sociedade?”.³⁶⁰ Foram publicadas dezessete respostas (todas as recebidas, segundo a revista), de membros dos conselhos da RPT, RCB e RPEI e de outros clérigos e intelectuais, com argumentações distintas, embora alcançassem consenso, mais ou menos destacado por cada autor, quanto à legitimidade da violência como reação necessária capaz de libertar um povo de situação degradante, em que o bem comum esteja ameaçado.

A seção “Igreja e diálogo” não se restringiu a protestantes e católicos, e ao marxismo. Abriu espaço para o espiritismo (de kardecistas e ubaldianos) no quarto número, com o texto intitulado “Espiritismo e participação”, do ex-deputado federal Noronha Filho, do PTB da Guanabara. Juntamente com os católicos e protestantes, haveria uma “identidade de objetivos” na busca pela transformação dos homens e, concluía o texto, “nos dias de hoje, só há uma forma consequente e eficiente de apostolado cristão – o engajamento político, a favor da libertação do Homem contra a injustiça capitalista e imperialismo corruptor da dignidade humana”.³⁶¹ No número 5, cujo tema era a sexualidade, foi publicado “O ponto de vista *quaker* a respeito do sexo: estará mal orientada a moral tradicional judaica e cristã?”, texto traduzido da revista *Current* e produzido por membros da unidade de pesquisa médica do Conselho Britânico sobre Aspectos Ocupacionais da Velhice, que rejeitava “muitas premissas, tidas como cruéis e desligadas da realidade, uma vez que enfatizam certas categorias (homossexualismo, relações extraconjuguais), em detrimento do significado profundo do ato e comportamento sexuais”, como informava a RPT em sua apresentação.³⁶² O relatório dos pesquisadores *quakers* britânicos era amplamente favorável ao desenvolvimento de métodos contraceptivos como a pílula (que deveriam ser estimulados pelo próprio governo), além de condenar a apreciação do homossexualismo como ato pecaminoso:

O critério para que a relação sexual seja considerada imoral ou não, deve estar desligado da natureza física do ato. Se duas pessoas expressam o afeto que as une e sentem prazer mútuo nessa relação, por que motivo as condenaríamos, reprovando o ato que praticam, pelo único motivo de ele ser homossexual?³⁶³

No mesmo número, foi publicado texto do filósofo uruguaio Nelson Pilosof intitulado “Resposta de Martin Buber ao enigma de ser judeu”, traduzido na revista

360 RPT, n. 7, abril/1968, p. 143.

361 RPT, n. 4, agosto/1967, p. 199.

362 RPT, n. 5, outubro/1967, p. 87.

363 RPT, n. 5, outubro/1967, p. 94.

Cristianismo y Sociedad, e, no número 8, de setembro de 1968, foi publicado “Um mergulho no real: budismo”, do engenheiro e escritor Murillo Nunes de Azevedo.

A RPT manteve equilibrado o número de autores brasileiros e estrangeiros que publicava, embora progressivamente tenha crescido o número de traduções. Assim como as outras duas revistas em estudo, eram utilizados materiais de diversos outros periódicos, constituindo um amplo intercâmbio. Como já foi referido, a revista francesa *Esprit* teve o maior número de textos traduzidos, mas também podem ser destacadas, entre as francesas, *Frères du Monde*, *Cahiers de la Réconciliation* (ligada ao Movimento Internacional da Reconciliação, pacifista), *Les Temps Modernes*, *La lettre*, *Masses Ouyières* e *Revue d'Histoire et de Philosophie Religieuses*, entre outras, além da suíça *Les Cahiers du Renouveau*. Entre as norte-americanas, foram traduzidos textos das revistas *Common-weal*, *Studies in Comparative International Development*, *National Catholic Reporter*, *Motive* e *Ramparts*, entre outras, além da inglesa *New Blackfriars*. Da América Latina, a revista *Cristianismo y Sociedad* (do ISAL) teve o maior número de traduções, embora também tenham sido publicados materiais tirados dos *Cuadernos Teológicos* e *Cristianismo y Revolución* (ambos da Argentina), *Gaceta de la Universidad* (do México) e *La Opinión* (da Colômbia), entre outras. De revistas brasileiras, foram transcritos textos da *Telepax* (já referida, da CNBB), *Notícias da Igreja Universal* e *Revista Brasileira de Política Internacional*, entre outras, além de serem reproduzidos inúmeras matérias e editoriais de jornais, como *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo*, bem como de jornais estrangeiros como o *Le Monde* e o *New York Times*. A RPT publicou charges (a maioria assinada por Jaguar, como na RCB, embora algumas não trouxessem referência) e Claudius, que abordavam, de maneira geral, os “novos problemas” do cristianismo e a perspectiva ecumênica.³⁶⁴

364 Algumas das charges publicadas pela EPT foram reproduzidas no Anexo 14.

3 AS AÇÕES CONTRA A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA E A PAZ E TERRA (1964-1972)

3.1 O golpe de Estado e as características do autoritarismo brasileiro

Entre 1964 e 1969, houve a reorganização da estrutura de poder no Brasil e foram forjados os aparatos legais e policiais que se encarregaram de conter e eliminar diversos tipos de oposição estabelecidos contra o governo, entre eles aquele desempenhado pelas editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra e por seus intelectuais. O período é comumente identificado pela historiografia como aquele em que predominavam, nos principais cargos assumidos com o golpe militar de perspectiva mais moderada quanto aos rumos que se daria à “revolução” (ligados ao Marechal Humberto de Alencar Castello Branco e à Escola Superior de Guerra), situação que seria alterada pelo domínio progressivo da chamada “linha dura” (liderada, inicialmente, pelo marechal Arthur da Costa e Silva), mais afeita aos expedientes autoritários e repressivos.

De acordo com Juan J. Linz, a forma de autoritarismo desenvolvida no país a partir do golpe civil-militar aproximou-se do tipo caracterizado pela “desmobilização deliberada” de uma população que já tinha sido previamente mobilizada dentro de uma situação política mais competitiva, mas na qual as instituições políticas não possuem a capacidade para satisfazer a demanda criada pela mobilização ou para garantir a estabilidade dos processos de mudança política e social.³⁶⁵ Nesses casos, os contornos específicos dados ao autoritarismo pelos grupos no poder assentam-se, pelo menos em parte, na estratégia de manter formalmente instituições políticas herdadas do regime anterior (ainda que modificadas em suas funções e posições na estrutura de poder), como base inicial de legitimidade para o novo governo, e na

365 LINZ, Juan J. The Future of an Authoritarian Situation or the Institutionalization of an Authoritarian Regime: The Case of Brazil. In: STEPAN, Alfred (Edit.) **Authoritarian Brazil**. Origins, Policies, and Future. New Haven and London: Yale University Press, 1973. p. 236. O outro tipo de regime autoritário delimitado pelo autor é caracterizado pela “mobilização controlada” de uma população que não havia sido mobilizada ampla e anteriormente, como no caso das formas fascistas de governo.

“desmobilização”, ou repressão, de parcelas da população ou agentes sociais específicos, percebidos como ameaças à estabilidade das novas relações de poder.

Ainda na avaliação do autor (num texto publicado em 1973, e que observava, portanto, os três primeiros governos militares), estabeleceu-se, no Brasil, uma “situação autoritária” mais do que um “regime autoritário” propriamente institucionalizado³⁶⁶, repleta de ambiguidades e caracterizada pela utilização de meios práticos e retóricos diversificados para a manutenção do poder, à medida que inexistiam como opções a figura de um ditador carismático, de um partido único de massa ou de referentes ideológicos e/ou de projeto, capazes de atrair e garantir o apoio ativo ou tácito de parcelas da população e das próprias Forças Armadas, necessário ao funcionamento do governo. De qualquer modo, para o autor, predominou no país (até o governo do General Emílio Garrastazu Médici) uma forma de autoritarismo burocrático-militar, marcada pela hegemonia de uma coalizão de oficiais e burocratas (não isenta, ela mesma, de amplas disputas e tensões, e de pressões externas), pelo baixo grau de participação política (com um pluralismo político limitado e sem disputa eleitoral livre), e pelo exercício do poder a partir de limites formalmente mal definidos (e, conseqüentemente, amplos).³⁶⁷ Embora a expressão “situação autoritária” possa ser relativizada se observados os cinco governos militares e os vinte e um anos de sua vigência, as proposições do autor indicam dois aspectos importantes à observação do tipo de oposição aqui em estudo: primeiro, a manutenção de instituições do regime anterior (gradualmente transformadas) e, segundo, o “teor” contraditório, portanto, das medidas de caráter autoritário implementadas a partir de 1964.

Lúcia Klein avaliou as transformações legais e políticas realizadas a partir de 1964 como um processo de “carismatização” progressiva do poder. Em seu estado puro, o sistema de dominação carismático se realiza quando

o exercício do poder é legitimado pela demonstração, por parte do líder, de qualidades extraordinárias com base nas quais garante a adesão de um séquito, que funciona como equipe encarregada de implementar decisões e

366 LINZ, p. 235. O argumento do autor para a apresentação da expressão “situação” baseia-se na observação mais específica das ações políticas dos governos militares, como o lançamento periódico de atos institucionais com medidas drásticas, a elaboração e o desrespeito de uma Constituição (a de 1967), a constante mudança das regras eleitorais e, sobretudo, as profundas disputas militares internas que marcaram duas sucessões presidenciais. Tais elementos demonstrariam a dificuldade em tornar o regime estável ou institucionalizado.

367 STOPPINO, Mario. “Autoritarismo”. In: BOBBIO, p. 101.

de assegurar a aceitação por parte dos dominados.³⁶⁸

No Brasil, o binômio segurança nacional-desenvolvimento, que recebeu ênfase crescente ao longo da ditadura militar, serviu como fonte maior de legitimidade: “Em lugar da crença nos dons extraordinários do líder, promoveu-se a difusão e exaltação dessa dupla meta, especificando o seu caráter complementar, e tendeu-se a ressaltar a adequação das Forças Armadas para dirigir a realização conjugada daqueles objetivos”.³⁶⁹ A essas duas formas, somou-se a progressiva tentativa de identificação do governo com os índices e resultados da área econômica e com a suposta eficácia administrativa, diminuindo, em contrapartida, a solicitação da ação legitimadora do Congresso para as medidas do governo.

Em linhas gerais, as modificações instauradas trataram de ampliar a esfera de atribuições do poder Executivo, que absorveu algumas funções até então específicas dos demais poderes, construindo uma ordem legal baseada em princípios relacionados à “segurança nacional” e ao objetivo geral de “desenvolvimento econômico e social”, e associada a práticas policiais repressivas. Havia um consenso básico em torno dos princípios enunciados pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), explícitos a ponto de definirem um papel amplo para as Forças Armadas, “não são suficientemente claros no sentido de precisarem os limites de sua atuação e os mecanismos e instrumentos mais adequados”.³⁷⁰ Para a implementação da doutrina, entretanto, não havia consenso prévio, e passaram ser comuns os processos de “depuração” interna nas Forças Armadas, a fim de restabelecer um “consenso” mínimo, seja por meio de transferências e reformas, ou por outras formas de desmobilização.

De acordo com a autora, a primeira fase do governo autoritário (caracterizada pela vigência do AI-1, numa “etapa punitiva” de cassações), deu lugar à uma recomposição da ordem legal, retornando à esfera da justiça ordinária a regulamentação da ordem jurídica e da resolução de questões políticas que lhe fossem pertinentes. Já haveria, contudo, a existência de duas ordens legais em convívio, e já não havia mais clareza quanto às funções da “justiça revolucionária” e do Poder Judiciário, sobretudo pela ampla utilização do recurso de Inquéritos Policiais Militares, que ampliaram o âmbito da Justiça Militar. Seu funcionamento

368 KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-1964**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978. p. 58.

369 Idem.

370 KLEIN, p. 57.

baseava-se na observância dos aspectos jurídicos formais, embora o conteúdo dos princípios normativos tenha sofrido alterações.

Na ausência de um quadro normativo institucionalizado (com o número crescente de decretos, transfere-se para o órgão no qual se concentra o poder, no caso, o Executivo, grande parte da atribuição de regulamentar a esfera jurídica por meio de um processo eminentemente pragmático.³⁷¹

Tais elementos constituíram, pelo menos até 1969, uma conjuntura profícua às atividades intelectuais, que procuraram, grosso modo, “desmascarar” a fachada democrática do governo, e utilizar as brechas jurídicas deixadas pela dupla legalidade existente (a constitucional, que foi mantida, e a “revolucionária”, que ganhava forma com os Atos Institucionais e Inquéritos Policiais Militares). Para Phillippe C. Schmitter, corroborando com as proposições de Linz e destacando os elementos de continuidade presentes no início do período autoritário, a relativa facilidade e sucesso dos esforços de “purificação” das instituições políticas e militares nos primeiros dias após o golpe de Estado (por meio das cassações de mandatos e de direitos políticos, e das transferências para a reserva, feitas através de Atos do Comando Supremo da Revolução) podem ser explicados, parcialmente, pelo fato de terem sido feitos com base em estruturas institucionais estatais, “disposições comportamentais” e em esquemas de dominação e de representação preexistentes. A partir deles, foram efetuados os ajustes necessários ao novo governo, mantendo a fachada formal do regime anterior.³⁷² A amplitude da burocracia e do papel do Estado republicano no Brasil, com práticas arraigadas de cooptação e ameaça, de promoção e condução de políticas de bem-estar social, de corrupção (e desrespeito às leis), de favorecimento seletivo e, importante, de exercício de esporádica mas efetiva repressão às oposições mais intransigentes, mantiveram-se presentes com a nova “acomodação” de poder ocorrida a partir de 1964.

3.2 Legislação, órgãos de segurança e a manifestação intelectual

Helena Cláudio Frago (1926-1985) foi advogado de Ênio Silveira e da Editora Civilização Brasileira, além de representar, entre vários outros, Caio Prado Jr. e Niomar Moniz Sodré Bittencourt, proprietários, respectivamente, da Editora Brasiliense e do jornal *Correio da Manhã*. Diplomado em 1951, pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de

371 KLEIN, p. 27.

372 SCHMITTER, Phillippe C. The “Protugalization” of Brasil? In: STEPAN, Alfred (Edit.) **Authoritarian Brazil**. Origins, Policies, and Future. New Haven and London: Yale University Press, 1973. p. 186.

Janeiro, exerceu diversas atividades acadêmicas no início de sua carreira (o escritório por ele aberto, em 1952, foi registrado como “Escritório de Advocacia Prof. Heleno Fragoso”). A partir de 1955, passou a lecionar na Faculdade Cândido Mendes (cargo que ocupou até sua morte). Publicou, em 1958 (**Lições de direito penal**, editado pela José Bushatsky Editor), seu primeiro livro e, a partir de 1961, tornou-se livre-docente da Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro. Além disso, era vice-presidente da Seção da Guanabara da Ordem dos Advogados do Brasil.³⁷³

Entre 1964 e 1969, uma das grandes tarefas dos advogados de defesa nos chamados crimes políticos foi a de encontrar e expor as lacunas geradas pela convivência da justiça ordinária e da “revolucionária”, já referidas. Denunciando perante os tribunais as arbitrariedades e ilegalidades cometidas contra seus clientes e, sobretudo, contra as leis mantidas em vigor pelo governo militar, advogados conseguiram lograr, até 1969, um grande número de decisões favoráveis no Supremo Tribunal Federal (STF) e, também, no Superior Tribunal Militar (STM), estabelecendo um verdadeiro “jogo” de argumentações que acompanhava as várias reformulações na legislação.

Ao contrário dos quadros da Câmara Federal, o do Supremo Tribunal Federal (STF) não foi incluído na primeira “purificação” das instituições da burocracia civil (com cassações, demissões, aposentadorias) promovida pelo governo, em 1964. Os ministros do STF foram mantidos, embora tivesse havido punições em outras instâncias do Judiciário, entre juízes e desembargadores, como no caso de Osny Duarte Pereira, autor de um dos volumes dos Cadernos do Povo Brasileiro. Nas palavras de Heleno Fragoso, o órgão teve uma “ação contra-revolucionária” até 1968³⁷⁴, que conseguiu manter as garantias processuais e constitucionais vigentes. Quanto às decisões do STM nos casos de crime político, segundo o Projeto Brasil Nunca Mais, elas foram, em maioria, favoráveis à sentença das auditorias militares.³⁷⁵ Entre muitos advogados de defesa, entretanto, predomina uma percepção mais

373 Assim como Fragoso, outros advogados se tornaram conhecidos através da defesa de “presos políticos”: Sobral Pinto, George Tavares, Augusto Sussekind de Moraes Rego, Clemente Hungria, Albertino de Souza Oliva, Mário Edson de Barros, João Pereira da Silva, Levy Raw de Moura e Ruy César do Espírito Santo, entre outros. Ver: SÁ, Fernando, MUNTEAL, Oswaldo, MARTINS, Paulo Emílio (Orgs.). **Os advogados e a ditadura de 1964**. A defesa dos perseguidos políticos no Brasil. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUCRJ, 2010. No Rio Grande do Sul, destaca-se a atuação do advogado Eloar Guazzelli, cujo trabalho está atualmente sendo investigado em dissertação de mestrado por Dante Guimaraens Guazzelli, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

374 FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Advocacia da liberdade**: a defesa nos processos políticos. Rio de Janeiro: Forense, 1985. p. 6.

375 PROJETO Brasil Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 186.

positiva das decisões do STM, “onde alguns grandes magistrados, militares e togados, recusaram-se ao papel de guardiães da violência punitiva revolucionária, proferindo decisões memoráveis, no estrito cumprimento da lei”.³⁷⁶

A primeira medida jurídica da ditadura, o Ato Institucional, de 09 de abril de 1964 (com vigência até 31 de janeiro de 1966), permitiu ao governo militar cassar os mandatos legislativos de sessenta e três deputados federais, dois senadores e dezenas de vereadores, e suspender, por dez anos, os direitos políticos de cerca de quatrocentas pessoas. Afastava-se, assim, o perigo de que lideranças políticas e intelectuais pretendessem exercer algum tipo de resistência no âmbito da política formal. Dando prosseguimento aos expurgos, “inquéritos” e “processos” estavam previstos no primeiro no Art. 8 do primeiro Ato Institucional (“visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária”), que poderiam ser instaurados individual ou coletivamente. Em 14 de abril, passou a vigorar a Portaria n. 1 (incluída no Ato do Comando Supremo da Revolução n. 8), determinando a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar “atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social”.³⁷⁷ Os IPMs foram criados pelo Código de Justiça Militar (Decreto-Lei n. 925, de 2 de dezembro de 1938), como forma sumária de investigação e julgamento, com duração máxima de cinquenta dias, e que se destinavam a apurar crimes cometidos por militares, com base no Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, alterados, respectivamente, pelos Decretos n. 1001 e n. 1002, de 21 de outubro de 1969, que tornaram as punições mais rigorosas.

Com o Decreto n. 53.897, de 27 de abril de 1964³⁷⁸, foram criadas as Comissões Gerais de Investigações (CGIs, que eram coordenadas por uma comissão central que funcionava no prédio do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro), em todos os níveis do governo federal (estendendo-se, também a empresas privadas que tivessem contratos públicos), cuja função era promover “investigação sumária” para os casos de “corrupção administrativa” praticados no mandato anterior, a fim de orientar as cassações e suspensões de

376 FRAGOSO, p. 7.

377 De 14/04/1964. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufjf.br/upload/legislacao/364.pdf>. Consulta em: 10/10/2010.

378 Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufjf.br/upload/legislacao/358.pdf>. Consulta em: 17/01/2011. As CGIs foram extintas pelo Decreto n. 54609, de 26 de outubro de 1964. Em 1968, com o Decreto Lei n. 359, de 17 de dezembro, foi criada a Comissão Geral de Investigações (subordinada ao Ministério da Justiça), encarregada de confiscar bens oriundos de “enriquecimento ilícito”.

direitos políticos, permitidas ao presidente da República, pelo AI, por seis meses (Art. 7 e 10). As CGIs eram compostas por três membros nomeados pelo presidente (entre civis e militares), e previam a oportunidade de defesa, oral ou escrita, aos indiciados. As Comissões eram, assim, responsáveis pela primeira fase dos inquéritos abertos nos primeiros meses do governo de Castello Branco, de apuração do crime e da autoria. Com a extinção das CGIs, os inquéritos passaram a ter origem nos diversos órgãos de segurança.

Concluída a fase policial e considerando-se a existência do crime, o IPM seguia para o Ministério Público, para que esse oferecesse a denúncia nas auditorias militares (primeira instância da Justiça Militar)³⁷⁹, onde o juiz auditor (que era civil e cujo cargo era vitalício) avaliava a consistência e legalidade do processo e iniciava a ação criminal. Nas auditorias, ocorriam os interrogatórios dos réus e das testemunhas, e audiências para a qualificação do processo e formulação das alegações finais, com base nos autos. As peças criminais utilizadas para a montagem dos IPMs eram as mesmas de um processo civil, como acusação e formação da culpa, legislação penal civil considerada aplicável, depoimentos de testemunhas de defesa e acusação (e acareações), documentos considerados incriminatórios.

No julgamento, o escrivão lia a denúncia e o auto do corpo de delito, seguido pelas manifestações do procurador do MP e do advogado de defesa. Atuavam como uma espécie de júri três oficiais militares (que não possuíam, obrigatoriamente, formação jurídica), e que compunham, junto com o juiz auditor, o Conselho Permanente de Justiça de cada auditoria, alterado em seus membros a cada três meses. Esse Conselho reunia-se em sessão fechada, no final dos julgamentos, e estabeleciam o veredicto.³⁸⁰ Da decisão da auditoria cabia recurso à segunda instância da Justiça Militar, o Superior Tribunal Militar (STM), composto por quinze ministros vitalícios (dez militares e cinco civis), indicados pelo presidente da República. Da decisão do STM, ainda era possível recorrer ao STF. Segundo Lúcia Klein:

A prática dos IPMs marcaria, assim, um período em que o conteúdo da ordem legal se modificava gradualmente, ao mesmo tempo em que se procura preservar o formalismo dos procedimentos. Tornando-se fonte de poder de fato para os grupos designados para coordenar as investigações, os inquéritos militares, apesar da forma, careciam de preceitos fixos e amplamente aplicáveis para basear suas conclusões. Paralelamente, os elementos encarregados dos IPMs começam a assumir os traços de uma

379 No Rio de Janeiro, encontravam-se a 1ª, 2ª e 3ª Auditorias do Exército, a 1ª e 2ª Auditorias da Marinha, e 1ª e 2ª Auditorias da Aeronáutica.

380 TERCIO, Jason. **A espada e a balança**: crime e política no banco dos réus. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 62.

fação importante, capaz de exercer pressão progressivamente maior sobre o Executivo, no sentido de garantir a permanência da “ordem legal revolucionária”.³⁸¹

Os crimes mais citados na fase inicial da ditadura eram os de “vínculo com o governo deposto”, “divulgação do comunismo internacional”, “divulgação de propaganda subversiva” e “autoria de críticas desestabilizadoras às autoridades constituídas – delito de opinião”, o que indica a predominância de atividades intelectuais e políticas de oposição e resistência. Entre 1964 e 1979, num universo de 695 processos que tramitaram na Justiça Militar, constaram 7.367 réus, dentre os quais 4.476 declararam nível de escolaridade, sendo que 2.491 possuíam grau universitário. Embora os dados sejam incompletos, e não haja uma relação *a priori* entre o acesso ao ensino superior e a atuação intelectual (o que envolve, como discutido anteriormente, um processo mais complexo de reconhecer-se, ser reconhecido e estabelecer estratégias mais ou menos específicas de ação), é significativa a participação universitária num contexto nacional em que pouco mais de um por cento da população acessava o ensino superior.³⁸²

Como estratégias mais diretas de intimidação ao longo das montagens dos IPMs eram usadas as detenções temporárias para a tomada de depoimentos (“detenções para averiguações”, acompanhadas, ou não, do uso de violência física) e as buscas e apreensões (diretamente nos domicílios e envolvendo materiais de caráter pessoal). O Procurador do MP também podia solicitar ao juiz auditor a prisão preventiva dos indiciados, que não poderia ultrapassar trinta dias. Muitas decisões do STF mostraram-se sensíveis às irregularidades envolvendo os IPMs: a maior parte dos *habeas corpus* concedidos, até 1979, teve como base o excesso de prazo da prisão preventiva, seguido pela falta de justa causa e inépcia das acusações, e pela incompetência da Justiça Militar sobre o caso.³⁸³

Segundo Heleno Fragoso, o aspecto ilícito das prisões efetuadas pelos encarregados dos IPMs “incomodava visivelmente” o presidente Castello Branco, que teria, em 28 de maio de 1965, pedido diretamente ao procurador-geral da Justiça Militar, Eraldo Guerreiro Leite, para que “apressasse a conclusão dos inquéritos”, sem se remeter ao ministro da Guerra.

381 KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus, p. 25.

382 PROJETO Brasil Nunca Mais. p. 85-86.

383 SWENSSON JÚNIOR, Walter Cruz. **A atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento de crimes políticos durante o regime militar de 1964 (1964-1979)**. São Paulo, 2006. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 132.

“Essa posição firme do presidente, nos dava argumentos magníficos. Nós podíamos dizer ao tribunal que os encarregados dos IPMs estavam trabalhando contra o governo”.³⁸⁴ Além disso,

as denúncias que surgiram desses IPMs eram extremamente curiosas, constituindo, em muitos casos, exatos modelos de como não se deve fazer uma denúncia. Ao invés de escrever o fato delituoso, com todas as circunstâncias, indicando a participação de cada um dos réus, de forma sóbria e sem palavras supérfluas, como é próprio de uma denúncia tecnicamente bem feita, a promotoria apresentava um autêntico ensaio, volumoso, em que dava livre curso à sua vocação literária, e asas à imaginação, suprimindo dessa forma a ausência de fatos penalmente relevantes.³⁸⁵

No âmbito da Constituição Federal, o intrincado panorama legal com o qual trabalharam advogados, juízes e ministros, e que incidiram sobre intelectuais e suas atividades de oposição e, entre eles, sobre os grupos aqui em estudo, envolveu os artigos sobre a liberdade de expressão. Nos textos das Constituições Federais de 1946 (Art. 150)³⁸⁶, de 1967 (Art. 141)³⁸⁷ e da Emenda Constitucional n. 1, de 1969 (Art. 153)³⁸⁸, a “livre manifestação de pensamento” independentemente de censura (exceto quanto aos espetáculos públicos) foi mantida como garantia, o anonimato permaneceu vedado, e a publicação de livros e periódicos também se manteve independente de licença do poder público. Por motivo de “crença religiosa”, ou de “convicção filosófica ou política”, não poderia haver punições, salvo fossem confirmados abusos, definidos nos três textos como as tentativas de “subversão da ordem” e os “preconceitos de raça ou de classe”, e, agregadas ao último deles, as “publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes”.

Com relação à “segurança nacional”, progressivamente enfatizada na legislação, o Ato Institucional n. 2, de 15 de março de 1965 (com vigência até 15 de março de 1967), alterou o artigo 108 da Constituição de 1946, que estabelecia a competência da Justiça Militar para o julgamento de civis apenas “para a repressão de crimes contra a segurança externa do País ou as instituições militares”. Nos casos de “subversão” ou de “perturbação política e

384 FRAGOSO, p. 16.

385 Heleno Fragoso. *Apud*: TÉRCIO, p. 54-55.

386 Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Consulta em: 05/01/2011.

387 Constituição Federal, de 15 de março de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm. Consulta em: 05/01/2011.

388 Emenda Constitucional n. 1, de 17 de outubro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm. Consulta em: 05/01/2011.

social”, os crimes remetiam-se à ordem interna. Para os advogados de defesa, o primeiro passo era, assim, impugnar as prisões por meio de *habeas corpus* (pedido ao STM ou ao STF), pois, considerada a Constituição, elas eram ilegais, e, de acordo com o caso, eram feitas alegações de que as prisões preventivas haviam excedido o prazo, de que as provas eram insuficientes ou falsas, ou de que houve maus-tratos ou tortura. O *habeas corpus* servia, assim, como um instrumento importantíssimo para, além de soltar o indiciado, transferir a ação penal para a Justiça Civil, ou, ainda, para evitar uma prisão, nos casos de solicitação preventiva.

O AI-2 substituiu a expressão “segurança externa do País ou as instituições militares” por “segurança nacional ou as instituições militares” no artigo 108 da Constituição de 1946, formalizando a competência da Justiça Militar nos casos relativos a crimes previstos na lei de segurança nacional, e encerrando a possibilidade de anulação e de transferência dos processos para a justiça comum. Ele também promoveu as primeiras mudanças na composição do Supremo Tribunal Federal. O número de ministros foi ampliado de onze para dezesseis, e os novos membros indicados pelo presidente da República representavam posições favoráveis ao governo. Além disso, foi reaberta a autorização para as cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos.

Entre 1964 e 1969, vigoraram uma lei e três decretos-lei sobre a segurança nacional: a Lei n. 1.802 (de 5 de janeiro de 1953)³⁸⁹ e os Decretos-Lei n. 314 (de 13 de março de 1967)³⁹⁰, n. 510 (de 20 de março de 1969)³⁹¹ e n. 898 (de 29 de setembro de 1969)³⁹², que só foi revogado em dezembro de 1978. A Lei n. 1.802 (“Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências”) estabeleceu como crimes as tentativas de “mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional” e “subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo”.

O Decreto-lei n. 314 (“Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem

389 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1802.htm. Consulta em: 06/01/2011.

390 Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consulta em: 06/01/2011.

391 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0510.htm#art1. Consulta em: 06/01/2011.

392 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/1965-1988/Del0898.htm>. Consulta em: 06/01/2011.

política e social e dá outras providências”) trouxe alterações significativas. Situando a “segurança nacional” (integrada à “segurança interna”) como pré-requisito para a consecução dos “objetivos nacionais”, previu medidas de “prevenção e repressão” contra “antagonismos, tanto internos como externos” (Art. 2) e contra a “guerra psicológica adversa” e a “guerra revolucionária ou subversiva” (Art. 3), elementos inexistentes na primeira lei. Na lei de segurança de 1953, constituía crime fazer publicamente propaganda de “processos violentos para a subversão da ordem política ou social”, de “ódio de raça, de religião ou de classe” e de “guerra” (Art. 11), com pena de reclusão, de um a três anos. A “distribuição ostensiva ou clandestina, mas sempre inequivocamente dolosa, de boletins ou panfletos”, por meio dos quais se fizesse propaganda dos crimes, também era punível. Na redação dos Decretos-lei, passou a ser crime incitar à “guerra ou à subversão da ordem político-social”, à “desobediência coletiva às leis”, à “animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis”, à “luta pela violência entre as classes sociais”, à “paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais” e ao “ódio ou a discriminação racial”.

Os meios pelos quais poderia ser feita “propaganda subversiva” também foram alterados: no texto do Decreto-Lei n. 314, eram citados o jornal, o boletim e o panfleto; em 1969, com os Decretos-Lei n. 510 e n. 898, foram incorporados os “jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres”. Foi ampliado, ainda, o poder do ministro da Justiça e dos Negócios Interiores para intervir sobre assuntos ligados à imprensa, que poderia ordenar investigações sobre a organização e o funcionamento de empresas jornalísticas, de radiodifusão ou de televisão.

A chamada lei de imprensa também passou por “adaptações”. O texto da Lei n. 5.250 (“Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação”, de 9 de fevereiro de 1967³⁹³), parecendo uma versão ampliada e atualizada do anterior (Lei n. 2.083, “Regula a liberdade de imprensa”, de 12 de novembro de 1953³⁹⁴), foi caracterizado, sobretudo, pela inclusão das empresas de radiodifusão e de agenciamento de notícias nos termos do documento (além das jornalísticas e das oficinas impressoras), pelo reforço nas penas estabelecidas para os abusos e crimes cometidos no exercício da imprensa (de multa e detenção), e pela inserção de dispositivos específicos que pareciam contemplar demandas

393 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L5250.htm>. Consulta em: 04/01/2011.

394 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L2083.htm. Consulta em: 04/01/2011.

surgidas a partir do golpe de Estado.

Mantendo “livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura” (salvo na vigência de estado de sítio, como em 1953), a lei n. 5.250 aumentou significativamente o tempo de detenção e o valor das multas. Na primeira, o prazo máximo de detenção para os crimes previstos no exercício da imprensa era de um ano, aplicável somente aos autores dos escritos ou transmissões, sendo apenas pecuniárias as penalidades aos demais responsáveis (como diretores e redatores) e, a mais alta, de quase vinte salários mínimos. Em 1967, as penas de detenção eram, em maioria, de um a quatro anos, podendo chegar a dez anos (ou à multa de até cinquenta salários mínimos, também a mais alta).

O conjunto dos abusos e crimes previstos em ambas as leis, entretanto, foi pouco alterado, embora eles tenham sido mais detalhados na segunda. Estavam previstos, em ambas as leis, os seguintes crimes: fazer propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça e de classe; publicar ou divulgar segredo de Estado, notícia ou informação sigilosa relativa à segurança interna ou externa do país; publicar notícias falsas ou divulgar fatos verdadeiros, truncados ou deturpados, que provocassem alarma social ou perturbação da ordem pública (no texto de 1967, foi incluído o abalo à ordem econômica); ofender a moral pública e os bons costumes; caluniar, difamar ou injuriar alguém; e incitar à prática de qualquer infração às leis.

A lista daquilo que não se constituía em abuso no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação manteve praticamente o mesmo conteúdo em ambas as leis. Eram permitidas: a opinião desfavorável da crítica literária, artística, científica ou desportiva, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar; a publicação dos debates e documentos das assembleias legislativas (“desde que não constitua matéria reservada ou sigilosa”, elemento incluído no texto de 1967); noticiar ou comentar projetos e atos do Poder Legislativo, bem como debates e críticas a seu respeito; a reprodução integral, parcial ou abreviada, a notícia, crônica ou resenha dos debates escritos ou orais, perante juízes e tribunais, bem como a divulgação de despachos e sentenças e de tudo quanto for ordenado ou comunicado por autoridades judiciais; a crítica inspirada pelo interesse público; a exposição de doutrina ou ideia. Na segunda lei, foram incluídas como ações permitidas à imprensa, ainda, a divulgação, discussão e crítica de atos e decisões do Poder Executivo e de

seus agentes (desde que não se tratasse de matéria de natureza reservada ou sigilosa).

A responsabilidade penal pelos delitos da imprensa escrita também não foi alterada significativamente, partindo do autor e, sucessivamente, recaindo sobre o diretor ou diretores, o redator ou redatores-chefes (quando o autor não puder ser identificado ou estiver ausente do país, ou não tiver idoneidade moral ou financeira), sobre o dono de oficina gráfica, o gerente dessa oficina e, por último, sobre os distribuidores ou vendedores. Para as transmissões, foi utilizada a mesma hierarquia.

O Ministério Público permaneceu como principal origem das ações penais, que também podiam ser pedidas pelo próprio ofendido ou por seu representante legal (inclusive *in memoriam*). O direito de resposta também manteve praticamente a mesma estrutura. Os procedimentos e exigências de registro das empresas permaneceram praticamente os mesmos, sendo feitos no cartório competente do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação, no caso da imprensa escrita, de título do jornal ou periódico, endereço da sede da redação, administração e oficinas impressoras, o nome e os dados pessoais do diretor ou redator-chefe e do proprietário, e, tratando-se de propriedade de pessoa jurídica, o estatuto ou contrato social. Continuaram enquadrados como “clandestinos” (com circulação proibida) os impressos que não possuíssem registro, e permaneceu vedada a estrangeiros a propriedade ou “orientação intelectual e administrativa” das empresas jornalísticas ou agenciadoras de notícias.

Com relação às apreensões, houve modificação significativa na lei: a partir de 1967, estavam sujeitos a apreensão pela autoridade policial todos os impressos que circulassem ou fossem exibidos em público sem conter o nome do autor e editor, bem como a indicação da oficina onde foi impresso, a sede da mesma e a data da impressão (Art. 7º, parágrafo 2º). Antes, a apreensão estava prevista apenas nos casos de publicações que já houvessem sido proibidas por decisão judicial (incluindo aquelas classificadas como obscenas).

O Decreto-Lei n. 510, de 1969, também alterou a lei de imprensa de 1967, quanto às apreensões de impressos. No caso daquelas determinadas diretamente pelo Ministério da Justiça e Negócios Internos (sem determinação judicial, prevista na lei), a lei previa que o ministro tinha cinco dias, contados da data da apreensão, para submeter seu ato à aprovação do Tribunal Federal de Recursos, justificando a necessidade da medida e a urgência, e apresentando um exemplar do impresso do material. A partir disso, Tribunal dispunha

também de cinco dias para ouvir o responsável pelo impresso e, a seguir, submetia o caso a julgamento. Se a apreensão fosse considerada ilegal, ou que não tivessem ficado provadas sua necessidade e urgência, o Tribunal poderia ordenar a devolução dos impressos e fixar perdas e danos que a União deveria pagar. Caso o ministro da Justiça não submetesse seu ato a apreciação e apresentasse o caso ao Tribunal, o responsável pelo impresso poderia pedir a liberação do material e solicitar a indenização. Os parágrafos do Art. 63 da lei de imprensa que continham tais garantias e procedimentos foram simplesmente revogados pelo decreto-lei, mantendo dele apenas o poder concedido ao ministro da Justiça e Negócios Interiores para determinar apreensões diretamente, obscurecendo o destino dos exemplares recolhidos e aumentando as chances de perdas financeiras permanentes.

O “jogo” jurídico estabelecido por meio dos IPMs a fim de neutralizar os “antagonismos” internos e, entre eles, aqueles promovidos por intelectuais, e que havia garantido muitas decisões favoráveis, chegou a termo, de acordo com Heleno Fragoso, com a entrada em vigor do Ato Institucional n. 5, em 13 de dezembro de 1968³⁹⁵, que suspendeu, no Art. 10, “a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular”, o que desarmava completamente a defesa e equivalia à “virtual autorização para o constrangimento ilegal”.³⁹⁶ A partir de então, era impossível prever o rumo dos acontecimentos e garantir a segurança dos indiciados e dos próprios advogados, que passaram também a ser alvo de processos e de prisões, e foram excluídos de “qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo” com o AI-5, “bem como os respectivos efeitos” (Art. 11). Além disso, foram reinstauradas as demissões, cassações de mandatos eletivos e a suspensão de direitos políticos e o recesso do Poder Legislativo (o Congresso foi fechado pelo Ato Complementar n. 38, com a mesma data do AI-5), e foi criada a possibilidade de confisco de bens nos casos de “enriquecimento ilícito”. O Ato não possuía prazo de vigência.

Na 44ª Reunião do Conselho de Segurança Nacional (órgão consultivo da Presidência da República, que teve progressivamente sua importância ampliada ao longo da ditadura, e que será mais bem abordado na última parte deste capítulo), realizada em 30 de dezembro de 1968, no Palácio das Laranjeiras, presidida por Arthur da Costa e Silva, foram suspensos os direitos políticos e cassados os mandatos eletivos de diversos membros do Poder

395 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Consulta em: 05/01/2011.

396 FRAGOSO, p. 12.

Legislativo (os primeiros casos tratados foram os dos deputados federais Márcio Moreira Alves e Hermano Alves). Foram lidos, ao longo da reunião, trechos de pronunciamentos de cada nome sugerido para punição pelo presidente da República, entre outras informações, como indicativos de “subversão”. De acordo com o secretário-geral do Conselho, Jayme Portella de Mello, era preciso neutralizar a oposição estabelecida, inclusive, nos quadros do Poder Judiciário:

É público e notório de modo geral e específico, a atuação desses cidadãos, quer na propaganda e nas manifestações contrárias à Revolução democrática, brasileira, ou em pregações subversivas, em agressão às Instituições Nacionais e ao regime estabelecido pela Revolução. Cada qual, em sua esfera de ação, procurando contrariá-la, e tentar destruí-la em seus fundamentos, seus propósitos e suas obras, até com apoio dos que foram por ela afastados, da vida pública do País violando inclusive as normas sobre as quais ela se constituiu e desenvolveu. Ademais, em muitos casos, solapando o sistema jurídico revolucionário, votando sistematicamente, contra os legítimos interesses da Revolução, protegendo agitadores e elementos irrecuperáveis.³⁹⁷

Na reunião seguinte do CSN, realizada em 16 de janeiro de 1969, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, o presidente Costa e Silva apresentou aos membros outra manobra jurídica que o governo tomaria para garantir decisões mais favoráveis no STF, alterando novamente o número de ministros do Tribunal, com o Ato Institucional n. 6, de 1º de fevereiro de 1969³⁹⁸, que voltou a ser onze, com três aposentadorias compulsórias que ajudaram a “limpar” os quadros do órgão. O presidente concluiu estar retificando uma “omissão” dos militares em 1964:

Hoje ainda, vamos tomar, não é para apreciação do Conselho de Segurança Nacional, vou apenas fazer a participação, algumas medidas para sanar uma das maiores omissões da Revolução de 1964 e que foi justamente a de ter se considerado intangível o STF. Nos íamos, naquela ocasião, eliminar alguns ministros, mas o Doutor Francisco Campos sugeriu não o fazermos, para preservar, pelo menos, um dos Poderes. Mas os homens que lá ficaram e que deveriam ter sido aposentados, ou cassados, ou afastados, naquela ocasião, não se comportaram de acordo com a devida dignidade, com relação à Revolução. Eles ostentaram muitas e repetidas vezes suas ideias anti-revolucionárias e contra-revolucionárias. Fizemos um estudo apolítico, examinamos com extremo cuidado e chegamos à conclusão de que três homens precisam ser aposentados. Três homens que, inclusive não vieram da área da magistratura. Foram homens nomeados, talvez, sob o critério político. Vou revelar os nomes porque o Decreto de aposentadoria será

397 Livro n. 4 das atas do Conselho. Ata da 44ª sessão do Conselho de Segurança Nacional. De 30/12/1968. Disponível em: http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013048_2578.pdf. Consulta em: 26/07/2010.

398 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-06-69.htm. Consulta em: 05/01/2011.

assinado ainda hoje: Ministro Evandro Lins, Ministro Hermes Lima e Ministro Nunes Leal. Esses homens, durante todo este tempo, foram sistematicamente contra a Revolução, votando sempre contra, quase mesmo sem estudar o mérito das questões. Sei que outros procederam assim. Vou tomar uma decisão que é séria e importante, e da qual eu assumo inteira responsabilidade. O faço porque já incidi nesse erro uma primeira vez, e não quero fazê-lo pela segunda vez.³⁹⁹

A instauração da censura aos impressos não recebeu regulamentação específica e não houve alteração constitucional quanto à não necessidade de autorização do Poder Público para a publicação de livros e periódicos. Segundo Carlos Fico, o AI-5 permitiu, porém, atividades de censura mais sistemáticas em relação à imprensa, concentradas no Ministério da Justiça e no Departamento de Polícia Federal. Feita de forma prévia, ela acontecia com a avaliação das matérias por agentes da Polícia Federal nas próprias redações ou nos órgãos de segurança, com a possibilidade de veto à publicação. As “proibições determinadas” referiam-se a temas a serem censurados (elencados na Presidência da República, nos ministérios ou nos próprios órgãos de segurança e informação), que chegavam aos responsáveis por jornais e outros periódicos por meio, muitas vezes, de bilhetes e telefonemas.⁴⁰⁰ Além disso, houve a

colaboração espontânea das diversas instâncias envolvidas, como donos de jornais, jornalistas, produtores de cinema e de televisão. Todos estes agentes possuíam longa trajetória de relacionamento com os poderes constituídos, não apenas em função de interesses materiais, mas também, em vários casos, por genuína convicção política. Além disso, o Poder Executivo sempre pode, no Brasil, manipular grandes verbas publicitárias, determinar sindicância contra um órgão de imprensa, negar-lhe financiamento através dos bancos estatais ou, durante a ditadura, apreender toda uma tiragem.⁴⁰¹

Em 1970, já no governo de Emílio Garrastazu Médici, o Decreto-Lei n. 1.077, de 26 de janeiro, instituiu a censura prévia para livros e periódicos, ficando as publicações

399 Livro n. 4 das atas do Conselho. Ata da 45ª sessão do Conselho de Segurança Nacional. De 16/01/1969. Disponível em: http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013049_2589.pdf. Consulta em: 26/07/2010. p. 139. Na mesma reunião, ocorreu um fato curioso; quando da apreciação da cassação do mandato e suspensão dos direitos políticos do deputado federal Israel Dias Novas, o ministro do Trabalho e da Previdência Social, Jarbas Gonçalves Passarinho, interrompendo o presidente Costa e Silva, afirmou: “Há uma particularidade, em relação a mim, que vai, possivelmente, ser o começo da minha ficha, Israel Dias Novaes é o prefaciador do meu livro. Então, como ele foi cassado, isso pode ser o começo da minha ficha.” Costa e Silva continuou: “Ele vai ser editado, sobre o que ele versa?”. “É um romance”, respondeu o ministro. Encerrando a discussão, pronunciou-se Costa e Silva: “O Presidente da República resolve apenas cassar o mandato do Deputado Israel Dias Novaes.” Livro n. 4 das atas do Conselho. Ata da 45ª sessão do Conselho de Segurança Nacional. De 16/01/1969. Disponível em: http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013049_2585.pdf. Consulta em: 26/07/2010. p. 75-76.

400 FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**, 2007. p. 190.

401 SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. *Apud*: FICO, p. 188.

condicionadas a exame prévio de mérito feito pelo Ministério da Justiça, por meio do Departamento de Polícia Federal. O Decreto-Lei orientava-se para as “publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes” (Art. 1), veiculadas através de quaisquer meios de comunicação. Havendo a comprovação da existência de “matéria ofensiva à moral e aos bons costumes” pela Polícia Federal, o Ministério da Justiça poderia proibir a divulgação da publicação e determinar a busca e a apreensão de todos os exemplares. As publicações estrangeiras destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficaram sujeitas à verificação estabelecida prévia, na sua entrada no país. A distribuição, venda ou exposição de materiais que tivessem sido proibidos acarretava em multa e na perda dos exemplares, que seriam incinerados, independentemente de ação criminal. Segundo Fico, embora tenham sido objeto de preocupação da censura, os livros receberam tratamento assistemático, em virtude do grande volume de edições, que acabou por atingir, mormente, os de temáticas pornográficas e de autores mais visados.⁴⁰²

Em meio ao desenvolvimento da legislação repressiva e das “batalhas” judiciais estabelecidas, houve o aprimoramento dos sistemas de informação e segurança, com a progressiva centralização das atividades em órgãos militares, orientados, de forma geral, pelas formulações da Doutrina de Segurança Nacional proposta pela Escola Superior de Guerra. Segundo Fico, os funcionários dos órgãos de informação e segurança interpretavam a doutrina a seu modo, transformando-a em “jargões” correntes na documentação por eles produzida, e que embasava os IPMs e demais processos:

Essas interpretações peculiares dos escalões inferiores da comunidade de informações faziam surgir aquilo que podemos chamar de “técnicas de suspeição”, isto é, maneiras encontradas pelos agentes para “provar” que alguém era culpado de “subversão”. A mais usada era a reiteração: anotava-se na ficha de alguém um primeiro “indício” (a simples frequência a uma reunião, por exemplo) e, nos meses e anos seguintes, acrescentavam-se outras “informações”, muitas vezes cogitações, que iam, assim, compondo um perfil nebuloso de suspeição em torno do acusado – que nem ao menos tinha notícia da acusação.⁴⁰³

Em 13 de junho de 1964, foi aprovado pelo Congresso Nacional o projeto de criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), formulado pelo General Golbery do Couto e Silva. O órgão era subordinado diretamente à presidência da República e lhe foi, inicialmente, atribuída a função principal de fornecer informações que subsidiassem as decisões do

402 FICO, p. 193.

403 FICO, p. 180.

governo. Progressivamente, o SNI foi ganhando atribuições e poderes cada vez mais amplos (bem como maior sofisticação em seu aparato técnico, que envolvia espionagem), e conseqüentemente ampliou sua influência sobre o governo.

Cada ministério civil contava com uma Divisão de Segurança e Informações (DSI) própria, subordinados aos ministros e coordenados, em última instância, pelo SNI. Os ministérios militares também passaram a contar com órgãos próprios de informação e segurança. Até 1964, a Marinha era a única das três forças a possuir um serviço de informações (o Serviço de Informações da Marinha), transformado, em 1957, em Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Em 1967, durante o governo Arthur da Costa e Silva, foi criado o Centro de Informações do Exército (CIE, sob a influência do general Adyr Fiúza de Castro), especialmente para o combate à “subversão”. O ministério da Aeronáutica foi o último ter um serviço de informações, criado em 1968, inicialmente como Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (N-SISA), que deu lugar ao Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), em 1970. Os órgãos militares atuavam tanto no levantamento de informações como nas ações de segurança ou de práticas policiais repressivas, muitas delas envolvendo a utilização de torturas. Pode ser ainda destacado o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), subordinado ao Ministério das Relações Exteriores, criado em 1966, que tinha por principais objetivos o acompanhamento das atividades exilados políticos e a produção de informações úteis aos quadros diplomáticos brasileiros.⁴⁰⁴

Os sistemas de informação e segurança ganharam reforços com a criação, em 1970, dos Centros de Operação de Defesa Interna (CODIs) e dos Destacamentos de Operações de Informações (DOIs), subordinados ao Exército e inspirados no modelo da ilegal Operação Bandeirantes do estado de São Paulo, responsáveis por planejar e coordenar medidas de defesa interna, promover a comunicação entre todos os órgãos de segurança e colocar em prática operações coordenadas, envolvendo as demais forças armadas e órgãos de informação e segurança. A partir do mesmo ano, todos esses órgãos passaram a integrar o Sistema Nacional de Informações (SISNI), que objetivava aperfeiçoar o fluxo geral dos documentos. O órgão central do Sistema era o SNI, que produzia e gerenciava informações distribuídas aos demais membros da “comunidade de informações”. Denúncias e investigações tinham

404 Ver: PENNA FILHO, Pio. Política externa dos governos militares. *In*: **Seminário 40 anos do Golpe de 64**. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

origem, porém, em todos os demais órgãos.⁴⁰⁵

O Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS-GB) teve grande participação na repressão policial às atividades intelectuais aqui em estudo (realizadas em sua jurisdição geográfica), sobretudo nos primeiros anos do regime autoritário. A estrutura que possuía em março de 1964 tinha sido dada dois anos antes, com a Lei n. 263, de 24 de dezembro de 1962, que criou o Departamento de Ordem Política e Social, substituindo a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), ligado à Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) e subordinado diretamente ao governador do Estado da Guanabara. Foi extinto o cargo de chefe de Polícia e suas atribuições foram divididas em três superintendências: Administração e Serviços, Polícia Judiciária e Executiva. O Decreto n. 28, de 15 de julho de 1963, instituiu quatro Serviços para o DOPS-GB (com seções subordinadas): o Serviço de Operações (responsável por buscas, apreensões, prisões, com contato direto com o público); o Serviço de Investigações (responsável pelas averiguações e elaboração de informações); o Serviço de Fiscalização de Armas e Explosivos (responsável pelo controle do comércio de armas e explosivos); e o Serviço Técnico (que controlava a operação do material eletrônico, de fotografia e microfilmagem).⁴⁰⁶

Após o golpe civil-militar, o Departamento passou por nova alteração, com o Decreto n. 253 do governo do estado, de 15 de julho, que o definiu como órgão central, subordinado diretamente à Superintendência Executiva da SSP, além de criar Seção de Armamento Especializado, e de alterar a Seção de Registro e Controle de Explosivos para Seção de Registro e Controle, mantendo a estrutura do Serviço de Investigações e do Serviço de Operações. Por ter herdado os fichários, dossiês e prontuários produzidos pelas polícias políticas do Rio de Janeiro⁴⁰⁷, mesmo com a criação do Departamento de Polícia Federal, em

405 Ver: FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 71-105.

406 Ver: **Polícia política e cidadania**: fundos documentais do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. APERJ - Programa Memória do Mundo da UNESCO, 2007. Descrição do Acervo, p. 19. Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/APERJ%20Mem%C3%B3ria%20do%20Mundo%20completo.pdf>. Consulta em: 10/05/2010.

407 O primeiro órgão da Polícia Civil do Distrito Federal com função de polícia política foi criado em 1920: a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, extinta em 1922, com a criação da 4ª Delegacia Auxiliar, subordinada ao chefe de Polícia. Em 1933, foi criada a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), numa reforma em todo o serviço policial da capital. A DESPS já contava com uma seção de Arquivo Geral e Segurança Política e Social (para organizar prontuários, dossiês e fichários com as informações decorrentes das ações policiais). Em 1944, os serviços da Polícia Civil no Distrito Federal foram remodelados: a DESPS e toda a Polícia Civil foram extintas, e foi criado o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com uma Divisão de Polícia Política e Social (DPS), órgão que sucedeu a DESPS. A DPS, por sua vez, foi extinta em 1945, sendo criada, em seu lugar, a Delegacia

1967, ao DOPS-GB eram feitas solicitações de órgãos federais e de outros estados, os “pedidos de busca” sobre antecedentes pessoais, predominantes na documentação específica estudada. Ele também tinha as funções de emissão de passaportes e certidão negativa de antecedentes políticos.⁴⁰⁸

Até 1970, a Editora Civilização Brasileira já havia perdido parte do dinamismo editorial que fora a “marca registrada” da empresa, desde que Ênio Silveira a assumira totalmente e projetado sobre ela suas convicções éticas e políticas acerca da profissão de editor e do papel dos livros para a construção de uma realidade mais justa e democrática. Embora os anos iniciais da ditadura militar tenham representado a reformulação do conjunto legal e aprimoramento do aparato repressivo que atingiria maior complexidade e eficiência ao longo dos anos 1970, como se viu até aqui, as medidas legais, policiais e econômicas – e extraleais, como atentados à bomba – tomadas pelo governo e pelos órgãos de informação e segurança contra a ECB e seu editor foram suficientes para desmobilizar os grupos intelectuais reunidos, sobretudo, por meio das revistas, e neutralizar em grande medida esse grande “foco” de oposição.

3.3 As ações policiais e judiciais

O nome de Ênio Silveira não constava entre os “comunistas infiltrados” na lista divulgada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)⁴⁰⁹ imediatamente antes do

de Ordem Política e Social (DOP). Ainda no mesmo ano, a DOP foi extinta e foi recriada a DPS. Com a transferência da capital para Brasília, em 1960, a DPS foi estadualizada e transferida para Guanabara (o DFSP passou a se chamar Departamento Estadual de Segurança Pública), mantendo a função de polícia política. Antes da transferência para Guanabara, os órgãos dos demais estados também enviavam materiais ao do Rio de Janeiro. *Ide*, p. 19.

408 O DOPS-GB teve nova reestruturação com o Decreto n. 942, de 5 de outubro de 1967: o Serviço de Operações foi alterado para Divisão de Operações (que ganhou o Serviço de Buscas); o Serviço de Investigações transformou-se em Divisão de Informações; e foram criados o Serviço de Buscas, o Serviço de Divulgação e o Serviço de Operações Especiais. Em 14 de dezembro de 1967, com o Decreto n. 982 (alterando artigos do anterior), foram criadas a Seção de Buscas Especiais e a Seção de Buscas Ostensivas (subordinadas ao Serviço de Buscas da Divisão de Operações), a Seção de Proteção e Segurança e a Seção de Controle de Tumultos (subordinadas ao Serviço de Operações Especiais da mesma Divisão); foi extinta a Subseção de Transporte, subordinada à Seção de Administração. Em 31 de agosto de 1969, o Decreto n. 3.022 alterou novamente a estrutura da Secretaria de Segurança Pública, que passou a ter um Conselho de Dirigentes, formado pelas chefias de órgãos que lhe eram subordinados, como o DOPS-GB, e presidido pelo secretário de Segurança Pública. O Serviço de Fiscalização de Armas e Explosivos foi transformado em Divisão de Armas e Explosivos. Nela, foi criado o Serviço de Registro e Controle de Explosivos, além de diversos outros setores como o de Oficina, subordinado à Seção de Armamento Patrimonial.

409 HALLEWELL, P. 574. O IPES era uma organização financiada por entidades privadas, de caráter anticomunista, e que apoiou o golpe de Estado e os militares que tomaram o poder em 1964 (o general Golbery do Couto e Silva, por exemplo, era bastante próximo das atividades do Instituto). Sobre o quadro de sócios,

golpe, embora esta incluísse muitos outros autores da ECB, como Francisco Julião, Leandro Konder, Astrogildo Pereira, Osny Duarte Pereira e Nelson Werneck Sodré. Entre os dias dez e quatorze de abril de 1964, por meio de Atos do Comando Supremo da Revolução (ACSR), alguns desses nomes e de outros intelectuais próximos à empresa, ou que dela se aproximariam a seguir (também através das revistas), tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos. No Ato n. 1⁴¹⁰, que trouxe cem nomes, constavam os de Osny Duarte Pereira (com diversas obras já editadas pela ECB, já citadas), de Celso Furtado (que seria membro do conselho consultivo da RPEI e publicaria pela Civilização e pela Paz e Terra), de Roland Cavalcante Albuquerque Corbisier (futuro secretário da RCB e que também publicaria obras pela ECB) e de Francisco Julião (já editado⁴¹¹). Os dois últimos constaram, também, da lista de nomes contida no ACSR n. 2⁴¹², que cassou o mandato de quarenta congressistas, pois Corbisier, conforme apontado no capítulo 2, exercia o cargo de deputado federal pelo PTB da Guanabara, e Julião pelo PSD de Pernambuco.

No ACSR n. 4⁴¹³, com sessenta e dois nomes, foram suspensos os direitos de Nelson Werneck Sodré (que já publicava pela Civilização e participaria ativamente do conselho editorial da RCB). Com apenas cinco nomes, o Ato n. 5⁴¹⁴ suspendeu os direitos de Ênio Silveira, de Franklin de Oliveira (já editado pela ECB⁴¹⁵), e de Edmar Morel (que publicaria pela editora⁴¹⁶). Nota-se que, entre esses intelectuais, foi expressiva a participação na coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*⁴¹⁷, que teve vários volumes apreendidos mesmo antes do golpe, e que seria comumente referida nas investigações policiais como indicativo de atividade “subversiva”.

financiamentos e atividades específicas, ver: DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 195-220.

410 De 10/04/1964. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/355.pdf>. Consulta em: 04/01/2011.

411 **Que são as Ligas Camponesas?** (Cadernos do povo brasileiro, v. 2.), 1962. **Até quarta, Isabela!**, 1965.

412 De 10/04/1964. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/356.pdf>. Consulta em: 04/01/2011.

413 De 13/04/1964. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/4.pdf>. Consulta em: 04/01/1964.

414 De 13 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/361.pdf>. Consulta em: 04/01/2011.

415 **Rio Grande do Sul: um novo Nordeste.**, 1960; **Revolução e contra-revolução no Brasil**, 1962 (Cadernos do povo brasileiro, v. Extra 2.); **Que é a revolução brasileira?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 9.); **Morte da memória nacional.**, 1966; **A tragédia da renovação nacional**, 1970.

416 **O golpe começou em Washington**, 1965; **Padre Cícero, o santo de Juazeiro**, 1966; **Vendaval da liberdade**, 1967.

417 Apesar de não ter outras obras editadas pela ECB ou EPT e de não se envolver futuramente com as revistas das empresas, também constava no Ato n. 1 o nome de João Pinheiro Neto, autor de **Salário é causa de inflação?**, número 19 dos Cadernos, de 1963.

A movimentação na sede e livraria da Civilização Brasileira já era investigada pelo DOPS-GB em 1964. Em julho, foi emitido um pedido de busca ao DOPS-GB (cuja procedência não pode ser apurada), sobre reuniões suspeitas nas dependências da empresa:

Os senhores ÊNIO SILVEIRA e ÁLVARO VIEIRA PINTO, cujos endereços são, respectivamente, rua Paulo César Andrade, n. 70, ap. 403 e rua 7 de Setembro, n. 97, são diretores de Cadernos do Povo. Esses indivíduos costumam promover reuniões na rua 7 de Setembro, n. 97, depois do expediente comercial com vários autores.⁴¹⁸

A solicitação foi respondida pouco menos de três meses depois, concluindo, após investigação, que não havia “o desenvolvimento, propriamente dito, de reuniões políticas e sim de encontros, para deliberação de assuntos da própria editora”. O documento informava que Álvaro Vieira Pinto havia sido procurado e dito que “efetivamente o procura [Ênio Silveira] após o horário normal de expediente, participando de círculo de autores e intelectuais, sendo geralmente, a literatura o assunto abordado”. O DOPS-GB remeteu, ainda, memorando com um conjunto de informações sobre os dois investigados, assinado por Antônio Sellitti Rangel, Chefe da Seção de Operações:

ALVARO BORGES VIEIRA PINTO. Professor Catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia, (...) foi nomeado para o cargo de Diretor do I.S.E.B., e o vinha exercendo normalmente até o movimento de 1º de abril, não tendo, até a presente data, sido chamado para depor em qualquer IPM. [...] Em 03-09-48, segundo Ofício da Presidência da República sobre atividades comunistas na Faculdade Nacional de Filosofia, e no MEC, o marginado tinha seu nome assinalado como se destacando pela agressividade e indisciplina contra atos do governo e autoridades universitárias [...].

ÊNIO SILVEIRA. [...] Em 05-02-48, segundo documentos apreendidos, foi assinante de “A Classe Operária”. Em 30-12-53, segundo publicação na Imprensa Popular, fez uma reportagem na qual afirmava da necessidade de uma mais efetiva relação cultural e comercial Brasil-URSS.⁴¹⁹

No dia 15 de junho de 1964, Ênio Silveira foi comunicado formalmente sobre o “IPM da Editora Civilização Brasileira”, sob a responsabilidade do Major Moacir Vêras.⁴²⁰ Segundo o advogado Heleno Fragoso, interessava ao militar investigar transações comerciais feitas pela editora com a Presidência da República, a participação de Ênio no Comando dos Trabalhadores Intelectuais, sua relação com Miguel Arraes e a publicação dos Cadernos do

418 APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro, Setor Secreto, pasta 10, folha 68. Pedido de Busca n. 518 da SAE, de 27/04/1964. Grifos no original.

419 APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro, Setor Secreto, pasta 10, folhas 68 e 69. Memorando n. 443, de 20/07/1964. Grifos no original.

420 RCB, n. 3, julho de 1965, p. 323.

Povo Brasileiro.⁴²¹ A RCB publicou alguns documentos sobre esse IPM (“por se tratar de documentação curiosa, ilustrativa da fase tragicômica por que vem passando a vida brasileira a partir do golpe de 1º de abril”).⁴²²

O comunicado foi feito por meio de dois ofícios, contendo solicitações para a instalação do inquérito, como uma sala nas dependências da editora, móveis e materiais de escritório. Da ECB, houve a recusa em atender às solicitações, em carta dirigida ao major encarregado. Depois de “vários debates de natureza jurídica”, segundo a RCB, o major teria sido “convencido” de que não havia amparo legal para suas solicitações, e transferiu para o quartel da 1ª Região Militar a sede do IPM. Heleno Fragoso afirmou ter enviado ao encarregado uma “carta longa e amável”, em 4 de julho de 1964, fazendo a defesa completa de Ênio.⁴²³ Foram ouvidos os diretores da empresa e funcionários, além de ter sido feita perícia contábil no escritório da Civilização, com base na qual o editor foi detido para interrogação sobre a origem de seus bens.⁴²⁴

Segundo a RCB, apesar de não ter encontrado “nenhuma prova concreta de delito”, o major Véras decidiu, na conclusão das investigações sobre a Civilização Brasileira, encaminhar os autos para a Justiça Civil, com endosso do chefe da CGI, concluindo ter havido “crime de subversão” e de “conluio” com o governo deposto e com a UNE, e que, também, “o sr. Ênio Silveira é pessoa de origem aristocrática, que mantém elevado padrão de vida, reside em bairro aristocrático e traja-se com apuro, o que deixa crer que não passa de um aproveitador das teses socialistas e da posição burguês-progressistas”.⁴²⁵ O processo foi então distribuído à 2ª Vara Criminal do Estado da Guanabara, e a Promotoria do Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra o editor, em 22 de outubro de 1964, incurso no Art. 11, parágrafo 3, da Lei n. 1.802, de 1953 (“distribuição ostensiva ou clandestina, mas sempre inequivocamente dolosa, de boletins ou panfletos, por meio dos quais se faça a propaganda condenada”). Tratava-se dos Cadernos de Povo Brasileiro.

Em 11 de dezembro, um despacho do juiz levantou questão quanto ao princípio da indivisibilidade da ação penal, solicitando nova vista dos autos à Promotoria, à medida que

421 FRAGOSO, p. 19.

422 Foram publicados o despacho da Procuradoria de Justiça do Estado da Guanabara, o recurso da Promotoria ao STF e o pedido de negação do recurso feito pelo advogado de Ênio Silveira.

423 FRAGOSO, p. 19.

424 VIEIRA, p. 100.

425 Idem.

apenas o editor era denunciado, e não todos os autores das edições. No dia 28, a Promotoria manifestou-se indicando que oferecera denúncia apenas contra Ênio Silveira, mas que havia destacado a “possibilidade de aditamento dos demais responsáveis”, de acordo com a instrução criminal. Quatorze dias depois, o processo foi remetido à apreciação do Procurador-Geral de Justiça do Estado da Guanabara. Em de 09 de fevereiro de 1965, a denúncia foi por ele rejeitada, afirmando

não ser possível compreender-se se [a Promotoria] tenha denunciado o editor dos livros que, imprimindo-os e os divulgando, teria violado a lei penal, e denúncia não se tivesse concomitantemente oferecido, considerando-se o disposto no art. 25 do Código Penal c/c. o art. 41 da invocada lei n. 1.802, contra os autores dos mesmos livros, cujos nomes se acham neles ostensivamente impressos [...].⁴²⁶

A Promotoria teria ferido, assim, os princípios da obrigatoriedade da ação penal (prevista na lei de segurança de 1953) e da indivisibilidade contra todos os autores do fato considerado criminoso (prevista no Código de Processo Criminal), acarretando na inépcia da denúncia.

Além disso, segundo o magistrado, não havia existência de prova da coautoria de Ênio Silveira nos Cadernos: “Quem escreve um livro e o entrega ao editor para imprimi-lo e expô-lo publicamente à venda, está evidentemente concorrendo e talvez até mais conscientemente do que o próprio editor para a atividade deste”.⁴²⁷ A classificação dos Cadernos do Povo Brasileiro como “boletins” ou “panfletos” para o enquadramento na lei de segurança também foi questionada na sentença, afirmando que o legislador, ao punir a propaganda de processos violentos de subversão, o fez sem se referir a livros, que não estavam incluídos sequer na lei de imprensa (destinada aos “jornais” e “periódicos”), pois não representavam meios eficazes de propaganda e de “penetração no seio das massas”.

O Ministério Público recorreu em 17 de fevereiro de 1965, constando das razões do promotor a afirmação de que Ênio Silveira era, de fato, o “autor intelectual” dos “livretos” intitulados Cadernos do Povo Brasileiro, “ostensivamente divulgados e distribuídos”, havendo indiscutível “propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política, pregando o ódio religioso e semeando a discórdia entre as classes sociais”.⁴²⁸ O recurso argumentava

426 RCB, n. 3, julho de 1965, p. 323.

427 Idem.

428 RCB, n. 3, julho de 1965, p. 327. Os números destacados no recurso são: **Como seria o Brasil socialista?** (n. 8), **Que é a revolução brasileira?** (n. 9), **A Igreja está com o povo?** (n. 15), e **Que é o imperialismo?** (n.

que a denúncia havia sido feita apenas contra o editor em virtude de basear-se no crime de propaganda, por divulgar obras com o objetivo subverter a ordem, e que teria havido a solicitação, por parte de Ênio, para que os “livretos” fossem escritos, caracterizando a coautoria:

Aos autores pelo que se lê da prova colhida pouco importava escrever sobre essa ou qualquer outra matéria, desde que fossem bem pagos pelo denunciado ou por qualquer outro que necessitasse de seus serviços. [...] O denunciado – e só ele – pelo que se apurou, até aqui, nos autos, tinha o propósito inequívoco de subversão, não sendo de estender-se a acusação àqueles contra os quais, até o momento, não se conseguiu evidenciar tal procedimento.⁴²⁹

O recurso foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, onde foi distribuído ao ministro Evando Lins e Silva.⁴³⁰ Para comprovar a existência do crime, a Promotoria recorreu a “breve exegese” da expressão “editor” (com o uso de dois dicionários), destacando o “caráter de propaganda pública” inerente à atividade.⁴³¹ Contestando, por fim, a questão da inexistência da expressão “livro” na lei de segurança de 1953, o recurso apresentou “o real sentido” da expressão “panfleto” (por meio, também, de quatro dicionários e da Enciclopédia Britânica), concluindo ser a palavra sinônimo de “livro pequeno”. Os Cadernos do Povo Brasileiro, por serem “publicações do tipo livro-bolso (meio palmo) com poucas páginas”, podiam ser classificados como panfletos, segundo a Promotoria.

Em 22 de março de 1965, Heleno Fragoso apresentou ao relator do processo solicitação de desprovimento do recurso e, em suas razões, reafirmou os argumentos do Procurador da Guanabara, refutando a argumentação de coautoria apresentada pelo promotor:

Eis aqui uma afirmação singular. Por um lado, degrada a atividade dos autores, reduzindo-os a máquinas de escrever, capazes de produzir um livro ao mágico apertar de um botão. Por outro lado, esquece o Dr. Promotor, maliciosamente, que os autores recebiam, como se apurou no inquérito, apenas 8% (oito por cento) do preço de venda, o que representa uma pequena remuneração, em face do reduzido preço.⁴³²

Segundo o advogado, estava claro ao legislador, quando excluiu a expressão “livro” da lei de segurança, que somente “boletins” e “panfletos” constituíam veículo propício à

17).

429 RCB, n. 3, julho de 1965, p. 330.

430 “Evandro, apesar de notoriamente visado, por suas vinculações com o governo de João Goulart, sempre foi um juiz correto e independente. Nenhuma injustiça passou pelas suas mãos sem remédio. A distribuição do nosso processo para ele nos deixou confiantes.” FRAGOSO, Heleno. p. 21.

431 RCB, n. 3, julho de 1965, p. 331-2.

432 RCB, n. 3, julho de 1965, p. 334.

propaganda de ideias subversivas, pela facilidade de distribuição e de circulação, e pela natureza do conteúdo (“pelo estilo violento, desabrido e veemente na exposição da matéria”⁴³³), que não estavam presentes nos Cadernos. Fragoso acrescentou, ainda, a forma “lacunosa” e “imprecisa” empregada na descrição do fato delituoso: “Fica-se sem saber, pela denúncia, qual o conteúdo dos livros e o que, especificamente, existe neles de subversivo, no entender da acusação pública”.⁴³⁴ Heleno Fragoso concluiu com um amplo retrospecto das atividades editoriais da Civilização Brasileira, reafirmando o ecletismo e a importância da “obra cultural” feita pela empresa no país:

Egrégio Tribunal:

Empresa eclética, de visão ampla, aberta, a todos os fluxos do pensamento e da sensibilidade, a Editora Civilização Brasileira tem publicado obras de autores nacionais e estrangeiros dos mais diversas e diversificadas tendências, contribuindo, assim, para a informação do público e a abertura dos quadros culturais do País. Trata-se de organização que exerce a democracia intelectual e que coloca o seu leitor a par dos melhores e mais destacados escritores do nosso e de outros tempos.

É o que demonstra um simples e apressado olhar pelo seu catálogo de títulos.

No plano literário internacional, saíram sob sua chancela autores da categoria de Morris West (romancista católico revelado ao Brasil pela ECB, Graham Greene (outro ficcionista católico de fama internacional), F. Scott Fitzgerald, Charles-Louis Phillipe, Albert Camus, Alphonse Daudet, John Fowles, Camilo Castello Branco, William Faulker, A. Toynbee, William M. Thackeray, Theodore Banville, Vasco Patroli, H. G. Wells, Aldous Huxley, Bertrand Russel, Oscar Wilde, John Steinbeck, Roger Vailland, Evelyn Wauth, Stephan Zweig, Ilya Ehrenburg, Calderón de la Barca, Jean-Paul Sartre, Ésquilo, Sófocles, Aristófanos, Shakespeare, Henry James, Curzio Malaparte, Howard Fast, Molière, Jacob Wassermann, Friedrich Dürrenmatt, Gottfried Keller, B. Travan, Ernesto Sábato, Rimbaud, Walt Whitman, Giovanni Arpino, John Hersey, Antônio José da Silva, Hans Habe, Michael Harrington (estudioso católico dos problemas sociais), Georg Lukács, entre outros, muitos dos quais distinguidos com prêmios célebres, como o Nobel, o Pulitzer, o Strega, para citar somente alguns.

No terreno das letras nacionais, ao lado de obras consagradas, tem revelado os mais expressivos valores brasileiros dos últimos anos. É mesmo a editora que *mais* publica escritores nossos contemporâneos, como se pode verificar da enumeração de alguns nomes, muitos deles com mais de uma obra difundida pela empresa. [...] ⁴³⁵

433 RCB, n. 3, julho de 1965, p. 235.

434 RCB, n. 3, julho de 1965, p. 336.

435 “Os acadêmicos Vianna Moog, Adonias Filho, R. Magalhães Júnior, A. da Silva Melo, Álvaro Lins, Guimarães Rosa, Viriato Corrêa, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Ribeiro Couto, Marques Rebelo, Jorge Amado e mais Carlos Heitor Cony, Antônio Callado, Odorico Tavares, Eneida, Valdomiro Ferreira, Moacir C.

Entre os seus empreendimentos de maior destaque, situa-se a obra notável *Os Grandes Julgamentos do Supremo Tribunal Federal*. Essa obra monumental do Ministro EDGARD COSTA, em 4 alentados volumes, constitui a mais completa coletânea jamais editada no Brasil por empresa particular e sem nenhum auxílio governamental. Somente o arrojo de um editor moderno, ciente do valor jurídico e cultural do trabalho, realizaria edição de tal vulto – edição que, dada a precariedade da vida editorial brasileira, caberia antes aos órgãos oficiais de divulgação.⁴³⁶

No documento, ainda foram destacados o **Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa** e diversas outras edições da ECB (como a coleção Rio-400, em comemoração ao IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro). O advogado conclui seu pedido afirmando que as obras citadas constituíam “prova evidente” da diversificação da produção editorial da ECB e, conseqüentemente, de seu “espírito nada sectário”.⁴³⁷ Informava, ainda, que “precisamente por levar em conta a ampla capacidade de difusão cultural da Editora Civilização Brasileira”⁴³⁸, é que a Organização das Nações Unidas (ONU) acabara de estabelecer com ela um convênio, no qual a ECB passava a representar e a distribuir as publicações do organismo em todo o território nacional:

Demonstra-se, portanto, que a ECB é empresa com larga visão, realizando obra cultural inestimável e da maior categoria. Limitou-se a promover, com as publicações que deram causa ao inquérito policial militar, como lhe parecia patriótico e necessário, amplo debate de ideias e opiniões sobre a realidade brasileira, que atravessa, como os acontecimentos recentes demonstram de forma tão eloquente, um dos períodos mais tortuosos, na história desta grande nação. O Supremo Tribunal Federal, que tem sabido tão bem cumprir com sua missão, não permitirá que se inicie um processo que, atentando contra a livre manifestação do pensamento, atinja um direito constitucional tão caro, num País de homens livres, afetando o crédito e a reputação de uma empresa cujo prestígio, no plano cultural, atravessou há muito as fronteiras, honrando o nome do Brasil.⁴³⁹

Lopes, Geir Campos, Mauro Mota, Moacyr Félix, Dalton Trevisan, Campos de Carvalho, Guilherme de Figueiredo, Esdras do Nascimento, Francisco de Assis Barbosa, Joaquim Cardozo, João Felício dos Santos, José Honório Rodrigues, Argeu Guimarães, Jorge Medauar, João de Oliveira Filho, Domingos Carvalho da Silva, Osman Lins, Ivan Pedro de Martins, Nelson Werneck Sodré, Mário da Silva Brito, Edgar Cavalheiro, Orígenes Lessa, José Condé, Helena Silveira, Otto Lara Rezende, Lygia Fagundes Teles, Mário Donato, Luiz Lopes Coelho, Cláudio de Araújo Lima, Octávio Ianni, Dias Gomes, Breno Accioly, João Bettencourt Canto e Mello, Ayres da Matta Machado Filho, Dinah Silveira de Queiroz, Luís Martins, Luís Souza Gomes, Eduardo Tourinho, Leandro Tocantins, Hélio Silva, Lêdo Ivo, Hermilo Borba Filho, Antônio Soares Amora, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Fernando Góes, Aguinaldo Silva, Otto Maria Carpeaux, Silveira Sampaio, Autran Dourado, Modesto de Abreu, Benjamin de A. Carvalho, Sylvan Paezzo, Renard Perez, A. Costa Pinto, Glauber Rocha, Astrogildo Pereira, Olympio Monat e muitos outros, tiveram seus livros lançados pela Editora Civilização Brasileira.” RCB, n. 3, JULHO DE 1965, p. 338.

436 RCB, n. 3, julho de 1965, p. 338. Grifos no original.

437 RCB, n. 3, julho de 1965, p. 339.

438 Idem.

439 RCB, n. 3, julho de 1965, p. 339-340.

O STF, em 13 de outubro de 1965, julgou o recurso e negou o provimento. A decisão foi comemorada pelo advogado de Ênio: “A Suprema Corte de Justiça do país declarava que não era possível praticar o crime de propaganda subversiva por meio de livros, em decisão unânime. Esperávamos, com essa decisão, barrar a verdadeira onda de apreensões de livros que então se desenvolvia”.⁴⁴⁰

Em meio a esse processo, outras denúncias circularam pelos órgãos de informação e segurança. Uma delas envolveu as “provocações” promocionais feitas para os livros da Civilização, por meio de cartazes nas livrarias. Em março de 1965, a 2ª Seção do Gabinete do Ministro da Guerra emitiu um informe (com difusão ao Ministério da Educação e Cultura e ao SNI), solicitando ao Serviço de Operações do DOPS-GB a apuração da denúncia de que o livro **A invasão da América Latina**, de John Gerassi, editado no mesmo ano, estava sendo exposto na livraria Atheneu, junto de cartaz com a frase “O Brasil, Argentina e Paraguai já foram invadidos pelos EUA por obra do Departamento de Estado do Pentágono e da CIA”. A justificativa apresentada na solicitação era a seguinte: “A 20 de maio próximo será realizada no Estado da Guanabara uma reunião dos integrantes da OEA, que devem se hospedar em hotéis próximos à Senador Dantas. Acredita-se que o cartaz exposto na vitrine também visa a hostilizar essa reunião”. O documento também alertava para o autor e o conteúdo da “orelha” do livro: “ÊNIO SILVEIRA é comunista, e na apreciação que faz na orelha do livro, entre outras coisas, diz: Oligarquia + Forças Armadas, e povo = vitória estratégica do mundo ocidental”. No informe, ainda constava uma espécie de parecer do Ministério da Guerra sobre a publicação desse “tipo de livro” no país: “O Instituto Nacional do Livro, da Biblioteca Nacional, órgão do MEC, é que libera o papel às livrarias para editarem seus livros. Parece não ser justa essa liberação para uma edição contra a revolução”.⁴⁴¹

Ainda em 1965, aconteceu o episódio conhecido como o dos “oito da Glória” ou “oito da OEA”, referido no capítulo anterior, para o qual foram chamados Heleno Fragoso, Clemente Hungria e George Tavares a fazer a defesa do grupo. Tavares representou Carlos Heitor Cony, que havia sido preso juntamente com Jayme Azevedo Rodrigues e Márcio Moreira Alves (membros da RPEI), Antônio Callado, Glauber Rocha, Mário Carneiro, Joaquim Pedro de Andrade e Flávio Rangel, todos levados para o quartel da Polícia do Exército, no dia 17 de novembro. Eles foram também enquadrados na lei de segurança de

440 FRAGOSO, p. 24.

441 APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro, Setor DOPS, pasta 57, folha 42. Informe n. 69/65, de 05/03/1965. Grifos no original.

1953 e foi aberto IPM. Comentando a defesa à imprensa, um dia após as prisões, George Tavares expôs estratégia sua estratégia de defesa:

A prisão é uma violência. Os intelectuais não cometeram crime algum. O enquadramento na Lei de Segurança Nacional não corresponde à figura típica de perturbação de congresso ou convenção internacional. O caso de um elemento penetrar num recinto de congresso com o intuito de impedir sua realização é uma figura que, no Código Penal, corresponde à perturbação de ato ou ofício religioso. O fato tem que ocorrer no interior de onde se esteja realizando o ato, e ter como consequência específica a sua perturbação. O que ocorreu foi que um grupo de intelectuais desfraldando faixas de “Viva a Liberdade” e “Abaixo a Ditadura” se dirigiu para as proximidades do Hotel Glória momentos antes de instalada a convenção extraordinária da OEA. Não perturbaram congresso algum.⁴⁴²

O grupo ficou incomunicável por três dias, o que gerou uma movimentação de artistas e intelectuais que culminou com uma disputada missa na igreja da Glória, acontecida dez dias após as prisões. Sem perspectiva de soltura, os advogados procuraram diretamente o ministro da Justiça, Juracy Magalhães, alegando a inexistência do crime e a ilegalidade das prisões. Depois de vinte dias presos, todos foram liberados.

Ênio Silveira também foi arrolado no IPM do ISEB, sob responsabilidade do coronel Gerson de Pinna. Segundo Heleno Fragoso, contra o editor só se conseguira levantar um conjunto de “tolices”: ser fundador do Comando dos Trabalhadores Intelectuais; ser ligado por laços de convívio à comunista Carolina Jukov; ser ligado ao movimento comunista internacional; ter feito parte da comissão organizadora do almoço em homenagem a Astrogildo Pereira; ser componente da diretoria do Instituto Cultural Brasil-Cuba; ter assinado manifesto de solidariedade a Cuba; ter assinado memorial de convocação de trabalhadores e povo para o comício do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil; ser proprietário da Editora Vitória e da Civilização Brasileira; e fazer propaganda comunista nas “orelhas” dos livros que publicava.⁴⁴³ Mesmo assim, a segunda prisão do editor, entre 26 de maio e 4 de junho de 1965, aconteceu por conta desse inquérito.

442 TÉRCIO, p. 66. Na Lei n. 1802, de 1953 (ainda em vigor em 1965): “Art. 20. Perturbar ou interromper, com violências, ameaças, ou assuadas, conferência internacional realizada em nosso território de que participem delegados de governos de outros países. Pena - detenção de 1 a 3 anos. A pena será aumentada de um terço se a conferência tiver de ser suspensa pelos fatos definidos neste artigo, por mais de 24 horas.” No Decreto-lei n. 314, de 1967: “Art. 35. Perturbar ou tentar perturbar, mediante o emprego de vias de fato, ameaças, tumultos ou arruídos, sessões legislativas, judiciárias ou conferências internacionais realizadas no Brasil. Pena - detenção, de 6 meses a 2 anos, para o crime consumado, punindo-se a tentativa com um terço da pena.”

443 FRAGOSO, p. 25-26.

A prisão ocorreu após Ênio Silveira ter oferecido almoço ao governador de Pernambuco, Miguel Arraes, de quem era editor, pouco tempo antes de ele pedir asilo político na Embaixada da Argélia, fato que gerou especulações sobre a acusação de ter-lhe oferecido guarida. Os jornais publicaram que o encarregado decretaria a prisão de Ênio que, espontaneamente, procurou-o e acabou preso, sendo recolhido ao quartel da Polícia do Exército, sob a alegação de que não poderia ser ouvido naquele dia.

Aparentemente, o coronel estava interessado em investigar fatos relacionados com um suposto manifesto do ex-governador, investigação que ficou conhecida como 'IPM da Feijoada', por que [sic] se dizia que esse tal manifesto surgira numa feijoada [o almoço] na casa de Ênio [...].⁴⁴⁴

Depois da prisão, Gerson de Pinna ouviu empregados do editor, sobre a permanência de Miguel Arraes na casa de Ênio, embora tenha vinculado a investigação ao IPM do ISEB.

Um dia após a prisão do editor, um documento da Superintendência Executiva da Secretaria de Segurança Pública da Guanabara (em resposta ao Informe n. 139 do Estado Maior da Aeronáutica, datado de 06 de abril de 1965, que não consta no acervo do APERJ) tratava da denúncia (originada no CENIMAR) de que Ênio Silveira estaria oferecendo “bicos a esquerdistas desempregados, como vendedores de livros didáticos”. Segundo o documento, a informação sobre os livros didáticos era infundada, tratando-se, na verdade, “de coletânea sobre o ex-governador de Pernambuco (Palavra de Arraes)”. Além disso, informava que não tinha sido possível apurar a “comissão de 30% repassada aos esquerdistas livreiros, [...] mais alta que os habituais no ramo”, e que “tais livros devem conter uma propaganda marxista sutil e velada”. O documento terminava com breves informações sobre Ênio, desde a década de 1950, e sobre seu envolvimento no IPM do ISEB (cujo encarregado era o coronel Gerson de Pinna), “por ter sido autor do manifesto lançado por Arraes, e tê-lo escondido em sua residência”.⁴⁴⁵

Helena Fragoso impetrou *habeas corpus* junto ao STM, afirmando não haver qualquer medida de ordem legal que autorizasse a prisão, pois não havia flagrante ou ordem escrita de autoridade competente, configurando abuso de poder. Além disso, alegou a incompetência da Justiça Militar para acusações de subversão da ordem interna, e questionou a legalidade dos IPMs. Para prolongar a prisão, o encarregado também colocou Ênio à

444 FRAGOSO, p. 16-17.

445 APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL 1927-1983), Setor DOPS, pasta 54, folhas 27 a 29. Pedido de busca n. 709, de 27/05/1965.

disposição de outros inquiridos aos quais respondia (da “imprensa comunista” e do “partido comunista”).⁴⁴⁶ O editor foi libertado no dia 4 de julho (ficando por nove dias na prisão), depois de prestar vários depoimentos, sem que o *habeas corpus* tivesse sido julgado. O advogado solicitou, então, que fosse transformado num pedido preventivo, a fim de evitar novas prisões, além de pedir que o tribunal mandasse apurar a responsabilidade criminal do coronel Gerson de Pinna. O pedido foi negado no STM, embora tenha recebido voto favorável do relator do processo e do general Pery Constant Bevilaqua.

A prisão do editor foi noticiada na imprensa e, em meio a uma ampla mobilização, foi produzido manifesto intitulado “Intelectuais e artistas pela liberdade”, com seiscentos nomes⁴⁴⁷, que foi publicado no *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo* e, posteriormente, na RCB. Também por meio desses jornais, e da *Última Hora*, foram publicados artigos e editoriais (também reproduzidos, posteriormente, na RCB)⁴⁴⁸, ridicularizando o “IPM da feijoadá”, denunciando o aspecto ditatorial que adquirira o governo e exigindo a liberdade do editor. A repercussão da prisão teria sido, inclusive, tratada pelo presidente Castello Branco, segundo Elio Gaspari, em manuscrito a Ernesto Geisel (então Chefe de Gabinete Militar):

446 Sobre esses IPMs, ver: CZAJKA, Rodrigo. **Praticando delitos, formando opinião**: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968). p. 53-98.

447 As assinaturas eram precedidas pelo pequeno texto: “Os intelectuais e artistas abaixo-assinados pedem a imediata libertação do editor Ênio Silveira, preso por delito de opinião. Não entramos no mérito das opiniões políticas de Ênio Silveira, mas defendemos o seu direito de expressá-las livremente, direito garantido pelo artigo 141, parágrafo oitavo, da Constituição do País: ‘Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum de seus direitos...’. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1965”. (*Revista Civilização Brasileira*, n.3, julho 1965, p. 357). A nominata contava com Aurélio Buarque de Holanda, Jorge Zahar, Oscar Niemayer, Fernanda Montenegro, Pixinguinha, Di Cavalcanti, Grande Otelo, Baden Powell, José Honório Rodrigues, Luis Carlos Barreto, Glauber Rocha, Carlos Sclier, Hélio Silva, Octávio Ianni, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Mário Pedrosa, Lygia Fagundes Telles, Antônio Abujamra, Zuenir Ventura, Vladimir Herzog, Jamil Almansur Haddad, José Wilker, Clementina de Jesus, entre muitos outros (o nome era seguido pela profissão/área de atuação).

448 O *Correio da Manhã*; foram publicados artigos de Hermano Alves (“Semente de ódios”, em 28/05/1965), de Márcio Moreira Alves (“Se eles vencessem...”, em 01/06/1965) e de Edmundo Moniz (“Confirmação histórica”, em 04/06/1965). A *Folha de São Paulo* e a *Última Hora* publicaram os editoriais “Perspectivas sombrias” (em 29/05/1965) e “Basta aos IPMs” (em 31/05/1965), respectivamente. No *Jornal do Brasil*, escreveram Rubem Braga (“Prisão de um editor”, em 30/05/1965, e “O vizinho da feijoadá”, em 04/06/1965) e Mário Martins (“Ignorância!... Sen-ti-do!”, em 02/06/1965). No mesmo jornal, entretanto, o editorial de 28 de maio, intitulado “Ócio glorificado” (que também foi reproduzido na RCB com os demais), criticando a repercussão que havia sido dada ao caso e desqualificando a figura do intelectual e do editor (sem citar Ênio Silveira): “Se há um setor de que os militares devem se afastar, é aquela faixa onde transitam figuras que, por não terem ocupação muito definida, se apresentam como intelectuais. (...) Escritor frustrado tende a ser de esquerda, naturalmente. E há até quem não escrevendo, mais [sic] editando, acabe convencido de que exerce também atividade de natureza intelectual. Prendendo figuras desse universo pequeno – uma subelite ociosa, que acorda tarde porque vara as noites sem ter o que fazer, em bares de prestígio noctívago – os IPMs fogem à missão histórica, desviando-se do alvo que buscam, para glorificar figuras de segunda, terceira e quarta classe.” (RCB, n. 3, julho de 1965, p. 344.)

Por que a prisão do Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo. [...] Há como que uma preocupação de mostrar “que se pode prender”. Isso nos rebaixa [...] Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural.⁴⁴⁹

Ainda em novembro de 1965, um novo ofício do Ministério da Guerra denunciava Ênio Silveira e Hermano Alves (do *Correio da Manhã*), como principais responsáveis por “ataques aos princípios revolucionários”, incluindo, também, Paulo Francis, Nelson Werneck Sodré, Márcio Moreira Alves e Carlos Heitor Cony como autores de publicações e artigos voltados à “ridicularização das autoridades governamentais”. O documento também denunciava reportagens publicadas no jornal *Reunião*, de propriedade da ECB⁴⁵⁰, seu conselho editorial e os jornalistas Tristão de Athayde e Otto Maria Carpeaux. Ainda, além do diplomata Antônio Houaiss, Carlos Heitor Cony, Hermano Alves e Alex Vianny como autores de artigos publicados no *Correio da Manhã*. O ofício solicitava a aplicação de sanções contra todos os citados, embora não tenha sido possível apurar a difusão do documento.

Ênio Silveira relatou outra prisão em 1966, embora não tenha precisado a data ou as circunstâncias. No mesmo ano, os “Encontros com a Civilização Brasileira” foram investigados pelos órgãos de segurança. Em agosto, o SNI emitiu informe, com difusão à Secretaria de Segurança Pública da Guanabara, sobre as “conferências” promovidas pela ECB:

Uma, teve lugar no dia 25 de julho, último, com o tema “Função Social do Cinema”: sua necessidade de comunicar um pensamento político e uma mensagem social às massas brasileiras. [...] O teatro ficou super lotado (mais de 400 pessoas presentes) e a “conferência” se resumiu em respostas dos componentes da mesa a perguntas feitas por escrito pelos assistentes. Apesar do assunto ser “cinema”, foram considerações críticas à Revolução de 64, em particular por LUIZ CARLOS BARRETO e CARLOS DIEGUES.

[...]

Outra “conferência” teve lugar no dia 1º de agosto, também a base de perguntas e respostas. Foi feito, na ocasião, o lançamento da publicação “Paz e Terra”, da mesma editora. [...] Dentre as perguntas e respostas (todas versando sobre a Igreja no momento atual), houve algumas bem caracterizadoras do ambiente. [...] “Paz e Terra”, publicação da Editora Civilização Brasileira, agora lançada, é simplesmente mais um veículo de

449 GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 231. O autor esclarece que a expressão “terrorismo cultural” foi criada por Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) e que era ridicularizada frequentemente pelos militares.

450 Conforme mencionado no capítulo 2, o jornal não pode ser localizado.

doutrinação marxista, bastando uma análise sumária dos títulos e respectivos textos, para confirmar tal assertiva. Reúne religiosos “progressistas” de várias Igrejas e intelectuais de esquerda. É mais um foco de subversão.”⁴⁵¹

Em dezembro de 1967, um boletim reservado do DOPS-GB, com dez vias, abordou o lançamento dos Cadernos Especiais da RCB, reproduzindo os objetivos publicados no Caderno Especial n. 1 (dedicado à Revolução Russa, que completava cinquenta anos), os autores e os títulos dos textos, além de trechos do artigo de Ênio Silveira sobre a União Soviética, intitulado “O círculo de giz”. O boletim também informava os temas dos dois próximos cadernos especiais.⁴⁵² No mesmo período, chegou à 2ª Auditoria da Marinha outro IPM, o chamado “Processo dos intelectuais”, com diversos indiciados, entre eles Ênio Silveira, Alceu Amoroso Lima, Álvaro Lima, Álvaro Lins, Carlos Tiago de Melo, Ana Arruda, Carlos Heitor Cony, Paulo Francis, Newton Carlos, Gilberto Paim, Joaquim Inácio Batista Cardoso, Antônio Houaiss, Hermano Alves e Márcio Moreira Alves. A maioria dos envolvidos era acusada de haver assinado manifesto exigindo eleições diretas, de ter algum envolvimento com o jornal *Reunião*, e de participar das manifestações contra a II Conferência Extraordinária da OEA, no Rio de Janeiro, em 1965. Além disso, constavam denúncias sobre outros manifestos e telegramas de solidariedade (e sobre “almoços” e “jantares” que os teriam originado), sobre vínculos com sociedades e organizações, sobre críticas e “ofensas” ao presidente Castello Branco e sobre discursos proferidos, entre outras. Em janeiro de 1968, o “IPM dos intelectuais” foi arquivado por determinação do juiz Helmo de Azevedo Sussekind, da 2ª Auditoria da Marinha, atendendo a requerimento formulado pelo próprio promotor do Ministério Público, João Vieira do Nascimento. O pedido de arquivamento baseou-se na regularidade do registro do jornal *Reunião*, em 1965:

Não se discute se alguns autores dos artigos tinham ideias esquerdistas, mas se praticaram atos subversivos pelo teor das matérias publicadas. Muito embora a mordacidade dos artigos, o Ministério Público não encontrou no processo elementos concretos que autorizassem uma denúncia. Não existem provas inequívocas para caracterizar os aspectos subversivos dos artigos, pois que outros têm sido escritos, com afirmações muito mais graves, sem que, entretanto, o Governo tenha tomado providências de caráter jurídico. A simples crítica, por mais veemente que seja, não enseja uma denúncia. O Governo tem se mantido numa posição democrática excepcional, concedendo ampla liberdade. Aliás, não se punem ideias e pensamentos, mas

451 APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL 1927-1983), Setor Secreto, pasta 12, folhas 21 e 22. Informe n. 968, de 05/08/1966. Grifos no original.

452 APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL 1927-1983), Setor Boletins Reservados, volume 63. 1967.

atos delituosos e subversivos.⁴⁵³

No despacho de arquivamento, o magistrado concluiu “não existir crime a punir”, registrando, ainda, que não concordava com a denominação de “Processo dos intelectuais”, a seu ver, uma injúria à Justiça Brasileira, pois “só na Rússia é que os intelectuais são processados amiúde, por crime de pensamento”.⁴⁵⁴

No dia 14 de outubro de 1968, o prédio da editora sofreu atentado à bomba, que atingiu a parte onde funcionava a livraria, acarretando, com o incêndio, perdas financeiras significativas (o mesmo aconteceria com o escritório do *Correio da Manhã*, meses mais tarde). A editora foi obrigada a operar em escala mais restrita, abrindo um pequeno escritório no bairro da Lapa, e posteriormente, uma nova livraria na avenida Rio Branco, número 156. Heleno Fragoso relatou que, dois dias depois do atentado, Ênio Silveira foi procurado por um homem que se dizia chamar Otto Paulino, para uma conversa que teve como testemunhas Moacyr Félix e Hélio Silva. Segundo ele, o atentado tinha sido feito pelos mesmos autores da explosão de uma representação comercial na rua Alice, que eram o major Bismarck, o capitão Ramalho e os sargentos Mazza, Fialho e Dárcilo, ligados ao Serviço Secreto do Exército. O caso, porém, nunca foi investigado, embora tenha sido denunciado.⁴⁵⁵ Nesse episódio, ainda, o Sindicato Nacional de Editores de Livros enviou à editora uma carta aberta expressando sua contrariedade e indignação com a violência sofrida.

Em dezembro de 1968, a Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça enviou pedido de busca ao DOPS-GB, denunciando a forma como estavam sendo vendidas duas coleções da ECB, Retratos do Brasil e Vera Cruz. A empresa havia lançado a campanha:

Por 1 milhão de novos leitores, empreendimento cultural e cívico destinado a ampliar o consumo do produto cultural autêntico do povo brasileiro, colocando ao alcance das possibilidades de um público mais vasto esta ferramenta indispensável a sua atividade na sociedade moderna: o livro.

453 Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS (1924-1983), Setor Delegacia de Ordem Política, pasta OP0924 (Justiça Militar, 1967-1972), sem paginação. As informações sobre o “IPM dos intelectuais” foram coletadas em dois recortes de jornais sem identificação de procedência, apenas com data, colados sobre formulários impressos da Delegacia Estrangeiros do Departamento de Ordem Política e Social (para a emissão de passaportes), provavelmente selecionados e arquivados para o monitoramento de notícias da imprensa de São Paulo referentes a processos na Justiça Militar, juntamente com diversos outros.

454 Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS (1924-1983), Setor Delegacia de Ordem Política, pasta OP0924 (Justiça Militar, 1967-1972), sem paginação.

455 FRAGOSO, p. 24.

Segundo o documento, de e 15 de maio a 15 de agosto do mesmo ano, os livros das duas coleções teriam sido vendidos pela metade do preço.⁴⁵⁶ Em resposta ao pedido de busca da DSI do Ministério da Justiça, o DOPS-GB enviou informe, em fevereiro de 1969, detalhando a situação administrativa e financeira da Editora Civilização Brasileira, juntamente com um “histórico subversivo” de Ênio:

No dia 12/11/65, realizou-se na sede da editora em apreço uma assembleia geral extraordinária a fim de constituir a sua nova diretoria, pois seu diretor Ênio Silveira teve seus direitos políticos suspensos, não podendo portanto continuar à frente daquela editora, ficando a sua nova diretoria assim constituída: Dr. Helio Ribeiro Silva, Antônio da Silva Melo e Lourival Mazzini Netto, sendo esse último gerente-geral. Com o afastamento do Sr. Ênio Silveira, sua esposa Sra. Cléo Marcondes Silveira, tornou-se a principal acionista com mais de 60% das ações, portanto como é obvio continuou o Sr. Ênio Silveira a reger os destinos da supracitada editora. No dia 1/8/66, foi feito o lançamento da publicação Paz e Terra, lançamento este que é simplesmente mais um veiculo de doutrinação marxista, e mais um foco de subversão.

ÊNIO SILVEIRA - Ainda em 64, era intimamente ligado aos intelectuais comunistas, especialmente a Álvaro Lins, ex-embaixador do Brasil em Portugal. Foi acusado de haver recebido 2 milhões e oitocentos e cinquenta mil cruzeiros para editar um livro do desembargador Osny Duarte Pereira, intelectual comunista, bem como haver imprimido os “Cadernos do Povo”. Cooperou ativamente para o desenvolvimento do comunismo.

[...]

Esteve preso de 26 de maio a 4 de junho de 1965, no quartel do primeiro Batalhão de Polícia do Exército, à disposição do encarregado do IPM do ISEB, Partido Comunista e Imprensa Comunista.

Respondeu ao IPM nº551/67-C, instaurado pela portaria SN, de 5/11/1965 do DOPS de SP.⁴⁵⁷

A partir de 1965, portanto, Hélio Silva passou a ser o diretor-responsável pela ECB, e a esposa de Ênio Silveira, Cléo Macondes Silveira, a principal proprietária. Ainda constavam, no informe do DOPS-GB, informações sobre ela, sobre Nelson Werneck Sodré, Antônio da Silva Melo, Álvaro Vieira Pinto, Carlos Néelson Coutinho, Mário Pedrosa, Astrogildo Pereira, Ana Arruda, Fernando Pessoa, Carlos Heitor Cony, além de Waldo Aranha Lenz César e da nominata do conselho de redação da RPT.

456 APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL 1927-1983), Setor DOPS, pasta 128. Pedido de busca n. 706, de 17/12/1968.

457 APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL 1927-1983), Setor DOPS, pasta 128. Informe sem número, de 06/02/1969.

Ênio Silveira foi preso novamente em 14 de dezembro de 1968, permanecendo no Batalhão da Polícia do Exército até 6 de janeiro de 1969. Dois soldados à paisana procuraram o editor, informando-o que seria interrogado sobre assunto por eles ignorado. Ênio decidiu solicitar a presença de Heleno Fragoso, seguindo para a Polícia do Exército no carro do próprio advogado, juntamente com um dos soldados. Lá, ambos foram detidos e colocados em celas separadas⁴⁵⁸, mesmo estando Fragoso no exercício da profissão. O advogado foi liberado no mesmo dia, à noite. Na prisão, o editor escreveu um diário, em que menciona a situação financeira cada vez mais grave da ECB e a ajuda fundamental de Octalles Marcondes para a manutenção da empresa. Afirmou, ainda, haver problemas também na Paz e Terra, na Publigráf e na BUP. No terceiro dia de prisão, foi interrogado e informado que estava sendo aberto IPM contra ele:

Pergunto-lhe [ao encarregado] a razão de ser desse IPM e ele me informa que deveria ser o meu afastamento rápido do domicílio, após a promulgação do AI-5. Esclareço-lhes os motivos desse afastamento (risco de vida, atentado à ECB, ameaças telefônicas etc.) e ele passa a fazer-me perguntas variadas sobre a editora, minhas ligações com Carlos Lacerda e outros políticos. A conversa muda de tom, passa de um interrogatório a um debate franco, de lado a lado, sobre as condições e a vida política e militar nesta quadra que o Brasil vem atravessando. Tom cordial. Assiste a toda a palestra o ten. Nascimento, que intervém aqui e ali com seus comentários.⁴⁵⁹

Segundo o editor, que não sofreu violência física e contou com algumas “regalias” na prisão (como sua máquina de escrever, um rádio, jornais e revistas), no dia 17 de dezembro, o encarregado do IPM informou a Heleno Fragoso que não havia conseguido apurar qualquer crime, mas que a manutenção da prisão havia sido pedida por “autoridades superiores”, sem que lhe fosse dado o motivo ou lhe competisse investigá-lo.⁴⁶⁰ O advogado, por sua vez, disse a Ênio que nada poderia ser feito, juridicamente, para libertá-lo. No dia 23, o editor escreveu carta a Syzeno Sarmiento, comandante do I Exército, informando-o que havia sido interrogado uma única vez e que ainda não lhe tinha sido dito o motivo do inquérito, e reafirmando que sua atividade profissional mantivera-se amparada pela Constituição Federal, mesmo depois do

458 Heleno Fragoso foi preso novamente no início do mês de novembro de 1970. No mesmo dia, também foram detidos outros dois advogados de “presos políticos”, George Tavares e Augusto Sussekind de Moraes Rego, todos levados para a 4ª Subseção de Vigilância, no Alto da Boa Vista, conhecida como “geladeira”, onde ficaram por três dias. Para Fragoso, a prisão motivou a perda do cargo de professor de Direito Penal na Faculdade Nacional de Direito. Ver: ROCHA, Jorge Luis. “Heleno Fragoso: um mestre nos tribunais de exceção”. In: SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio (Orgs.), p. 88-99.

459 FÉLIX, p. 159.

460 FÉLIX, p. 161.

AI-5.⁴⁶¹ Argumentou, ainda, que o próprio Instituto Nacional do Livro comprava obras da Civilização. No dia 30, segundo o diário de Ênio, o encarregado do IPM o procurou para dizer que havia informado ao chefe do Estado Maior do Exército que não havia fundamentação penal para a prisão, recomendando a soltura, e que acabou sendo desligado do inquérito.⁴⁶² O editor foi libertado sete dias depois, sem maiores esclarecimentos.

Em outubro de 1969, Hélio Silva, responsável legal pela ECB, encaminhou uma carta ao secretário de Segurança do Estado da Guanabara, denunciando “atitude suspeita em terreno próximo a Editora” (travava-se de um casal que teria rondado os prédios, portando um saco, à noite), para a qual solicitava abertura de inquérito:

Como V. Exa. deve recordar-se, o edifício da ECB foi vítima a tempos de um atentado terrorista, quando uma bomba de alto poder explosivo danificou nossas instalações e vitrines, atingindo também os prédios vizinhos. Foi dada a queixa e aberto inquérito. Nossa Editora tem uma programação eclética acima de programas político-partidários, de interesses pessoais, sempre orientada no serviço das causas nacionalistas e do progresso social do Brasil. No momento delicado que atravessamos, isto não tem impedido que sejamos alvo de ataques intempestivos dos que pretendem criar e manter a agitação, quando todos nos devemos unir sem medo, nem ódio na estruturação de uma democracia plenamente configurada, livre de opressão e preconceitos, fundada no princípio da múltipla escolha e do amplo debate. A misteriosa visita, por isso mesmo, torna-se suspeita, podendo indicar a ameaça de um novo atentado terrorista. Levando esse fato ao conhecimento de V.Exa., pedimos abertura de inquérito e solicitamos sejam dadas garantias a esta casa onde todos nos esforçamos em trabalhar em prol do Brasil.⁴⁶³

Segundo Heleno Fragoso, “culminância de larga perseguição ao editor e à editora nesses anos todos”⁴⁶⁴ foram dois outros processos instaurados por inquéritos iniciados no DOPS-GB, pela edição de livros considerados subversivos. Em meados de 1969, houve uma nova onda de apreensões, realizadas pela Seção de Buscas Ostensivas do Departamento, a pedido de vários órgãos de segurança. Diferentemente do que ocorria com muitas das apreensões, houve a instauração de inquéritos por meio do MP sobre o material recolhido, que foram remetidos a diferentes auditorias militares. Segundo o advogado, foi possível conseguir

461 FÉLIX, p. 36.

462 FÉLIX, p. 189. Com as notícias, o editor cogitou, em seu diário, o exílio: “Começa a crescer dentro de mim a ideia de sair do país por uma longa temporada, tão logo consiga sair daqui. Se conseguir emprego e visto de entrada, serei capaz de ir para os Estados Unidos. Escreverei a A. Knopf e a Barney Rosertt. [...] Do jeito que a coisa vai, o Brasil de hoje é incompatível com o meu modo de ser. [...] Estes milicos não desgrudam tão cedo do poder e de suas vantagens.” p. 190.

463 APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL 1927-1983), Setor Sindicância, pasta 18, folhas 1 a 8. Sindicância nº 2, SSP-GB-Superintendência de Polícia Judiciária, s/d. A atividade suspeita tinha ocorrido no dia 27/12/1969 e a denúncia de Hélio Silva escrita em 29/12/1969.

464 FRAGOSO, p. 24.

o arquivamento de caso para alguns livros, restando inquéritos para **Fundamentos de filosofia**, de V. Afanasiev, e **Brasil, guerra quente na América Latina**, de João Maia Neto.

A denúncia sobre o primeiro livro, publicado, em segunda edição, em 1967, foi recebida pela 1ª Auditoria da Aeronáutica, contra Ênio Silveira, Félix Cohen Zaide (proprietário da Gráfica Lux) e mais três responsáveis pela Editorial Vitória (que havia feito a primeira edição do livro), mas acabou transferida para a 3ª Auditoria do Exército, porque um dos acusados era ex-oficial. O auditor rejeitou a denúncia, afirmando não haver comprovação de crime. A Procuradoria do MP recorreu ao STM, em 14 de maio de 1970, que ordenou que o processo prosseguisse, pois a denúncia já havia sido recebida pela 1ª Auditoria da Aeronáutica. Em maio de 1970, Ênio Silveira foi novamente preso para averiguações relativas ao processo, e ficou incomunicável por vários dias.

Durante a instrução criminal, foram ouvidos os policiais encarregados pelas apreensões e, segundo Fragoso, teria ficado evidente que eles não tinham lido o livro, insistindo nos argumentos apresentados na denúncia. Uma das testemunhas de defesa era Moacyr Félix, que em seu depoimento concluiu ser um “livro de estudo, escrito por um professor soviético, que daria uma ideia ao homem de cultura brasileiro de como era estudada e exposta a filosofia marxista na União Soviética”.⁴⁶⁵ Ênio e Félix Cohen foram enquadrados pelos artigos 11 (distribuição propaganda subversiva), 33 (“incitação subversiva”) e 42 (“incitação à prática de crimes contra a segurança nacional”) do Decreto-lei n. 314, de 13 de março de 1967 (lei de segurança nacional). Contra Ênio, ainda recaía a acusação de ter feito a tradução do livro, pois, de acordo com a Procuradoria, o nome publicado (Edney Silvestre) era semelhante ao do editor. Heleno Fragoso questionou em sua defesa (com base na decisão anterior do Supremo, no “IPM da Civilização”), o “poder de incitação” dos livros:

O livro conduz à reflexão, e não à ação; o que conduz à ação é o panfleto, é o discurso, é o *slogan*. Entretanto, ainda que se considerasse que é possível *incitar* alguém à prática de atos ilegais mediante a imediata leitura de 300 páginas – e, para considerá-lo, fecharíamos os olhos a algumas decisões dos tribunais – ainda assim é o instante de afirmar que o livro *Fundamentos de Filosofia* não se inseriria jamais na estranha categoria de *livros incitatórios*.⁴⁶⁶

A sentença da auditoria militar absolveu Ênio e o proprietário da Gráfica Lux, e a

465 FRAGOSO, p. 32.

466 FRAGOSO, p. 34. Grifos no original.

apelação foi negada por unanimidade pelo STM, em 12 de junho de 1972:

Não vemos como a obra possa ser considerada mecanismo veiculador da subversão. A filosofia vem de priscas eras e o mundo civilizado conhece inúmeros sistemas filosóficos surgidos em diversas condições históricas. Muito embora sejam vários os sistemas, todos giram em torno dos fenômenos materiais ou ideias espirituais. Temos por impossível de ser sustentada a denúncia. O editor Ênio Silveira já lançou no mercado inúmeros livros de matizes diversos, de doutrinas várias, antimarxistas e marxistas, pelo que se vê que sua intenção é dar expressão indispensável ao seu comércio, e, ao mesmo tempo, prestar sua colaboração aos estudiosos. Não se trouxe prova de que foi filiado a grupos que anseiam o poder pelo desequilíbrio da opinião pública e as testemunhas arroladas pela Procuradoria alicerçam a convicção da ausência de intencionalidade criminosa.⁴⁶⁷

O inquérito sobre o segundo livro, **Brasil, guerra quente na América Latina**, escrito por João Maia Neto (que se encontrava exilado no Uruguai) e publicado em 1965, foi apresentado à 2ª Auditoria do Exército, sob acusações de ser “altamente injurioso às classes armadas brasileiras, chegando ao cúmulo de dizer que o exército brasileiro transformou-se em um Exército de Ocupação”, incitando a população, recrutas, sargentos e jovens oficiais à indisciplina.⁴⁶⁸ O livro teve tiragem de seis mil exemplares, dos quais quase dois mil foram apreendidos, segundo Heleno Fragoso. O DOPS-GB emitiu um informe, em 19 de agosto de 1969, identificando a participação de Ênio Silveira na produção do livro:

Não podemos também, deixar de mencionar a “orelha do livro”, esta de autoria de ÊNIO SILVEIRA, que vale uma apologia e um endosso aos conceitos da obra mencionada. Num estilo ferino e perverso, ÊNIO SILVEIRA refere-se às altas autoridades do regime e sibilinamente aos Chefes das Forças Armadas, acusando-os de estarem a serviço de “interesses antinacionais e da espoliação do Brasil”.

O texto que figura na face externa da capa final, diz bem o quanto à EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S/A tinha pleno conhecimento do conteúdo subversivo do livro e, sem exagero deve ser tido como um ato de co-responsabilidade intelectual e, portanto, na divulgação desses conceitos altamente injuriosos às Forças Armadas, aos governantes do país e, sobretudo, claramente insurrecionais.⁴⁶⁹

O Procurador do MP da Guanabara solicitou o arquivamento do inquérito, afirmando que só passou a ser crime a “propaganda subversiva” por meio especificamente de livros nos

467 FRAGOSO, p. 35. Consta no Boletim Reservado n. 22 do DOPS-GB, de 19 de dezembro de 1969, a informação sobre a apreensão de 57 exemplares do livro, incursos no Art. 39 (Inciso I) do Decreto-lei n. 510.

468 FRAGOSO, p. 26.

469 APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL 1927-1983), Setor DOPS, pasta 125, folhas 73 a 88. Informe sem número, de 11/09/1967. Grifos no original.

decretos-lei n. 510 e n. 898, ambos de 1969, acrescentando que o fato de terem as obras continuado a ser vendidas não alterava a situação, à medida que o crime relacionava-se à publicação, e não à comercialização. O arquivamento foi indeferido pelo juiz auditor, que enviou despacho ao Procurador-Geral do MP, afirmando que “o editor tinha pleno conhecimento dos objetivos visados pelo autor” e que o crime havia se consumado, com a apreensão, apenas em 1969.⁴⁷⁰ A Procuradoria-Geral designou outro procurador para o inquérito, que ofereceu a denúncia contra João Cândido Maia Neto e Ênio Silveira.

Segundo a denúncia, apresentada em 16 de abril de 1970, a leitura do livro revelava a intenção do autor de “incitar à subversão da ordem político-social vigente”, usando passagens da obra como exemplos de “guerra psicológica adversa”. A “orelha” escrita por Ênio Silveira, intitulada “Recado informal aos salvadores da Pátria”, também foi citada. Os réus foram incursos nos artigos 14 (“divulgar notícia falsa ou tendenciosa”) e 33 (sem especificar os incisos, sobre “incitação subversiva”) do Decreto-lei n. 510, de 20 de março de 1969.

Helena Fragoso apresentou, então, uma petição de impedimento para o juiz auditor, afirmando que ele havia prejulgado o mérito da causa, afirmando que o livro tinha objetivos subversivos. O juiz auditor aceitou a exceção, e deu-se por impedido. Em 8 de junho de 1970, foi designado outro juiz auditor para o caso. Como o livro havia sido publicado em 1965, a defesa convocou como testemunhas, numa manobra arriscada, os generais Golbery do Couto e Silva⁴⁷¹ e Juracy Magalhães, à época do lançamento, chefe do SNI e Ministro da Justiça, respectivamente. Segundo Fragoso, o primeiro disse, em julgamento, que o período de publicação do livro havia sido conturbado, mas que predominava liberdade para a imprensa. Nenhum dos dois afirmou ter tomado conhecimento do livro em questão, no desempenho das funções.

Um dos principais argumentos da defesa era de que o livro havia sido editado durante um período em que predominava um “regime de ampla liberdade de imprensa, que foi para o presidente Castello Branco ponto de honra de seu governo”⁴⁷², não podendo ser enquadrado por legislação posterior. Além disso, o advogado questionou, em termos técnicos,

470 FRAGOSO, p. 37.

471 Elio Gaspari relata que Golbery encontrou-se três vezes com Ênio, numa tentativa discreta de aproximação com aquilo que chamava de “esquerda positiva”. O primeiro encontro teria ocorrido logo após a segunda prisão do editor (pelo IPM do ISEB, em 1965), e o próprio editor teria mencionado outros dois encontros, sem precisar datas. (GASPARI, p. 232.)

472 FRAGOSO, p. 42.

a análise de apenas passagens das obras, alegando que havia “deformação do pensamento registrado no livro”, e que a apreensão de uma obra de 1965 (“um livro sem qualquer importância, que não afetou, nem direta nem indiretamente, a segurança nacional”)⁴⁷³, associava-se ao fato de existir perseguição política contra o editor. Quanto ao conteúdo do livro e da “orelha” escrita por Ênio, a defesa concluiu:

Basicamente, o livro não é mais do que uma apologia de duas medidas que o autor considera essenciais ao equilíbrio social e à independência econômica do país e que foram, a seu ver, postergadas pelo governo constituído em 1964, isto é: a reforma agrária e o controle das remessas de lucros para o exterior. A paz interna é precisamente o objetivo visado no livro de Maia Neto. E a guerra-quente, o perigo contra o qual ele adverte o leitor.⁴⁷⁴

Em meio aos processos envolvendo os livros, o editor foi preso mais duas vezes em 1970.⁴⁷⁵ A primeira delas, em maio, teve ampla repercussão, e Ênio Silveira buscou, por meio de cartas, o apoio de amigos editores e jornalistas para que a “perseguição” que vinha sofrendo fosse denunciada, o que poderia garantir sua segurança. Para Austregésilo de Athayde, escreveu:

Prezado doutor Austregésilo de Athayde: [...] iniciou-se dia 29 último [maio], na Segunda Auditoria da Primeira Região Militar, processo contra o jornalista Maia Neto, autor do livro *Brasil: Guerra quente na América Latina*, e contra mim, que o editei em março de 1965. As alegações da Promotoria, baseadas em tendenciosa leitura do livro e na citação de algumas frases fora do contexto, são as de que consumou um crime contra a segurança nacional mediante incitação, que o livro praticaria, de animosidade entre civis e militares. Assim concluindo, o promotor pede a condenação do autor e do editor nos termos da nova Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei n. 510, de 20-3-69), pois configura a hipótese de tratar-se de crime continuado, uma vez que o livro foi editado em 1965 e apreendido saldo da tiragem em 1969.

Tudo indica, porém, que a sibilina interpretação jurídica mal encobre um flagrante caso de perseguição política. Deseja-se intimidar pela prisão, silenciando-o, um editor que, por ser colocado na linha de frente da resistência democrática e nacionalista, incomoda com sua atividade atual – ou até mesmo pretérita – os esquemas dos atuais detentores do poder. Convencido de minha inocência, pois um editor não está necessária ou obrigatoriamente em total acordo com os conceitos emitidos pelos autores cuja obra edita, mesmo porque lança livros que defendem posições contrárias às de outros, não me constranjo em vir solicitar seu precioso apoio nesta emergência em que me encontro. Esse apoio poderia ser dado na forma de um texto que o Amigo escrevesse e publicasse no jornal de que é

473 FRAGOSO, p. 48.

474 FRAGOSO, p. 45.

475 VIEIRA, Luiz Renato. “Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil”. In: *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 20, n. 2, julho/dezembro, 1996. p. 18.

colaborador, reforçando a campanha que, com sério risco para a minha liberdade pessoal e profissional, estou desenvolvendo em clima e terreno hostis.

Fazendo este apelo sem constrangimento, entenderei como válida e indiscutível sua recusa, sem que ela – seja qual for a motivação – comprometa por momento algum a admiração e o apreço que sua pessoa e o seu trabalho intelectual merecem. Atenciosas saudações democráticas, Ênio Silveira.⁴⁷⁶

No dia 12 de junho, Austregésilo de Athayde publicou, em sua coluna em *O Jornal*, texto em defesa do editor e da liberdade de pensamento. Ênio escreveu novamente a Athayde: “Agradecendo-lhe essa manifestação positiva de amor à causa da cultura e da democracia, que inclui mas transcende meu pequeno drama pessoal, apresento ao ilustre amigo meus sinceros protestos de elevado apreço e da mais viva admiração”.⁴⁷⁷ Ênio Silveira também escreveu a Rayner Unwin, editor britânico, que, por sua vez, escreveu ao jornal londrino *Times* e garantiu a divulgação dos controversos processos envolvendo os livros. Na coluna *The Times Diary*, de 7 de setembro de 1970, foi publicado:

Rayner Unwin é apenas um editor britânico que tomou conhecimento do “pedido de ajuda” de Ênio Silveira, o chefe de uma das principais casas editoriais brasileiras. Em abril, ele soube que iria para uma corte militar e que era acusado de ter publicado um livro “instrumental para fomentar o ressentimento entre civis e as forças armadas”, mesmo tendo sido lançado em 1965, e a Lei de Segurança Nacional, a partir da qual são feitas as acusações, não ter sido aprovada até o ano passado. “Isso é legislação retrospectiva com uma vingança”, diz Unwin, presidente da Allen and Unwin. “Apenas pense no que aconteceria se um governo altamente reacionário assumisse a Grã-Bretanha e aprovasse uma lei similar? Eu estaria em risco como o editor de Karl Marx no país, e tenho certeza que o Times disse coisas no passado que não o favoreceriam. Esta é a gravidade do caso.” Em uma carta a Unwin, Silveira disse que “tudo indica que este é um caso típico de perseguição política, não de acusação legítima”. E assim sendo, espera que editores-chefe ao redor do mundo exijam do governo brasileiro que as acusações sejam retiradas. Unwin não teve mais notícias desde junho, quando Silveira, através de uma carta a um amigo em comum, informou que estava sendo agora processado em outras duas cortes por publicar livros em 1963 e 1968 que “desagradam os militares”. Silveira acrescentou: “Eu espero que a justiça prevaleça no final, mas você pode bem imaginar o meu estado de espírito nesses dias”.⁴⁷⁸

476 SANDRONI, Cícero; SANDRONI, Laura. **Austregésilo de Athayde**: o século de um liberal. Rio de Janeiro: AGIR, 1998. p. 627. Carta datada de 2 de junho de 1970.

477 Idem, p. 629.

478 *London Times*, 07/09/1970, p. 6. Disponível em: <http://archive.timesonline.co.uk/tol/archive/>. Consulta em: 12/08/09. Tradução feita pela autora. Rayner Unwin foi presidente da Allen and Unwin entre 1968 e 1985, período em que a editora (estabelecida em 1914) se tornou uma das maiores da Inglaterra, conhecida, sobretudo, pelas obras de John Ronald Reuel Tolkien, *The Hobbit* (1937) e *The Lord of the Rings* (1954), de grande vendagem.

No dia 30 de outubro, o editor foi preso novamente e mantido incomunicável até 10 de novembro. Em 17 de dezembro do mesmo ano, o *Times* publicou outra nota sobre a situação de Ênio Silveira, intitulada “*SS Style*”, comentando libertação da segunda prisão do editor no ano de 1970:

Ênio Silveira, o editor brasileiro que, como eu relatei em setembro, teve problemas com o regime militar por causa de um livro que ele publicou há cinco anos atrás, acaba de ser libertado da sua quarta prisão. Em uma carta para amigos, Silveira diz que foi preso às 10 horas da noite “sob o cano de duas metralhadoras” e mantido em completo isolamento por dez dias. Nenhuma razão foi dada para a detenção. Antes da prisão, a polícia política visitou sua livraria e depósito quase diariamente e centenas de livros foram destruídas.

Ele acrescenta que isso o lembra dos “terríveis tempos das SS e da Gestapo. Eu vivo sob constante ameaça, em estado permanente de tensão”.⁴⁷⁹

Na Justiça Militar, em 1970, foram arquivadas cartas e telegramas endereçados ao presidente Emílio Garrastazu Médici, pedindo a libertação do editor e o encerramento do processo contra ele. Constam as cartas de Alex Grall (diretor de *Les Éditions de Minuit*, de Paris)⁴⁸⁰, da empresa suíça *Éditions Delachaux Niestle* (informando da “consternação causada pelo processo instaurado contra o editor”)⁴⁸¹, de M. McGregor (diretor de *Theatre Arts Books*, de Nova York)⁴⁸², e de Dauton Jobim (Presidente da Associação Brasileira de Imprensa)⁴⁸³, além dos telegramas de Charles C. Bergham (vice-presidente executivo da *Academy of Religion and Mental Health*, dos Estados Unidos)⁴⁸⁴, do reverendo James Maccoll (presidente do Comitê Permanente da Diocese da Pennsylvania)⁴⁸⁵, de P. F. Sautoy (presidente da editora *Faber and Faber Ltd.*, da Inglaterra)⁴⁸⁶, de Thomas Rosenthal (presidente da editora *Thames and Hudson Ltd.*, também da Inglaterra)⁴⁸⁷. Duas cartas endereçadas ao próprio Ênio (provavelmente apreendidas em buscas), uma de Jorge Amado⁴⁸⁸ e outra de Jérôme Lindon, de *Les Éditions de Minuit*⁴⁸⁹, expressaram também solidariedade em relação à situação do editor.

479 *London Times*, 17/12/1970, p. 19.

480 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 508, doc. 5046.

481 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 508, doc. 5048.

482 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 509, doc. 5053.

483 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 511, doc. 5061.

484 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 508, doc. 5049.

485 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 509, doc. 5050.

486 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 509, doc. 5051.

487 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 509, doc. 5052.

488 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 511, doc. 5062.

489 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 508, doc. 5047.

Além das cartas e telegramas, também foram arquivadas declarações pessoais que destacavam a importância do trabalho de Ênio e de sua editora, tentando, de alguma maneira, influenciar as autoridades a favor do editor. Constatam-se arquivadas na Justiça Militar as declarações de Rubem Braga e de Fernando Sabino, ambos da Editora Sabiá⁴⁹⁰, do Marechal Nelson de Mello (“declaração pessoal relativa à dignidade e alto conceito em meio aos escritores e livreiros de que goza o Sr. Ênio Silveira”⁴⁹¹), do editor José Olympio (“declaração relativa à lisura e correção profissional do Sr. Ênio Silveira”⁴⁹²), de Cândido Guinle de Paula Machado (presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, sobre as atividades de Ênio na instituição, que “não se revestiram de caráter político-partidário”⁴⁹³), e dos escritores Clodomir Viana Moog⁴⁹⁴ e de Luis da Câmara Cascudo.⁴⁹⁵

O julgamento foi marcado para o dia 26 de setembro de 1972, na 2ª Auditoria do Exército, e, segundo Heleno Fragoso, vários intelectuais compareceram. A Procuradoria optou por abandonar os argumentos da denúncia e passou a acusar Ênio e Maia Neto com base no Art. 39 do Decreto-lei 898, que previa propaganda subversiva por meio de livro. Na decisão final, os dois foram absolvidos por unanimidade. Na apelação ao STM, a sentença foi confirmada em 29 de agosto de 1973:

Lendo-se o livro, ver-se-á que embora seja uma leitura contundente, a mesma reflete, do começo ao fim, uma intensa amargura e um denodado despeito do autor com os vitoriosos de 1964, justamente aqueles que lhe cassaram os direitos políticos e o obrigaram a refugiar-se num país estrangeiro, à procura de outro meio de vida, já no verdor de seus anos. O livro traduz esse ressentimento, sendo mais um amontoado de desabaços do que uma construção literária embasada num libelo subversivo, sem qualquer provocação direta a qualquer tipo de ação e incapaz de levar alguém à prática de uma ação subversiva. A leitura desalinhada dos tópicos pinçados pelo Ministério Público dá uma tônica diferente ao seu conteúdo [...].⁴⁹⁶

A editora e a *Revista Paz e Terra* também foram alvo de investigações, porém em menor número. Não foi possível apurar se houve a instauração de IPMs envolvendo especificamente a revista e a editora, embora Waldo César tenha sido processado e absolvido, como declarou em depoimento, e outros do conselho de redação tenham sido investigados.

490 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 509, docs. 5054-5055.

491 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 510, doc. 5056.

492 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 510, doc. 5057.

493 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 510, doc. 5058.

494 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 510, doc. 5059.

495 PROJETO Brasil Nunca Mais, Tomo VI, v. 2, Inventário dos Anexos, p. 510, doc. 5060.

496 FRAGOSO, p. 51.

Em agosto de 1966, a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça emitiu ao DOPS-GB um pedido de busca, a partir da denúncia do lançamento da *Revista Paz e Terra*, “que é simplesmente mais um veículo de doutrinação marxista e mais um foco de subversão.” O documento trazia informações sobre a nominata de colaboradores da revista e, sobre Ênio Silveira, afirmava que

ainda em 1964, era intimamente ligado aos intelectuais comunistas, especialmente a ÁLVARO LINS, ex-embaixador do Brasil em Portugal. Foi acusado de haver recebido 2.850.000 cruzeiros para editar um livro do desembargador OSNI DUARTE PEREIRA, intelectual comunista, bem como haver imprimido os CADERNOS DO POVO.⁴⁹⁷

Em setembro de 1966, o Gabinete do Ministério da Guerra emitiu ofício encaminhando um informe do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), relatando o lançamento da *Revista Paz e Terra*. O documento acusava o periódico de ser um “veículo para infiltração de grupos comunistas” nos meios religiosos católicos e protestantes, em especial a organização protestante “Iglesia y Sociedad en America Latina (ISAL)”. O ISAL, segundo constava, mantinha contatos com a organização Ação Popular e integraria, através de seus membros, a diretoria da revista. Eram denunciados o diretor Waldo A. Cesar, o secretário Moacyr Félix e os correspondentes estrangeiros Richard Shaull, Gonzalo Castillo Cárdenas, Hiber Conteris e Hector Borrat por manterem ligações com “grupos esquerdistas”. Em anexo, foram colocadas informações sobre Ênio Silveira, Paulo Francis, Edgar da Mata Machado, Alceu de Amoroso Lima, José Honório Monteiro, Luiz Alberto Gomes de Souza e sobre o padre Henrique Cláudio de Lima Vaz.⁴⁹⁸ O CENIMAR emitiu novo informe sobre o ISAL e suas relações com a Civilização Brasileira, em 1967:

1 - Conforme já foi objeto de informações anteriores do CIEEX, a entidade “IGLESIA Y SOCIEDAD EM AMÉRICA LATINA (ISAL), sediada em Montevidéu e com ramificações em numerosos países do Continente, constitui elemento ativo do processo de infiltração comunista pela frente religiosa, aproveitando-se de um lado do movimento ecumênico de união dos diferentes credos e, de outro das crescentes preocupações dos meios cristãos (católicos e protestantes) com os problemas sócio-econômicos atuais.

2 - Uma das formas pelas quais é desenvolvido tal processo de infiltração consiste na divulgação de artigos e monografias que, sob a capa de estudos

497 APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL 1927-1983), Setor Informação, pasta 53, folhas 49 e 64. Documento sem número, de 01/08/1966. Grifos no original.

498 ARQUIVO Nacional (Brasil). Coordenação de Gestão de Documentos. Relação de processos da Divisão de Segurança e Informações [do Ministério da Justiça]: 1955-1987. Rio de Janeiro, 1996. Processo SECOM n. 30.067, de 09/09/1966.

sociológicos, filosóficos e econômicos, procura na realidade criar clima de aceitação e absorção de ideias esquerdistas (marxistas) por grupos capazes de influir na vida política de seus países. Para tanto a ISAL publica diversos livros e a revista “CRISTIANISMO Y SOCIEDAD”, mantendo além disso sistemas de cooperação com diversas editoras latino-americanas que seguem diretrizes análogas as suas. No caso do Brasil esse vínculo se faz, sobretudo, através da Editora Civilização Brasileira e da sua filiada Editora Paz e Terra.

[...]

5 - no que se refere especificamente ao Brasil, é interessante observar que o representante da revista “CRISTIANISMO Y SOCIEDAD”, é Waldo Aranha Lens César (caixa postal 82 ZC-01, RJ) elemento da Ação Popular. Por outro lado, a revista Paz e Terra, publicada pela editora do mesmo nome, que é filiada a Editora Civilização Brasileira, de Ênio Silveira, segue diretriz editorial perfeitamente identificada com a orientação da publicação da ISAL. O entrosamento desses elementos, aos quais se juntam asilados brasileiros no Uruguai e no Chile, indica a amplitude desse movimento de infiltração em níveis intelectualizados nacionais, num processo que, a longo prazo, poderá se constituir em real perigo para a segurança nacional.⁴⁹⁹

Em dezembro de 1968, a Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça enviou pedido de busca ao DOPS-GB, com o assunto “publicações subversivas” indicado, sobre a *Revista Paz Terra*, “já bastante conhecida pelo seu trabalho de comunicação no país. A publicação em questão segue a mesma orientação da revista Civilização Brasileira, conhecida por atividades de natureza marxista”.⁵⁰⁰ No documento, foram informados dados sobre conselho editorial da EPT e da RCB, e foram solicitados outros, sobre os responsáveis, registro, redatores, colaboradores (com qualificação e antecedentes) e local da redação, entre outros. Outro bolem reservado foi emitido pelo DOPS-GB, em agosto de 1969, tratando da Editora Paz e Terra, com informações sobre a situação administrativa e comercial da empresa, que havia sido alterada:

Em 6/11/68 realizou-se na sede da editora em apreço uma assembleia geral extraordinária que ratificou o instrumento particular de transformação da editora PAZ E TERRA LIMITADA em uma sociedade por ações, de nome editora PAZ E TERRA S/A, com capital realizado e integralizado de cinquenta mil cruzeiros novos e dividido em quinhentas cotas de cem cruzeiros novos cada uma, assim distribuídos: a) ao sócio CLÉO MARCONDES SILVEIRA, 120 cotas; b) ao sócio WALDO ARANHA LENZ CÉSAR, 20 cotas; c) ao sócio MOACYR FÉLIX DE OLIVEIRA, 40 cotas; d) ao sócio WILSON FADUL, 120 cotas; e) ao sócio MARIA VIRGÍNIA RIBEIRO FERREIRA, 40 cotas; f) ÊNIO SILVEIRA, 60 cotas; g) ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, 20 cotas; h) FAUSTO ANNA

499 APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL 1927-1983), Setor Secreto, pasta 13, folhas 91 a 93. Informe sem número, de 11/09/1967. Grifos no original.

500 APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL 1927-1983), Setor DOPS, pasta 128. Pedido de busca n. 706, 17/12/1968.

LUIGI SALVATORE RICCA, 40 cotas; i) FAUSTO FERNANDES DA CUNHA FILHO, 20 cotas; j) ANTÔNIO HOUAISS, 20 cotas. A nova entidade, que só foi registrada na junta comercial da Guanabara em 4 de março último, sob o n. 20.431, ficou com a sua diretoria assim constituído: Diretor presidente: ÊNIO SILVEIRA; Diretor jurídico: MOACYR FÉLIX DE OLIVEIRA; Diretor financeiro: WILSON FADUL. Dos sócios cotistas da editora PAZ E TERRA tem antecedentes neste DOPS: CLÉO MARCONDES SILVEIRA, WALDO ARANHA LENZ CÉSAR, WILSON FADUL, ÊNIO SILVEIRA, ROBERTO GONÇALVES PONTUAL e ANTÔNIO HOUAISS. Estes sócios, em conjunto, totalizam setenta por cento do capital da editora. Só o casal possui duzentas cotas, equivalente a quarenta por cento do total.⁵⁰¹

Assim como ocorreu na Editora Civilização Brasileira em 1965, a esposa de Ênio Silveira, Cléo Marcondes Silveira, passou a ser a principal proprietária da Editora Paz e Terra, a partir de 1968, embora ele tenha permanecido como diretor da empresa. Apesar de ser citada em diversos documentos dos órgãos de informação segurança, não foram encontradas referências a ações criminais contra Cléo, que veio a falecer ainda na década de 1970. Ela também trabalhava como tradutora. Foram dela, por exemplo, as traduções dos livros **O bebê de Rosemary** (lançado, em 1967, pelo Círculo do Livro), e **A semente do Diabo** (editado em 1968, pela ECB), ambos de Ira Levin.

3.4 As ações econômicas

Entre 1964 e 1970, um conjunto de restrições financeiras e comerciais também foi utilizado pelo governo para a desmobilização em torno da ECB e de Ênio Silveira, juntamente com as medidas policiais e jurídicas. Basicamente, houve pressões sobre bancos para que não financiassem as edições (segundo o editor, o maior problema envolvendo a cassação dos seus direitos políticos foi a impossibilidade de continuar fazendo financiamentos por meio do Banco do Brasil, agente financeiro oficial para o setor livreiro desde a década de 1950)⁵⁰², apreensões em quantidades suficientes para causar prejuízos significativos (acrescidas das perdas com o incêndio na sede da empresa) e, aspecto determinante na opinião de Ênio, a intimidação de livreiros para que não vendessem os livros da ECB:

[A empresa] foi alvo de sistemática campanha de descrédito e intimidação que se voltava não tanto contra ela, mas sobretudo contra os livreiros, aos quais se dizia: “Se vocês trabalharem com os livros da Civilização Brasileira, que é uma empresa comunista, vocês correm risco.” Isso afetou

501 APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL 1927-1983), Setor Informação, pasta 93, folha 64. Boletim Reservado n. 17/69, de 22/08/1969.

502 FÉLIX, p. 46.

enormemente o mercado. Várias empresas, sobretudo pequenas livrarias, tiveram medo de trabalhar com nossos livros.⁵⁰³

Uma estratégia utilizada pela ECB e EPT para manter as vendas foi o uso do sistema de reembolso postal, introduzido por Monteiro Lobato na década de 1920. As dificuldades quanto aos processos bancários, sobretudo, não tornaram a experiência significativa para as empresas, que ainda se mantinham dependentes dos pontos de venda e livreiros. Em 1976, o sistema de reembolso foi reformulado e simplificado, mas ainda assim representava para a ECB apenas cinco por cento de suas vendas.⁵⁰⁴ Já em 1966, a ECB enfrentava grave crise financeira, e a opção do editor foi solicitar concordata, adiando o pagamento de diversas dívidas por dois anos, e vender, a Octalles Marcondes, o **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**, cuja edição era bastante lucrativa.⁵⁰⁵ Além disso, a empresa acabou abrindo mão de alguns autores (sobretudo estrangeiros), que exigiam adiantamentos para a produção dos livros.⁵⁰⁶

Quanto às apreensões, o Catálogo de Livros Apreendidos pelas Polícias Políticas (1933-1983)⁵⁰⁷, do APERJ, demonstra o crescimento das ações contra a ECB, embora não se possa determinar, por meio dele, quando foram feitas exatamente as apreensões (a fim de se inferir sobre períodos de maior ocorrência), quantos exemplares eram ou de onde foram retirados. Segundo Heleno Fragoso, houve duas grandes “ondas” de apreensões de livros após o golpe civil-militar: entre 1964 e 1966 e em 1969. Na primeira, não foram abertos processos ou feitas prisões no período, parecendo as apreensões terem um fim em si mesmas.⁵⁰⁸ O recolhimento de livros não era, na maioria dos casos, sequer registrado pelas autoridades policiais e, conseqüentemente, a recuperação judicial dos materiais era impossível. A seleção daqueles considerados subversivos parece ter ficado, sobretudo, sob a responsabilidade dos policiais e com base em critérios pouco definidos.

No Catálogo do DOPS-GB, constam cinco títulos⁵⁰⁹ de 1965, de quatro autores

503 FÉLIX, p. 46.

504 HALLEWELL, p. 595.

505 SILVEIRA, Ênio. *In*: FERREIRA, p. 77.

506 FÉLIX, p. 48.

507 CATÁLOGO de livros apreendidos pelas polícias políticas (1933-1983). Rio de Janeiro: APERJ; FAPERJ, 2001.

508 FRAGOSO, p. 26.

509 GARAUDY, Roger. **Perspectivas do homem**: existencialismo - pensamento católico – marxismo, 1965;

brasileiros e um estrangeiro. De 1966, constam seis títulos⁵¹⁰, além de um número da *Revista Política Externa Independente* não especificado. No mesmo ano, o advogado da Civilização Brasileira impetrou dois mandados de segurança contra o general Riograndino Kruehl, Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), em Brasília, para impugnar duas grandes apreensões de livros por ele determinadas, ocorridas na cidade de São Paulo, em dezembro do ano anterior.⁵¹¹

O advogado foi informado de que as apreensões respondiam a “pedidos de providência” de vários setores, entre os quais o Conselho de Segurança Nacional, o SNI, o CENIMAR e o Ministério da Guerra, e que a ação policial visava coibir “os processos de contaminação da opinião pública”, pois os livros difundiam “doutrina veementemente repelida pelo governo”, desfiguravam a “Revolução de Março” ou tinham a “intenção de ridicularizar a Revolução”. Na petição, Fragoso procedeu em análise dos livros recolhidos, que classificou em três categorias quanto às prováveis escolhas dos policiais: os apreendidos “por equívoco” (“porque a ilustração da capa ou o título levaram a polícia a suspeitar que tratavam de propaganda comunista ou que se enquadravam na designação genérica de ‘subversivos’”); os que se abordavam o marxismo; e os que se referiam à “revolução de abril ou a políticos por ela perseguidos”.⁵¹²

Consta no Fundo DEOPS (1924-1983)⁵¹³ do Arquivo Público do Estado de São Paulo um documento do Departamento Federal de Segurança Pública, de 1965 (sem dia e mês), enviado ao Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, contendo uma “Relação dos livros tidos como subversivos”, composta

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**: estrutura social e industrialização no Brasil, 1965; KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação** 1965; LOUZEIRO, José. **Assim marcha a família**, 1965; MAIA NETO, João. **Brasil, guerra quente na América Latina**, 1965.

510 PEDROSA, Mário. **A opção brasileira**, 1966; PORTER, Joyce. **O espião involuntário**, 1966 (Coleção Romance Policial, v. 8. Série Espionagem.); RODRIGUES, José Honório. **Vida e história**, 1966; TCHUIKOV, Vasili Ivanovitch. **A batalha de Stalingrado**, 1966 (Coleção Documentos da História Contemporânea, v.19.); TINHORÃO, José Ramos. **A província e o naturalismo**, 1966 (Coleção Temas, problemas e debates, v. 2.); TOGLIATTI, Palmiro. **O caminhão italiano para o socialismo**, 1966 (Coleção Temas, problemas e debates, v. 6.).

511 FRAGOSO, p. 26. Foram recolhidos, na primeira apreensão, 9752 exemplares de 17 obras diferentes e, na segunda, 7718 exemplares de dezoito obras diferentes.

512 RCB, n. 9-10, setembro/novembro de 1966, p. 292-295.

513 O Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) foi criado em 1924, subordinado ao Gabinete de Investigações e Capturas de São Paulo. A partir da década de 1930, passou por diversas transformações em sua estrutura, configurando-se como delegacia (subordinada à Chefia de Polícia), em alguns períodos, e como superintendência (ligada diretamente ao Gabinete do Secretário de Segurança Pública ou ao Gabinete de Investigações). Em 1945, a Delegacia da Ordem Política e Social foi transformada em Departamento, composto por cinco delegacias especializadas: Delegacia de Ordem Política, Delegacia de Ordem Social, Delegacia de Ordem Econômica, Delegacia de Estrangeiros e Delegacia de Explosivos, Armas e Munições.

de título e autor, e sem qualquer solicitação de encaminhamento específico, apenas contendo referência à Portaria n. 11/65 do ministro da Justiça e, à caneta, à Portaria n. 233, de 14/04/1964⁵¹⁴, as quais não se conseguiu localizar. Dos trinta e três títulos indicados, dezessete eram edições da *Civilização Brasileira*, de anos variados. Em segundo lugar, com pelo menos nove livros (predominantemente de autores russos) estava a Editorial Vitória, ligada ao PCB. A lista ainda continha, entre outros livros, a coleção **História Nova do Brasil**, da Brasiliense. Vários dos livros citados por Fragoso nos mandados de segurança constam na lista do DFSP, acrescidos de **Política de Massas**, de Francisco Weffort, **Perspectiva da Esquerda**, de Gabriel Cohn, **Marxismo e Alienação**, de Leandro Konder e **A política das classes dominantes**, de Paul Singer. Conforme o documento, algumas obras da Vitória também foram recolhidas no depósito da ECB, pois tinham sido adquiridas para revenda.

A defesa da *Civilização* baseou-se no aspecto ilegal das apreensões, feitas sem ordem judicial expressa, flagrante delito ou comunicação ao responsável pela ECB (os livros foram exigidos diante do gerente da editora), além de nenhum inquérito ter sido posteriormente aberto. O advogado baseou-se, também, na jurisprudência quanto à negação da possibilidade de “propaganda subversiva” por meio de livros, do STF:

Trata-se de saber se está em vigor a garantia constitucional de livre manifestação do pensamento. Trata-se de saber se o governo tem o arbítrio de apreender os livros que bem entende, sob ridículos pretextos, como se não existissem leis no País e estivéssemos sob o domínio de uma ditadura policial. Trata-se de saber, em suma, se estão com razão os que afirmam que a revolução de 1964 inaugurou no País uma época de arbítrio, de intolerância, de prepotência e de opressão. Eis a razão pela qual este mandado de segurança adquire dimensão especial, pois nele se decide sobre um direito de liberdade que a Constituição assegura [...].⁵¹⁵

514 Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS (1924-1983), Setor Delegacia de Ordem Política, pasta OP0938 (Livros subversivos, 1967-1973), sem paginação. Livros da ECB listados: MENDES, José Guilherme. **Moscú, Varsóvia, Berlim**, 1956; LAPIDE, P. E. **O canhão e a foice**, 1959; COSTA, Bolívar. **Quem pode fazer a revolução no Brasil?**, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 7.); OLIVEIRA, Franklin de. **Revolução e contra-revolução no Brasil**, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. extra.). [No documento, o autor citado é Vamireh Chacon]; HOLANDA, Nestor de. **Como seria o Brasil socialista?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 8.); OLIVEIRA, Franklin de. **Que é a revolução brasileira?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 9.); BAILBY, Edouard Andre Henry Joseph. **Que é o imperialismo?**, 1963. (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 17.); SANTA ROSA, Virginio. **O que foi o tenentismo?**, 1963 (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 22.); BARRETO, Leda. **Julião, Nordeste, Revolução**, 1963; LAGO, Mário. **Brasil, 1º de abril: estórias para a história**, 1964; ARRAES, Miguel. **Palavra de Arraes**, 1965; BORGES, Mauro. **O golpe em Goiás: história de uma grande traição**, 1965; GERASSI, John. **A Invasão da América Latina**, 1965; IANNI, Octavio et al. **Política e revolução social no Brasil**, 1965 (Coleção Retratos do Brasil, v. 33.); KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**, 1965; MONIZ, Edmundo. **O Golpe de Abril**, 1965; MOREL, Edmar. **O Golpe começou em Washington**, 1965; SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**, 1965.

515 RCB, n. 9/10, setembro/novembro de 1966, p. 292.

Nas informações prestadas por Riograndino Kruehl à 1ª Vara de Fazenda Pública, o general reafirmou o aspecto “subversivo” dos livros recolhidos, sobretudo quanto à ridicularização do “Movimento de 1964” (que teria provocado indignação e “repulsa nos meios militares”) e à “apologia de doutrinas exóticas”. Ainda, afirmou que a apreensão do livro de Nelson Werneck Sodré havia sido solicitada diretamente pelo ministro da Guerra, e que os demais foram elencados entre as “recomendações” de outros órgãos do governo federal:

Cumprе salientar que os livros apreendidos [...] buscam difundir doutrina, veementemente repelida pelo povo brasileiro, mas que, criminosa e sub-repticiamente, tentaram implantar no país, traumatizando-o de modo tão profundo em seus alicerces jurídicos e sociais que, para resguardar a incolumidade do regime e varrer, de vez, a onda de subversão que se espalhava, viram-se as Forças Armadas, com o apoio inequívoco da Nação, na contingência de reagir, pelo Movimento vitoriosamente eclodido em março de 1964. Alcançando esse êxito, que a Providência Divina possibilitou fosse incruento, cumpre como imperativo dever de quantos sejam responsáveis pela segurança do país [...] impedir o retorno aos caos, coibindo os processos de contaminação da opinião pública, ainda quando sibilinamente executados, sob o pretexto de difundir cultura, manobra que vem sendo levada a efeito pela impetrante.⁵¹⁶

Mas não só a propaganda dessas doutrinas é objetivada por aqueles que se conduzem como a impetrante, pois, com o mesmo propósito e sob falso pretexto de difundir cultura, editam obras de caráter nitidamente subversivo, sem nenhum conteúdo literário, histórico ou filosófico, tão somente destinadas a intrigar o povo com o Governo, [...] numa campanha de desmoralização que, em nenhum país, por nenhum governo, por mais liberal que seja, seria tolerada [...].⁵¹⁷

A Procuradoria da República emitiu parecer em 9 de maio, parcialmente favorável à ECB, entendendo que os livros relativos ao golpe de Estado evidentemente faziam “injúria ao Brasil” e ofendiam as autoridades constituídas (“que promoveram o movimento com o objetivo de por termo à corrupção imperante e à implantação de um regime socialista”), mas orientando à devolução das “obras clássicas”, permanecendo retidas apenas as “publicações político-subversivas”.⁵¹⁸ O juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública Fazendária concedeu o mandado de segurança em 15 de outubro de 1966, sentença que foi confirmada pelo Tribunal

516 RCB, n. 7, maio de 1966, p. 415-416.

517 Idem, p. 417.

518 RCB, n. 7, maio de 1966, p. 420.

Federal de Recursos. Segundo Fragoso, os livros foram devolvidos.⁵¹⁹

De acordo com o Catálogo do APERJ, oito títulos⁵²⁰ de 1967 foram apreendidos, os quais pareciam ainda atender à classificação feita por Fragoso, de livros contendo “palavras-chave” nos títulos que despertavam suspeita, escritos por intelectuais conhecidos por sua postura de oposição, ou que contivessem qualquer crítica ao governo militar. O maior número de títulos da ECB apreendidos pelas polícias políticas do Rio de Janeiro são de 1968, num total de dezesseis.⁵²¹ De 1969, constam apenas dois títulos⁵²², e a obra com data mais recente apreendida que consta no Catálogo do APERJ é de 1971.⁵²³ Entre 1965 e 1971, constam do Catálogo trinta e oito títulos de livros publicados pela Editora Civilização Brasileira, e um exemplar da *Revista Política Externa Independente*.

As características editoriais e administrativas da ECB contribuíram para que as apreensões significassem perdas financeiras de vulto. Ênio Silveira relatou o problema com a edição de obras de Lênin, num projeto que previa a tradução diretamente do russo, e que decidiu entregar a Álvaro Vieira Pinto, que havia sido demitido do ISEB. As obras escolhidas totalizaram três mil páginas, e o escritor passou a traduzi-las recebendo salário mensal. Quando os dois primeiros volumes estavam prontos, Ênio optou por imprimi-los, apesar dos

519 FRAGOSO, p. 30.

520 BANDEIRA, Moniz, MELO, Clóvis; Andrade, A. T. **O ano vermelho**: a revolução russa e seus reflexos no Brasil, 1967; CHIARINI, Paolo. **Bertold Brecht.**, 1967; CONY, Carlos Heitor. **Pessach**: a travessia, 1967 (Coleção Vera Cruz. Série Literatura Brasileira, v. 119.); GONZALEZ CASANOVA, Pablo. **A democracia no México**, 1967 (Coleção Nossa América. Série Ensaio, v. 6); NIKITIN, P. **Fundamentos de economia política**, 1967; OLIVEIRA, Franklin de. **Morte da memória nacional**, 1967; QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Paixão e morte de Silva Jardim**, 1967; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**, 1967 (Coleção Retratos do Brasil, v. 22.).

521 AFANASIEV, V. **Fundamentos de filosofia**, 1968; DEUTSCHER, Isaac. **Ironias da história**: ensaios sobre o comunismo contemporâneo., 1968 (Coleção Perspectivas do Homem, v. 43.); DEUTSCHER, Isaac. **A revolução inacabada (Rússia 1917-1967)**, 1968 (Coleção Perspectivas do Homem, v. 40.); DEUTSCHER, Isaac. **Trotsky, o profeta desarmado: 1921-1929**, 1968 (Coleção Documentos da História Contemporânea, v. 41 a.); DEUTSCHER, Isaac. **Trotsky, o profeta banido: 1929-1940**, 1968 (Coleção Documentos da História Contemporânea, v. 41 b.); GOMES, Dias, GULLAR, Ferreira. **Dr. Getúlio, sua vida e sua glória.**, 1968 (Coleção Vera Cruz, v. 137.); FANON, Frantz. **Os condenados da terra.**, 1968 (Coleção Perspectivas do Homem, v. 42.); IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil.**, 1968; LENIN, Vladimir Ilitch. **Cultura e revolução cultural.**, 1968 (Coleção Perspectivas do Homem, v. 50.); LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento**, 1968; LUKÁCS, George. **Marxismo e teoria da literatura.**, 1968; LUKÁCS, George. **Ensaio sobre literatura.**, 1968; PISCATOR, Edwin. **Teatro político.**, 1968 (Coleção Teatro Hoje, v. 9.); SODRÉ, Nelson Werneck. **Fundamentos de economia marxista**, 1968; **Fundamentos da estética marxista**, 1968; **Fundamentos do materialismo dialético.**, 1968.

522 HARRINGTON, Michael. **Por uma esquerda democrática**, 1969; KOFLER, Leo, ABENDROTH, Wolfgang, HOLZ, Hans Heinz. **Conversando com Lukács**, 1969.

523 FITZGER, Gottfried. **O que Lutero realmente disse**, 1971.

riscos: “Eles não apreenderam Marx. Pensei, se não apreenderam Marx, não apreenderam Engels, que lancei também, vou lançar Lênin, que é um brilhante pensador”.⁵²⁴ Os livros, porém, foram apreendidos na própria gráfica, juntamente com os originais (que lá se encontravam para conferência), além de filmes e fotolitos. Já haviam sido impressos cinco mil exemplares do primeiro volume, com mil páginas cada um, acarretando num prejuízo considerável.⁵²⁵

Segundo Hallewell, a partir de 1968 o governo de Costa e Silva passou a exercer pressão junto a bancos para que não concedessem créditos à ECB. O efeito dessa estratégia foi determinante para a diminuição no número de novas edições: 56, em 1964; 80, em 1968; 67, em 1969; e apenas 46, em 1970.⁵²⁶ Ênio Silveira comentou o afastamento do Banco Nacional de Minas Gerais (envolvido, anteriormente, no financiamento da BUP), embora não tenha precisado datas. Através de um acordo verbal, feito antes de março de 1964, o editor e o banqueiro haviam concordado em importar diretamente de empresa finlandesa duzentas toneladas de papel e, quando a encomenda chegou, após o golpe, o compromisso não foi honrado pelo banco. O pagamento do papel foi feito, segundo o editor, com a venda de bens pessoais e com a ajuda de Octalles Marcondes.⁵²⁷

No início da década de 1970, a Editora Civilização Brasileira apresentava desgaste financeiro, principalmente por causa das incessantes e crescentes apreensões. Hallewell aponta como fator fundamental para o prosseguimento das operações da Civilização a extinção da Companhia Editora Nacional como empresa independente, em 1975, uma vez que a esposa de Ênio Silveira, Cléo Ferreira, foi uma das principais beneficiárias como filha-herdeira do ex-proprietário, Octalles Marcondes Ferreira, quando da venda da empresa ao BNDE. Tal entrada de capital permitiu que a Civilização se mantivesse num contexto de ampla crise no setor, com a súbita alta dos custos de transporte do papel importado, com a crise do petróleo em 1973 (que fez com que os seus preços subissem 300por cento até meados de 1977).⁵²⁸ Houve, ainda em 1977, a tentativa de retomada do projeto da *Revista Civilização Brasileira* (extinta em 1968), com a publicação da *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, sem grande sucesso, projeto sobre o qual o editor trabalho até a sua morte.

524 SILVEIRA, Ênio. In: FERREIRA, p. 70.

525 SILVEIRA, Ênio. In: FERREIRA, p. 72.

526 HALLEWELL, p. 489.

527 SILVEIRA, Ênio. In: FERREIRA, p. 65-67.

528 HALLEWELL, p. 499.

Em 1981, Ênio Silveira passou a buscar um sócio para a editora, que dispusesse de capital para injetar na empresa. Em 1982, acabou por aceitar uma oferta operacional da DIFEL (Difusão Editorial S/A, uma empresa portuguesa), que lhe ofereceu a representação no Rio de Janeiro, sendo que aquela distribuiria as obras da Civilização em São Paulo. No mesmo ano, o Banco Pinto de Magalhães (também português) adquiriu noventa por cento do capital da ECB, transferindo a matriz para São Paulo, mas mantendo uma filial no Rio. Ênio permaneceu com dez por cento do capital da empresa, na qual ainda trabalhou até a década de 1990 como diretor da filial do Rio.

Conseguimos ser salvos por sacrifícios sem conta – meus, pessoais, e de todos que trabalhavam comigo, e depois pela ajuda de um grupo curiosamente não-brasileiro, mas português, dirigido pelo sr. Manoel Bulhosa, um banqueiro português que tinha uma surpreendente admiração por mim. Eu não o conhecia pessoalmente e ele, quando soube das minhas dificuldades, me procurou e disse: “Olha, sei de seus problemas e sou admirador seu. Quero ajudá-lo mas sou um capitalista, sou um banqueiro. Só ajudo em condições que entenda como válidas para mim também como negócio”. Ele queria o comando acionário da empresa. Negociei com ele, e deixei de ser dono para ser diretor. Mas a empresa foi salva, isso que é importante.⁵²⁹

Ele veio a falecer em 11 de janeiro de 1996, vítima de edema pulmonar, aos setenta anos de idade. No ano do seu falecimento, o editor avaliou a sua trajetória:

Um dia um amigo disse que eu deveria receber uma condecoração do governo brasileiro, buscar uma aposentadoria. Mas eu não vou buscar uma aposentadoria como alguns fizeram por aí, por supostos agravos que a ditadura tenha feito em suas carreiras de jornalistas. Mas eu fiz porque quis, foi um ato meu, deliberadamente meu. Não fui cobrar nada da nação brasileira nem espero gratificações de nenhum tipo.⁵³⁰

Em 1997, a empresa foi vendida para o grupo editorial Record.

Entre as obras da Editora Paz e Terra que constam do Catálogo de Livros Apreendidos da APERJ, quatro⁵³¹ são de 1967, ano em que a empresa iniciou no mercado. De 1968, constam dez títulos⁵³² apreendidos, outros quatro de 1969⁵³³, e mais dois livros editados

529 FÉLIX, p. 47.

530 SILVEIRA, Ênio. Depoimento em 05/01/1996. In: VIEIRA, Luiz Renato. Livro de entrevistas, p. 62.

531 ALTIZER, Thomas J.J., HAMILTON, William. **A morte de Deus**: introdução à teologia radical, 1967 (Série Ecumenismo e Humanismo, v. 2); FOUGEYROLLAS, Pierre. **A filosofia em questão**, 1967 (Série Encontro e Diálogos, v. 2); HOFSTADTER, Richard. **O anti-intelectualismo nos Estados Unidos**, 1967 (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 5); SARTRE, Jean-Paul. **O fantasma de Stálin**, 1967 (Série Ecumenismo e Humanismo, v. 10).

532 ALDANA, Ramon Losada. **Dialética do subdesenvolvimento**, 1968 (Série Estudos sobre Brasil e a América Latina); ASTRADA, Carlos. **Trabalho e alienação: na fenomenologia e nos manuscritos**, 1968

em 1970.⁵³⁴ Predominaram entre as apreensões os autores estrangeiros (as traduções eram marca do programa editorial da empresa) e pouco conhecidos no Brasil, embora muitos dos títulos contivessem as “palavras-chave” (como marxismo ou nomes de teóricos marxistas) que despertavam o interesse dos agentes dos órgãos de informação e segurança. Não foram encontradas referências a ações criminais contra os livros ou responsáveis da Paz e Terra.

Diferentemente da ECB, constam no Catálogo do APERJ apreensões de livros editados pela EPT ao longo de quase toda a década de 1970, embora em número reduzido. De 1971, constam três títulos⁵³⁵, seis de 1972⁵³⁶, dois de 1973⁵³⁷ e quatro títulos de 1974.⁵³⁸ De 1975, foram apreendidos três títulos⁵³⁹, além dos n. 2, 8, 9, 13 e 14 da revista *Ensaio de Opinião*, publicada entre 1975 e 1979 pela EPT. De 1976, constam seis títulos⁵⁴⁰, e os livros

(Série Rumos da Cultura Moderna, v. 18); AZEVEDO, Tales. **A evasão de talentos: desafio das desigualdades**, 1968 (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, v. 5); GOZZINI, Mario et al. **Diálogo posto à prova: debate entre católicos e comunistas italianos**, 1968 (Série Encontro e Diálogo, v. 8); DESROCHE, Henri. **O marxismo e as religiões**, 1968 (Série Encontro e Diálogo, v. 9); LANDSBERG, Paul-Louis. **O sentido da ação**, 1968; MOIX, Candide. **O pensamento de Emmanuel Mounier**, 1968; OGLESBY, Carl, SHAULL, Richard. **Reação e mudança**, 1968; SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **As ideias estéticas de Marx**, 1968; SANCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**, 1968.

533 LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**, 1969 (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 24); **Moral e sociedade**: atas do convênio promovido pelo Instituto Gramsci, 1969; PERLO, Vitor. **Militarismo e indústria: armamentos e lucros na era dos projéteis**, 1969 (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 21); TROTSKY, Leon. **Moral e revolução**: a nossa moral e a deles, 1969 (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 23).

534 EPINAY, Christian Lalive. **O refúgio das massas**: estudo sociológico do protestantismo chileno, 1970 (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, v. 14); FETSCHER, Iring. **Karl Marx e os marxismos**: da filosofia do proletariado à visão proletária do mundo, 1970. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 22.)

535 CORNU, Daniel. **Karl Bart, teólogo da liberdade**, 1971; COX, Harvey. **A cidade do homem**: a secularização e a urbanização na perspectiva teológica. 2. ed., 1971 (Série Encontro e Diálogo, v. 7); GARDEY, Bernard. **Uma agonia na agonia do mundo**, 1971 (Coleção Para que Eu Vivo, v. 2).

536 CHATELET, François. **Logos e práxis**, 1972; EMMER, Denise. **Geração estrela**, 1972. (Série Encontro e Diálogo, v. 15.); MERANI, Alberto L. **A conquista da razão**: mão, cérebro e linguagem: a definição do homem, 1972. (Coleção A Mente Humana no Século XX, v. 4.); LACROIX, Jean. **Marxismo, existencialismo personalismo**: presença da eternidade no tempo, 1972. 129 p. (Série Encontro e Diálogo, v. 4.); SZACHI, Jerzy. **As utopias ou A felicidade imaginada**, 1972. (Série Interpretações da História do Homem, v. 1.); **OPÇÕES da esquerda**, 1972.

537 COSTA, Bolívar. **O drama da classe média**, 1973. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 51.); GOLDMANN, Lucien. **Crítica e dogmatismo na cultura moderna**, 1973. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 47.)

538 FURTER, Pierre. **A dialética da esperança**: uma interpretação do pensamento utópico de Ernest Bloch, 1974 (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 46); MARX, Karl. **O dezoito Brumário e cartas a Kugelmann**. 2. ed., 1974 (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 19); NERI, Sebastião. **Socialismo com liberdade**, 1974; Sem autor. **Realismo e anti-realismo na literatura brasileira**, 1974.

539 CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. 2. ed., 1975 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 3); BETTELHEIM, Charles. **A luta de classes na União Soviética**: primeiro período (1917-1923), 1976 (Coleção Pensamento Crítico, v.6); PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. **Política e trabalho no Brasil**: dos anos vinte a 1930, 1975.

540 CARR, Edward Hallett. **Que é história?**, 1976; LUGON, Clovis. **A república "comunista" cristã dos guaranis (1610-1768)**. 2. ed., 1976 (Coleção Ecumenismo e Humanismo, v. 12); MACCIOCCHI, Maria-Antonieta. **A favor de Gramsci**, 1976; POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha**, 1976. 103 p. (Coleção O Mundo, Hoje, v. 11); ROCARD, Michel. **Perguntas ao Estado Socialista**, 1976.

mais recentes da Paz e Terra na lista de apreensões são edições de 1977, num total de cinco.⁵⁴¹ Entre 1967 e 1977, o total de títulos apreendidos e que constam no Catálogo do APERJ é de quarenta e quatro.

A Editora Paz e Terra acabou sendo vendida, em 1975, a Fernando Gasparian, proprietário do jornal *Opinião* (lançado em 1972 e encerrado em 1977). Depois da venda, passaram a fazer parte do conselho editorial da empresa Antônio Callado, Fernando Henrique Cardoso, Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Celso Furtado, Dias Gomes e Érico Veríssimo, entre outros, e a sede foi transferida posteriormente, para São Paulo.

3.5 Os intelectuais e a imprensa na ata da 41ª Reunião do Conselho de Segurança Nacional (11 e 16 de julho de 1968)

As atas das reuniões do Conselho Segurança Nacional (CSN) são particularmente reveladoras da dinâmica de opiniões que influenciaram as decisões do governo. O órgão foi criado como Conselho Superior de Segurança Nacional pelo Art. 159 da Constituição de 1934, com a função de estudar “todas as questões relativas à segurança nacional”, juntamente com “órgãos especiais criados para atender à emergência da mobilização”.⁵⁴² Mantendo a mesma função, passou a ser chamado de Conselho de Segurança Nacional a partir da Constituição de 1937. A partir de 1964, o CSN ganhou cada vez mais importância e poder como instância decisória do governo, tornando-se, com o Art. 40 do Decreto-lei n. 900, de 29 de setembro de 1969, “órgão de mais alto nível no assessoramento direto do Presidente da República, na formulação e na execução da Política de Segurança Nacional”.⁵⁴³ Participavam das reuniões, a partir do golpe de Estado, a presidência da República e, como membros, todos os ministros de Estado e os chefes de Estado-Maior, além do secretário Geral do CSN e o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), que eram ouvidos em ordem que obedecia aos assuntos em pauta, quando liam relatórios de suas áreas e/ou manifestavam-se mais informalmente.

541 ALBUQUERQUE, J.A. Guilhon. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**, 1977 (Coleção Estudos Latino-americanos, v. 9); ARAÚJO, Brás José de; et al. **Classes médias e política no Brasil**, 1977 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 17); BASTOS, Augusto Roa. **Eu o supremo**, 1977; SÁNCHEZ VAZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. 2. ed., 1977; TROTSKY, León. **A história da Revolução Russa**. v. 1., 1977 (Coleção Pensamento Crítico, v. 11).

542 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm. Consulta em: 17/01/2011.

543 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del0900.htm>. Consulta em: 17/01/2011.

Em um dos documentos, em especial, é possível perceber o “lugar” e o “peso” dados à imprensa e às atividades intelectuais de oposição pelos representantes das diversas esferas do governo, no período imediatamente anterior à decretação do AI-5. Trata-se da ata da quadragésima primeira reunião do CSN, com setenta e nove páginas, realizada no Palácio das Laranjeiras em 11 e em 16 de julho de 1968, presidida por Arthur da Costa e Silva e com a presença dos demais membros.⁵⁴⁴ Era a segunda reunião por ele coordenada desde que assumira a Presidência, em 15 de março de 1967 (o CSN só havia sido convocado em seu governo em 4 outubro de 1967, para a apresentação de diretrizes do governo no campo da energia nuclear).

Os encontros aconteceram em meio a uma conjuntura particularmente agitada pela morte, em 28 de março, do estudante Edson Luís de Lima Souto no Restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro, por atente pelas manifestações estudantis que se avolumaram e culminaram com a passeata “Dos Cem Mil”, em 26 de junho. No mesmo dia, um atentado à bomba contra o muro do Quartel-General do II Exército de São Paulo matou o soldado Mário Kozel Filho. Como visto até aqui, diversas medidas legais e policiais já haviam sido tomadas para conter os movimentos. Para conter os estudantes, a Lei n. 5.439, de 22 de maio, estabeleceu responsabilidade criminal para menores de dezoito anos envolvidos em ações contra a segurança nacional, e a utilização de policiamento ostensivo para inibir as passeatas.

544 Livro n. 4 das atas do Conselho. Ata da 41ª sessão do Conselho de Segurança Nacional. De 11 e 16/07/1968. Disponível em: http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013039_2572.pdf. Consulta em: 26/07/2010. Estavam presentes, segundo a ata: “Doutor PEDRO ALEIXO, Vice-Presidente da República, General-de-Brigada JAYME PORTELLA DE MELLO, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL; Deputado RONDON PACHECO, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Doutor LUIZ ANTÔNIO DA GAMA E SILVA, Ministro da Justiça, Almirante-de-Esquadra AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRUNEWALD, Ministro da Marinha, General-de-Exército AURELIO DE LYRA TAVARES, Ministro do Exército, Deputado JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO, Ministro das Relações Exteriores, Doutor ANTÔNIO DELFIM NETTO, Ministro da Fazenda, Coronel MARIO DAVID ANDREAZZA, Ministro dos Transportes, Doutor IVO ARZUA PEREIRA, Ministro da Agricultura, Deputado TARSO DE MORAES DUTRA, Ministro da Educação e Cultura, Senador JARBAS GONÇALVES PASSARINHO, Ministro do Trabalho e Previdência Social, Marechal-do-Ar MÁRCIO DE SOUZA E MELLO, Ministro da Aeronáutica, Doutor LEÔNEL TAVARES MIRANDA, Ministro da Saúde, Deputado JOSÉ COSTA CAVALCANTI, Ministro das Minas e Energia, General-de-Divisão EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA, Ministro da Indústria e Comércio, Doutor HÉLIO MARCOS PENNA BELTRÃO, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, General-de-Divisão AFONSO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE LIMA, Ministro do Interior, Professor CARLOS FURTADO DE SIMAS, Ministro das Comunicações, General-de-Divisão EMÍLIO GARRASTAZU MEDICI, Chefe do Serviço Nacional de Informações, General-de-Exército ORLANDO GEISEL, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Almirante-de-Esquadra JOSÉ MOREIRA MAIA, Chefe do Estado-Maior da Armada, General de-Exército ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS, Chefe do Estado-Maior do Exército e Tenente-Brigadeiro CARLOS ALBERTO HUET DE OLIVEIRA SAMPAIO, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. Livro n. 4 das atas do Conselho. Ata da 41ª sessão do Conselho de Segurança Nacional. De 11/07/1968. p. 1.

O objetivo da reunião, conforme indicou Costa e Silva na abertura, era fazer uma “apreciação da atual conjuntura nacional, sob o aspecto de Segurança, pela análise dos principais acontecimentos, por meio da apreciação de cada um dos membros do conselho, considerada a função específica de cada um”.⁵⁴⁵ Serão destacados, a seguir, os entendimentos e posicionamentos que mais especificamente abarcaram os intelectuais e a imprensa, bem como ao papel da legislação na repressão às oposições, e que, por certo, influenciaram nos rumos dados ao “Movimento” de 1964 com a edição do AI-5.

Inicialmente, foram ouvidos o secretário-geral do CSN, Jayme Portella de Mello (que também acumulava o cargo de chefe do Gabinete Militar da Presidência da República) e o chefe do SNI, Emílio Garrastazu Médici, que leram “sínteses” ou “apreciações” da conjuntura nacional, estruturadas mais ou menos da mesma forma, sob eixos específicos como “área estudantil”, “elementos cassados”, “oposição” ou “frente ampla”, “campo militar”, “poder judiciário”, “atividades eclesiásticas”, “imprensa”, “atividades subversivas”.

Com relação à “situação”, em junho de 1968, Portella de Mello iniciou dizendo que parecia não mais haver dúvidas de que as

recomendações de Havana (OLAS e outros Congressos), ultrapassado o período preparatório, encontram-se em fase de plena concretização (não só no BRASIL como na AMERICA LATINA), colocando na vanguarda, com vistas à tomada do poder, a classe estudantil, não só universitária como também secundarista.⁵⁴⁶

À “vanguarda estudantil” haviam se unido os “extremistas de esquerda” e todos os demais descontentes com “Revolução”, e “possivelmente, os grupos econômicos nacionais ou estrangeiros, prejudicados pela política do Governo.”⁵⁴⁷ O PCB, na tentativa de compor a “frente única” com os demais grupos, estaria mobilizando parcelas da “massa sindical”, com pouco sucesso. Não havia dúvida, para o chefe do Gabinete Militar, quanto à “guerra psicológica” e de “propaganda”, que elas estavam plenamente instauradas no país e com apoio de parte da imprensa, com “quantidade e intensidade alarmantes”. Para ele, o volume de recursos necessários para tal mobilização demonstraria tratar-se de “movimento de profundidade e fôlego”, destinado a subverter a ordem e derrubar o regime. Com relação aos

545 Livro n. 4 das atas do Conselho. Ata da 41ª sessão do Conselho de Segurança Nacional. De 11 e /07/1968. p. 2. Disponível em: http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013039_2572.pdf. Consulta em: 05/01/2011.

546 Idem. Grifos no original.

547 Idem.

intelectuais e artistas, Portella de Mello também expôs suas considerações:

Sem dúvida, há uma coordenação dessas ações com atividades de intelectuais, artistas, compositores e outros elementos de esquerda, cada vez mais audaciosos. E nítida a existência de uma campanha dirigida, para fazer crer que o povo está sendo oprimido por um regime ditatorial, entreguista, ultrapassado, que nada faz em favor dos brasileiros. A maciça propaganda em torno da subida do custo de vida, do “déficit” habitacional, da venda de terras a estrangeiros e do desvio de nossas riquezas, são fatos que comprovam essa campanha. A opinião do meio estudantil em particular e do povo em geral, vêm sendo sensibilizadas por esse trabalho eficiente. O sucesso alcançado tem sido facilitado ao extremo pela liberdade e impunidade encontradas.⁵⁴⁸

No combate aos opositores do governo, ainda segundo Portella e Mello, a Justiça (Civil e Militar) vinha sistematicamente “neutralizando ou dificultando a ação repressiva revolucionária”, em parte por causa da deficiência da legislação vigente, que era “caótica, incompleta e de largas malhas, por onde se escapavam muitos dos que poderiam ser condenados por atos subversivos”.⁵⁴⁹ Como muitos IPMs acabavam anulados pela dificuldade da comprovação material de atuação subversiva, o meio judicial não havia se constituído em instrumento eficaz de repressão. Em sua conclusão, o chefe do Gabinete Militar reiterou o estado de guerra em que encontrava o país, que poderia levar, se evoluísse, ao comprometimento da ordem pública e da política econômico-financeira do governo, ameaçando o regime. Ele sugeriu que só a “adoção imediata de uma série de medidas políticas, econômicas, sociais e de segurança, todas elas enérgicas, profundas e de grande alcance”⁵⁵⁰, e a coordenação e entrosamento das ações de nível federal com a atuação dos governos estaduais, poderiam evitar a concretização do quadro.

Passada a palavra a Emílio Médici, o chefe do SNI demonstrou preocupação com o grande número de “elementos cassados” atuando direta e indiretamente na condução da oposição ao governo, com atividades que visavam distorcer a realidade nacional no exterior, para as quais faziam o “empréstimo dos seus nomes, prestígio, recursos econômicos, etc.”.⁵⁵¹ A “área trabalhista” vinha se mantendo à parte dos acontecimentos, em seu parecer, apesar das tentativas feitas por “estudantes, políticos e subversivos” para atraí-la. Sobre a imprensa, ele reafirmou o alto grau de penetração de “elementos comunistas” nos jornais, TV e rádio, concluindo serem raros os casos em que não predominasse “posição oposicionista” ao

548 Idem, p. 4-5.

549 Idem, p. 6.

550 Idem, p. 7.

551 Idem, p. 9.

governo, e mesmo “subversiva” nos editoriais, colunas e notícias. Além disso, o sensacionalismo de grande parte da imprensa (como sobre as passeatas estudantis) seria altamente prejudicial na formação da “opinião pública”, enquanto grandes obras federais eram “insidiosamente ocultadas ao povo, encontrando até os órgãos governamentais interessados em divulgá-las, dificuldade de obtenção de espaço”.⁵⁵² A “propaganda” foi destacada na análise da “linha de ação” comunista adotada para o Brasil, que, segundo Médici, já beirava a fase final (de guerra civil), como teriam demonstrado os tumultos estudantis, os roubos a bancos e de armas e explosivos que vinham crescendo, indícios do avançar de uma “contrarrevolução”. A posição ocupada pelos intelectuais também era por ele identificada nas etapas do “processo contrarrevolucionário”:

[1] - maciça propaganda, preparatória, contra o imperialismo econômico e cultural dos Estados Unidos e contra o Governo, apresentando-o como ditatorial e submisso a escusos interesses alienígenas; [2] - intensa campanha nos meios estudantil e trabalhista, acirrando os ânimos em torno de justas reivindicações, para firmar a liderança de ativistas comunistas, que evitam qualquer prematura pregação ideológica e contam com o apoio de intelectuais; [3] - manifestações pacíficas da massa dinamizada sob pretextos aceitáveis para, iniciadas estas, distorcê-las em suas finalidades e promover agitações, visando a: desprestigiar as autoridades públicas e abalar as instituições democráticas; conquistar a opinião pública, valendo-se de todos os meios e artifícios e com apelos dirigidos mais aos sentimentos do povo do que à sua razão; desmoralizar as Forças Auxiliares empenhadas na repressão, para, oportunamente, comprometer, desprestigiar e dividir as Forças Armadas; capitalizar como um triunfo do movimento e como prova de fraqueza do regime, tanto as concessões e a tolerância, quanto a repressão, valendo-se de apoio de forte propaganda insidiosamente lançada para desorientar a opinião pública; estimular a ação de grupos econômicos e políticos descontentes; colocar o clero e a classe média em posição antagônica ao Governo; e, finalmente, da união de estudantes, trabalhadores e intelectuais, reforçada por adesões indiscriminadas e em ambiente psicossocial propício, partir para a subversão generalizada e desencadear a guerra civil.⁵⁵³

Concluindo, o chefe do SNI elencou dois elementos que se tornavam decisivos, na sua avaliação, para as ações do governo: o “aspecto econômico” e a “conquista da opinião pública”.⁵⁵⁴ No primeiro, haveria de se impulsionar o desenvolvimento econômico por meio de medidas “audaciosas e ousadas”. Com relação à “opinião pública”, o governo deveria assumir a responsabilidade de divulgar suas “obras em benefício do povo”, estabelecendo, com ele, diálogo por meio da televisão, rádio, jornais e revistas, e “identificando-se com a

552 Idem, p. 11.

553 Idem, p. 12.

554 Idem, p. 13-14.

imagem evoluída, progressista e empenhada no interesse coletivo”⁵⁵⁵ do movimento de 1964. Para tanto, eram necessárias medidas “concretas” e “enérgicas” de segurança, agindo sobre os grupos e indivíduos que ameaçavam a estabilidade do regime.

Falando a seguir, o ministro da Marinha, Augusto Grunewald (que não leu parecer), manifestou, rapidamente, sua posição quanto às manifestações dos meses anteriores (em especial a dos estudantes), divergindo das opiniões anteriores. Ele culpou o próprio governo e as Forças Armadas, em geral, pelo quadro instaurado no país, à medida que a legislação já existente seria suficiente para conter a “subversão”, desde que aplicada com rigor:

Eles continuam a agir, os cassados e os enquadrados nos Atos Institucionais ai estão, às soltas, publicando, com nossa anuência coisas contra o Governo. No entanto, os meios para as sanções estão disponíveis. Não relatarei mais nada. Creio que a ação não é propriamente de estudantes, é apenas subversiva, que podemos combater pelas leis. Dentro da Lei, nós ainda poderemos combater tudo, antes de qualquer medida excepcional. A Lei de Segurança, a Lei de Imprensa, estão disponíveis, talvez o processamento longo impeça as suas aplicações. Acho que nós poderemos obviar esses inconvenientes e aplicar aquelas leis com o rigor que merecem, tanto as ações desses estudantes como as desses subversivos.⁵⁵⁶

Ao final da fala de Grunewald, Costa e Silva fez algumas considerações, manifestando posição ambígua quanto à crença do ministro da Marinha na eficácia das leis existentes para a repressão à “subversão”, chamando a situação de “chicana judicial”:

Muito bem, falou o velho companheiro, o artilheiro dos primeiros dias da Revolução de hum mil novecentos e sessenta e quatro, oportunidade em que agindo discricionariamente, capacitamos o Brasil a tomar outro rumo e acabar com aquela subversão que já estava na rua. Mas temos hoje, o que o Presidente DUTRA chamaria “o livrinho”. O “livrinho” é a Constituição Brasileira. Creio que dentro dela temos todos os meios necessários para resolver esta falada crise [...]. O desejo de todos nós é coibi-la imediatamente. Mas como recorrer à chamada Lei de Imprensa e de Segurança Nacional? Os Senhores sabem que entrariamos numa fase de chicana judicial que talvez agravasse ainda mais a situação do Governo. De qualquer forma, nós estamos aqui para ouvir essas franquezas e essas preocupações de cada um dos Membros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, porque daqui sairá uma ideia ou decisão do que nós devemos fazer no sentido de preservar o País desta avalanche que parece se aproximar. Eu ainda creio muito na força da Lei.⁵⁵⁷

O ministro do Exército, Aurélio de Lyra Tavares, por meio da leitura de um longo

555 Idem, p. 14.

556 Idem, p. 14-15.

557 Idem, p. 15.

documento (com referência a diversos episódios e pessoas), iniciou afirmando que parecia não haver mais dúvidas de que as “Recomendações de Havana” estavam sendo cumpridas no Brasil e na América Latina, por meio da OLAS e de outros congressos, utilizando como vanguarda a classe estudantil, pois se instalara um quadro de “inaplicação da lei” e “inoperância da justiça”.⁵⁵⁸ Com relação à imprensa, Lyra Tavares reafirmou o pouco espaço dado às grandes obras do governo em educação e infra-estrutura, as quais não era conferido o devido destaque,

ao mesmo tempo que as grandes manchetes deformam, aos olhos do povo, a imagem do regime, taxando-o de ditadura, quando nunca foi a tais limites o abuso da licenciosidade da linguagem, do desrespeito à autoridade, da mentira manipulada, da pregação subversiva, da difusão de literatura e panfletos comunistas, sem qualquer medida que o coíba nem nenhum trabalho que neutralize os seus efeitos no espírito do povo.⁵⁵⁹

De forma rápida, o ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza Mello, demonstrou preocupação com a “infiltração” comunista na imprensa:

Esses movimentos usam para sua propaganda, dos meios normais que as democracias utilizam. Mas têm deformado, de tal maneira, as intenções do Governo e as medidas governamentais que tenho a impressão de estar num pesadelo, vivendo aquela situação em que os fatos se apresentam, o perigo aumenta, e o organismo não reage ou está impossibilitado de reagir.⁵⁶⁰

Sobre a questão da eficácia das leis na tarefa de por fim às oposições e “agitações”, Souza de Mello afirmou que a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional continham dispositivos adequados, mas que precisavam de

uma regulamentação ou uma legislação subsidiária que, ao invés de obrigar o Estado a provar que o indivíduo transgrediu essas leis ou violou os princípios fundamentais atue sob o efeito do delito flagrante, atribuindo-se ao indivíduo provar que não transgrediu e não um processo em que o Estado tem de ir colher provas para levar a julgamento, com toda aquela série de recursos protelatórios que prejudicam os resultados.⁵⁶¹

Encerrou as exposições da área “nitidamente de Segurança”, nas palavras de Costa e Silva, o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Orlando Geisel, afirmando que, tendo ouvido as exposições até ali feitas, considerava o assunto “praticamente esgotado”, e

558 Idem, p. 17.

559 Idem, p. 17.

560 Idem, p. 19.

561 Idem, p. 20.

sugerindo uma “ofensiva em todos os poderes.”.⁵⁶² Ainda, reafirmou, ao presidente, a união e apoio das Forças Armadas, embora houvesse uma “certa inquietude” nos meios militares, proveniente, em parte, da “sensação” de que o Governo estava inoperante.

Passada a palavra aos ministros civis, o da Justiça, Luiz Antônio da Gama e Silva, reafirmou, no início de uma longa exposição, a vigência de “Guerra Revolucionária” e “Guerra Psicológica”.⁵⁶³ Citando nomes de jornais e notícias, ele referiu os “abusos” cometidos sem que houvesse, na legislação, uma maneira eficaz de impedi-los. O nome de Ênio Silveira e as revistas da Civilização Brasileira e da Paz e Terra ganharam destaque na fala do ministro:

Porque tanto a Lei de Imprensa como a Lei de Segurança Nacional, ao combaterem a falsa notícia ou a distorção de fatos verdadeiros, que desinformam a opinião pública, condicionam a existência do crime, a perturbação do crédito do País, a que tragam descrédito nacional, a que possam promover a destruição do regime, enfim, certos fatos que dependeriam de provas e sabemos nós, falamos agora como advogado, as dificuldades de que em juízo possam ser atingidos. Nós verificamos que indiscutivelmente a Imprensa, principalmente a Imprensa, que cria a opinião pública, vem exercendo uma pressão tremenda sobre a opinião pública e, essa opinião pública que tão festivamente recebeu a revolução de março, de que Vossa Excelência foi o Chefe incontestável, e que hoje nós a encontramos completamente contrária a nós. [...] O comunismo na Imprensa, Senhor Presidente, foi analisado em Inquérito Policial Militar em hum mil novecentos e sessenta e cinco, não sei qual foi o destino desse Processo aberto pela Revolução. A ação dos intelectuais, Senhor Presidente, é então das mais graves. Dizia Lenine numa exposição, logo após a queda de Kerenski, que temia mais as ideias que os canhões. Essa é uma evidência. Nós temos, Senhor Presidente, certas imprensas que publicam livros de divulgação marxista e contrárias ao Governo, principalmente a chefiada pelo comunista Ênio Silveira. Por exemplo, a "Civilização Brasileira", a revista "Política Internacional", a revista "Paz e Guerra" [sic] e ainda recentemente surgiu, em São Paulo, a revista chamada "Ataque", onde os elementos do teatro procuram, através da defesa do Teatro Nacional, que está em grande disputa, única e exclusivamente a desmoralização da autoridade, do regime e, mais do que isso, da Revolução de março. A Revolução foi tímida, não se realizou por inteiro. Na verdade, estamos vendo que a contra-revolução se encontra nas ruas. A contra-revolução se encontra na imprensa. A contra-revolução se encontra na Igreja. A contra-revolução se encontra no meio estudantil. A contra-revolução se encontra nos meios políticos [...]. Na verdade, estamos sentindo a vitória psicológica da contra-revolução.⁵⁶⁴

562 Idem, p. 20.

563 Idem, p. 21.

564 Idem, p. 22-23.

O ministro da Justiça e Negócios Interiores enfatizou, ainda, a insuficiência das leis no momento de grave crise que se instaurara no país, sugerindo a decretação do estado de sítio para que a ordem pudesse ser restaurada⁵⁶⁵ e um novo “Ato Adicional à atual Constituição” que conferisse ao Poder Executivo os “meios necessários para salvar a Revolução Brasileira”.⁵⁶⁶

As leis que aí estão, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional, efetivamente, elas contemplam, elas definem, elas qualificam com precisão todos esses delitos. Mas o que temos visto na realidade é que os processos caminham e se esvaem, desaparecem, são "habeas corpus", são arquivamentos são prescrições que se sucedem numa rapidez incrível. Poucos são aqueles, que neste momento, têm recebido a sanção da Justiça. Porque a Revolução não chegou, entre nós, ao Poder Judiciário, essa é uma verdade. [...] O Poder Judiciário, com a sua autonomia, com a sua independência, com as suas vaidades, com a sua alta sensibilidade, dificilmente poderia participar dessa campanha de salvação nacional, mesmo porque lá encontramos inimigos figadais da revolução, que são contra nós, que no momento oportuno de lá não foram afastados, como deveriam ter sido e como ocorreu a vários países, mesmo nos regimes de plena legalidade, como nos Estados Unidos, quando Roosevelt se viu obrigado ao implantar o “new deal”.⁵⁶⁷

Ao final do primeiro dia de reunião, o presidente Costa e Silva emitiu comentário sobre o encaminhamento a ser dado a seguir: “Apreciarei muito a opinião de cada um, seja a extremada, seja a mais tolerante. Delas tirarei a média e tomarei a decisão. [...] Quero dizer, dou a liberdade de expressão, dou a liberdade, mas no fim, tomo a decisão”.⁵⁶⁸ As opiniões apresentadas na longa reunião pelos diversos membros do governo, embora caracterizadas pelo presidente como distintas, ou polarizadas, destoavam, em termos gerais, apenas quanto aos métodos a serem empregados para neutralizar a oposição. Havia consenso quanto à existência de uma situação de “guerra revolucionária” no país, em meados de 1968, na qual a imprensa e os intelectuais haviam desempenhado papel fundamental na “desestabilização” do governo (por meio da divulgação de ideias “antirrevolucionárias” e, sobretudo, da “desmoralização” de seus membros), que, com a adesão do movimento estudantil, teria alcançado um estágio perigoso à própria continuidade do “Movimento de 1964”. Mais ainda, a legislação lançada nos anos iniciais da ditadura – e, sobretudo, sua aplicação nos tribunais ordinários – também representaram ponto de convergência entre os membros do CSN, quanto às suas limitações no combate à “subversão”.

565 Idem, p. 25.

566 Idem, p. 24.

567 Idem, p. 23-24.

568 Idem, p. 39-40.

O CSN se reuniu novamente em dia 25 de agosto de 1968, no Palácio do Planalto, para apreciar documento previamente encaminhado aos membros, formulado por Portella de Mello e intitulado “Conceito Estratégico Nacional”, que ampliou a importância do próprio CSN e do SNI na consecução dos objetivos estabelecidos pelo governo.⁵⁶⁹ O Conselho foi convocado no dia 13 de dezembro de 1968, para a apresentação e “aprovação” do AI-5, no Palácio das Laranjeiras.

569 FICO, p. 78. A documento dividia-se em duas partes, compostas por: “Objetivos permanentes”, “Elementos essenciais da política governamental”, “Pressões dominantes”, “Hipóteses de guerra” e “Premissa de segurança interna”; e por “Objetivos da política de segurança nacional”, “Capacidade do Poder Nacional para a realização dos objetivos de segurança”, “Objetivos Nacionais atuais estratégicos” e “Políticas de consecução dos objetivos nacionais atuais estratégicos”. Segundo Costa e Silva, na ata da reunião, o documento estava previsto na Reforma Administrativa e constituía “peça fundamental” na formulação das políticas de governo.

CONCLUSÕES

O golpe civil-militar de março de 1964 atuou sobre diversas organizações intelectuais de esquerda, em desenvolvimento e mobilização desde a década anterior, num duplo sentido: se, por um lado, desalojou diversos intelectuais de posições diretamente ligadas ao Estado ou em instituições ou organizações por ele reprimidas, por outro, criou as condições necessárias para que se instaurasse um “clima” de colaboração entre eles, a partir da ideia fundamental de retorno à democracia. Viabilizou, assim, o surgimento de novos grupos e instrumentos de divulgação intelectual, num cenário em que era colocada à prova a autonomia desses agentes sociais em relação ao Estado e, conseqüentemente, a capacidade que possuíam para manter suas atividades com base num mercado de bens culturais, em geral, ainda incipiente. O compromisso autoatribuído de diversos intelectuais com o estudo e o equacionamento da realidade brasileira, com o objetivo de transformá-la, foi reafirmado, numa disposição renovada para a participação público-política.

A Editora Civilização Brasileira e, posteriormente, a Paz e Terra, representaram dois importantes espaços que cumpriram a função de abrigar muitos dos intelectuais egressos do ISEB, do PCB e do CPC da UNE, bem como de organizações cristãs como a CEB e o ISAL, embora tenham mantido abertas as portas para autores procedentes de variadas instituições acadêmicas e religiosas, de outros partidos políticos, de diversos movimentos culturais e religiosos, nacionais e estrangeiros. Essa abertura teórico-institucional e o dinamismo editorial foram as “marcas registradas” das empresas no mercado brasileiro, no qual conquistaram significativo espaço, tanto em termos quantitativos (o volume de livros lançados pela ECB, ao longo da década de 1960, foi, de fato, notável), quanto qualitativos, relativos às características e processos editoriais utilizados (que influenciaram outras empresas), e ao valor cultural das obras publicadas.

A figura de Ênio Silveira e a grande inserção que possuía em meios intelectuais e editoriais nacionais e estrangeiros (com a participação, inclusive, em organizações setoriais oficiais) garantiram-lhe os recursos e a autoridade necessários para que atuasse como um “mediador cultural”, por meio do qual um número enorme de intelectuais acabaram reunidos e dispuseram de espaços de divulgação e de postos de trabalho. A atuação do editor ultrapassou, porém, as relações mais formais dos negócios editoriais, sendo também importantes os laços de amizade a eles associados, aspecto marcante nas relações estabelecidas entre os intelectuais mais próximos ao editor e que participaram mais diretamente do trabalho nas editoras e nas revistas. Como salientou várias vezes, lia aquilo que publicava, conhecia e admirava seus autores, posturas por meio das quais se consagrou no mercado brasileiro editorial brasileiro e conquistou respeito pessoal e profissional.

A partir do princípio ético que atribuiu à sua profissão, assumiu de forma plena, sobretudo a partir de 1964, a posição de “editor responsável”, atribuindo às suas editoras o caráter de “instituições culturais” de esquerda, noção aberta e identificada pelos ideais de maior igualdade social e de liberdade democrática e de pensamento, pressupostos que se tornaram fator de adesão e unidade, acima das muitas divergências ideológicas. Aplicados à administração de suas empresas, tais princípios refletiram-se no esforço em tornar os livros bens culturais acessíveis a públicos mais amplos ou mais populares. De sua experiência com editoras norte-americanas, trouxe as “edições de bolso” e o uso de publicidade para o lançamento dos livros (o cuidado dispensado aos elementos visuais das edições foi marcante), bem como a ideia de aproximar os autores do público, por meio de encontros e debates, que se tornaram estratégias de êxito e que ajudaram a constituir o prestígio que as empresas desfrutaram até a década de 1970. As iniciativas da Civilização e da Paz e Terra transformaram-se, sobretudo a partir do golpe de Estado, em eventos concorridos, que conseguiam mobilizar números expressivos de pessoas e potenciais consumidores.

A livraria da Civilização Brasileira, no centro do Rio de Janeiro, consumou-se como espaço legítimo entre as esquerdas (aberto, inclusive, a “provocações públicas” bem-humoradas), no qual se organizavam também, outras formas de manifestação intelectuais, como os manifestos assinados, que também mobilizaram diversos grupos. A movimentação na livraria e na editora, bem como seus eventos, foram alvos frequentes de vigilância policial e fizeram circular um conjunto relativamente grande de informações entre os diversos órgãos

de informação e segurança, além de figurarem como “indício de subversão” na montagem dos inquéritos.

O catálogo da Editora Civilização Brasileira também refletiu os princípios e, importante, os intercâmbios estabelecidos pelo editor, sendo composto por diferentes tipos de livros, o que garantiu estabilidade financeira à empresa, mas que acabou abalada pelas restrições impostas pela ditadura. Embora fosse ainda reduzida a população de leitores-consumidores, a Civilização Brasileira logrou sucesso na tarefa de atrair e manter um público capaz de garantir a continuidade do trabalho, conseguindo equilibrar-se de forma adequada entre as regras de mercado (que influíram na escolha, embora cuidadosa, de *best-sellers* norte-americanos, por exemplo) e as disposições mais específicas que regem a produção de bens culturais e as relações intelectuais, como as tendências teóricas ou políticas (refletidas na opção por publicar trabalhosas e caras edições de obras de referência, cujo lucro era reduzido). O êxito editorial da Paz e Terra, a partir de 1966, que ampliou as possibilidades de intercâmbios de autores e livros e incorporou aos projetos de Ênio Silveira outros segmentos de leitores-consumidores, também demonstra a habilidade que ele possuía para construir um catálogo eclético o suficiente para garantir sua própria viabilidade econômica, e “legítimo” o bastante para atrair tanto leitores quanto autores.

O golpe civil-militar teve influência significativa sobre a produção da Civilização Brasileira. Além de transformá-la indiretamente, ao fechar outros canais de divulgação, em um “centro” ainda aberto de manifestação, significou uma nova e desafiadora temática a ser explorada pela empresa, sobre a qual divulgou um conjunto significativo de obras, as primeiras a tentar equacionar e analisar a situação política brasileira, ainda em 1964. As revistas lançadas, a partir de 1965, também representam um reflexo da disposição em combater a ditadura por meio da compreensão e da denúncia sobre o curso que havia sido dado ao país pelos militares (assim como sobre o “disfarce” democrático que caracterizava seu discurso), além de indicarem a disposição à divulgação de novos referentes teóricos e autores capazes de contemplar e oferecer sentidos e perspectivas à nova situação política brasileira, intensificando as discussões sobre os problemas nacionais. Com isso, a editora contribuiu para a renovação das interpretações marxistas no Brasil, tanto no esforço de tradução de obras caracterizadas pela crítica à ortodoxia, quanto na divulgação de autores brasileiros.

A *Revista Civilização Brasileira* foi o “carro chefe” dos periódicos da ECB, reunindo características que se mostraram bem sucedidas e que foram também utilizadas nos outros dois periódicos. A RCB efetivamente congregou um grupo eclético, ultrapassando as fronteiras do PCB e do “comunismo ortodoxo”, como queria Ênio Silveira. Percebe-se, na nominata do conselho de redação da revista, a participação de intelectuais de formação humanístico-jurídica (conforme delimitou Alzira Alves de Abreu acerca dos membros do ISEB, ou “intelectuais de transição”, detentores de uma “cultura geral” num período de avanço e de legitimação do “saber” técnico⁵⁷⁰), que desempenhavam diferentes funções, ligadas à imprensa (como jornalistas e críticos) e ao mercado editorial (escritores, ensaístas e tradutores), e cuja produção já havia demonstrado algum tipo de engajamento ou de interesse pelos “problemas brasileiros”. Tais funções, em muitos casos, eram desenvolvidas paralelamente ao trabalho em cargos públicos, no ensino e em posições técnicas ou políticas (e mesmo militares), sobre as quais incidiram mais rapidamente as medidas repressivas a partir de 1964. O ISEB e o PCB já haviam reunido alguns desses intelectuais, embora a participação no jornal *Correio da Manhã* e nas atividades da Editora Civilização Brasileira tenha sido, também, significativa.

Mas a proposta da revista atraiu também alguns intelectuais que atuavam em espaços universitários e de pesquisa, mais afastados da movimentação gerada pelo nacional-desenvolvimentismo, para os quais o golpe civil-militar e os crescentes expurgos parecem ter representado o “convite” mais específico ao debate engajado. Suas participações, mesmo que em reduzido número, representavam, para a RCB, a aproximação com agentes e meios capazes de lhe conferir algum grau de legitimidade científica, ou, pelo menos, indicavam que a crítica ao autoritarismo havia extrapolado os redutos de esquerda tradicionais, ganhando adeptos mais “neutros”.

Nota-se, ainda, a adesão de intelectuais ligados diretamente às áreas artísticas, como o cinema, a poesia e a música, reunidos inicialmente no CPC da UNE, e cujo engajamento (demonstrado, sobretudo, na intenção em tornar explícitas por meio da arte as características do “verdadeiro” Brasil, do “homem comum”, de grupos sociais até então negligenciados ou invisíveis aos olhos da “cultura”) já havia conseguido, também, reconhecimento e prestígio. Eles encontraram na RCB um amplo espaço para manter ativos, sobretudo, a empolgação e o

570 ABREU, Alzira Alves. A ação política dos intelectuais do ISEB. *In*: TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 103.

debate acerca do papel por eles e por sua arte desempenhado, num contexto em que a expansão da indústria de bens culturais, e da televisão, também agregavam elementos às polêmicas e problemáticas legítimas.

A iniciativa que mais havia aproximado os nomes que posteriormente se encontraram na RCB foi, entretanto, a fundação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, em 1963, que demonstrou a preocupação em estabelecer um órgão formal capaz de “representar de forma ampla” o pensamento daqueles por ele reunidos, objetivo refletido na revista. O CTI ajudou a formalizar laços de solidariedade (quer seja teórica ou política, profissional ou pessoal) entre diversos intelectuais, muitos dos quais ligados diretamente à figura de Ênio, que foram reforçados a partir de março de 1964 e objetivaram-se, também, no grupo que trabalhava diretamente na revista.

Com efeito, a nominata do conselho de redação expressa justamente a diversidade (ou o não sectarismo, a não ortodoxia) desejada pelos seus responsáveis: não se tratava nem de uma publicação propriamente política (ou comunista), nem apenas cultural ou artística (embora a parte dedicada às artes fosse ampla), nem de formato acadêmico; assim, foram nela reunidas as produções de diversas áreas do conhecimento, a partir de diferentes perspectivas teóricas, unidas tanto pelo repúdio à ditadura quanto pela disposição intelectual em utilizar seu conhecimento específico como recurso de resistência. Além disso, é clara a importância da formulação do conselho na aproximação com os leitores (muitos dos intelectuais já eram consagrados tanto nas suas áreas específicas de atuação quanto por meio de grandes jornais, do rádio e do cinema), e nos intercâmbios que podiam estabelecer.

A RCB lançou mão de diversificadas estratégias editoriais diversificadas, que envolveram a divulgação de textos com formatos variados, como artigos, ensaios, capítulos de livros, poesias. Além disso, publicou transcrições de debates, entrevistas e questionários promovidos pelos membros do conselho de redação, de documentos envolvendo as ações criminais movidas contra Ênio Silveira e outros intelectuais, de manifestos, discursos. Tal abertura editorial garantiu à revista, como já foi referido, além de um volume constante de materiais e contribuições, características capazes de atrair um número grande de leitores.

A *Revista Política Externa Independente* também surgiu da disposição de alguns intelectuais para combater o novo regime por meio da análise e da denúncia de suas arbitrariedades, especificamente no campo das relações internacionais. Propondo-se as

discussões de características tanto teóricas quanto políticas, como a RCB, ela formalizou os vínculos da Editora Civilização Brasileira com mais um conjunto de intelectuais identificados pelo nacional-desenvolvimentismo na conjuntura anterior, e que foram aliçados de suas posições a partir do golpe, ampliando a importância da empresa como um “centro de resistência” nos primeiros anos da ditadura, sobretudo no Rio de Janeiro.

A RPEI abriu espaço para intelectuais egressos dos quadros do Itamaraty e que haviam atuado diretamente na formulação das diretrizes para a atuação internacional do país, desde o início da década de 1960. Reuniu, também, em seus conselhos, professores universitários, jornalistas e escritores, propondo-se a servir como uma revista especializada, de formato mais definido do que a RCB e, conseqüentemente, mais restrito. Poucos membros dos conselhos, porém, chegaram a publicar textos na RPEI. Suas participações parecem mais vinculadas ao prestígio transferido à publicação com a presença de seus nomes, bem como às possibilidades de intercâmbios por eles viabilizadas. Embora tenha sido bastante divulgada, a revista foi a iniciativa menos duradoura entre as três aqui em estudo, com apenas três edições.

O lançamento da editora e da *Revista Paz e Terra* também demonstrou o “clima” de colaboração existente entre intelectuais de esquerda no período posterior ao golpe civil-militar. As iniciativas uniram aos grupos mediados por Ênio Silveira àqueles que partilhavam dos ideais fundamentais do cristianismo, numa perspectiva ecumênica, e que haviam se desenvolvido de forma distante desde a década de 1950. A editora e a revista foram definidas, assim como a Civilização e a RCB, como espaços “não dogmáticos” e apartidários, e propuseram-se a divulgar obras e autores identificados pelos ideais de “justiça social”, “liberdade” e “solidariedade”.

O conselho de redação da RPT era composto por protestantes e católicos (membros dos cleros e leigos) e por intelectuais não cristãos, adequando-se a sua proposta de diálogo. Assim como na RCB e na RPEI, muitos dos nomes vinculados à *Paz e Terra* não publicaram textos na revista sua participação parece estar também relacionada aos intercâmbios que poderiam estabelecer, uma vez que na RPT encontraram-se políticos de carreira, clérigos de distintas denominações, professores universitários, jornalistas, artistas, escritores, alguns deles vinculados a instituições e movimentos nacionais e estrangeiros e a outras iniciativas editoriais.

A Editora Paz e Terra se especializou em traduções de intelectuais “progressistas”, sobretudo teólogos e filósofos europeus e norte-americanos, e em abordagens renovadas de autores brasileiros, que também foram divulgados por meio da revista. Os livros editados pela empresa representaram um esforço para aproximar as igrejas e o cristianismo das grandes questões do mundo secular e do marxismo (para o qual surgiam novas leituras). Tal encontro, iniciado também por meio da Paz e Terra, intensificou-se, posteriormente, na formulação da chamada Teologia de Libertação. A empresa também investiu em anúncios publicitários para seus livros, seguindo o tom provocativo adotado pela ECB, que por certo contribuía para atrair leitores.

As iniciativas da ECB e EPT desenvolveram-se em meio a uma conjuntura bastante específica. Com relação à produção de livros e ao mercado editorial, o governo militar optou por favorecer o setor por meio de programas e incentivos (sobretudo fiscais), influenciado tanto pela ideia geral de “progresso” que esse tipo específico de bem cultural possuía, quanto pela atuação de editores e organizações representativas nos espaços abertos pelo governo, dos quais participaram majoritariamente empresas que eram geridas por editores favoráveis ao regime, ou que se mantinham distantes das discussões políticas. Às empresas, editores e autores que se colocaram na oposição, entretanto, foi empreendida ampla “perseguição policial-judiciária”, nas palavras do advogado Heleno Fragoso. Tal cenário, porém, não excluiu a ECB e a EPT, que também se beneficiaram, embora em menor medida, de alguns programas oficiais, o que demonstra a posição particular que ocuparam ao longo dos primeiros anos da ditadura, situada na interseção entre o caráter legal e válido de seus registros e funcionamento como empresas consagradas no mercado (sobretudo a Civilização), e o “aspecto” ilegal das ideias e dos intelectuais por elas divulgados, aos olhos dos órgãos de informação e segurança e do governo, que empreenderam contra eles diversas ações.

As disputas judiciais desenvolvidas durante a vigência da “dupla legalidade” (a ordinária e a “revolucionária”), característica dos primeiros anos da ditadura militar, foram favoráveis a Ênio Silveira e à Civilização Brasileira, se observadas apenas as sentenças finais proferidas nas três ações criminais que chegaram a termo contra eles. A garantia da liberdade de expressão, mantida na Constituição de 1967 e na Emenda Constitucional de 1969, parece ter sido determinante na formulação das sentenças do Supremo Tribunal Federal (e em menor medida no Superior Tribunal Militar e no próprio Ministério Público, encarregado de formalizar as denúncias), instância em que os livros parecem ter sido, efetivamente, lidos.

Estabeleceram-se, assim, pontos de conflito entre os argumentos e mesmo a linguagem utilizados, de um lado, pelos órgãos de informação e segurança e pelo MP e, de outro, e por algumas autoridades judiciais, que, no caso da ECB e de seus livros, foram capazes de barrar as interpretações mais truculentas da legislação (sobretudo das chamadas leis de segurança nacional) e das próprias obras em discussão, bem como os procedimentos muitas vezes ilegais utilizados contra os réus. Um dos mais importantes argumentos da defesa, aceito pelas instâncias judiciais, assentava-se sobre a diversidade do catálogo da ECB, utilizada como demonstração da inexistência de uma linha doutrinária específica para a seleção e publicação dos livros, e sobre importância do trabalho da empresa como promotora do desenvolvimento cultural do país. Até o início da década de 1970, percebe-se a grande utilização de estratégias propriamente intelectuais de mobilização e de resistência, como os manifestos, as cartas abertas de solidariedade, as denúncias e divulgação das arbitrariedades cometidas, formas de pressão das quais Ênio Silveira utilizou amplamente, tendo por base as relações de amizade e de respeito profissional que havia conquistado ao longo de sua trajetória.

Nas ata da reunião do CSN analisada, ficou clara a percepção de seus membros, em meados de 1968, acerca das limitações do conjunto legal (mesmo que “atualizado” pelo governo) e dos procedimentos judiciais na repressão à oposição efetivada pelos intelectuais. Vistos como agentes sociais importantes na “guerra psicológica” de “desmoralização” e “desestabilização” do regime, sobretudo no momento em que teriam conseguido mobilizar ou “incitar” os estudantes a engajarem-se nas manifestações contra o autoritarismo, aos intelectuais foi dispensada atenção especial na formulação das medidas que acabariam por definir os rumos da ditadura brasileira, em dezembro de 1968.

Mas os órgãos de segurança também indicaram sua disposição à utilização de recursos violentos para conter a atividade editorial considerada subversiva (como as ameaças diretas a livreiros, apreensões ilegais e atentados), que parecem ter sido determinantes para a desagregação dos grupos e encerramento das diversas iniciativas. Apesar de nunca terem sido formalmente proibidas ou fechadas, a ECB e a EPT perderam parte do dinamismo editorial que caracterizou a atuação das empresas até o final da década de 1960, quando já apresentavam graves problemas financeiros.

As revistas e editoras, apesar de todas as investidas contrárias do governo e dos órgãos de informação e segurança, consolidaram-se como instâncias de difusão e consagração intelectual, e como fundamentais redutos de oposição e resistência ao autoritarismo, seguindo as aspirações de uma parcela significativa da intelectualidade brasileira. Buscou-se contribuir, por meio desta tese, com os estudos sobre o desenvolvimento da atividade intelectual e editorial no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ABREU, Alzira; LAMARÃO, Sérgio (Orgs.). **Personalidades da política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “*Revista Brasileira de Política Internacional: quatro décadas ao serviço da inserção internacional do Brasil*”. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, S/D, 1998. Disponível em: <http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1998/60.pdf>. Consulta em 20/01/2010.

ALVES, Márcio Moreira Alves. **O beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

ANDRADE, Rômulo de Paula. **A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no primeiro governo Vargas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. **Revista Civilização Brasileira: 1965-1968**. Produção cultural em revista. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação de Mestrado, Departamento de Pós-Graduação, Setor de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOMFIM, Elizabeth de Melo. “O homem no Vale do São Francisco: um legado de Donald Pierson às ciências humanas e sociais no Brasil”. In: *Psicologia & Sociedade*, v.18, n.1, Porto Alegre, Janeiro/Abril, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (Orgs.). **A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Arquivo do Estado, 2003.

CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. **Nasce a nação. Roland Corbisier, o nacionalismo e a teoria da cultura brasileira**. Tese de Doutorado. Campinas, Faculdade de Educação, UNICAMP, 1993.

CASTRO, Flávio de Oliveira. **Caleidoscópio: cenas da vida de um diplomata**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

CATÁLOGO de livros apreendidos pelas polícias políticas (1933-1983). Rio de Janeiro: APERJ; FAPERJ, 2001.

CHRISTOFORO, Paulo Rubens Paterno. **Revolução, nacionalismo e democracia na Revista Civilização Brasileira**. 1992. Dissertação de Mestrado, Departamento de Pós-Graduação, Setor de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CORADINI, Luiz Odaci. “‘Grandes famílias’ e elite ‘profissional’ na Medicina no Brasil”. In: *Cadernos de Ciência Política*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, n.2, Porto Alegre, 1995.

CORBISIER, Roland. **Filosofia política e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. **Cuadernos de Marcha** (Primeira Época, Montevidéu, 1967-1974): uma “trincheira de ideias” desde o Uruguai para o mundo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

COUTO, Edilene Souza. “Ecumenismo de serviço”. GT Protestantismos e Pentecostalismos/Associação Brasileira de História das Religiões. Publicado em <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/couto-edilece.pdf>. Consulta em 03/01/10.

CUNHA, Magali do Nascimento. “O passado nunca está morto”. Um tributo a Waldo César e sua contribuição ao movimento ecumênico brasileiro. In: *Revista Estudos de Religião*, Ano XXI, n. 33, julho/dezembro de 2007.

CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de resistência**. intelectuais e cultura na *Revista Civilização Brasileira*. Campinas, 2005. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

_____. **Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968)**. Campinas, 2009. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

DICIONÁRIO histórico biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies>. Consulta em: 28/01/2010.

DOCUMENTOS CNBB-76. São Paulo: Editora Paulinas, 2004.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea.)

FÉLIX, Moacyr (Org.). **Ênio Silveira**: arquiteto de liberdades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FERREIRA, Jerusa Pires (Org.). **Editando o editor**. São Paulo: EDUSP; Com-Arte, 1992.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 190.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia** (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. “A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, São Paulo, Fevereiro, 1997.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Advocacia da liberdade**: a defesa nos processos políticos. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

GARCIA, Eliane Rosa. **A ação legal de um partido ilegal**: o trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB no Rio Grande do Sul (1947-1960). Porto Alegre, 1999. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GERALDO, Sebastião; ARAÚJO, Luís Carlos Eblak de. “Memória do jornalismo impresso de Ribeirão Preto: o início da profissionalização das redações (1965-82)”. In: *inRevista*, Universidade de Ribeirão Preto, ano 2, n. 4, 2007,

GORENDER, Jacob. “O Ofício do Historiador”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH; Humanitas Publicações. V. 23, n.45, 1º sem./2003.

_____. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: EDUSP, 1985.

HISTÓRIA, Ciências, Saúde-Manguinhos, v.5 no.2. Rio de Janeiro, Julho/Outubro, 1998.

HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. “Responsabilidade social e revolução no movimento ecumênico brasileiro dos anos 50 e 60”. Texto apresentado no IV Congresso Internacional de

Ética e Cidadania, Filosofia e Cristianismo, no Grupos de Trabalho Filosofia, Cristianismo e História, e publicado em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Chancelaria/GT3/Arnaldo_Erico_Huff_Junior.pdf. Consulta em 15/01/2011.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-1964**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

MAINWARING, Scott. **The Catholic Church and politics in Brazil, 1916-1985**. Stanford University Press. California, 1986.

MARIZ, Ana Sofia. **Editora Civilização Brasileira: o design gráfico de um projeto editorial (1959-1970)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Design. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Artes, 2005.

MATTOS, David José (Org.). **Pioneiros do rádio e da TV no Brasil**. São Paulo, Códex, 2004.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. “O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas”. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 67, setembro/novembro 2005.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

MILLER, B. Jaye. “Anarchism and French Catholicism in Esprit”. In: *Journal of the History of Ideas*, V. 37, No. 1, Janeiro-Março, 1976. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/2708718.pdf>. Consulta em: 06/01/10.

MOTA, Carlos Guilherme. “José Honório Rodrigues: a obra inacabada”. In: *Estudos Avançados*, v.2, n.3, São Paulo, setembro/dezembro de 1988.

_____. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974: pontos de partida para uma revisão histórica**. São Paulo: Ática, 2002.

MOTTA, Luiz Eduardo Pereira da. **A época de ouro dos intelectuais vermelhos: uma análise comparativa das revistas *Tempo Brasileiro* e *Civilização Brasileira*: 1962-1968**. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2001.

NEVES, Ozias Paese. **Revista *Civilização Brasileira* (1965-1968): uma cultura de esquerda no cenário político ditatorial**. Curitiba, 2006. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PENNA FILHO, Pio. Política externa dos governos militares. In: **Seminário 40 anos do Golpe de 64**. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

PIMENTEL, Layana Karine. “Paz e Terra: o pensamento da esquerda cristã expresso nos debates da revista (1966-1969). In: Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades. In: Revista Brasileira de História das Religiões/ANPUH, Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009.

POLÍCIA política e cidadania: fundos documentais do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. APERJ – Programa Memória do Mundo da UNESCO, 2007.

PROJETO Brasil Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. Tomo III, O Perfil dos Atingidos. Arquidiocese de São Paulo, 1985.

_____. Tomo VI, V. 2, Inventário dos anexos. Arquidiocese de São Paulo, 1985.

REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROSA, Michele Rossoni. **O pensamento de esquerda e a Revista Civilização Brasileira (1965-1968)**. Porto Alegre, 2004. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SÁ, Fernando, MUNTEAL, Oswaldo, MARTINS, Paulo Emílio (Orgs.). **Os advogados e a ditadura de 1964**. A defesa dos perseguidos políticos no Brasil. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2010.

SALINAS, Daniel. **Latin American evangelical theology in the 1970's: the golden decade**. Leiden (Holanda): Brill, 2009.

SANDRONI, Cícero; SANDRONI, Laura. **Austregésilo de Athayde: o século de um liberal**. Rio de Janeiro: AGIR, 1998.

SANTOS, Raimundo. **A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SERPA, Miguel Pereira. **O cinema novo na Revista Civilização Brasileira**. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado, Departamento de Pós-Graduação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

SILVA, Rene Marc da Costa. **A cidadania em revista: intelectualidade, política e a questão racial na Revista Civilização Brasileira**. Brasília, 1993. Dissertação de Mestrado, Departamento de Pós-Graduação, Setor de História, Universidade de Brasília.

SILVEIRA, Maria Rita C. Jobim. **A Revista Civilização Brasileira: um veículo de resistência**

intelectual. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A fúria de Calibã**. Memórias do Golpe de 64. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SOUSA, Alexandre Ricardo Lobo de. **O teatro no Centro de Cultura da União Nacional dos Estudantes**: o povo, a nação, o imperialismo e a revolução: 1961-1964. Porto Alegre, 2001. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

STEPAN, Alfred (Ed.) **Authoritarian Brazil**. Origins, Policies, and Future. New Haven and London: Yale University Press, 1973.

SWENSSON JÚNIOR, Walter Cruz. **A atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento de crimes políticos durante o regime militar de 1964 (1964-1979)**. São Paulo, 2006. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

TÉRCIO, Jason. **A espada e a balança**: crime e política no banco dos réus. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **Visões críticas do golpe**: democracia e reformas no populismo. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil**: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus Editorial, 1992.

VARGENS, João Baptista M. **Nos bastidores d'O Pasquim**. Rio de Janeiro: GMS Editora, 1999.

VASSALLO, Simone Pondé. Capoeiras e intelectuais: a construção coletiva da capoeira "autêntica". In: *Estudos Históricos*, n. 32, Rio de Janeiro, 2003.

VIEIRA, Luiz Renato. "Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil". In: *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 20, n. 2, jul./dez., 1996.

_____. **Consagrados e malditos**. os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998.

WOLFF, Elias; BOCK, Carlos Gilberto (Orgs.). **Vidas ecumênicas**. São Leopoldo: Sinodal: Porto Alegre, 2006.

ZWETSCH, Roberto; WITT, O. **Irreverência, compromisso e liberdade: o testemunho ecumênico do pastor Breno Schumann**. São Leopoldo, Sinodal, 2004.

ENTREVISTAS:

CARLOS, Newton. Entrevista publicada em: http://www.cte.uerj.br/download/internet_newton_carlos.pdf. Consulta em 25/01/2010.

CÉSAR, Waldo. “Sociólogo relembra a abertura dos evangélicos para a realidade social brasileira nos anos 60”. Revista *Ultimato*, n. 305, mar. 2007. Entrevista. Disponível em <http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/305/sociologo-relembra-a-abertura-dos-evangelicos-para-a-realidade-social-brasileira-nos-anos-60>. Consulta em: 13/01/2011.

MACHADO, Edgar de Godoy Mata. Entrevista concedida ao Programa de História Oral, do Departamento de Estudos Mineiros/FAFICH/UFMG. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/cem/historiaoral/index.php?option=com_content&task=view&id=38&Itemid=34. Consulta em: 31/12/2009.

SILVEIRA, Ênio. In: VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos: os intelectuais e a** Editora Civilização Brasileira. Brasília, 1996. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Livro de entrevistas.

FONTES DIGITAIS:

BIOGRAFIAS dos membros da Academia Brasileira de Letras. Disponíveis em: <http://www.academia.org.br>. Consulta em: 29/01/2010.

DOSSIÊS Navegando na História, CPDOC/FGV. Disponíveis em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/>. Consulta em 24/01/2009.

PROJETO ORVIL. Disponível em: http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf. Consulta em 31/12/2009.

GRUPO DE ESTUDOS da Ditadura Militar/IFCS/UFRJ. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/legislacao.htm>. Consulta em 17/01/2011.

FONTES DOCUMENTAIS:

APERJ, Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro (POL 1927-1983). Setor DOPS, pasta 54, folhas 27 a 29. Pedido de busca n. 709, de 27/05/1965.

_____. Setor Secreto, pasta 12, folhas 21 e 22. Informe n. 968, de 05/08/1966.

_____. Setor Boletins Reservados, volume 63. 1967.

_____ . Setor DOPS, pasta 128. Pedido de busca n. 706, de 17/12/1968.

_____ . Setor DOPS, pasta 128. Informe sem número, de 06/02/1969.

_____ . Setor Sindicância, pasta 18, folhas 1 a 8. Sindicância nº 2, SSP-GB-Superintendência de Polícia Judiciária, s/d.

_____ . Setor DOPS, pasta 128. Pedido de busca n. 706, 17/12/1968.

_____ . Setor Informação, pasta 93, folha 64. Boletim Reservado n. 17/69, de 22/08/1969.

_____ . Setor DOPS, pasta 57, folha 42. Informe n. 69/65, de 05/03/1965.

_____ . Setor DOPS, pasta 125, folhas 73 a 88. Informe sem número, de 11/09/1967.

_____ . Setor Informação, pasta 53, folhas 49 e 64. Documento sem número, de 01/08/1966.

_____ . Setor Secreto, pasta 13, folhas 91 a 93. Informe sem número, de 11/09/1967.

_____ . Setor Secreto, pasta 101, folha 146, de 21/02/1972.

_____ . Setor Secreto, pasta 10, folha 68. Pedido de Busca n. 518 da SAE, de 27/04/1964.

_____ . Setor Secreto, pasta 10, folhas 68 e 69. Memorando n. 443, de 20/07/1964.

ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS (1924-1983). Setor Delegacia de ORDEM Política, pasta OP0924 (Justiça Militar, 1967-1972), sem paginação.

_____ . Setor Delegacia de Ordem Política, pasta OP0938 (Livros subversivos, 1967-1973), sem paginação.

Livro n. 4 das atas do Conselho. Ata da 41ª sessão do Conselho de Segurança Nacional. De 11 e 16/07/1968.

Disponível em: http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013039_2572.pdf.

Consulta em 26/07/2010.

Livro n. 4 das atas do Conselho. Ata da 44ª sessão do Conselho de Segurança Nacional. De 30/12/1968.

Disponível em: http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013048_2578.pdf.

Consulta em 26/07/2010.

Livro n. 4 das atas do Conselho. Ata da 45ª sessão do Conselho de Segurança Nacional. De 16/01/1969.

Disponível em: http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013049_2585.pdf.

Consulta em 26/07/2010.

_____ . De 16/01/1969. Disponível em:

http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013049_2589.pdf.

Consulta em 26/07/2010.

LONDON TIMES, 07/09/1970. Disponível em <http://archive.timesonline.co.uk/tol/archive/>.
Consulta em 12/08/09.

REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965-1968. Bimensal. (n. 1-22, Cadernos especiais 1-3.)

REVISTA PAZ E TERRA. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1966-1969. Bimensal.

REVISTA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965-1966. Bimensal.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA:

Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Constituição Federal, de 15 de março de 1967.

Emenda Constitucional n. 1, de 17 de outubro de 1969.

Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953.

Decreto-Lei n. 314, de 13 de março de 1967.

Decreto-Lei n. 510, de 20 de março de 1969.

Decreto-Lei n. 898, de 29 de setembro de 1969.

Lei n. 2.083, de 12 de novembro de 1953.

Lei n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Ato Institucional, de 09 de abril de 1964.

Ato Institucional n. 2, de 15 de março de 1965.

Ato Institucional n. 5, em 13 de dezembro de 1968

Ato Institucional n. 14, de 5 de setembro de 1969.

A Legislação brasileira está disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>;

<http://www6.senado.gov.br/sicon/>;

<http://www2.camara.gov.br/atividade-;>

[legislativa/legislacao/publicacoes/republica/Colecao8.html](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/republica/Colecao8.html).

Consultas em 05 e 12/01/2011.

LIVROS DA BIBLIOTECA UNIVERSAL POPULAR (BUP) CITADOS:

ALMEIDA, Manoel Antônio. **Memórias de um sargento de milícias**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1964.

ASTOR, Charles. **Estórias rudes**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1965.

AZEVEDO, Álvares. **Noite na taverna**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1963.

COELHO, Luís Lopes. **O homem que matava quadros**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1964.

DAVIS, Maxine. **A responsabilidade sexual da mulher**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1966.

_____. **Sexo e adolescência**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1967.

DIVERSOS autores. **Contos norte-americanos**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1963.

DUMAS FILHO, Alexandre. **A dama das camélias**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1965.

GREENE, Grahman. **O americano tranquilo**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1964.

_____. **Nosso homem em Havana**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1964.

HOROWICZ, Rachel. **Guia da alimentação infantil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1965.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1963.

MACEDO, Walmírio. **Vocabulário ortográfico oficial**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1964.

NABUCO, Carolina. **A sucessora**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1964.

PENNA, Leonam de Azeredo. **Jardins: hortas**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1965.

QUEIRÓS, Eça de. **A relíquia**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1963.

SAROYAN, William. **A comédia humana**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1966.

TOLSTOI, Leon. **A morte de Ivan Ilitch**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1965.

WELLS, H. G. **O homem invisível**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1966.

WILDE, Oscar. **O retrato de Dorian Gray**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1965.

WILLIAMS, Tenesse. **A rosa tatuada**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1964.

LIVROS DA EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA CITADOS:

AFANASIEV, V. **Fundamentos de filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

APETHEKER, Herbert. **Uma nova história dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

ARRAES, Miguel. **Palavra de Arraes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

BANDEIRA, Moniz; MELO, Clóvis; ANDRADE, A. T. **O ano vermelho**: a revolução russa e seus reflexos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BARRETO, Leda. **Julião, nordeste, revolução**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

BARROSO, Gustavo. **O integralismo de norte a sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BOFFA, Giuseppe. **Depois de Kruschev**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BORGES, Mauro. **O golpe em Goiás**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

BROWNE, Alfredo Lisboa. **Leitura básica de O capital**: resumo e crítica da obra de Marx. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

BUCHANAN, Thomas G. **Quem matou Kennedy?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CALLADO, Antônio. **Quarup**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

CARNEIRO, Édison. **Religiões negras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

_____. **Negros bantus**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

_____. **Ladinos e crioulos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. **Dinâmica do folclore**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **O Quilombo dos Palmares**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

CARPEAUX, O.; PEREIRA, Armando; SILVA, Carmen da Silva; ROCHA, Glauber; FREITAS JR., Otávio de; PAEZZO, Sylvan. **A prostituição é necessária?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

CARPEAUX, Otto Maria. **O Brasil no espelho do mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Prosa Política e Filosófica de Heinrich Heine.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **As origens do policial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Vinte e cinco anos de literatura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

CHACON, Vamireh. **História das ideias socialistas no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CHATEL, Nicole; GUÉRIN, Alain. **Sorge, o espião vermelho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

CHIARINI, Paolo. **Bertold Brecht.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COELHO, Luiz Lopes. **O homem que matava quadros.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

CONDÉ, José. **Terra de Caruaru.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

_____. **Santa Rita:** histórias da cidade morta e os dias antigos: contos e novelas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

CONY, Carlos Heitor. **Informação ao crucificado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

_____. **Pessach:** a travessia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967 (Coleção Vera Cruz. Série Literatura Brasileira, v. 119).

COOK, Fred J. **O estado militarista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. **O F.B.I. por dentro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

CORBISIER, Roland. **Reforma ou revolução?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Enciclopédia filosófica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Autobiografia filosófica:** das ideologias à teoria da práxis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Armando. **Opinião.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

COSTA, Edgar. **Os grandes julgamentos do Supremo Tribunal Federal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

DEUTSCHER, Isaac. **A revolução inacabada: Rússia, 1917-1967**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Perspectivas do Homem, v. 40.)

_____. **Ironias da história: ensaios sobre o comunismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Perspectivas do Homem, v. 43.)

_____. **Trotski, o profeta armado: 1879-1921**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Documentos da História Contemporânea.)

_____. **Trotski, o profeta banido: 1929-1940**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Documentos da História Contemporânea.)

_____. **Trotski, o profeta desarmado: 1921-1929**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Documentos da História Contemporânea.)

DINES, Alberto et al. **Os idos de março e a queda em abril**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

DUTRA, Eloi. **IBAD: sigla da corrupção**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

EHREMBURG, Ilya. **O degelo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959. (Coleção Obras Imortais, v. 22.)

_____. **A Europa sob o nazismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Perspectivas do Homem, v. 42.)

FÉLIX, Moacyr. **Cantos para a transformação do homem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

FISCHER, Louis. **A vida de Lênin**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

FITZER, Gottfried. **O que Lutero realmente disse**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

FRANCIS, Paulo. **Opinião pessoal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **A consciência de Norman Mailer**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **Encontro com Ehrenburg: de Jorge Amado a Stalin**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **Cabeça de papel**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

FRANCIS, Paulo; CLAUDIUS; FORTUNA; JAGUAR. **Hay gobierno?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

_____. **Análise do “modelo” brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GALBRAITH, John Kenneth. **O novo estado industrial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

GARAUDY, Roger. **Perspectivas do homem.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GERASSI, John. **A invasão da América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

GOMES, Dias; GULLAR, Ferreira. **Dr. Getúlio, sua vida e sua glória.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Vera Cruz, v. 137.)

GOMES, Dias. **O santo inquerito.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GONZALEZ CASANOVA, Pablo. **A democracia no México.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. (Coleção Nossa América. Série Ensaio, v. 6.)

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GULLAR, Ferreira. **Cultura posta em questão.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Vanguarda e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

GULLAR, Ferreira; GOMES, Dias. **Dr. Getúlio. Sua Vida e sua Glória.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GULLAR, Ferreira; FILHO, Oduvaldo Vianna. **Se ficar o bicho pega, se correr o bicho como.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

HARRINGTON, Michael. **Por uma esquerda democrática.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

HEMINGWAY, Ernest. **O velho e o mar.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

HOROWITZ, Irving Louis. **Ascensão e queda do Projeto Camelot**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IANNI, Octávio. **Sociologia da Sociologia Latino-americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IANNI, Octávio et al. **Industrialização e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____. **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

JOYCE, James. **Ulisses**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

JULIÃO, Francisco. **Até quarta, Isabela**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

KAMEN, Henry. **A inquisição na Espanha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

KEFAUVER, Estes. **Em poucas mãos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang; HOLZ, Hans Heinz. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LAGO, Mário. **1º de abril: estórias para a história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

LAPIDE, P. E. **O canhão e a foice**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Cultura e revolução cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Perspectivas do Homem, v. 50.)

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Presença de Alberto Tôrres: sua vida e pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LIMA, Alceu Amoroso. **Estudos** (Quinta Série). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

_____. **Introdução à economia moderna.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

_____. **Indicações políticas da Revolução à Constituição.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

LIMA, Cláudio de Araújo. **Imperialismo e angústia:** ensaio sobre as bases de uma sociopsiquiatria da classe média brasileira na era imperialista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

_____. **Amor e capitalismo:** pequena história do erotismo ocidental. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LINS, Álvaro. **Missão em Portugal.** V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

_____. **A glória de César e o punhal de Brutus.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. **Literatura e vida literária.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____. **Os mortos de sobrecasaca.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____. **O relógio e o quadrante.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

LINS, Álvaro. **A técnica do romance em Marcel Proust.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LINS, Álvaro; HOLANDA, Aurélio Buarque. **Roteiro literário de Portugal e do Brasil.** V. 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

LOOMIS, Stanley. **Paris sob o Terror.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LOUZEIRO, José. **Assim marcha a família.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Marxismo e teoria da literatura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. **Contos avulsos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

_____. **Contos esparsos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

_____. **Contos esquecidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

_____. **Contos recolhidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

_____. **Contos sem data.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

MAIA NETO, João. **Brasil, guerra quente na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MENDES, José Guilherme. **Moscou, Varsóvia, Berlim**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

MENEZES, Djacir. **Preparação ao método científico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

MONIZ, Edmundo. **O golpe de abril**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

NABOKOV., Vladimir. **Lolita**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959.

NENAROKOV, A. **1917: a Revolução mês a mês**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. (Edição com 350 fotografias.)

NIKITIN, P. **Fundamentos de economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

OLIVEIRA, Franklin de. **Morte da memória nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

OSSIPOV, G. V. **A sociologia na União Soviética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

PEDROSA, Mário. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

PEREIRA, Osny Duarte. **A Constituição Federal e suas modificações incorporadas ao texto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **A Constituição do Brasil (1967)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **Ferro e independência: um desafio à dignidade nacional**, de 1967.

_____. **A Transamazônica: prós e contras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. **Multinacionais no Brasil: aspectos sociais e políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

PISCATOR, Edwin. **Teatro político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Teatro Hoje, v. 9.)

POERNER, Arthur. **Assim marcha a família**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

PORTER, Joyce. **O espião involuntário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. (Coleção Romance Policial, v. 8. Série Espionagem.)

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Paixão e morte de Silva Jardim**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

RANGEL, Flávio e FERNANDES, Millôr. **Liberdade, liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

ROCHA, Glauber. **Deus e o Diabo na Terra do Sol**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

RODRIGUES, José Honório. **Vida e história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RUSSELL, Bertrand. **Autobiografia de Bertrand Russell**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SABINO, Fernando. **O encontro marcado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

SCHLESINGER, Arthur M. **Mil dias** (John Kennedy na Casa Branca). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SHAKESPEARE, William. **Otelo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Romeu e Julieta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SHIRER, William S. **Ascensão e queda do III Reich**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SILVA, Carmen da. **Sangue sem dono**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. **A arte de ser mulher**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **O homem e a mulher no mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SILVA, Hélio. **1922 – Sangue na areia de Copacabana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. **1926 – A grande marcha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. **1930 – A revolução traída**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. **1931 – Os tenentes no poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. **1932 – A guerra paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. **1933 – A crise do tenentismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

- _____ . **1934 – A constituinte.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____ . **1935 – A revolta vermelha.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____ . **1937 – Todos os golpes se parecem.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____ . **1938 – Terrorismo em campo verde.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____ . **1939 – Véspera de guerra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____ . **1942 – Guerra no continente.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____ . **1944 – O Brasil na guerra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____ . **1954 – Um tiro no coração.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____ . **1964 – Golpe ou contragolpe.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SILVEIRA, Cid. **Café: um drama na economia nacional.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____ . **Direito e Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Panorama do conto brasileiro.** V. 1 – Os precursores do conto no Brasil. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Civilização Brasileira, 1960.

_____ . **Presença de Alberto Tôrres.** Sua Vida e Pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____ . **História da literatura brasileira:** seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____ . **A ideologia do colonialismo:** seus reflexos no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____ . **As razões da independência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____ . **História militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____ . **Ofício de escritor:** dialética da literatura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____ . **O naturalismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____ . **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **História da burguesia brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. (Coleção Retratos do Brasil, v. 22.)

_____. **Memórias de um soldado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **O que se deve ler para conhecer o Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **Fundamentos da estética marxista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Fundamentos do materialismo dialético.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Fundamentos da economia marxista: a economia capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

_____. **Síntese de história da cultura brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

TCHUIKOV, Vasili Ivanovitch. **A batalha de Stalingrado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. (Coleção Documentos da História Contemporânea, v.19.)

TINHORÃO, José Ramos. **A província e o naturalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. (Coleção Temas, problemas e debates, v. 2.)

TOGLIATTI, Palmiro. **O caminhão italiano para o socialismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. (Coleção Temas, problemas e debates, v. 6.)

VIANNA FILHO, Oduvaldo; GULLAR, Ferreira. **Se correr o bicho pega, se fincar o bico come.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

WERTH, Alexander. **A Rússia na guerra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WEST, Morris. **O advogado do Diabo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LIVROS DA EDITORA PAZ E TERRA CITADOS:

ADOLFS, Robert. **Igreja, túmulo de Deus.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ALBUQUERQUE, J.A. Guilhon. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Coleção Estudos Latino-americanos, v. 9.)

ALDANA, Ramon Losada. **Dialética do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. (Série Estudos sobre Brasil e a América Latina.)

ALTIZER, Thomas J. J.; HAMILTON, William. **A morte de Deus:** introdução à teologia radical. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. (Série Ecumenismo e Humanismo, v. 2.)

- ARAÚJO, Brás José de et al. **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 17.)
- ASTRADA, Carlos. **Trabalho e alienação: na fenomenologia e nos manuscritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 18.)
- AZEVEDO, Tales. **A evasão de talentos: desafio das desigualdades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, v. 5.)
- BASTOS, Augusto Roa. **Eu o supremo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BEDOYERE, Michael. **O futuro do cristianismo católico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- BETTELHEIM, Charles. **A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Coleção Pensamento Crítico, v.6.)
- CARDONNEL, Jean et. al. **Socialismo e cristianismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 3.)
- CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- CHATELET, François. **Logos e práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- CORNU, Daniel. **Karl Bart, teólogo da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- COSTA, Bolivar. **O drama da classe média**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 51.)
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Literatura e humanismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- COX, Harvey. **A cidade do homem: a secularização e a urbanização na perspectiva teológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971 (Série Encontro e Diálogo, v. 7).
- CULLMAN, Oscar. **Cristo e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- DESROCHE, Henri. **O marxismo e as religiões**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. (Série Encontro e Diálogo, v. 9.)
- DRAPER, Theodore. **O abuso da força**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- EMMER, Denise. **Geração estrela**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. (Série Encontro e Diálogo, v. 15.)
- EPINAY, Christian Lalive. **O refúgio das massas: estudo sociológico do protestantismo chileno**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, v. 14.)
- FETSCHER, Iring. **Karl Marx e os marxismos: da filosofia do proletariado à visão**

proletária do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 22.)

FOUGEYROLLAS, Pierre. **A filosofia em questão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. (Série Encontro e Diálogo, v. 2.)

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTER, Pierre. **A dialética da esperança**: uma interpretação do pensamento utópico de Ernest Bloch. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 46.)

GARAUDY, Roger. **Do anátema ao diálogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966.

_____. **Marxismo do século XX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GARDEY, Bernard. **Uma agonia na agonia do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. (Coleção Para que Eu Vivo, v. 2.)

GOLDMAN, Lucian. **A origem da dialética**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Sociologia do romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Crítica e dogmatismo na cultura moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 47.)

GOZZINI, Mario et al. **Diálogo posto à prova: debate entre católicos e comunistas italianos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. (Série Encontro e Diálogo, v. 8.)

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HANH, Thich Nhat. **Vietnã: flor de lótus em mar de fogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966.

HOFSTADTER, Richard. **O anti-intelectualismo nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 5.)

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KLUGMANN, James. **Cristianismo e marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LACROIX, Jean. **Marxismo, existencialismo personalismo**: presença da eternidade no

- tempo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. 129 p. (Série encontro e diálogo, v. 4.)
- LANDSBERG, Paul-Louis. **O sentido da ação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 24.)
- LUGON, Clovis. **A república “comunista” cristã dos guaranis (1610-1768)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Coleção Ecumenismo e Humanismo, v. 12.)
- MACCIOCCI, Maria-Antonieta. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MARCUSE, Herbert. **O fim da utopia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MARX, Karl. **O dezoito brumário e cartas a Kugelmann**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 19.)
- MAZZOLARI, Primo. **A Igreja, o fascismo e a guerra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966.
- MERANI, Alberto L. **A conquista da razão: mão, cérebro e linguagem: a definição do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. (Coleção A Mente Humana no Século XX, v. 4.)
- MOIX, Candide. **O pensamento de Emmanuel Mounier**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- MORAL e sociedade**: atas do convênio promovido pelo Instituto Gramsci. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- NERI, Sebastião. **Socialismo com liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- REALISMO e anti-realismo na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- OGLESBY, Carl; SHAULL, Richard. **Reação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- PERLO, Vitor. **Militarismo e indústria: armamentos e lucros na era dos projéteis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 21.)
- PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. **Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 103 p. (Coleção O Mundo, hoje, v. 11.)
- RADICE, Lucio Lombardo. **Educação e revolução**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- ROCARD, Michel. **Perguntas ao Estado socialista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- RODRIGUES, Miguel Urbano. **Opções da revolução na América Latina**. Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 1968.

RUSSELL, Bertrand. **Crimes de guerra no Vietnã**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **As ideias estéticas de Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SANCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SARTRE, Jean-Paul. **O fantasma de Stálin**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. (Série Ecumenismo e Humanismo, v. 10).

SZACHI, Jerzy. **As utopias ou A felicidade imaginada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972 (Série Interpretações da História do Homem, v. 1.)

TELLA, Torcuato Di. **Para uma política latino-americana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

TROTSKY, León. **A história da Revolução Russa**. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Coleção Pensamento Crítico, v. 11.)

TROTSKY, Leon. **Moral e revolução: a nossa moral e a deles**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1969. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 23.)

WIONCZEK, Miguel S. **A integração latino-americana e a política econômica dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ANEXOS

REEMBÓLSO POSTAL
 ATENDE-SE A PEDIDOS PELO

LIVRO DE CABECEIRA DO HOMEM

TODOS LERÃO O

uma antologia amena, inteligente e sofisticada que, de dois em dois meses, irá levá-los, pela mão de grandes autores nacionais e estrangeiros, à descoberta da aventura, do insólito e do grotesco que se escondem no dia-a-dia de cada um.

A SEGUNDA MELHOR COISA QUE VOCÊ FARÁ NUMA CASA SERÁ LER O LIVRO DE CABECEIRA

Você encontrará no número 1:

BABILÔNIA! BABILÔNIA! ou RECEITA DE ADULTÉRIO - conto de Carlos Heitor Cony;
 MINHA AVENTURA NA AFRICA - cação em companhia de Marcelo Aguinaga; - O DOCE ESPORTE DO SEXO - ensaio sobre o erotismo no cinema, de Glauber Rocha; DESAFORISMOS - humor amargo de Mário da Silva Brito e das chategas de Jaguar; UMIA ENTREVISTA DESCORTES - conversa desbocada com Norman Mailer; A HISTÓRIA BURLESCA DE RICHARD GREENOW - novela de Aldous Huxley sobre um intelectual de esquerda que é bissexual; DE CACHIMBOS, ROSAS, AMAR, ETC., SOBRETUDO ETC. - ensaio de Franklin de Oliveira sobre alguns prazeres do homem; - POR QUE FAÇO FILMES - auto-análise de Ingmar Bergman, o famoso diretor sueco; - VARIÁVEIS SEM HETERODOXIA MENOR - ensaio de Otto Maria Carpeaux sobre a arte de ouvir boa música; - SINATRA SE RESFRIOU - reportagem cheia de humor e cinismo em que Gay Talese, redator de ESQUIRE, nos revela a verdadeira personalidade do grande cantor americano.

LIVRO DE CABECEIRA DO HOMEM - vai diversificar de maneira inteligente e sofisticada...
 ... E AS MULHERES TAMBÉM

Lançamento sensacional da
 EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Cr\$ 6.000 em todo o Brasil

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.

RUA SETE DE SETEMBRO, 97 - RIO DE JANEIRO

RCB n. 9-10, Setembro-Novembro/1966, p. 158.

REEMBÓLSO POSTAL
 ATENDE-SE A PEDIDOS PELO

LIVRO DE CABECEIRA DA MULHER

TÓDAS LERÃO O

Uma antologia amena, inteligente e sofisticada que, de dois em dois meses, irá levá-las, pela mão de grandes autores nacionais e estrangeiros, à descoberta da aventura, do insólito e do grotesco que se escondem no dia-a-dia de cada um.

A SEGUNDA MELHOR COISA QUE VOCÊ FARÁ NUMA CASA SERÁ LER O LIVRO DE CABECEIRA

Você encontrará no número 1

A MAÇÁ DENTRO DE SI MESMA - conto de Carlos Heitor Cony sobre os "riscos" do adultério; PARIS SEM FRANCOIS (AIMEZ-VOUS LA PERVERSION?) - reportagem reveladora, de Thérèse Césario Alvim; O QUE SUA MULHER PENSOU DE VOCÊ ("ESSA MENINA VIANOU MUITO...") - pesquisa, de Martha Viana Martins; O MOÇO RICO - novela de F. Scott Fitzgerald, o famoso escritor da "Geração Perdida"; A MULHER LIVRE (NÃO SE TRATA DE SEXO (S)) - Carmen da Silva estuda com firmeza e coragem um problema atual; A SANTA MADRE E A REVOLUÇÃO SEXUAL (MUDOU ALGUMA COISA?) - reportagem de Vera Pedrosa sobre desquite, pilula, virgindade e outros tabus; MINHA CONFISSÃO - uma ex-trotsquista - Mary McCarthy - conta tudo; A MULHER QUE MORA SO - Zelinda Lee explica como viver bem, barato e sózinha (mas não solitária); O FALCÃO SEM CABECA, novela de Truman Capote: um caso trágico, contado pelo autor de A SANGUE FRIO.

LIVRO DE CABECEIRA DA MULHER - vai diversificar de maneira inteligente e sofisticada...
 ... E AOS HOMENS TAMBÉM

Lançamento sensacional da
 EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Cr\$ 6.000 em todo o Brasil

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.

RUA SETE DE SETEMBRO, 97 - RIO DE JANEIRO

RCB n. 9-10, Setembro-Novembro/1966, p. 170.

ANEXO 2

REEMBÓLSO POSTAL

ATENDE-SE A PEDIDOS PELO

De **carlos heitor cony** romancista e insólito, vigoroso cronista e perturbador, nenhum leitor interessado no impasse do homem moderno pode deixar de ler:

BALE BRANCO — alma humana com profundidade psicológica. Cr\$ 3.200

INFORMAÇÃO AO CIFICADO — Dramática e pura. 2a. ed. — O mundo dos subterrâneos da gente narrativa com verdadeira Amoroza Lima confissão de "uma terrível confissão pública". A história de um jovem sacerdote que vêpe-lona o Seminário à véspera da ordenação. Cr\$ 2.500

TIJOLO DE SEGURANÇA — Romance que obteve o PRÊMIO ALMEIDA. ANTONIO DE EMPOL-Obra de sugestiva e fria. ganite mensagem com a trágica substância humana. Cr\$ 3.000

MATÉRIA DE MEMÓRIA — 2a. ed. O drama de um homem em busca por sair do mundo e atingir a cidade dos escumbrós de uma cidade em vias de desintegração. Cr\$ 1.500

ANTES, O VERÃO — História de um amor em Car- clínio que se passa plani- bo frio, numa casa batida da sobre a areia, batida pelos ventos e pelo sol. Cr\$ 1.600

PÓSTO 6 — Crônicas melancólicas e episódios grotescos da realidade brasileira. Cr\$ 2.500

A VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.

RUA 7 DE SETEMBRO, 97 - RIO DE JANEIRO - GB.

RPT n. 1, Julho/1966, p. 299.

REEMBÓLSO POSTAL

ATENDE-SE A PEDIDOS PELO

NELSON SODRÉ WERNECK SODRÉ EXPÕE E ANALISA OS PROBLEMAS DO NOSSO PAÍS

ACABA DE APARECER - Visão penetrante do nascimento da imprensa brasileira através, inclusive, das deformações possíveis. Cr\$ 10.000

HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA - A literatura brasileira, vista de um novo ângulo dos dilemas, antes esquecidos, dos seus estudos no contexto dos condicionamentos econômicos e sociais. Cr\$ 3.200

HISTÓRIA DA BURGUESIA - Um estudo documentado e objetivo da burguesia no contexto econômico e social. Cr\$ 9.500

HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA - Estudo sobre o processo de desenvolvimento da literatura brasileira, feita ao longo de um século, com o intuito de revelar a importância da literatura brasileira para a formação do povo brasileiro. Cr\$ 3.200

HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA - Estudo sobre o processo de desenvolvimento da literatura brasileira, feita ao longo de um século, com o intuito de revelar a importância da literatura brasileira para a formação do povo brasileiro. Cr\$ 3.200

HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA - Estudo sobre o processo de desenvolvimento da literatura brasileira, feita ao longo de um século, com o intuito de revelar a importância da literatura brasileira para a formação do povo brasileiro. Cr\$ 3.200

A VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.

RCB n. 9-10, Setembro-Novembro/1966, p. 6.

ANEXO 3

COMO SE FAZ POR QUE SE FAZ POR QUE SE RASGA UMA CONSTITUIÇÃO



Na esteira de crises, golpes e revoluções, o Brasil viveu, nos últimos 30 anos, sob o império de 5 Constituições que alteraram profundamente sua fisionomia política.

1934 - A CONSTITUINTE

é a história de uma delas. Livro curiosíssimo, de impressionante atualidade, revela em pormenores os choques, as pressões e os interesses que determinam a vida e a morte de uma Constituição. Desvenda segredos políticos até então impenetráveis e documentos que respondem a muitas interrogações sobre a história do Brasil contemporâneo.

1934 - A CONSTITUINTE

de HÉLIO SILVA

(mais um volume da série
O CICLO DE VARGAS)

Preço: NCr\$ 20,00



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rua 7 de Setembro, 97 - GB — Rua Aurora, 704 - S. Paulo
R. Barra Funda, 34 - S. Paulo — Loja 4 do S.C.L. - S.Q. 309 - Brasília
Atende-se a pedidos pelo Reembolso Postal.

RPT n. 10, Dezembro/1969, p. 244.

GETÚLIO TEMIA OS MILITARES ?

Em 1934, Vargas, temendo o domínio dos militares sobre o seu governo, reorganizou as forças políticas e convocou a Constituinte. Com esse golpe, desencadeou a crise no tenentismo e levou à derrota os militares que marchavam com ele desde 1930.

A CRISE DO TENENTISMO

sexto volume da série O Ciclo de Vargas, de Hélio Silva, analisa e documenta esse período agitado da vida brasileira, predecessor dos movimentos que determinaram a insurreição de 1935 e o golpe de 1937.

A CRISE DO TENENTISMO

Hélio Silva

Preço: NCr\$ 12,00




Lançamento da
CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

RUA 7 DE SETEMBRO, 97 - RIO DE JANEIRO - GB.
Atende-se a pedidos pelo Reembolso Postal.


RPT n. 10, Dezembro/1969, p. 272.

ANEXO 4

QUEM FOI ESTE HOMEM QUE SACUDIU AS BASES DE NOSSA SOCIEDADE?



1 A VIDA DE LENIN




2 Volumes de Louis Fischer

O homem, o pensador e o revolucionário que mudou a face do mundo. Lênin, em seus momentos de maior grandeza e humanidade, agindo no quadro tumultuado da Europa dos primeiros anos do Séc. XX. A Guerra Russo-Japonesa, a Revolução de 1905, a Primeira Grande Guerra e a Revolução de Outubro, que ele liderou. Biografia escrita por um jornalista americano que passou vários anos na URSS e o conheceu intimamente.

LANÇAMENTO DE CATEGORIA DA
CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rua 7 de Setembro, 97 - Rio de Janeiro - GB.
Atende-se a pedidos pelo Reembolso Postal



RPT n. 4, Agosto/1967, p. 182.

REEMBOLSO POSTAL

TÃO FASCINANTE QUANTO ASCENSÃO E QUEDA DO III REICH

ARÚSSIA NA GUERRA


de ALEXANDER WERTH

— famoso jornalista e correspondente internacional, narra, com grande riqueza de informações e linguagem atrativa, os lances de uma campanha militar que de informações e épicos de futuro nazista, dramáticos e épicas de futuro nazista, decidiu a sorte da democracia e o futuro da humanidade, postas em perigo pela barbaie dramáticos e épicas de futuro nazista, decidiu a sorte da democracia e o futuro da humanidade, postas em perigo pela barbaie

2 volumes totalizando 1.180 páginas de emoções, que se lêem com o mesmo interesse que os bons romances provocam. Edição enriquecida de elucidativos mapas das grandes operações bélicas germano-soviéticas.

CR\$ 16.000

A VENDA EM TÓDAS AS LIVRARIAS DO PAÍS



EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.

RUA 7 DE SETEMBRO, 97 - RIO DE JANEIRO - GB

RCB, Caderno Especial n. 1, Nobembro/1967, p. 242.

CEM ANOS DEPOIS, ÊSTE LIVRO CONTINUA A INSPIRAR OS MOVIMENTOS QUE PRETENDEM TRANSFORMAR O MUNDO

O CAPITAL

de KARL MARX

traduzido por Reginaldo Santana
EDIÇÃO INTEGRAL, publicada pela primeira vez em língua portuguesa.

Traduzida do original alemão organizado pelos especialistas dos Institutos de Marxismo-Leninismo de Berlim e Moscou, depois de anos de minuciosa pesquisa e confrontação realizada por cientistas sociais, esta edição de O CAPITAL, além de englobar todos os prefácios e notas publicados em edições anteriores, apresenta, em cada volume, um índice remissivo completo de nomes, assuntos e obras citadas no texto, o que facilita enormemente o seu estudo e a sua leitura.



O CAPITAL
de Karl Marx

1.º Volume

Livro 1 - O PROCESSO DE
PRODUÇÃO CAPITALISTA



Lançamentos da

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rua 7 de Setembro, 97 - Rio de Janeiro - GB
Atende-se a pedidos pelo reembolso postal

RCB n. 19-20, Maio-Agosto/1968, contra-capa.

OS
RÚSSOS
SÃO
IGUAIS
A NÓS?

O homem russo, sua vida, seus sentimentos e suas ambições focalizados pela primeira vez numa pesquisa sociológica.

Um livro que mostra sem distorções e deformações como o socialismo transforma o indivíduo.



A SOCIOLOGIA NA UNIÃO SOVIÉTICA

coletânea de ensaios e pesquisas sociológicas, organizada pela Academia de Ciências da URSS. Preço: NCr\$ 12,00



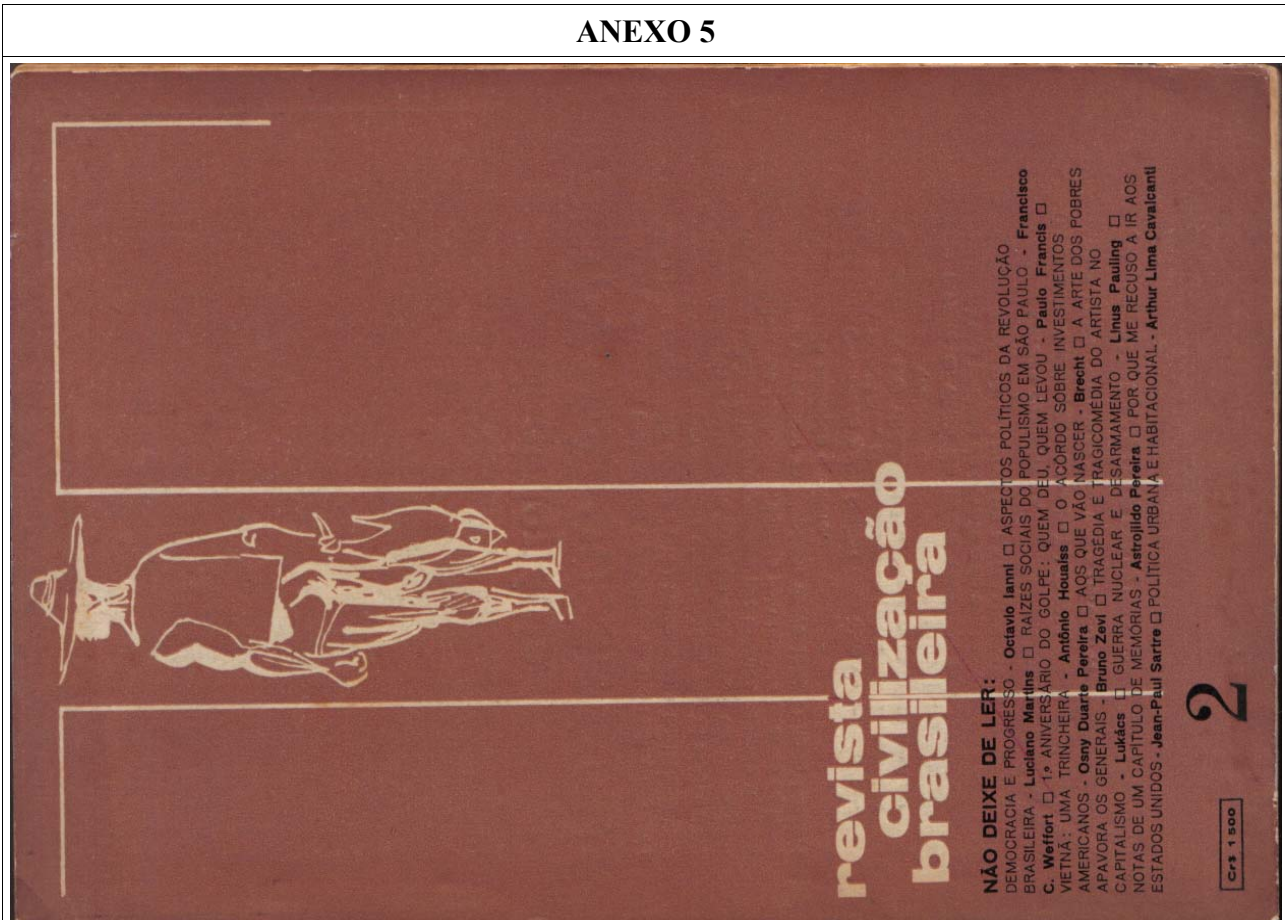
MAIS UM LANÇAMENTO DA

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

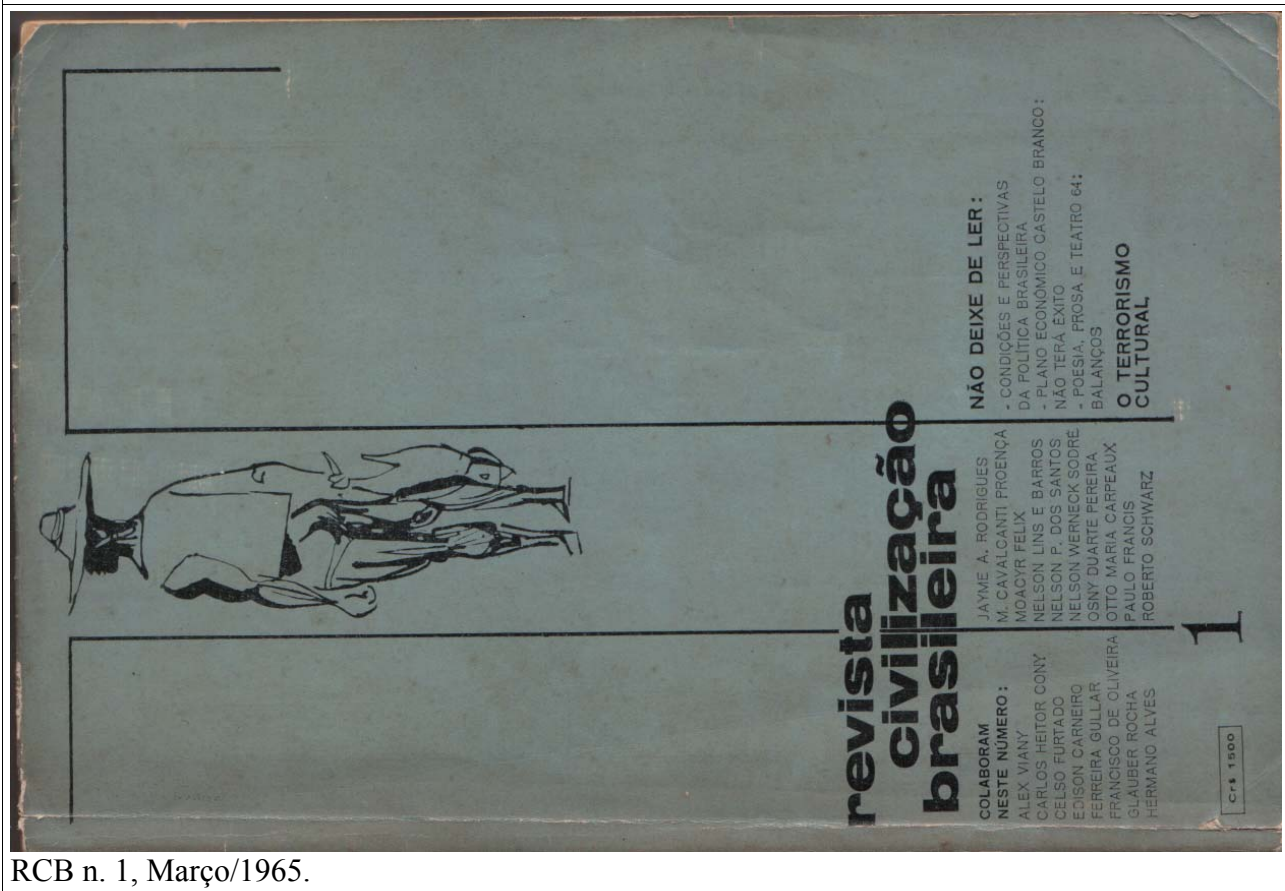
RUA 7 DE SETEMBRO, 97 - RIO DE JANEIRO - GB
ATENDE-SE A PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL

RCB n. 18, Março-Abril/1968, p. 140.

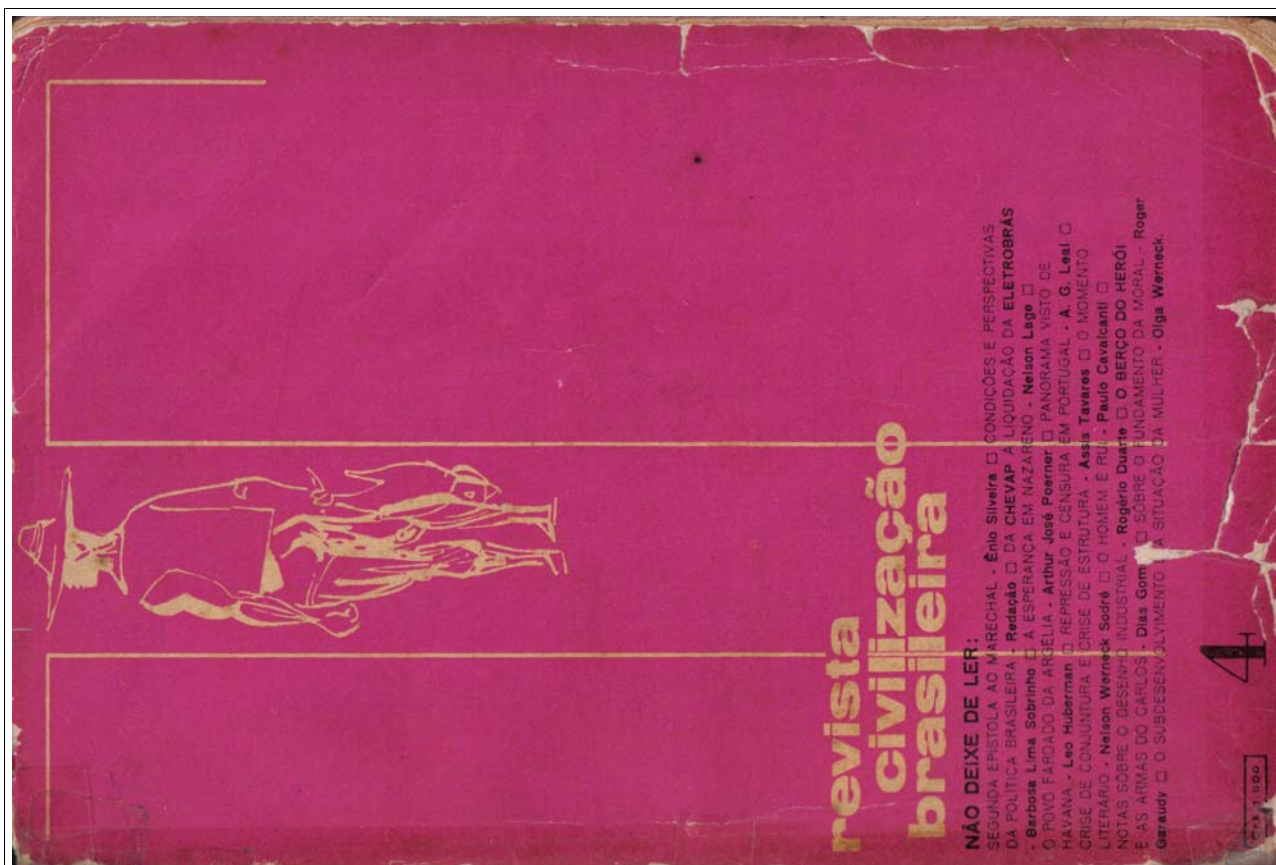
ANEXO 5



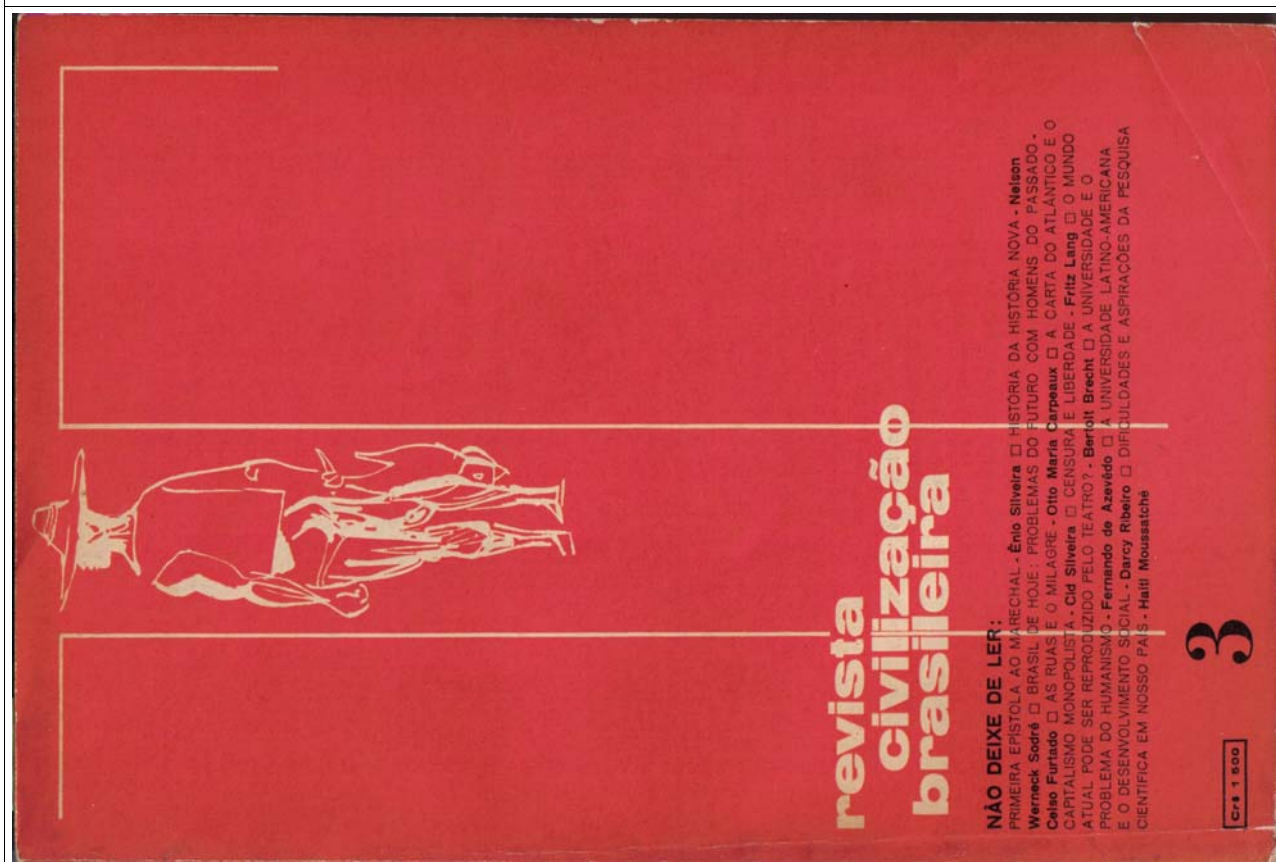
RCB n. 2, Maio/1965.



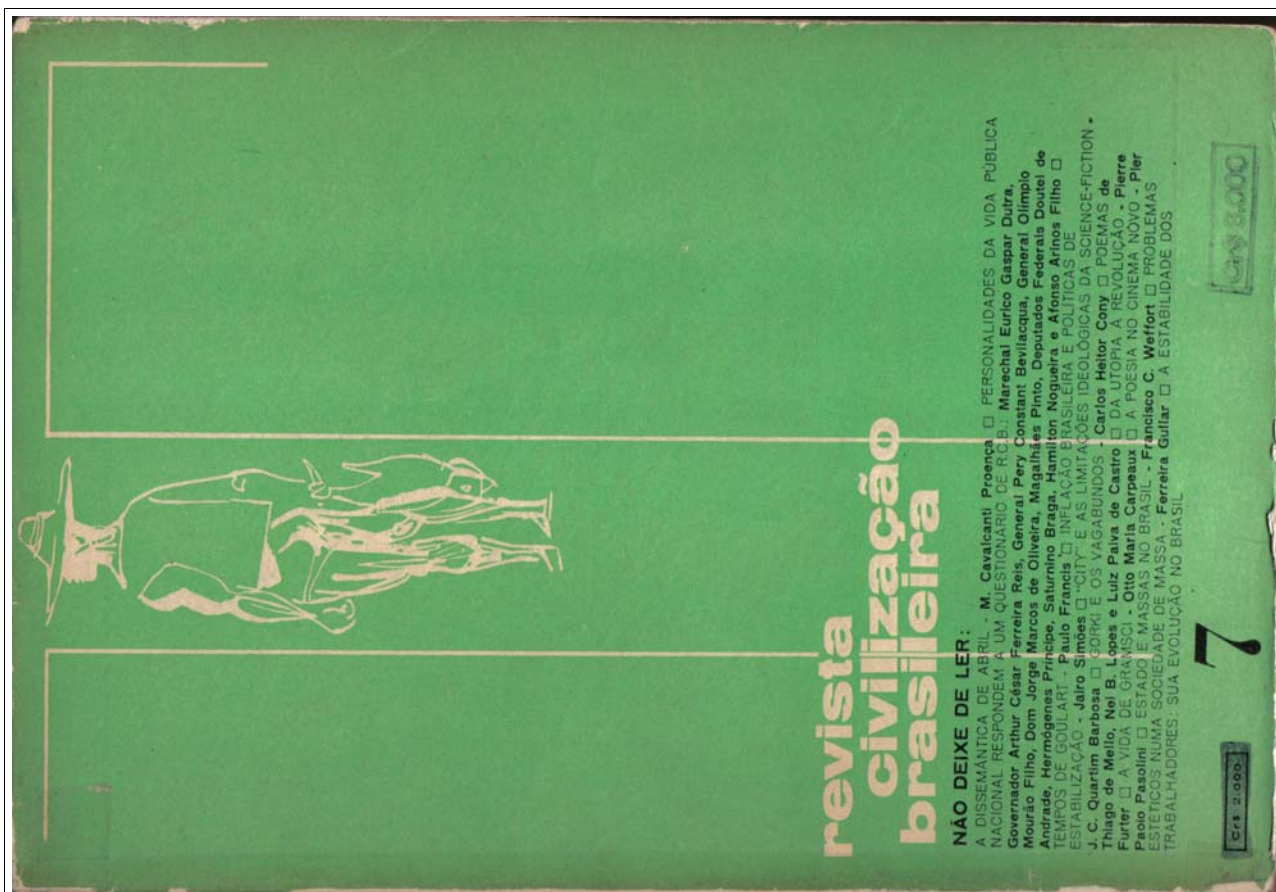
RCB n. 1, Março/1965.



RCB n. 4, Setembro/1965.



RCB n. 3, Julho/1965.



**revista
civilização
brasileira**

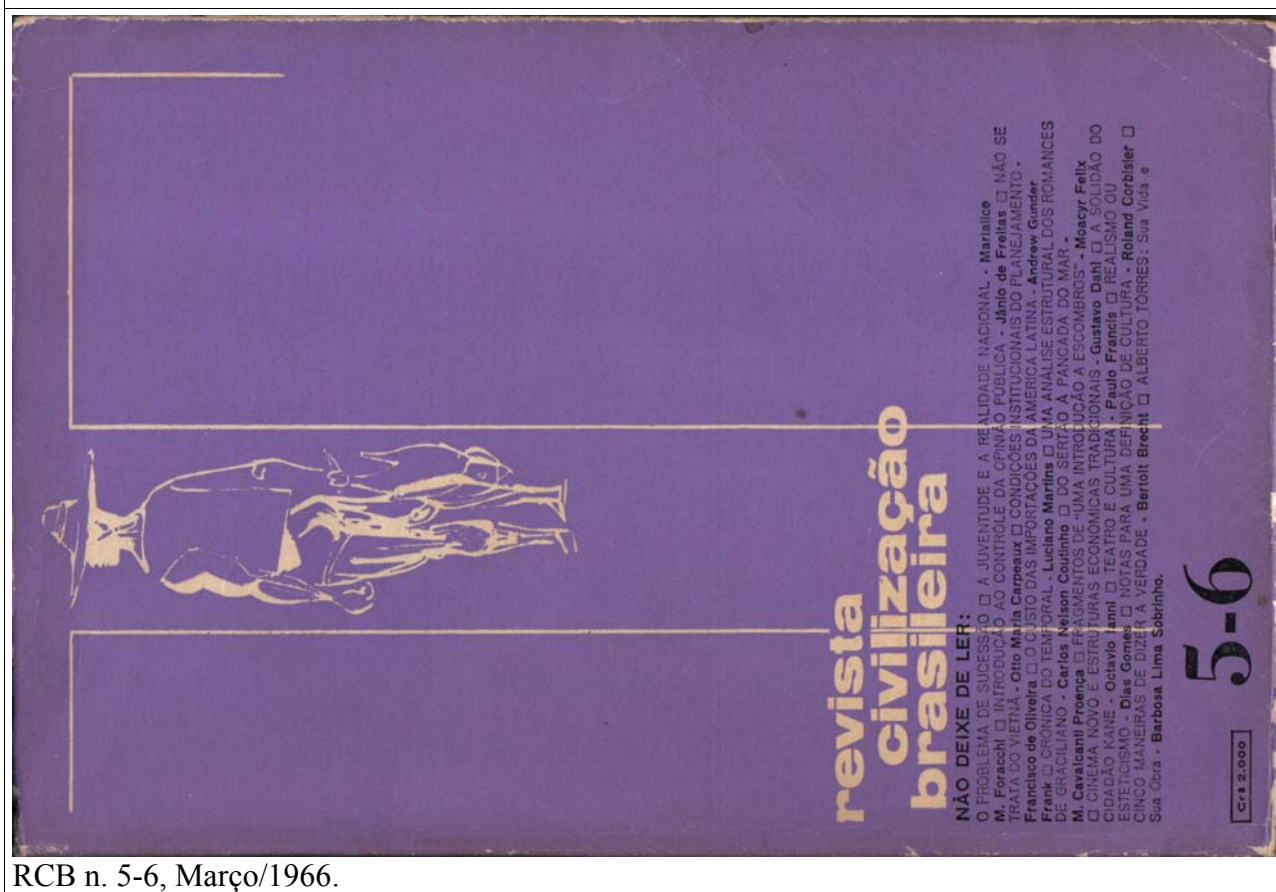
NÃO DEIXE DE LER:
A DISSEMANTAÇÃO DE ABRIL - M. Cavalcanti Proença □ PERSONALIDADES DA VIDA PÚBLICA NACIONAL RESPONDEM A UM QUESTIONÁRIO DE R.C.B.: Marechal Eurico Gaspar Dutra, Governador Arthur César Ferreira Reis, General Pery Constant Bevilacqua, General Olímpio Mourão Filho, Dom Jorge Marcos de Oliveira, Magalhães Pinto, Deputados Federais Doutor de Andrada, Herógenes Príncipe, Saturnino Braga, Hamilton Nogueira e Afonso Arinos Filho □ TEMPOS DE PROULHAR - Paulo Francis □ INFLAÇÃO BRASILEIRA E POLÍTICAS DE ESTABILIZAÇÃO □ Jairo Simões □ "CITY" E AS LIMITAÇÕES IDEOLÓGICAS DA SCIENCE-FICTION - J. C. Quartim Barbosa □ FORRÍ E OS VAGABUNDOS - Carlos Heitor Cony □ POEMAS DE Thiago de Mello, Nel B. Lopes e Luiz Faiva de Castro □ DA UTOPIA À REVOLUÇÃO - Pierre Paulo Pradolina □ A VIDA DE GIANESCI - Otto Maria Carpeaux □ A POESIA NO CINEMA NOVO - Pierre Pradolina □ MASSAS E MASSAS NO BRASIL - Francisco C. Welfort □ PROBLEMAS ESTÉTICOS NUMA SOCIEDADE DE MASSA - Ferreira Gullar □ A ESTABILIDADE DOS TRABALHADORES - SUA EVOLUÇÃO NO BRASIL

Cr\$ 2.000

7

Cr\$ 2.000

RCB n. 7, Maio/1966.



**revista
civilização
brasileira**

NÃO DEIXE DE LER:
O PROBLEMA DE SUCESSÃO □ A JUVENTUDE E A REALIDADE NACIONAL - Marilice M. Foracini □ INTRODUÇÃO AO CONTROLE DA CRIMINALIDADE PÚBLICA - Jânio de Freitas □ NÃO SE TRATA DO VIETNÁ - Otto Maria Carpeaux □ CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DO PLANEJAMENTO - Francisco de Oliveira □ O CASO DAS IMPORTAÇÕES DA AMÉRICA LATINA - Andrew Gunder Debes □ A LINGUAGEM DO TEMPO - Luciano Martins □ UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DOS ROMANCES DE JOSÉ CULIARI - Carlos Nelson Coutinho □ DO SERTÃO À PANGADA DO MAR - M. Cavalcanti Proença □ A ECONOMIA DE UMA TRADIÇÃO - Moacyr Félix □ O CINEMA NOVO E AS ESTRUTURAS ECONÔMICAS TRADICIONAIS - Gustavo Dahl □ A SOLIDÃO DO CIDADÃO KANE - Octavio Henri Ferraz e Almeida □ PAULO FRANCIS: O REALISMO OU O ESTÉTICISMO □ O CASO DE GONZALEZ - Rolando Corbísier □ CINCO MANEIRAS DE GOZAR A VERDADE - Bertolt Brecht □ ALBERTO TORRES: Sua Vida e Sua Obra - Barbosa Lima Sobrinho.

Cr\$ 2.000

5-6

Cr\$ 2.000

RCB n. 5-6, Março/1966.




**revista
civilização
brasileira**

NÃO DEIXE DE LER:
AS DUAS PONTAS DA HIERARQUIA - M. Cavalcanti Proença □ SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES -
Pedro Correia Varela □ OS MASSACRES NA INDONÉSIA - Lucien Corey □ UM APELO
DE BERTRAND RUSSELL AO POVO NORTE-AMERICANO □ "A REVOLUÇÃO BRASILEIRA" DE
CAIO PRADO JUNIOR - César Malta □ ECONOMIA E SOCIEDADE NA AMÉRICA LATINA - Octávio
Ianni □ O MOMENTO LITERÁRIO - Nelson Werneck Sodré □ EUCLIDES DA CUNHA, CIENTISTA
SOCIAL - Fábio Lucas □ O HUMANISMO MARXISTA - Adam Schaff □ A IMPORTÂNCIA DOS
DIALOGOS DE SALZBURG E DA BAVIERA ENTRE CRISTÃOS E MARXISTAS - Arthur José Paerner
□ A CRÍTICA E O NOVO CINEMA - Drahomira Olivova □ O CINEMA E OS FUZIS - Roberto
Schwarz □ A PROPOSITO DE UMA INTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA DA REPÚBLICA - Paula
Biquelman □ A ARTE COMO NÃO-FAZER - Ferreira Gullar

9-10

Cr\$ 3.000

RCB n. 9-10, Setembro-Novembro/1966.



**revista
civilização
brasileira**

NÃO DEIXE DE LER:
FLORA MUTÁVEL - de M. Cavalcanti Proença □ CAUSAS DA DERROGADA DE 1.º DE ABRIL, de
Assis Tavares □ O GOLPE ARGENTINO E OS GOLPES, de Otto Maria Carpeaux □
VIDA E MORTE DO PROJETO CAMELOT, de Louis I. Horowitz □ IMIGRAÇÃO E RELAÇÕES
RACIAIS, de Florestan Fernandes □ ECONOMISTAS LATINO-AMERICANOS NOS PAISES
DESENVOLVIDOS, de Anibal Pinto □ O MOMENTO LITERÁRIO, de Nelson Werneck Sodré □ MINHA
BRASILEIRA, de Cid Siqueira □ O HUMANISMO E IRRACIONALISMO NA CULTURA
ELEGIA DE ABRIL, de Moscovy Felix □ HUMANISMO E IRRACIONALISMO NA CULTURA
CONTEMPORÂNEA, de Carlos Nelson Coutinho □ TRISTES TROPÍQUES, de Silva Mello □
O DESAFIO DO CINEMA, NOVO, de Octavio Ianni □ ANTÔNIO LIMA e Jaime Rodrigues Teixeira □
DEFESA PREVIA DO JORNALISTA MARIO MARTINS.

8

Cr\$ 3.000

RCB n. 8, Julho/1966.



RCB n. 13, Maio/1967.



RCB n. 11-12, Dezembro/1966-Março/1967.

**revista
civilização
brasileira**

15

NCr\$ 3,00

**AMÉRICA-LATINA,
O PRÓXIMO VIETNÃ?**
John Gerassi

**O CAPITALISMO:
SEM NOVOS METODOS DE AÇÃO**
Maria Yedda Linhares

**DIALÉTICA DA MORAL
E MORAL DA DIALÉTICA**
Karel Kosik

**DEBATE SOBRE
A POLÍTICA ECONÔMICA
DO GOVERNO CASTELO BRANCO**

**OLHE ONDE PISA, NEGRO
DE ROMEU SILVEIRA**

RCB n. 15, Setembro/1967.

**revista
civilização
brasileira**

14

NCr\$ 3,00

**A REVOLUÇÃO CUBANA
E A TEORIA DOS FOCOS
INSURRECIONAIS**
G. Luiz Araujo

ADEUDO À REVOLUÇÃO BRASILEIRA
Cato Prado Júnior

**MEC-US-DAID:
IDEOLOGIA NORTE-AMERICANA
NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**
Ted Goertzel

INFLAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
Domar Campos

**MULHERES,
A REVOLUÇÃO
MAIS LONGA**
Juliet Mitchell

RCB n. 14, Julho/1967.



RCB n. 17, Janeiro-Feveiro/1968.



RCB n. 16, Novembro-Dezembro/1967.



**revista
civilização
brasileira**

19/20 NCr\$ 5,00

1 - A sociedade e os indivíduos
André Gorz

2 - O Esquerdismo
Renato Guimaraes

3 - O Latifúndio
Antônio Houaiss

4 - Arte e Técnica
Walter Benjamin

5 - O Plano Nacional de Saúde
Gentile de Mello





A REBELIÃO DOS ESTUDANTES - análises de Garaudy, Cesaron, Duvener, K. S. Karol, Sartre, P. François, G. Séguv, J. Rangel, Leleuvre, A. Samuel e Dunscombe.

RCB n. 19-20, Maio-Agosto/1968.



**revista
civilização
brasileira**

18 NCr\$ 4,00

1 - Liberdade e agressão na sociedade tecnológica.
Herbert Marcuse

2 - Geografia e estrutura da indústria contemporânea
Ignácio Rangel

3 - A Política dos EUA e o café solúvel
William G. Tyler

4 - América Latina entre o trágico e a revolução.
Conrado Detrez

5 - Fontes - roteiro de Henry Miller
Roberto Pontual





Adolfo Sanchez Vazquez, PRAXIS, RAZÃO e HISTÓRIA

RCB n. 18, Março-Abril/1965.



RCB, Caderno Especial n. 1, Novembro/1967.



RCB n. 21-22, Setembro-Dezembro/1968.

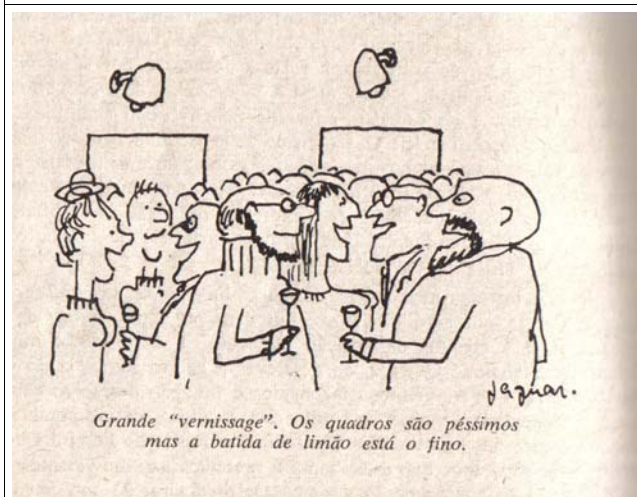


RCB, Caderno Especial n. 3, Setembro/1968.

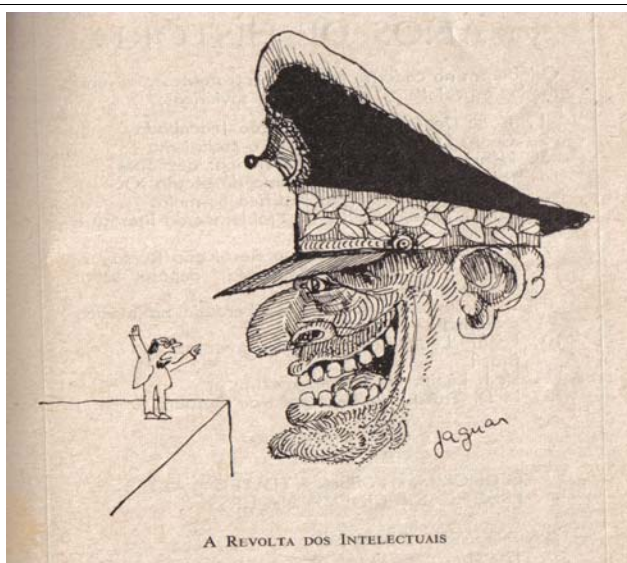


RCB, Caderno Especial n. 2, Julho/1968.

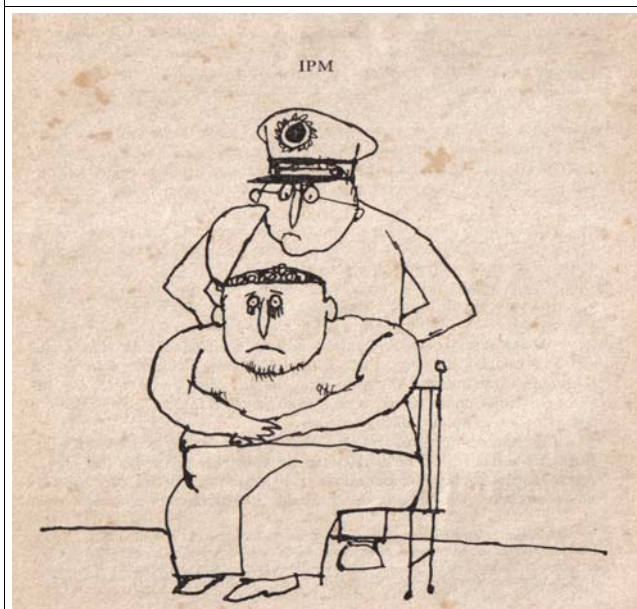
ANEXO 6



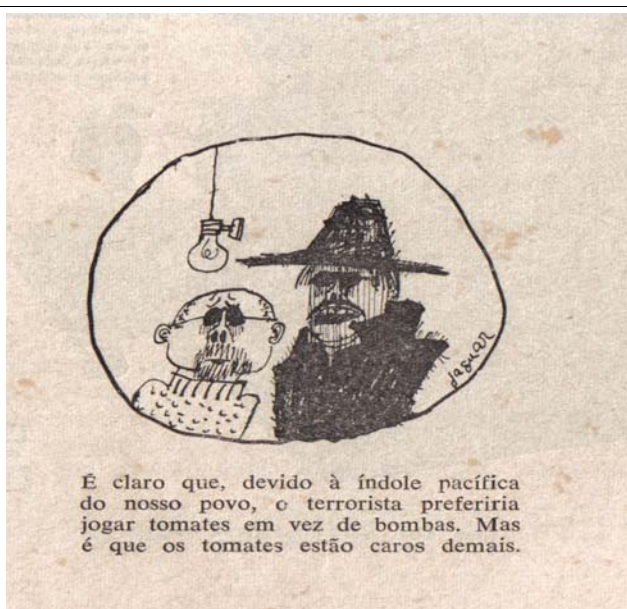
RCB n. 14, p. 226.



RCB n. 15, p. 145.



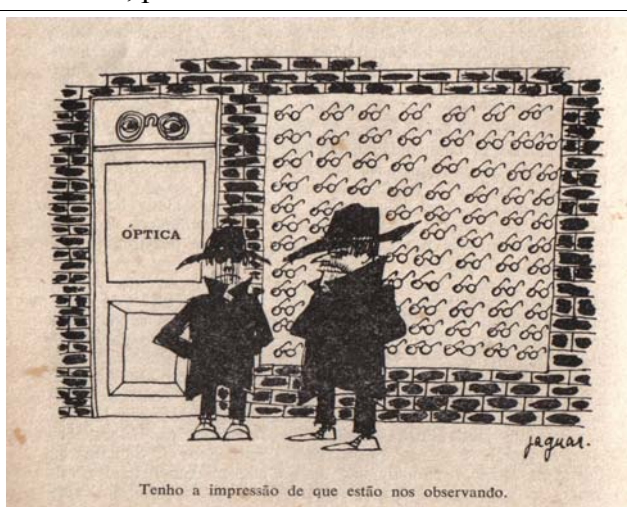
RCB n. 11-12, p. 107.



RCB n. 8, p. 95.



RCB n. 5-6, p. 204.



RCB n. 8, p. 52.



RCB n. 9-10, p. 112.



RCB n. 7, p. 363.



RCB n. 7, p. 13.

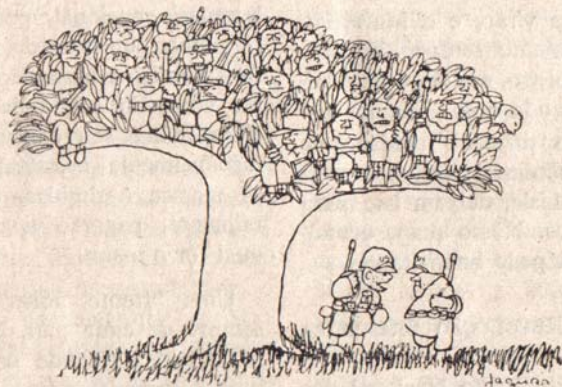


RCB n. 5-6, p. 191.



Jaguar e os presos políticos na GB.

RCB n. 2, p. 60.



O pior nesta guerra é que os vietcongs desapareceram sem deixar rastros.

RCB n. 2, p. 70.

JAGUAR E O DISPOSITIVO DE SEGURANÇA



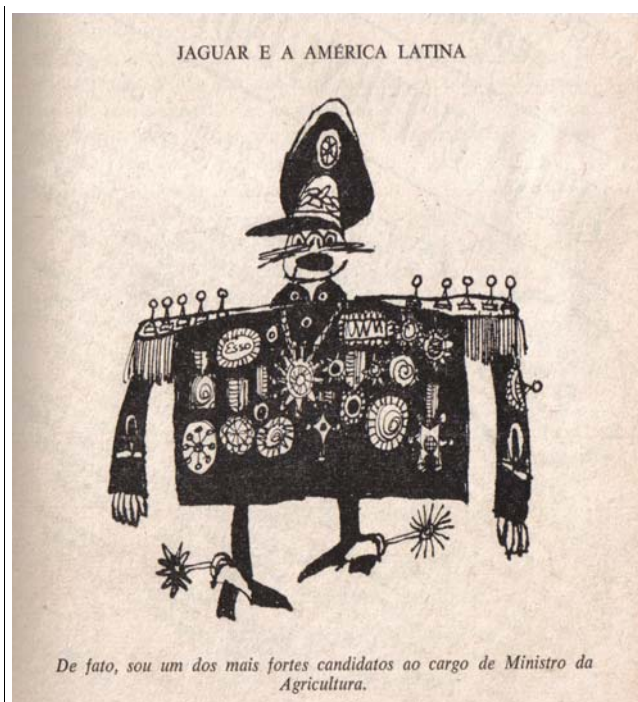
RCB n. 4, p. 141.

JAGUAR E OS DOMINICANOS

YANKEE GO HOME
 HONDUREÑOS, NICARAGUEN-
 SES Y COSTA-RIQUEÑOS
 VUELVAN A SUS CASAS
 BRASILEIROS VOLTEM PA



RCB n. 3, p. 160.



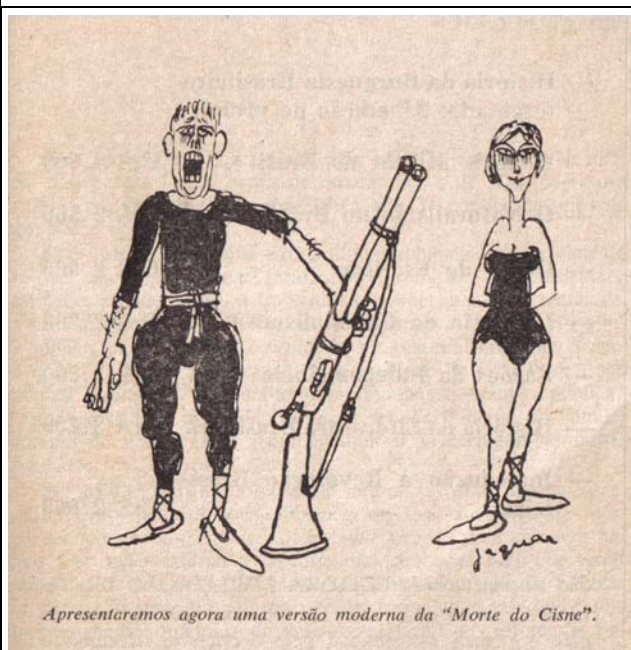
RCB n. 3, p. 319.



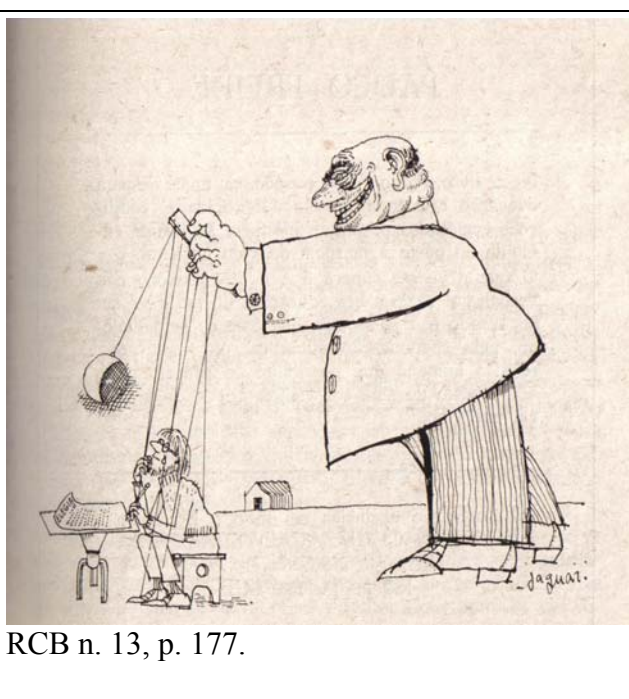
RCB n. 2, p. 111.



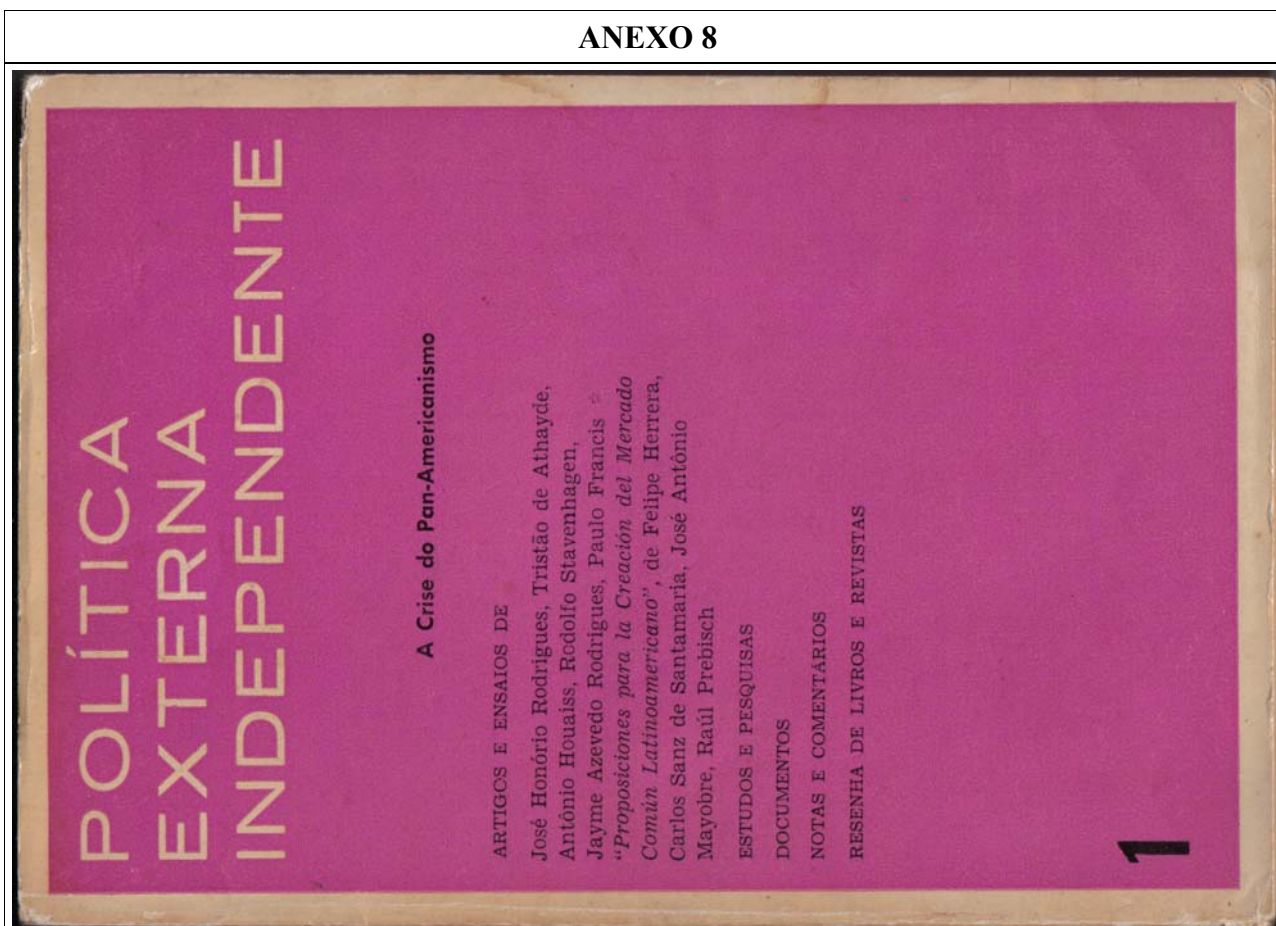
RCB n. 3, p. 188.



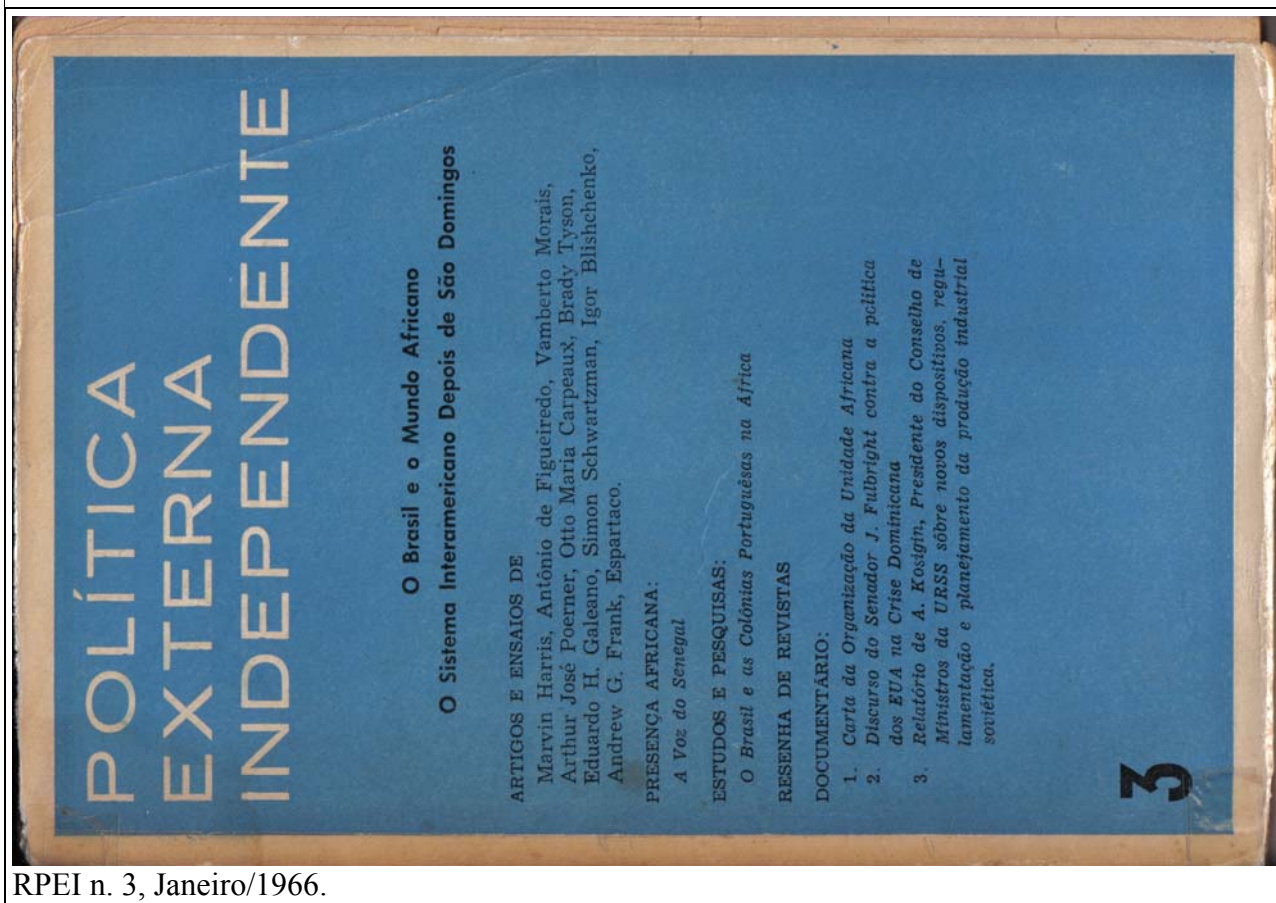
RCB n. 5-6, p. 17.



ANEXO 8



RPEI n. 1, Maio/1965.



RPEI n. 3, Janeiro/1966.

POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

A Invasão da República Dominicana

ARTIGOS E ENSAIOS:

Barbosa Lima Sobrinho, Maria Yedda Leite Linhares,
Torcuato S. di Tella, José Honório Rodrigues,
Leo Huberman, Antônio Houaiss, Mário Pedrosa,
Hermano Alves, Paulo Francis, Arthur José Poerner.

MESA REDONDA: *O Brasil e a América Latina na
atual conjuntura mundial*

com Antônio Houaiss, Barbosa Lima Sobrinho,
Jayme Azevedo Rodrigues, Luciano Martins
e Valério Konder

DOCUMENTÁRIO: *A Intervenção dos Estados Unidos
da América na República Dominicana*


ESTUDOS E PESQUISAS

1. *Diplomacia do Terceiro Mundo*
2. *"Nós nos estamos iludindo no Vietnam"*
3. *A I Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento*

2

ANEXO 9


**MUDOU
O
MUNDO
OU
MUDARAM
OS
MARXISTAS?**



O pensador francês Roger Garaudy responde a esta questão crucial destruindo as velhas fórmulas dogmáticas e oferecendo uma visão total dos caminhos novos que se abrem para o marxismo na sociedade contemporânea. Um livro polémico e inovador, crítico e autocrítico, indispensável ao conhecimento do que há de mais avançado no pensamento de esquerda na atualidade.

MARXISMO DO SÉCULO XX
de Roger Garaudy

Um lançamento da
PAZ E TERRA
Distribuição exclusiva da Editora
Civilização Brasileira



RPT n. 6, Abril/1968, p. 56.

ANEXO 10



CRISTO CONTRA OS TIRANOS

Um quadro vivo da realidade político-social da época de Cristo. A atitude de Jesus frente ao Império Romano e às condições injustas da vida na Palestina de seu tempo. Livro de grande atualidade, pois leva à meditação num momento em que outras forças de domínio e de escravidão ameaçam o mundo, e quando a Igreja sente novamente a sua responsabilidade desafiada.



CRISTO E POLÍTICA

de Oscar Cullmann

Preço: NCr\$ 5,00

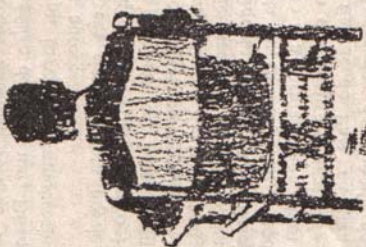

MAIS UM LANÇAMENTO DA
Editôra
PAZ E TERRA

Distribuição exclusiva da Civilização Brasileira
RUA 7 DE SETEMBRO, 97 - RIO DE JANEIRO - GB
ATENDE-SE A PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL

RPT n. 6, Abril/1968, p. 34.

ANEXO 11

TRIBUNAL INTERNACIONAL DE CRIMES DE GUERRA
 Processo :
CRIMES DE GUERRA NO VIETNÃ
 Promotor :
BERTRAND RUSSELL
 Testemunha chave :
VOCE

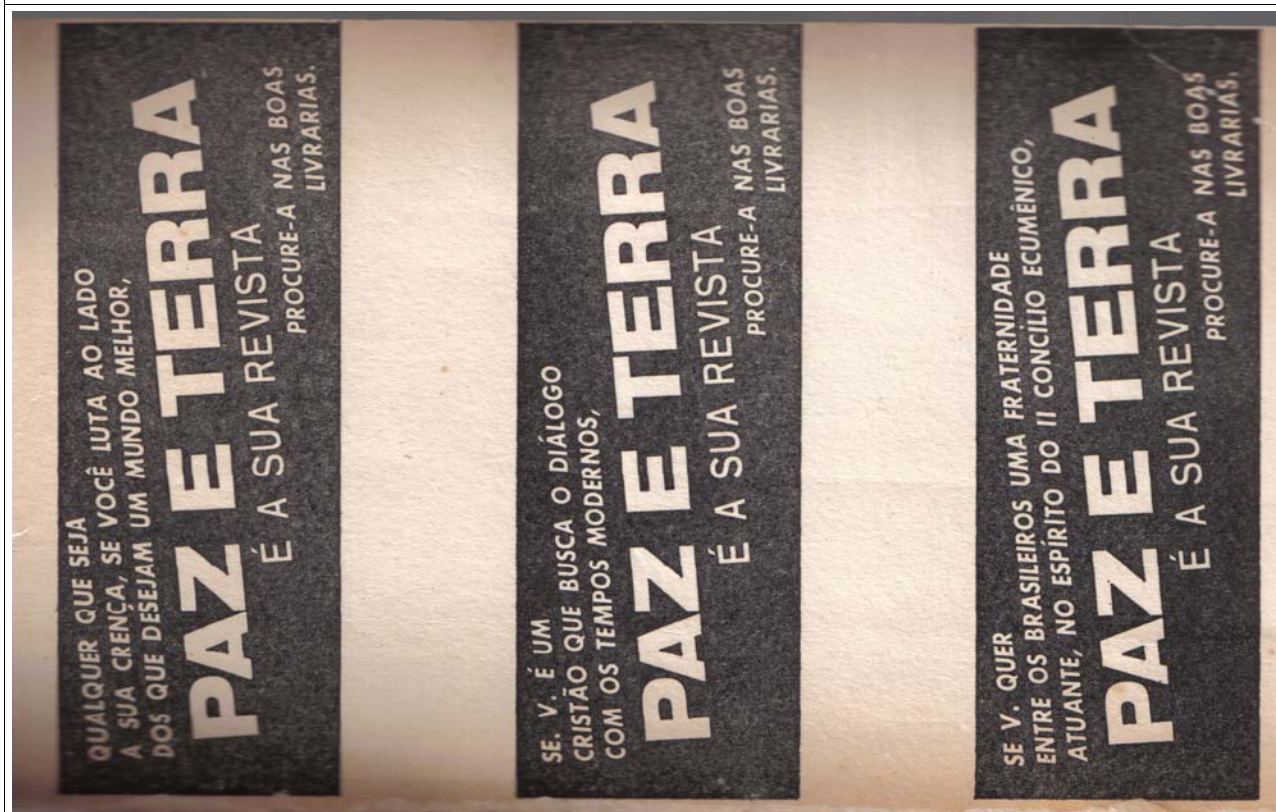



Fogo a destruir aldeias;
 prisioneiros torturados e mutilados;
 crianças e velhos consumidos
 pelo napalm;
 jovens arrastados pela floresta
 como animais caçados;
 milhares e milhares de bombas
 despejadas sobre hospitais,
 indústrias, plantações, florestas,
 escolas, rios e pontes
 - em face a tudo isto é que
VOCE está convocado a depor.

Editora Paz e Terra
 distribuição da Editora CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S/A

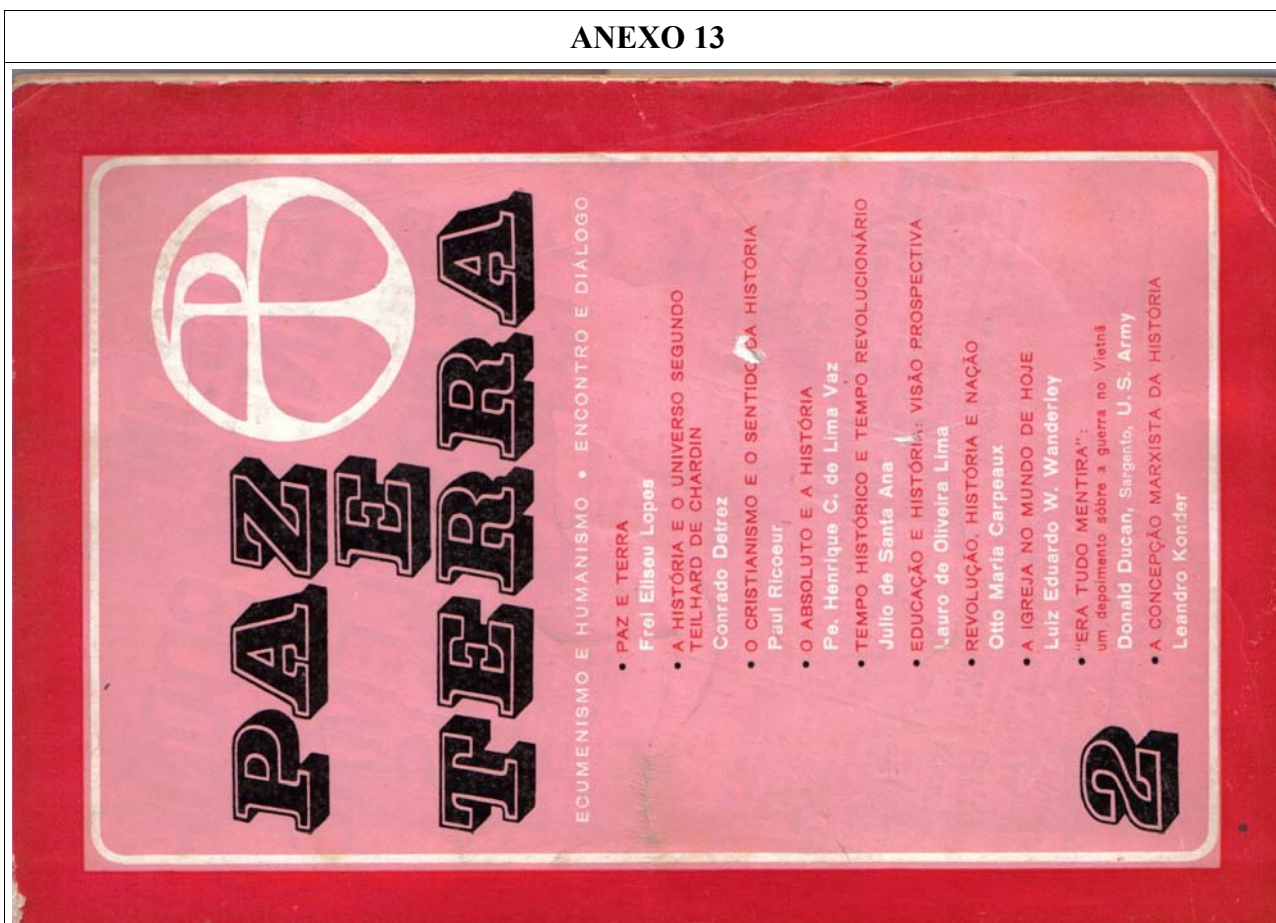
RCB n. 16, Novembro-Dezembro/1967, p. 188.

ANEXO 12



RCB n. 8, Julho/1966, verso da contracapa.

ANEXO 13



RPT n. 2, Setembro/1966.



RPT n. 1, Julho/1966.

PAZ E TERRA

ECUMENISMO E HUMANISMO • ENCONTRO E DIALOGO

- PAZ E TERRA
Frei Pedro Secondi
- CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO LIBERALISMO
LATINO-AMERICANO
Pablo Piacentini
- AS ORIGENS E AS CAUSAS DA POLÍTICA LA-
TINO-AMERICANA DOS ESTADOS UNIDOS
Brady Tyson
- O NOVO ESPÍRITO REVOLUCIONÁRIO DA AMÉ-
RICA LATINA
Richard Shauli
- A SITUAÇÃO HUMANA NO ATUAL ROMANCE
LATINO-AMERICANO
Hiber Conteris
- O BRASIL CU OS ENTRADES AO DESENVOL-
VIMENTO
Celso Furtado
- POPULORUM PROGRESSO: NEO-CAPITALISMO
OU REVOLUÇÃO
Pe. Raymundo Ozanam de Andrade, S.J.

NCr\$ 3,00

4

RPT n. 4, Agosto/1967.

PAZ E TERRA

ECUMENISMO E HUMANISMO • ENCONTRO E DIALOGO

- JUVENTUDE E CRISE NO HEMISFÉRIO
Jacqueline Skiles
- CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA POLÍTICA
DA JUVENTUDE
Pierre Furtier
- OS JOVENS SÃO CULPADOS?
Frei Carlos Alberto Cristo
- A REVOLUÇÃO DA JUVENTUDE
J. Kojinski de Cavalcanti
- EXISTENCIALISMO E JUVENTUDE BRASILEIRA
Gonçalo Delrez
- O MOVIMENTO ESTUDANTIL NOS E.U.A.
Famela Mills
- SEXO: MITO E REALIDADE
- A VERDADE SOBRE O VIETNAME
- OS CRISTÃOS NA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA
E SOCIAL DO NOSSO TEMPO
Waldo Cesar

NCr\$ 3,00

3

RPT n. 3, sem data publicada.

PAZ E TERRA

NÚMERO **6**
NCR\$ 4,00



O CRISTIANISMO EM QUESTÃO
com um documentário especial sobre
A IGREJA NO BRASIL
CRISTIANISMO E MUNDO MODERNO Henrique C. de Lima Vaz
QUAL SERÁ O FUTURO DO
CRISTIANISMO NA AMÉRICA LATINA? Pierre Furter
ENCRUZILHADAS DA IGREJA Padre Camillo Torres

RPT n. 6, Abril/1968.

PAZ E TERRA

REDIMENSIONISMO E HUMANISMO • ENCONTRO E DIÁLOGO

- SOMOS O SEXO QUE TEMOS
Frei Eliseu Lopes, O.F.M.
- O ENIGMA, O MITO, A CIÊNCIA, A ÉTICA E A
ALIENAÇÃO DA SEXUALIDADE
ensaios de Paul Ricoeur, Yvon Brès, Michel
Dufrenoy e Jean Brun
- SEXO, UMA DIMENSÃO DA LIBERDADE HUMANA
Maria Helena Kühner
- IMPOSIÇÕES DA SOLIDARIEDADE UNIVERSAL
D. Helder Câmara
- REFLEXÕES SOBRE O ENGAJAMENTO PESSOAL
Paul-Louis Landsberg
- UNIVERSIDADE E TOTALITARISMO
Leonidas R. Xausa
- APARTHEID: UMA ABERRAÇÃO NO SÉCULO XX

5

NCR\$ 3,00

RPT n. 5, Outubro/1967.

PAZ TERRA



NÚMERO **8**
NCr\$ 5,00




HOMEM - CIÊNCIA - TECNOLOGIA


- Tecnologia e Humanização - Rubem Alves
- Desenvolvimento Científico e Tecnológico da América Latina - Oscar Maggiolo
- O Desenvolvimento da Ciência e os Povos do Terceiro Mundo - J. Leite Lopes
- A Aventura Técnica e seu Horizonte Interplanetário - Paul Ricoeur
- A Física Nuclear no Brasil

RPT n. 8, Setembro/1968.

PAZ TERRA



NÚMERO **7**
NCr\$ 4,00

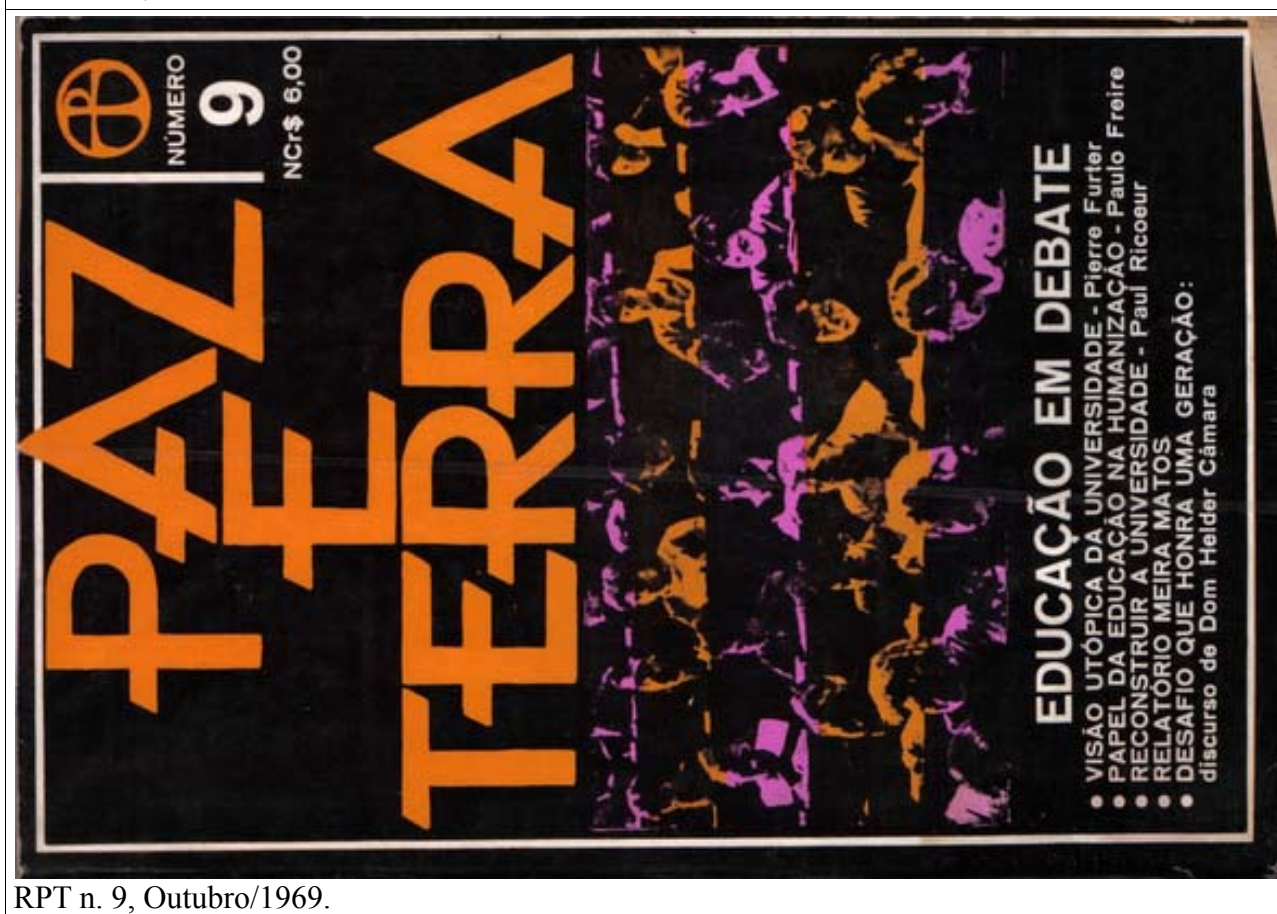


VIOLÊNCIA E NÃO-VIOLÊNCIA
OS INTELLECTUAIS BRASILEIROS E A VIOLÊNCIA (enquete)
DOM HELDER CÂMARA - Única Opção: a Violência?
REGIS DEBRAY - Autodefesa no Conselho de Guerra
REFLEXÕES SOBRE
A VIOLÊNCIA Raymond Domergues, o.f.m.
VIOLÊNCIA E REVOLUÇÃO
NA AMÉRICA LATINA John Gerassi

RPT n. 7, Abril/1968.

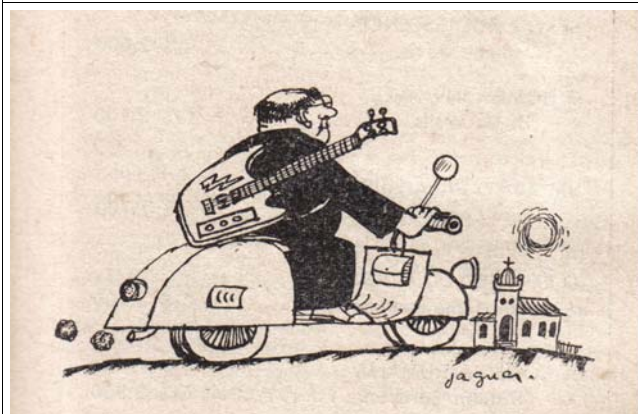


RPT n. 10, Dezembro/1969.



RPT n. 9, Outubro/1969.

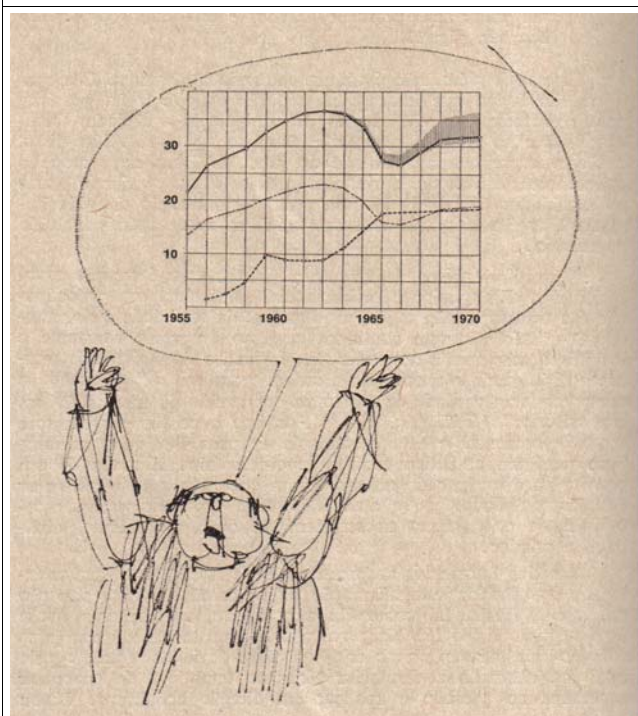
ANEXO 14



RPT n. 2, p. 107.



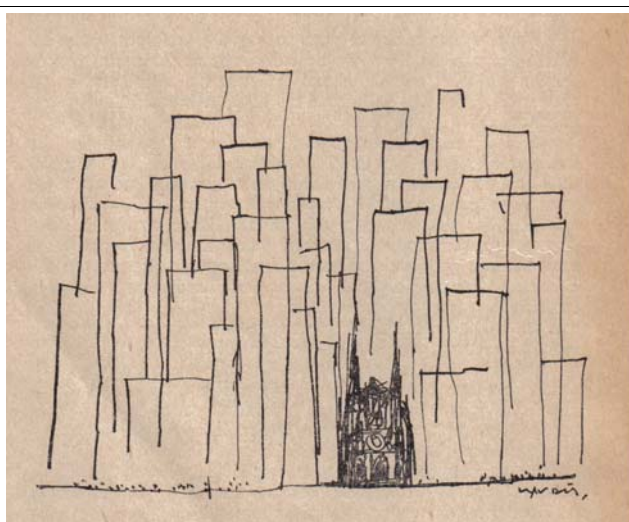
RPT n. 1, p. 153.



RPT n. 1, p. 194.



RPT n. 2, p. 93.



RPT n. 1, p. 10.